

MARINO CASTILLO LACAY

**DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL NAS
ROTAS DO PINHÃO, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA:
CONVERGÊNCIAS E CONFLITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR - PPGGEOGRAFIA, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Área de concentração: Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurélio
Tarlombani da Silveira.**

CURITIBA

MAIO 2012

Lacay, Marino Castillo

Desenvolvimento do turismo no espaço rural nas rotas do pinhão, Região Metropolitana de Curitiba: convergências e conflitos das políticas públicas / Marino Castillo Lacay. - Curitiba, 2012.

361 f., ilus., graf., tabs. + mapas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira

1. Turismo rural – Políticas públicas. 2. Turismo - Curitiba, Região Metropolitana de (PR). I. Silveira, Marco Aurélio Tarlombani da.

II. Título.

CDD 306.4819098162

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
- MESTRADO E DOUTORADO



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **MARINO CASTILHO LACAY** intitulada "**DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL NAS ROTAS DO PINHÃO, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA: CONVERGÊNCIAS E CONFLITOS DAS POLITICAS PUBLICAS**", para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano-Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 24 de maio de 2012.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira - Orientador


Profª. Drª. Rosa Moura – IPARDES


Profª. Drª. Margarete Araujo Teles – UFPR

Para Dona Francisca, heroína anônima como tantas,
minha humilde homenagem para a saga do migrante
na Região Metropolitana de Curitiba.

A todos os que se já foram, meu tributo (*In Memoriam*)

AGRADECIMENTOS

O fazer do técnico e pesquisador é por vezes um contínuo ir e vir sob escrupuloso olhar do método científico, sob a condição que molda o ofício de fazer ciência. Mas também com o olhar daquele que confere à política pública um status de verdade incontestável. Foi nessa trama do setor público que tive a sorte de tecer meu espaço profissional, tanto na minha terra de origem como no Brasil, e, ainda, beber das fontes de uma economia estruturalista logo na minha formação inicial na década de 1970. Na trajetória dos diversos portos onde fiz ancoragem, o desenvolvimento foi sempre meu tema recorrente como profissional e principalmente como ser humano. Grato sou à vida por manter viva a chama dessa preocupação.

Ao amigo, hoje na condição de orientador, professor Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, devo a ele seu entusiasmo do meu retorno à sala de aula depois de 20 anos dela afastado. Agradeço ainda por toda sua dedicação nesse período de orientação, e pelo respeito profissional demonstrado nesta caminhada. À Rosa e ao Claudião, instigantes geógrafos, companheiros de toda hora que me ensinaram a decifrar o paradigma da Geografia e com ele um significado ainda maior da palavra solidariedade.

À banca examinadora, composta pelas professoras Dr.^a Margarete Teles da UFPR e Dr.^a Rosa Moura, do IPARDES, por aceitarem o convite para o tema que suscita naturalmente interesse, sinto-me confortável na escolha e acredito que serão de grande valia todas as observações e sugestões.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, ao corpo docente, e em especial ao secretário Luiz Carlos Zem. Aos colegas que apimentaram os debates em sala de aula.

Cabe agradecer ainda aos que nesta travessia me acompanham. De início ao IPARDES, e com ele tudo o que consegui apreender, discutir, analisar e defender com todas e todos os meus companheiros de trabalho nestes 25 anos de casa: desde o aprendizado de uma língua ao entendimento de complexos sistemas de

saberes holísticos que incentivaram e ampliaram a visão que hoje tenho do mundo. A toda a equipe de Turismo do IPARDES com quem juntos foi construída uma nova forma de olhar a atividade no Estado.

Os novos colegas e amigos da Secretaria de Estado do Turismo, da Paraná Turismo e da Ecoparaná, que me acolheram, me abriram seus corações e a entusiasmada visão do turismo rural para contrapor com os pontos de vista que ora se expressam nesta pesquisa, mencionar um deles faria com que faltasse com todos e todas. Aos colegas e defensores do desenvolvimento rural da SEAB e da EMATER, em especial a Ednei Nascimento e Clarice Bastarz, Antonio Miglioransa e João Lazinho Neto. Aos técnicos gestores municipais do Fórum Metropolitano com quem descobri que o exército do bem é muito maior daquilo que pensava.

À nonna Julia, por ser fonte de inspiração. Aos meus irmãos Arturo, Magaly y Juana Alicia e com eles os meus irmãos de opção Adelar, Cleide e Jorge, Larry e Berna, que resistem na batalha cotidiana de conjugar em todos os tempos verbais nossa amizade.

Ao Jose Arthur e ao Victor Miguel, o amor que me prezam é o meu leme. Dou graças a Deus a cada dia por tê-los, por sabê-los homens que partilham como eu do desejo de um mundo melhor.

À Iara, a cada dia que acordo, fico feliz por saber-te a meu lado. De ti admiro o empenho e a entrega profunda como ser humano e companheira. Admiro teu amoroso desejo de crescer e me fazer crescer desafiando o tempo, os percalços da vida, estimulando o que há de melhor em mim para romper barreiras. Eu sei que amar você é meu bem maior. Meu prêmio.

A Deus, porque não me alcança a vida para agradecer o que sou.

RESUMO

Na visão do espaço rural, o turismo vem sendo cada vez mais utilizado como uma das ocupações não agrícolas dentro do chamado novo rural, passando a formar parte das políticas públicas para o desenvolvimento rural. Também vem sendo pauta das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo a partir das políticas de regionalização e segmentação do turismo implementadas pelo Ministério do Turismo. Com base nos conceitos de região, apresentam-se algumas das visões dos autores que fundamentaram a análise das políticas públicas de regionalização do turismo; políticas que foram aplicadas no estudo de caso da organização do espaço turístico rural na Região Metropolitana de Curitiba, chamado de Região Turística das Rotas do Pinhão. A seguir, faz-se a revisão de conceitos do rural, ruralidade, do desenvolvimento e do desenvolvimento rural e o papel do turismo rural nesse contexto. Foram identificados os principais agentes envolvidos na implementação das políticas do turismo e do desenvolvimento rural na Região Metropolitana de Curitiba e o papel que desempenharam na construção do turismo rural recuperando a linha do tempo, resgatando a análise do espaço rural metropolitano onde interagem elementos de contraste da realidade econômica, social e ambiental dos municípios da Região que acumulam fortes assimetrias no desenvolvimento territorial. Complementou-se esse quadro com o resultado das pesquisas realizadas entre os gestores. Uma quantitativa, com questionário fechado dirigido para os extensionistas rurais que trabalharam na Região Metropolitana de Curitiba e que declararam seu envolvimento com as práticas de ocupações rurais não agrícolas, dentre das quais o turismo rural. Outra pesquisa foi qualitativa, com os agentes das esferas federal, estadual e municipal envolvidos com o planejamento, a gestão e a implementação das políticas públicas do turismo rural na RMC. Conclui-se com um balanço da organização e gestão institucional das políticas públicas para o turismo rural metropolitano, e se aponta que boa parte das distorções e assimetrias entre municípios é reforçada pelo viés fortemente setorial do gestor da política *in loco* e pela falta de integração entre entidades que disputam projetos, recursos e atores. As considerações finais do trabalho destacam que, além dos vieses setoriais, a falta de articulação do planejamento e gestão das políticas públicas no espaço rural metropolitano foi resultado da limitada atuação do Estado. Faltou uma ação mais efetiva que permeasse as diversas escalas na organização territorial segundo a definição dos objetivos propostos de implementação das políticas do turismo rural em torno de uma visão do desenvolvimento e não apenas na produção de circuitos e produtos.

Palavras-chave: Região. Regionalização. Desenvolvimento. Turismo Rural. Novo Rural. Políticas Públicas.

RESUMEN

En la visión del espacio rural, el turismo cada vez más es utilizado como una de las ocupaciones no agrícolas dentro del llamado nuevo rural pasando a formar parte de las políticas públicas para el desarrollo rural. A partir de las políticas de regionalización y segmentación de turismo implementadas por el Ministerio del Turismo, también se pautan las políticas públicas para el desarrollo del turismo. Con base en los conceptos de región, se presentan algunas visiones de los autores que fundamentaran el análisis de las políticas públicas de regionalización del turismo, políticas que fueron aplicadas en el estudio de caso de la organización del espacio turístico rural en la Región Metropolitana de Curitiba, llamado de Región Turística de las Rutas del Piñón. A seguir, se hizo la revisión de conceptos como: rural, ruralidad, desarrollo y del desarrollo rural y el papel del turismo rural en ese contexto. Fueron identificados los principales agentes involucrados en la implementación de las políticas de turismo y de desarrollo rural en la Región Metropolitana de Curitiba y el rol que desempeñan en la construcción del turismo rural recuperando la línea del tiempo, rescatando el análisis del espacio rural metropolitano, donde interactúan elementos de contraste de la realidad económica, social y ambiental de los municipios de la Región que acumulan fuertes asimetrías en el desarrollo territorial. Se complementó ese cuadro con el resultado de las encuestas realizadas entre los gestores. Una cuantitativa, con cuestionario cerrado dirigido a los extensionistas rurales que trabajan en la Región Metropolitana de Curitiba y que declararan su compromiso con las prácticas de ocupaciones rurales no agrícolas, entre la cuales el turismo rural. Una otra encuesta fue cualitativa con los agentes de las esferas federal, estadual y municipal involucrados con la planificación, gestión e implementación de las políticas públicas del turismo rural en la Región Metropolitana de Curitiba. Se concluye con un balance de la organización y gestión institucional de las políticas públicas para el turismo rural metropolitano donde se apunta que gran parte de las distorsiones y asimetrías entre municipios son reforzadas por el fuerte sesgo sectorial del gestor de la política *in loco* y por la falta de integración entre entidades que disputan proyectos, recursos y actores. Las consideraciones finales del trabajo destacan que además de los vieses sectoriales, la falta de articulación de la planificación y gestión de las políticas públicas en el espacio rural metropolitano fue resultado de la limitada actuación del Estado. Ha faltado una acción más efectiva que permease las distintas escalas en la organización territorial, segundo la definición de los objetivos propuestos de implementación de las políticas del turismo rural en torno de una visión del desarrollo y no solo en la producción de circuitos y productos.

Palabras-clave: Región. Regionalización. Desarrollo. Turismo Rural. Nuevo Rural. Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	73
FIGURA 2 - CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	77
FIGURA 3 - PROGRAMAS E FUNÇÕES NO PLANEJAMENTO DO TURISMO DO BRASIL	95
FIGURA 4 - DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL	98
FIGURA 5 - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, SEGUNDO MTUR	110
FIGURA 6 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS <i>TOP-DOWN</i> (DE CIMA PARA BAIXO).....	120
FIGURA 7 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS <i>BOTTOM-UP</i> (DE BAIXO PARA CIMA)	121
FIGURA 8 - LINHA DO TEMPO DO MARCO NORMATIVO DO TURISMO PARANAENSE	129
FIGURA 9 - ORGANOGRAMA DO SISTEMA PÚBLICO DO TURISMO DO ESTADO DO PARANA	131
FIGURA 10 - ÁREAS ESTRATÉGICAS E MACROPROGRAMAS DO TURISMO DO ESTADO PARANÁ - 2007-2010.....	137
FIGURA 11 - REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ - 2004-2011.....	139
FIGURA 12 - MATERIAL DE APOIO PRODUZIDO PARA O TURISMO RURAL.....	145
FIGURA 13 - ECOPARANÁ - IV ENCONTRO ESTADUAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR 1 E 2	145
FIGURA 14 - CAPA DO PROGRAMA DO TURISMO RURAL DO PARANÁ	153
FIGURA 15 - ROTAS DO PINHÃO - LOGOMARCA E PROPOSTA DE TRABALHO.....	161
FIGURA 16 - ROTAS DO PINHÃO - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, SEBRAE/PR.....	164
FIGURA 17 - ROTAS DE PINHÃO - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	165
FIGURA 18 - EIXOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NA RMC	179
FIGURA 19 - MODELO DE LUNDGREN DE EXPANSÃO URBANA E AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS - 1974	191

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO PARANÁ, A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E O NÚCLEO URBANO CENTRAL (NUC).....	45
MAPA 2 - MAPEAMENTO DO TURISMO RURAL NO ESTADO DO PARANÁ, 2006.....	144
MAPA 3 - PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	178
MAPA 4 - MANCHA URBANA E ADENSAMENTO URBANO METROPOLITANO NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DA RMC.....	181
MAPA 5 - NÚCLEO URBANO CENTRAL E MUNICÍPIOS PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NA RMC	201
MAPA 6 - ROTEIROS TURÍSTICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	218
MAPA 7 - CIRCUITOS DE TURISMO RURAL NA RMC, EMATER/PR	219

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE O TOTAL GERAL INVESTIDO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO	170
GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO CURITIBA, RMC, PARANÁ, BRASIL - 2010.....	183
GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÕES METROPOLI- TANAS DO PARANÁ - 2010	184
GRAFICO 4 - ÍNDICE IPARDES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E LINHA DE TENDÊNCIA DOS MUNICIPIOS DA ROTAS DO PINHÃO - RMC, PARANÁ - 2008.....	185
GRÁFICO 5 - PESSOAL OCUPADO NOS EMPREENDIMENTOS RURAIS PESQUISADOS NA ROTAS DO PINHÃO - 2006	203
GRÁFICO 6 - FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO E CONDIÇÃO DE POSSE DOS EMPREENDIMENTOS RURAIS DA ROTAS DO PINHÃO - 2006	204
GRÁFICO 7 - ANO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES NOS EMPREENDIMENTOS RURAIS PESQUISADOS NA ROTAS DO PINHÃO - 2006.....	205
GRÁFICO 8 - DIFICULDADES NA ADMINISTRAÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS RURAIS DA ROTAS DO PINHÃO - 2006.....	207
GRÁFICO 9 - ATIVIDADES DO SEGMENTO NÃO REGULAMENTADAS	226
GRÁFICO 10 - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	227
GRÁFICO 11 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL.....	228
GRÁFICO 12 - FALTA DE INCENTIVOS AO TURISMO RURAL.....	229
GRÁFICO 13 - PERCEPÇÃO SOBRE A CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO RURAL.....	229
GRAFICO 14 - NÍVEL DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS.....	230
GRÁFICO 15 - PRECARIIDADE DA INFRAESTRUTURA DA REGIÃO ROTAS DOS TROPEIROS	231
GRÁFICO 16 - POLITICA PUBLICA DE INFRAESTRUTURA	232
GRÁFICO 17 - PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	233
GRÁFICO 18 - PROGRAMAS QUE ALAVANCAM TURISMO RURAL.....	234
GRÁFICO 19 - O QUE SE ESPERA DO FUTURO DO TURISMO RURAL (%).....	234
GRÁFICO 20 - PRINCÍCIOS DO DESENVOLVIMENTO RECONHECIDO PELOS GESTORES DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS.....	251

GRÁFICO 21 - ABORDAGEM DO TURISMO RURAL NOS MUNICÍPIOS, SEGUNDO RESPOSTA DOS GESTORES PESQUISADOS, RMC	259
GRÁFICO 22 - PROGRAMAS QUE ALAVANCARAM O TURISMO RURAL NAS ROTAS DO PINHÃO, SEGUNDO GESTORES MUNICIPAIS ENTREVISTADOS	263

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO PROJETO TURISMO RURAL DA EMATER/PR NA RMC - 2004-2011	148
TABELA 2 - PERFIL DO ATENDIMENTO DO TURISMO RURAL NAS PROPRIE- DADES DA RMC, ANO AGRÍCOLA - 2010/2011	149
TABELA 3 - PÚBLICO DO PROJETO TURISMO DA EMATER/PR POR CATEGORIA ATENDIDA, RMC - 2010-2011	150
TABELA 4 - SÍNTESE DO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO TURISMO RURAL DA EMATER/PR - RMC - 2010-2011	151
TABELA 5 - DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÕES - ESTADO DO PARANÁ - 2002/2006/2010.....	168
TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DA SETU NO TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS - ESTADO DO PARANÁ - 2003/2006/2010.....	169
TABELA 7 - RANKING DO PIB DO ESTADO DO PARANÁ - 2009.....	186
TABELA 8 - EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - PARANÁ E RMC - 2002-2009	187
TABELA 9 - RESUMO DOS MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS, SEGUNDO TAMANHO DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA REGIÃO TURÍSTICA DA RMC, 2010	189
TABELA 10 - DOMICÍLIOS PARTICULARES NÃO OCUPADOS, DE USO OCASIONAL, TOTAL E NA ÁREA RURAL DA RMC - 1991/2000/2010.....	190
TABELA 11 - NÚMERO E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS CONSUMIDORES RURAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ROTAS DO PINHÃO, RMC, PARANA - 2002/2010	193
TABELA 12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 2006	196
TABELA 13 - NÚMERO E PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPE- CUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR QUE OBTIVERAM RECEITAS NO TURISMO RURAL - 2006	197

TABELA 14 -NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR, PARANÁ E MESORREGIÃO GEOGRÁFICA METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006	197
TABELA 15 -NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE OBTIVERAM RECEITAS NO ANO, TOTAL E DA ATIVIDADE, DE TURISMO RURAL - PARANÁ - 2006	198
TABELA 16 -PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO - CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO - ROTAS DO PINHÃO, RMC PARANÁ - 2006.....	202
TABELA 17 -NÚMERO DE PROPRIEDADES ATENDIDAS PELOS EXTENSIONISTAS DA EMATER/PR NA RMC, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE DEMANDADA - 2010	223
TABELA 18 -PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE PROPRIEDADES ATENDIDAS PELOS EXTENSIONISTAS DA EMATER /PR NA RMC, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE DEMANDADA - 2010	224
TABELA 19 -MATRIZ DAS AÇÕES DO MDA NO VALE DO RIBEIRA, ESTADO DO PARANÁ, 2009.....	242

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - LINHA DO TEMPO DAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO DO TURISMO NO BRASIL.....	85
QUADRO 2 - CARATERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL	87
QUADRO 3 - CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	119
QUADRO 4 - LINHA DO TEMPO DAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ	130
QUADRO 5 - POLÍTICAS E PROGRAMAS DA SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ - 2003-2006 E 2007-2010	137
QUADRO 6 - LINHA DO TEMPO DO TRAF ⁽¹⁾ NACIONAL E AÇÕES DA ECOPARANA	140
QUADRO 7 - RESULTADOS DO PROJETO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ - 2010	142
QUADRO 8 - EMATER AÇÕES REALIZADAS DO TURISMO RURAL ATÉ O ANO DE 2007	151
QUADRO 9 - PROJETOS E PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA COMEC/EMATER/PR.....	158
QUADRO 10 - RESULTADOS COMPARATIVOS DA ROTAS DO PINHÃO.....	164
QUADRO 11 - AGENTES E INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL	214
QUADRO 12 - VELHOS E NOVOS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: PROPOSTA DE TRABALHO COM FOCO NA RMC	215
QUADRO 13 - RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE PARTICIPAM ATIVAMENTE NA ROTAS DO PINHÃO - RMC - 2011	266

LISTA SIGLAS

ABAV	- Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABBTUR	- Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
ABEOC	- Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABETA	- Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura
ABIH	- Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRACCEF	- Associação Brasileira de Centros de Convenções e Feiras
ABRASEL	- Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ABRATURR	- Associação Brasileira de Turismo Rural
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRAZTOA	- Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CCVB	- Curitiba Convention and Visitors Bureau
CEPAL	- Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CMDR	- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CNC	- Confederação Nacional do Comércio
CNM	- Confederação Nacional dos Municípios
CNT	- Conselho Nacional de Turismo
CONDRAF	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DESER	- Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
DTR	- Desenvolvimento territorial rural
ECOPARANA	- Serviço Social Autônomo
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
FBAJ	- Federação Brasileira dos Albergues da Juventude
FBC&VB	- Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux
FENACTUR	- Federação Nacional de Turismo
FENAGTUR	- Federação Nacional dos Guias de Turismo

FNHRBS	- Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares
FOHB	- Fórum dos Operadores Hoteleiros do Brasil
FORNATUR	- Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
INFRAERO	- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MAPA	- Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MI	- Ministério da Integração Nacional
MINC	- Ministério da Cultura
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MPOG	- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
MT	- Ministério dos Transportes
MTE	- Ministério do Trabalho e do Emprego
MTUR	- Ministério do Turismo
MTur	- Ministério do Turismo
OMT	- Organização Mundial de Turismo
PDITS	- Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	- Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PTDRS	- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
ROP	- Regulamento Operacional do Programa
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	- Serviço Nacional do Comércio
SETU	- Secretaria de Estado do Turismo do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
1 REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO NO TURISMO RURAL E A IMPLEMENTAÇÃO	
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO	27
1.1 ALGUMAS PROPOSTAS DE ANÁLISE DE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO	29
1.1.1 Regionalização	38
1.1.2 Região e regionalização no Paraná	42
1.2 DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO NO	
ESPAÇO RURAL	46
1.2.1 Desenvolvimento	46
1.2.2 Desenvolvimento rural	60
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO	70
1.3.1 Uma revisão da literatura sobre as políticas públicas e o turismo	72
1.3.2 O processo de formulação da política pública do turismo no Brasil	81
1.3.3 A implementação das políticas públicas do turismo	84
1.3.3.1 Os planos nacionais do turismo - PNT: período 2003-2006, 2007-2011	94
1.3.3.2 O programa nacional de regionalização do turismo - 2003-2010	97
1.3.3.3 O turismo rural na política de regionalização turística	106
1.3.3.4 O turismo nas diretrizes do desenvolvimento rural: dicotomia rural- urbano e a pluriatividade	111
1.3.4 Da agricultura para a política pública do turismo rural	114
1.3.5 Conclusões do capítulo	127
2 POLÍTICAS DE TURISMO RURAL NO PARANÁ E NA RMC	129
2.1 O TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ: OS AGENTES DA POLÍTICA	
PÚBLICA DO TURISMO RURAL E A DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS	129
2.1.1 Sistema Secretaria de Estado do Turismo - SETU	129
2.1.2 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	146
2.1.3 Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB)	152
2.1.4 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC	154
2.1.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)	159
2.2 COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	166
2.3 BALANÇO DA POLÍTICA PÚBLICA DO TURISMO RURAL METROPOLI- TANO NA REGIÃO ROTAS DO PINHÃO	171

2.4	DESENVOLVIMENTO (TERRITORIAL) E TURISMO RURAL NO ESPAÇO METROPOLITANO - ROTAS DO PINHÃO	174
2.4.1	A modernização conservadora na rmc e as rotas do pinhão.....	177
2.4.2	Assimetrias e heterogeneidades da região turística rotas do pinhão	182
2.4.3	O turismo no rural metropolitano segundo os dados do censo agropecuário.....	194
2.4.4	A cadeia produtiva do turismo nas rotas do pinhão: os estabelecimentos de meios de hospedagem e serviços de alimentação no espaço rural metropolitano	200
2.5	CONCLUSÕES DO CAPÍTULO	207
3	RESULTADOS DA PESQUISA: LEITURA E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO RURAL NA RMC A PARTIR DOS GESTORES.....	211
3.1	METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO	211
3.1.1	Análise comparativa de dados e levantamento de campo.....	211
3.2	VISITAS DE CAMPO: A REPRESENTATIVIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	216
3.3	PESQUISA DE CAMPO COM EXTENSIONISTAS DA EMATER.....	225
3.4	ANÁLISE DO RESULTADO DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS	237
3.4.1	Região e regionalização no turismo rural e o desenvolvimento (regional, territorial) - uma visão desde as esferas federal e estadual	239
3.4.2	A visão dos gestores municipais em torno do desenvolvimento e do turismo rural	250
3.4.3	A gestão institucional e a dimensão espacial. A governança e o turismo rural vista pelos agentes federais e estaduais.....	254
3.4.4	A gestão institucional e integrada do anel de turismo rural na RMC: a visão dos gestores municipais	256
3.4.5	Infraestrutura, mercado e identidade local: o descompasso.....	260
3.5	BALANÇO DA GESTÃO DO TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DAS ROTAS DO PINHÃO NOS MUNICÍPIOS DO NÚCLEO URBANO CENTRAL	263
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	268
	REFERÊNCIAS	288
	APÊNDICE 1 - TABELAS REGIÃO METROPOLITANA	321
	APÊNDICE 2 - FORMULÁRIOS DE PESQUISA	345
	ANEXO 1 - LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO TURISMO RURAL NO BRASIL	345

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo o turismo rural no desenvolvimento do espaço metropolitano, com ênfase na análise da implementação das políticas públicas na Região Turística das Rotas do Pinhão na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, no período entre 2003 e 2010. A Região Turística Rotas do Pinhão abrange uma área de 16.578 km², que corresponde a perto de 8,3% do território estadual, fazendo divisa com as regiões turísticas Litoral, Campos Gerais e Centro-Sul sendo constituída por 29 municípios¹.

A dissertação buscou analisar categorias básicas de análise capazes de expressar o fenômeno turístico na área rural metropolitana como um instrumento para o desenvolvimento, dentro da política pública do turismo e das políticas para o desenvolvimento rural, e assim entender o papel exercido pelos agentes em suas múltiplas escalas no fortalecimento da região e da regionalização do turismo.

A partir da década de 1990, o turismo rural veio a reboque das novas ruralidades que se conformaram em torno da pluriatividade na agricultura familiar (SILVA, 2000), incentivado por programas específicos no Estado (COMEC, 1996). Os processos de esvaziamento demográfico do campo, a proletarianização da mão de obra e a diminuição da participação da agricultura no Produto Interno Bruto-PIB (FERREIRA, 1999) levaram muitas instituições de pesquisa e centros acadêmicos a

¹ Esta dissertação usará indistintamente como equivalente o nome Rotas do Pinhão e Região Metropolitana de Curitiba – RMC. A Região Metropolitana de Curitiba está quase totalmente localizada no Primeiro Planalto Paranaense composta pelos municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná. A RMC apresenta como principais divisores naturais geográficos; a sudoeste a Serra da Escarpa Devoniana, alcançando as bordas do Segundo Planalto Paranaense, e a leste a Serra do Mar, divisor com a planície litorânea. Faz fronteira ao norte com o Estado de São Paulo e ao sul com o de Santa Catarina. Mais detalhes sobre as Rotas do Pinhão, consultar SETU (2008), Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011 em: <http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/Planos/PlanoRotasdoPinhaoCuritibaRegiaoMetropolitana.pdf>

enxergar esses fatos como o fim da pequena produção familiar no Brasil. No caso específico da RMC, o êxodo de grandes contingentes de população, notadamente do rural para as cidades da RMC provocou o governo da época, a desenhar propostas para sistematizar o uso e a ocupação do solo no entorno geográfico e, ao mesmo tempo, promover um sistema de proteção das bacias hidrográficas que abastecem de água a metrópole (COMEC, 1978, 1982, 2002, 2006).

A análise do turismo no espaço rural da Região Metropolitana de Curitiba ilustra a relevância adquirida pela atividade ao longo dos últimos anos, como alternativa de renda nas pequenas propriedades da agricultura familiar da região, e a capacidade de incorporar mão de obra, acomodados na complementação de renda da pluriatividade. Segundo o Censo Demográfico de 2010, os 29 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, com uma população total de 3.223.836 habitantes, representam 30,8% da população urbana do Estado do Paraná. A RMC apresenta contrastes que combinam o aglomerado urbano mais importante do Estado (Curitiba) com os municípios de maior pobreza (Vale do Ribeira). Desses habitantes, 2.9 milhões estão nas cidades, que representam uma taxa de urbanização de 92%. Há uma combinação de espacialidades socialmente críticas com outras de extrema relevância econômica e institucional; entre seus municípios, há alguns com elevado grau de desenvolvimento enquanto outros caminham para descobrir a sua vocação (IPARDES, 2004). Na década de 1991-2000, o crescimento da população da RMC foi acima de 3%, enquanto nos últimos dez anos, entre 2000 e 2010, a taxa diminuiu para 1,36% (IPEA, 2011).

Esta dissertação buscou identificar se o turismo rural representa uma oportunidade para o desenvolvimento de pequenos produtores rurais na RMC. Parte-se da tese defendida por alguns autores (ALMEIDA e RIEDL, 2000; SILVEIRA, 2009) de que a defesa do segmento não pode ser encarada como panaceia do desenvolvimento, em localidades onde nenhum outro segmento econômico é capaz de produzir excedente econômico para a reprodução do capital. Essa relação não é possível ser generalizada como uma verdade tautológica na RMC, onde a relação com o espaço regional assume contornos mais complexos, por isso a gestão institucional, o desenvolvimento

de modelos de gestão local e a formatação de produtos não garantem individualmente o desenvolvimento de mercados turísticos, como base para o desenvolvimento da atividade na região.

O alcance dos objetivos a que os processos de desenvolvimento se propõem, está relacionado ao empoderamento dos atores que usam e atuam sobre o território, e isso se dá em diferentes escalas, o que é definido por Brandão (2007) como ação transescalar. O desenvolvimento deve ser visto como um conjunto de ações, mecanismos, estratégias e políticas endógenas, desencadeadas por atores local-regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo articulações por meio de novos usos políticos e econômicos do espaço regional. É neste cenário de multidimensionalidade de agentes, atores e escalas que se analisará a Região Turística Rotas do Pinhão onde são identificáveis diversos tipos de comportamentos de mercado na atividade da cadeia produtiva do turismo (IPARDES, 2008, 2008a), estabelecendo relações diretas e configurando o espaço regional.

Como objetivo geral se propôs caracterizar a relação entre turismo, políticas públicas e o desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba (Região Turística – Rotas do Pinhão), a partir da avaliação da política de regionalização para o turismo rural no Estado do Paraná.

Como desdobramento do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

1. Em primeiro lugar, analisar e avaliar a produção e as práticas de desenvolvimento do turismo rural por meio das políticas públicas setoriais do turismo rural do Ministério do Turismo - MTUR, e da visão dos agentes nas escalas estadual e municipal, identificando pontos de convergência e fragilidade no desenvolvimento da regionalização do turismo rural metropolitano;
2. Em segundo lugar, decompor a implementação das políticas públicas para o turismo rural a partir da visão dos agentes nas escalas federal, estadual e municipal, e conhecer o papel que os agentes exerceram no incentivo à pluriatividade por meio das políticas públicas setoriais do meio rural e do turismo. E,

3. Em terceiro lugar, identificar o papel do Estado e dos agentes regionais no turismo rural das Rotas do Pinhão, o papel das escalas de participação e o processo de regionalização à luz do desenvolvimento (territorial) mediante as práticas de turismo rural.

As hipóteses de trabalho buscaram focalizar principalmente o papel dos agentes do processo e a influência que estes tiveram na forma de implementação das políticas públicas para o turismo rural na região turística Rotas do Pinhão. Na produção e implementação das políticas públicas para o turismo rural por parte dos agentes federais, estaduais e municipais, não houve integração dos objetivos pautados para o desenvolvimento rural, mas tampouco para o desenvolvimento do turismo no espaço rural.

Para entender melhor os diversos percalços desse processo, os atores (empreendedores e a comunidade) foram apenas identificados sempre que necessário, não se adentrando na formatação dos roteiros turísticos, tampouco em como os proprietários rurais e empreendedores participaram ativamente desses roteiros turísticos.

O Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2004) da atual Política Nacional do Turismo contemplou a consecução do desenvolvimento local e regional mediante a regionalização com foco no "planejamento coordenado e participativo". Dessa forma, a proposta adotou o conceito de região turística como referência espacial, na qual se inserem os produtos turísticos, para superar a visão setorial, segmentada, unidimensional. A região se integra ao olhar sistêmico que foca as inter-relações entre os setores (turismo e os demais), as relações entre as diferentes partes do território (dentro da mesma região) na procura de dar oportunidade de se desenvolverem em todas as partes.

No período de análise da implementação da política pública para o turismo rural, entre 2003 e 2010 nas Rotas do Pinhão, considerou-se que os propósitos estabelecidos na política nacional do turismo não foram devidamente entendidos pelos agentes das políticas públicas no Estado do Paraná. Houve um descompasso

entre as políticas públicas setoriais para o desenvolvimento do turismo rural, principalmente aquelas dirigidas para a agricultura familiar e amparadas pelo programa nacional da agricultura familiar - PRONAF e a implementação (ou não) das políticas públicas do MTUR, do turismo no espaço rural.

Mesmo sendo um dos estados pioneiros no desenvolvimento do turismo rural do Brasil, o turismo rural não obteve o resultado esperado. No caso específico da Região Metropolitana de Curitiba e das Rotas do Pinhão, o papel exercido pelos agentes na região turística durante o processo de consolidação das redes e roteiros turísticos e as intervenções (escalar) na implementação da política pública do turismo rural foi pontual ficando assentadas em questões setoriais, econômicas e mantendo a desarticulação nos resultados alcançados.

A metodologia adotada pela pesquisa foi de estudo de caso com análise exploratória do processo de desenvolvimento do turismo rural na RMC, buscando identificar os instrumentos das políticas foram realizadas as seguintes etapas:

Levantamento das informações secundárias. Análise das fontes secundárias disponíveis referentes a algumas variáveis espaciais como: a população e migração; a infraestrutura; o sistema produtivo; os diagnósticos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). Foram também considerados os dados do IPARDES relativos às leituras regionais, à cadeia produtiva do turismo e os dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que contribuíram na construção do ponto de partida necessário para aprofundar a análise qualitativa.

Outro grupo de informações secundárias foram os dados do planejamento monitorados pela SETU, e o último levantamento permitiu a comparação entre os anos de 2005, 2008 e 2010. Embora não utilizados, também foram analisados os planos diretores e os resultados da conferência metropolitana promovida pelo Ministério das Cidades e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Análise Comparativa de Dados. Levantamento dos dados oficiais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), anos 2009 e 2010.

Dados de consumo de energia elétrica na área rural - Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Censo Agropecuário 2006, do IBGE. Tabulações especiais para estabelecimentos do turismo rural; pesquisa da Cadeia Produtiva do Turismo do Estado do Paraná, para a RMC (IPARDES, 2008b).

O levantamento de campo se iniciou com visita aos municípios preliminarmente demarcados com base no critério de distância dos centros turísticos. Este trabalho foi realizado em dois momentos, março e novembro de 2010, com a identificação dos elementos turísticos nos municípios contemplados na pesquisa. Nas entrevistas, os instrumentos de coleta foram de dois tipos: questionários e entrevistas, que serão relacionados no capítulo correspondente.

Partindo dessa metodologia, os resultados dos estudos realizados estão estruturados em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata dos conceitos de região, delimitando a problemática, salientando a importância da formulação do conceito e apresentando algumas das concepções mais conhecidas e que serviram de base para a definição das políticas públicas de regionalização do turismo, políticas que foram aplicadas na organização do espaço turístico rural na RMC.

No segundo capítulo são apresentados os dados que identificam a oferta turística e os equipamentos do espaço rural metropolitano para contrastar com a realidade econômica, social e ambiental dos municípios da Região que acumulam fortes assimetrias no desenvolvimento territorial. Complementa-se o capítulo com um resumo da observação de campo e a tabulação especial dos dados relativos aos empreendimentos turísticos periurbanos e rurais na RMC da pesquisa da cadeia produtiva do turismo (IPARDES, 2008b).

O terceiro capítulo recolhe o resultado das duas pesquisas realizadas, uma quantitativa, com questionário fechado dirigido para os extensionistas rurais que trabalharam na Região Metropolitana de Curitiba e que estiveram envolvidos com as práticas de ocupações rurais não agrícolas, dentre elas, o turismo rural. A outra pesquisa foi qualitativa com os agentes das esferas federal, estadual e municipal envolvidos com o planejamento, gestão e implementação das políticas públicas do

turismo rural na RMC. Este capítulo conclui com um balanço das hipóteses de trabalho em torno da organização e gestão institucional das políticas públicas para o turismo rural metropolitano.

O último capítulo traz as considerações finais do trabalho; nele se tecem argumentos sobre o planejamento e a gestão das políticas públicas no espaço rural metropolitano, concentrando-se especificamente na atuação do Estado, em suas diversas escalas, na organização territorial segundo a definição dos objetivos propostos.

1 REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO NO TURISMO RURAL E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

A compreensão e a análise da proposta desta dissertação tiveram como marco uma discussão sobre o desenvolvimento (territorial) e o papel do turismo na construção desse processo no mundo rural metropolitano. Os conceitos do turismo no espaço rural discutido a partir da escala metropolitana visam identificar a partir da história e das relações dos sujeitos do campo as famílias e suas identidades, a cultura e as tradições, e o que esse fenômeno sintetiza para o espaço rural. As questões sociais e econômicas marcadas pelo desenvolvimento, a dinâmica das diversas manifestações do turismo rural marcada pelo uso do espaço, a territorialização e fragmentação decorrentes do uso desse espaço como prática oposta aos objetivos que se propõe de levar sustentabilidade nos territórios onde se pratica. Vale alertar que este trabalho não contempla o papel do turista no uso do espaço, nem a interação deste com o modo de vida, o trabalho e saberes, tampouco a apropriação das formas desses sujeitos do campo e os possíveis conflitos e dicotomias que a atividade coloca em pauta.

Os estudos das regiões geográficas ou das chamadas regiões naturais passam a receber maior atenção após a Segunda Grande Guerra, seja pelas análises da Economia, seja pelas pesquisas das Ciências Políticas. Gomes (2007) resgata o conceito de Região a partir de sua raiz latina: *regere... ragione* nos tempos do Império Romano. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Lencioni (2009) argumenta que a região se apresenta como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e o local. "A Região é parte de uma totalidade, tanto quanto o conhecimento geográfico, esta presente em todas as sociedades." (LENCIONI, 2009, p.198).

Conceitos como região e território e a definição das escalas de cada um deles passaram a ser utilizados recorrentemente nos estudos do turismo. Na segunda

metade do século XX, a procura por modelos sistêmicos, tão em moda no turismo, deparou com modelos similares na geografia (a exemplo de Christaller e as localidades centrais). As diversas funções e hierarquias dos territórios na organização espacial do turismo e as políticas públicas vigentes reforçaram o enquadramento da oferta e da demanda turística nesses patamares, e impõem a organização e exploração do turismo em formas de redes. A fim de introduzir essa perspectiva, analisam-se os conceitos que serão mais utilizados no trabalho de pesquisa.

É no debate sobre o desenvolvimento que recuperam importância os conceitos que são fundamentais na estrutura da Geografia, tais como região, território, lugar. No âmbito deste capítulo se discute apenas o conceito de região. Nesta discussão há, contudo, pontos de convergência entre os diversos conceitos geográficos, em especial na formação e diferenciação de região e do território. Não há conceitos puros, contextos diferentes e realidades e escalas mutantes fazem parte do sistema explicativo do conceito de Região.

A revisão sobre o conceito Região põe em evidência os parâmetros do debate da regionalização do turismo e busca identificar fatores determinantes das mudanças conceituais que impõem limites à implementação das políticas públicas. A região, como conceito, tem uma escala de solução variável que transcende desde o âmbito global, até o subnacional e estadual, razão pela qual, numa primeira precisão, é importante insistir que o debate regional proposto fica dentro dos limites do espaço estadual. Em segundo lugar, independentemente da multiescalaridade do debate, o papel da região é dinâmico, assim como as relações que nela se estabelecem, o que faz com que a construção regional seja sempre diferente uma da outra, assim como as relações espaciais, sociais e econômicas são também diferenciadas e assimétricas, o ordenamento territorial que se estabelece é fruto do confronto das forças sociais, econômicas e espaciais que nela se congregam. Finalmente, o conceito sugere, além dos pontos anteriores, mais uma valoração e um papel político, com um determinado contexto histórico e com uma institucionalidade própria. A região, assim como o território, é a produção social que

contempla os conflitos que se estruturam e as lutas que se travam em torno deste ambiente construído socialmente. Nenhum recorte espacial poderá mais ser visto como passivo, mero receptáculo sem contexto institucional e moldura histórica (BRANDÃO, 2007).

1.1 ALGUMAS PROPOSTAS DE ANÁLISE DE REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO

Para compreender o debate sobre a dimensão regional e mais apropriadamente sobre a região, deve-se voltar às últimas décadas do século XIX, caracterizado por dois processos extremamente importantes para a Europa e para a geografia: o novo momento da expansão territorial na fase do capitalismo monopolista e a sistematização da Geografia como ciência, com a abertura de inúmeros cursos nas universidades europeias e norte-americanas. Esses dois processos formataram a linha clássica da Geografia do final do século XIX, em que se destacaram dois conceitos de região. O primeiro deles, o da região natural influenciada pela escola geográfica francesa cuja corrente determinista caracterizava a região pela uniformidade geológica ou geomorfológica e da combinação e integração em áreas dos elementos da natureza, justificando a exploração dos recursos naturais por interesses econômicos; e a região geográfica, decorrente da visão positivista de Vidal de La Blache, que vem sendo empregada para designar uma unidade de atividade, de povoamento homogêneo, de cultura, que confere a seu quadro, homogêneo ou não, certa coesão e personalidade (GEORGE, 1978) em que os componentes humanos e naturais da paisagem conferem uma combinação específica à diversidade, singularizando o espaço regional (CORRÊA, 1987; GOMES, 2007).

A região como categoria de análise é explorada por diversos autores cujas análises serão sucintamente enfocadas na sequência. Santos (1988) permite compreender como uma mesma forma de produção ocorre em diversas partes do mundo, reproduzindo-se conforme suas especificidades locais. Porém, "compreender

uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu reatamento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos." (2008, p.52). Ou seja, entender a região em sua história, seus funcionamentos específicos, suas relações, seus arranjos particulares, sempre em movimento. Santos (2008) define o espaço como totalidade e como instância social. Discute como as heranças (rugosidades) podem jogar papel ativo na atual divisão territorial do trabalho. Mais recentemente (SANTOS, 1994) dirigiu suas pesquisas para o papel do meio técnico-científico informacional na estruturação do espaço. Santos (1994, p.18) analisa o conceito de região no quadro da globalização e define que "[...] as regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, nacional e mesmo do local, são espaços de conveniência, lugares funcionais do todo, um produto social".

Doris Massey (1981) dedica seu esforço em compreender as formas como o capitalismo se organiza e desorganiza. As regiões podem ser consideradas como uma entidade espacial coerente em termos de relações sociais ou como uma desagregação geográfica baseada numa singular variação econômica. Massey liderou uma corrente de explicações mais empírica de conhecimento do espaço econômico no capitalismo, distanciando-se de modelos marxistas, para melhor entender a diferenciação regional-local (GONZALEZ, 2005).

Para Ann Markusen² (1981, *apud* CARLIAL, 1993), a região é uma realidade empírica, uma questão concreta, porém, não constitui numa categoria que possa ser elaborada teoricamente. A região é importante como objeto de luta humana, cujo significado encontra-se nas lutas que nela ocorrem e não na entidade *per se*. Cabe buscar as causas de tais conflitos, nas relações sociais. Aproxima o conceito do de "regionalismo", que traduz como a adoção de uma reivindicação territorial por um grupo social, ou uma dinâmica social objetiva, que causa diferenças territoriais em formações sociais. Markusen (1981, *apud* CARLIAL, 1993) descarta a possibilidade

² MARKUSSEN, A. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v.1, n.2, maio 1981.

de uma conceituação marxista de região, afirmando que seria mais apropriado se discutir "regionalismo" como organização de lutas políticas referidas a determinado espaço. Massey³ (*apud* HEIDRICH, 2000) considera que o processo de acumulação capitalista engendra continuamente o abandono de algumas áreas e a criação nelas de reservas de força de trabalho, e a inserção de outras áreas para novos ramos de produção e a restauração da divisão territorial do trabalho e das relações de classe em seu conjunto. Há uma histórica desigual distribuição geográfica do capital nos diversos setores da produção que fortalecem a diferenciação regional. A relação do regionalismo com o poder é denotada, mas como modo de compreensão do fenômeno (HEIDRICH, 2000).

Carliail (1993, p.45) resume para o Brasil o debate regional levantando a contradição presente no seio da articulação Espaço – Região, expressa historicamente nos projetos de regionalização, a imbricação dos dois conceitos e a diferença que se estabelece em função da conformação da divisão social do trabalho, característica de cada região. Citando Coraggio⁴ (1980 *apud* CARLEIAL, 1993), a autora reforça que a região aparece ao evidenciar formas de inserção específicas na matriz produtiva com as diferenças em nível da organização da produção e das relações de trabalho cuja essência decorre da regionalização efetiva. A regionalização forma parte do projeto de atuação do Estado e, em consequência, a prática se contrapõe aos regionalismos existentes, tornando-se um dos elementos que o debate regional coloca na pauta. Ainda, a autora citando Diniz e Lemos⁵ (1990 *apud* CARLEIAL, 1993) considera que existem outros caminhos para a regionalização, dependendo do marco analítico e dos objetivos a serem atingidos,

³ MASSEY, D. Regionalismo: alguns problemas atuais. **Espaço e Debates - Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v.1, n.2, maio 1981.

⁴ CORAGGIO, J. L. **On social spacenes and the concept of region**. Texto apresentado no First World Regional Science Congress. Cambridge, Mass. 1980. Mimeo.

⁵ DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: **Prioridades e perspectivas de políticas públicas para a década de 90**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1990. p.161-199.

No Brasil, a relativa acomodação ao uso das informações disponíveis para as regiões definidas pelo IBGE tem sido parcialmente responsável pela reduzida discussão desse tema. Felizmente as alterações concretas no território brasileiro começam a inquietar e a gerar um interessante movimento de pensar e propor novas regionalizações.

Gomes (2007), a partir de um histórico sobre o conceito de região, chega a três grandes conclusões: o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; o debate sobre o conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos etc.; e, por último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência.

Gomes conseguiu distinguir também três grandes domínios nos quais a noção de região está presente. O primeiro é a própria "linguagem cotidiana do senso comum". Aqui os princípios fundamentais são o de localização e extensão. O segundo domínio é o administrativo, ou seja, a região é vista como uma *unidade administrativa*, nesse caso, a divisão regional é a base para a definição e o exercício do controle na administração dos Estados e de suas subunidades, quando for o caso. O terceiro domínio é o das "ciências em geral" nas quais o emprego da noção de região associa-se também à ideia de localização de determinados fenômenos (p.53-54).

Nos últimos dois séculos surgiram os conceitos de região natural, região geográfica, região homogênea etc. As discussões que passam a ser travadas sobre esses conceitos acabaram provocando debates nos quais o tema predominante passou a ser "a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico" (GOMES, 2007).

Gomes (2007) afirma que no mundo globalizado onde as trocas são intensas e constantes, a forma e o conteúdo das regiões mudam rapidamente. Ao tratar esse conceito a partir das determinações políticas e econômicas que formam e definem a longevidade das regiões, a análise rompe a abordagem tradicional que apresenta uma divisão regional cristalizada, muitas vezes ultrapassada, que não corresponde à

dinâmica atual da constante (re)organização dos espaços regionais. A análise regional ganha fôlego em sua relação com a economia que a adota na organização da política econômica e ainda fortemente compartimentada pela organização política de alguns estados nacionais como ocorre no Brasil de hoje⁶.

Castro⁷ (1994 *apud* CUNHA 2000), a partir de sua análise das duas grandes vertentes que lideravam nas pesquisas nas quais o conceito de região foi considerado de formas diferentes na Geografia, propõe uma "alternativa metodológica para a região e para o lugar", centrada em três premissas principais: a superação dos determinismos; o reconhecimento, como questão central, da complexidade dos fenômenos; e a consideração da escala como problema fenomenológico e não matemático. Isto porque, para ela, "a realidade, que é complexa, coloca-nos diante do particular que se articula com o geral, da unidade contida no todo e do singular que se multiplica" (CASTRO, p.47).

A abrangência do debate regional é ampla, o que suscita a impressão de que tudo (todos os processos e ações) seria regionalizado. Tratado como variável acabou tendo sua análise banalizada por muitos autores e práticas e caiu em desuso dentro da geografia sendo retomada na metade da década de 1950 quando se experimentou uma transição da ortodoxia reinante e o fim da Segunda Grande Guerra, quando a consolidação do Welfare State trouxe à tona a região como problema (GONZALEZ, 2005). O desenvolvimento da ciência regional coincidiu com a vontade política de equilibrar o desenvolvimento em nível nacional e mundial. O problema regional se

⁶ A construção de regiões no Brasil obedece aos recortes da divisão territorial brasileira mediante diferentes dinâmicas de atualização, sendo constituídos para atender a objetivos específicos. São recortes territoriais legais (aqueles determinados por legislação federal, estadual ou municipal) e alguns deles estabelecidos pelo IBGE para realização de sua missão institucional, porém nenhum, com exceção das grandes regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro Oeste e Amazônia), tem caráter de identidade. Por isso, é motivo de grandes conflitos e embates teóricos entre geógrafos e teóricos do desenvolvimento regional.

⁷ CASTRO, I. E. de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A. A. de. **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

remetia inicialmente a noção de disparidades econômicas, na estrutura institucional, no nível de renda e produção, entre as regiões de um espaço nacional, e mais tarde se estendeu para o nível mundial, colocando de manifesto a dicotomia entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos (BENKO⁸, 1998, *apud* GONZALEZ, 2005).

Na América Latina de pós-guerra o enfoque neoclássico da economia e da geografia teve menor predominância, convivendo com visões heterodoxas e com o estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e junto desses, os enfoques marxistas. Esses enfoques tiveram um peso importante no pensamento regional e urbano latino-americano (GONZALEZ, 2005) e emolduraram de alguma forma as diferenças e os conflitos agrários. Interpretando trabalhos de Smith Gonzalez (2005) observa a existência de forte relação entre as escalas, além da dicotomia local-global, e suas construções intermediárias:

Las escalas [...] se (re)crean a través de los procesos capitalistas y se organizan en torno a una jerarquía sistemática que mantiene y facilita diferentes procesos involucrados en la acumulación y circulación del capital. Generalmente, de acuerdo con N Smith (1984), las principales escalas para la reproducción del capitalismo son la urbana, la regional, la global y la del estado-nación. En otras palabras, estas son las escalas principales alrededor de las cuales el capitalismo encuentra una cierta coherencia, un cierto consenso entre los actores principales para llevar a cabo su proyecto alrededor de este espacio. (GONZÁLEZ, 2005, p.06)

Gonzalez (2005, p.11) afirma que a política das escalas tem como princípios o fato de: a) não serem determinadas de antemão, são construções sociais; b) as relações escalares são inevitavelmente relações de poder, portanto são arenas de mobilização onde se manifesta o conflito socioeconômico em nível de região; c) as escalas não devem ser entendidas como espécies de níveis ou capas do mundo social, mas como tramas que se enredam, se mesclam e hibridizam; d) as escalas devem ser entendidas em termos dinâmicos e relacionais, além de flexíveis; e f) as escalas emolduram e dão coerência à mobilização política das forças sociais.

⁸ BENKO, G. **La science régionale, que sai-je?** Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1998.

Egler (2007) resume para o Brasil o debate regional, levantando a contradição presente no seio da articulação Estado-Sociedade civil, expressa historicamente nos projetos de regionalização, como projeção do espaço de atuação do Estado sobre o território, e nas diversas formas de regionalismos existentes, frutos da expressão de ajustes contraditórios perante a questão nacional. Chama-se a atenção ao fato de o autor considerar a regionalização como parte do projeto de atuação do Estado e, em consequência, contrapor essa prática com os regionalismos existentes. Na verdade, é apenas um dos elementos que o debate regional coloca na pauta.

Pela reflexão exposta, observa-se então que a escala regional é uma visão em constante mutação onde convivem a cultura, como sistema de valores, e o processo de acumulação econômica, que está na base da expansão da sociedade na forma de forças produtivas. O permanente contraste entre a lógica dos meios da acumulação econômica com a lógica dos fins que rege a cultura nesses espaços regionais é a base da criação dos grandes mercados e ao mesmo tempo causa da crescente exclusão social (FURTADO, 2002). O desenho da regionalização turística no Brasil sobrepôs a transformação de bens culturais em negócios e a uniformização de padrões de comportamento, com o fomento indiscriminado desses produtos; o processo, contraditório em si próprio, frustrou formas de criatividade e descaracterizou a cultura do povo. Ao Estado caberia o incentivo às forças criativas da sociedade com o objetivo de promover o progresso e não apenas o desenho e monitoramento da política. Caberia, ainda, o fortalecimento da cultura da força criativa para abrir espaço para seu florescimento.

Como se observará adiante, a abordagem regional que fez o Plano Nacional do Turismo se restringiu, a princípio, à escala regional das macrorregiões: ora coincidentes com as macrorregiões político-administrativas, ora com as regiões econômicas ou fisiográficas (conforme aparece no Programa de Desenvolvimento Regional, no Macroprograma 3 - Infraestrutura, que menciona como exemplos o PRODETUR Nordeste II, Sul, Centro, PROECOTUR Amazônia e Programa Pantanal).

A propósito do turismo, Pearce (2003) trata do tema regional quando enfatiza a importância de uma abordagem microeconômica de modelos de viagem. Numa visão mais funcionalista, Pearce defende os fluxos entre localidades e os transportes entre as chamadas "regiões de serviço" integradas como variáveis de destaque e como elo dinâmico das relações entre os nódulos das redes de localidades urbanas. Baseadas nas desigualdades dos fatores de produção do turismo no espaço, os modelos de Pearce dependem de cálculos que regulam a eficiência do deslocamento para sua vantagem locacional, assim como da proximidade e acessibilidade da infraestrutura.

Nesses modelos cabe destacar que a região tem status similar à empresa na teoria neoclássica, para a qual a distribuição espacial das estruturas do turismo se dá a partir de pontos ordenados de produção e zonas de mercado de consumo (BRANDÃO, 2007). A discussão sobre o tamanho do mercado e as distâncias se torna fundamental e indica as escolhas de produção e de consumo turístico; a distância do mercado hierarquiza a região que se estrutura em rede a partir dos centros urbanos e de pontos de alta centralidade (BRANDÃO, 2007). Entende-se válido indicar que esse tipo de proposta orientou o desenvolvimento de grandes programas e projetos do turismo mundial impulsionados por organismos internacionais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), financiadores dos programas de desenvolvimento do turismo (PRODETUR) no Brasil⁹. Diante dos modelos difundidos por esses organismos nacionais e internacionais, coincidem algumas críticas que bem sintetiza Cruz (2005).

⁹ Frente aos modelos difundidos por esses organismos nacionais e internacionais, coincidem algumas críticas que bem sintetiza Cruz (2005). A estratégia estabelecida pelo BID para o desenvolvimento do turismo no Brasil, chamado de sustentável, foi focalizada em paradigmas de competitividade do produto brasileiro, na modernização da atividade, e na proteção do ecossistema e gerenciamento dos recursos naturais para reduzir as desigualdades sociais. Contudo, essa estratégia teria um papel importante: promover melhores condições de desenvolvimento do turismo sustentável e valorizar e destacar o relevante papel da participação da sociedade na construção desses destinos turísticos (BID: PDITS, 2004).

Partindo do pressuposto de que a região não existe *a priori*, ou seja, não é um dado da natureza, mas sim uma construção humana, é fato que o planejamento regional do turismo (como é a proposta do Programa de Roteiros Integrados do Plano Nacional), como processo de racionalização do uso de um dado espaço, já no ato de regionalizar exprime posicionamentos ideológicos e opções políticas daqueles que o fazem. Além disso, com os progressos da técnica, da ciência e da informação, base do processo de globalização, há profundas transformações nos sentidos e nos significados do conceito de região. Uma dessas transformações diz respeito à reelaboração do próprio sentido de contiguidade territorial da região em face da constituição dos chamados territórios-rede. Em função disso, questiona-se: como podem ser hoje delimitadas as regiões para um planejamento regional diante do desmantelamento de paradigmas tão arraigados em nossas mentes?

Bahl (2004) afirma que a delimitação de regiões turísticas como proposta preliminar para o encadeamento de ações norteadas ao desenvolvimento do turismo regional é de grande valia. O autor pondera que nem todos os municípios possuem atrativos turísticos em quantidade suficiente para se desenvolver como centros de recepção tendo que trabalhar com a ampliação de oferta de opções das localidades do entorno. Assim, colocam-se como elementos a considerar numa análise de regionalização a divisão político-administrativa, baseada em estados e municípios, a variação das superfícies das áreas de influência municipais, normalmente projetadas a partir das sedes urbanas, e a necessidade de inventariar atrativos e equipamentos de instalações disponíveis na infraestrutura (BAHL, 2004).

A visão defendida por Bahl (2004) do planejamento regional do turismo perpassa por vários enfoques, o geográfico, o econômico, o administrativo, o sociológico, o enfoque turístico. A visão do autor, contudo, é reforçada pela visão de Corrêa¹⁰, quando afirma que a organização espacial é um reflexo social (CORRÊA, *apud* BAH, p.42-43). Chama-se a atenção a que existe, porém, discrepâncias entre a racionalidade do mercado da organização espacial e regional e o interesse social

¹⁰ CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

levantada pelos autores citados (FURTADO, 2002, HAESBAERT, 2005, GONZALEZ, 2005, GOMES, 2007, entre outros citados) e é ainda uma questão a ser debatida na arena regional do desenvolvimento turístico e do turismo rural da RMC.

Silveira (2009) faz referência à estratégia adotada por países de se valer do turismo para combater as chamadas disparidades regionais e as desigualdades sociais existentes dentro das próprias regiões afirmando que

o incremento do turismo não deve ser visto como uma panacéia que vem a resolver todos os problemas decorrentes de um modelo de desenvolvimento regional marcado por desigualdades, que se caracteriza pela falta de complementaridades onde áreas dinâmicas tornam-se cada vez mais autônomas e as demais áreas cada vez mais abandonadas (SILVEIRA, 2009).

O argumento reforça a defesa de estratégias de implantação geográfica que tomem em consideração a diferenciação regional, a diversidade de paisagens a serem preservadas e a história, pois as estratégias de desenvolvimento nem sempre poderiam ser transferidas de uma região para outra como se todas fossem homogêneas no sentido geográfico (SILVEIRA, 2009).

1.1.1 Regionalização

É a tarefa de dividir o espaço segundo critérios explícitos que variam segundo intencionalidades. "Não são definitivas, tornam-se um meio, não um produto". (HAESBAERT, 2010, p.20). Esse autor considera a região um conceito polissêmico que compreende a esfera de domínio (regere) ou o espaço ocupado por alguma coisa, ou a relação de uma parte com ou um todo, mas também ligado às relações de poder e hierarquia na esfera política. Na visão do autor,

[...] pensar região é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização, seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais. Incorporar como dimensão primeira o espaço não significa [...]que se trate de um espaço separado ou separável dos sujeitos que o constroem. (HAESBAERT, 2010, p.25).

Haesbaert (2005, p.11) levanta pontos de interesse no debate da escala regional e a regionalização, entre os quais, destaca: (i) o acirramento das desigualdades econômicas, nas mais diferentes escalas, o que implica discutir, apesar da polêmica que o termo envolve os níveis de "exclusão" inter-regional; (ii) a reconstrução permanente das diferenças culturais no e através do espaço, com sua (re)produção e (ou) (re)invenção não só para fortalecer movimentos sociais (como os regionalismos) e reafirmar identidades, mas também para inserir regiões de modo mais enfático no "mercado global de regiões"; (iii) a crise de gestão à escala nacional e a consequente re colocação do problema das autonomias regionais, refazendo-se as relações entre os níveis local, regional em sentido estrito, estatal-nacional e global; (iv) a dificuldade de estabelecer "recortes" ou delimitações regionais claras num mundo que sobrepõe ou alterna distintas lógicas espaciais, ordenamentos e desordenamentos, desde os territórios num sentido mais tradicional, mais estáveis ("territórios-zona"), até as redes de conexão prioritariamente global (implicando debates como o das "cidades-regiões globais") e fluxos extremamente instáveis e de mais difícil mapeamento (como os acampamentos de refugiados ao redor do mundo).

O autor propõe ainda a reunião dos diferentes momentos do conceito de região e a sua permanente reelaboração ao longo da história da geografia em três grandes fases: uma primeira pautada pelo determinismo físico-natural, que rejeita divisões político-administrativas como base para a regionalização das unidades fisiográficas, a regionalização natural; uma segunda fase em que se identifica uma transição da região de bases naturais para uma região definida pela ação humana, e da relação do homem com meio; e, uma terceira fase, que intruduz a concepção de região econômica, e de forma implícita a região funcional (HAESBAERT, 2010, p.35).

Diversos autores brasileiros como Correa (1986), Gomes (2007), Lencioni (1999) e Haesbaert (1988, 1999, 2003, 2004, 2005) realizaram uma síntese do processo de construção, destruição e reconstrução do conceito e seu percurso conceitual (HAESBAERT, 2010, p.39).

Em uma reflexão sobre processos de regionalização, Limonad (2004, p.58) lembra que, a despeito das adjetivações que acompanham a discussão de região como categoria de análise, ela é antes de qualquer coisa uma construção social que atende a interesses precisos. A autora destaca que a região "[...] constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos socioespaciais histórica e geograficamente localizados." Nesse sentido, uma regionalização fundamenta uma reflexão teórica ou atende a necessidades impostas por políticas setoriais, práticas de planejamento ou processos de desenvolvimento regional. Assim, as regionalizações possíveis para um determinado território podem apresentar variações em razão da finalidade, às quais se propõe atender.

Limonad (2004) indaga sobre a essência e intencionalidade da regionalização, para exorcizar, desse modo, o risco de naturalizar a escolha das variáveis e a aplicação das políticas. Assinalando a inexistência de limites precisos da história e da geografia e de outras disciplinas territoriais, a autora se pergunta como definir a região e como regionalizar. Pelo seu conteúdo, considerado intencional, as regionalizações possíveis para um espaço são muitas e cabe ao pesquisador desvendar os propósitos que cada uma delas desenha. A reflexão da autora sugere que, no Brasil contemporâneo, a regionalização é funcional à atual divisão internacional do trabalho, que orienta o planejamento a reforçar a globalização.

A regionalização é datada como movimento paralelo da sociedade e do território, produtor de diferenciações e, ao mesmo tempo, como critério (político) de divisão do espaço. É por isso que são reconhecidos os múltiplos eventos que, nos dias de hoje, impactam as regiões e complicam a sua definição, tanto para a interpretação como para a ação. (LIMONAD, HAESBAERT e MOREIRA, 2004). Na afirmação de uma regionalização há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial, para controle e gestão do território. Na globalização, sob domínio de centros hegemônicos, e áreas de influência, são grupos de Estados (Comunidade Europeia, Nafta, Alca, Mercosul), parcelas nacionais, e unidades supranacionais com forte identidade cultural (mundo árabe) etc.

É nesse sentido que Haesbaert (2010, p.104 e segs.) reforça que a concepção de regiões/regionalizações, visando à intervenção política, buscando uma mudança regional em termos de descentralização política, redução das desigualdades socioeconômicas ou resolução de questões ambientais e de disseminação político-cultural, implica não apenas conhecer "o que é" região ou "como" "vem a ser o que é", pela ação de seus habitantes, e dominar os instrumentais teórico-metodológicos que permitiriam identificar recortes ou parcelas regionais, mas também estar consciente dos constrangimentos e dos requisitos específicos a que está sujeita a ação prático-política, concluindo que os requisitos do próprio planejamento estatal já colocam *a priori* alguns limites à proposição conceitual¹¹.

É sob essa concepção multifacetada que o autor apresenta que a regionalização pode variar, num sentido amplo, de acordo com as questões e os objetivos que estão em jogo, em quatro formas distintas (HAESBAERT, 2005): a) uma regionalização como instrumento de análise (denominada região como artifício, centrada na figura do pesquisador, da investigação; b) uma regionalização como instrumento da prática dos sujeitos sociais em seus espaços vividos, com seus regionalismos e identidades regionais. c) uma regionalização como instrumento de intervenção (ou região plano, normativa) centrada na perspectiva do planejamento e que pode desenhar cenários de futuro; e d) uma regionalização como processo ao mesmo tempo teórico e prático que responde às articulações sociedade-espço em suas múltiplas dimensões, historicamente contextualizadas.

Na visão do autor, a opção por uma dessas regionalizações não implica, portanto, ser mais ou menos verdadeiro, tendo em vista que se responde a problemáticas distintas. Depreende-se dessas considerações que a definição das políticas públicas em torno da regionalização deve ser encarada como uma opção política.

¹¹ Haesbaert (*op. cit.*, p.105) comenta trabalho de planejamento regional realizado pela UFRJ junto ao Ministério de Integração Nacional no ano de 2005, em que os vetores econômico e cultural foram priorizados. Contudo, o autor afirma que trata-se de um caminho de mão dupla, ao mesmo tempo em que constrange teoricamente, constitui experiência muito rica porque pode apontar limitações das investidas teórico-conceituais.

1.1.2 Região e regionalização no Paraná

Sendo a região um espaço socialmente constituído, aquela que examina a unidade regional em suas relações com o modo de produção, aquela que não tem como preocupação fundamental e única delimitar rigidamente um território, mas compreender essa realidade à luz de sua dimensão histórica, a importância do conceito de região pode ser examinada por dois ângulos diferentes: de um lado, a necessidade de precisar adequadamente o objeto de trabalho, principalmente quando se trata de atividades de planejamento regional; e, de outro, o papel dos conceitos no processo de desenvolvimento da ciência, na elaboração de teorias.

A utilização indiscriminada e subjetiva do conceito de região e da regionalização se faz sentir principalmente quando se trata de implementar o planejamento regional. Frequentemente, o conceito de região, subjacente a planos e programas normalmente disponíveis, não ultrapassa em muito as abordagens geográficas e administrativas no sentido estrito, ou indicadas pelo IBGE, que partem da delimitação meramente territorial do espaço. Tal noção não contempla a realidade social em seu conjunto, nem as relações dessa com o espaço, prejudicando a percepção da realidade e comprometendo a qualidade dos diagnósticos a partir daí elaborados.

No Paraná, as frentes de ocupação econômica definiram e caracterizaram os espaços regionais de acordo com o momento histórico e a atividade econômica predominante¹², bem como a área de origem desses movimentos (PADIS, 2006), sem seguir uma divisão natural ou geográfica do espaço regional. Durante o século XX, o

¹² Padis (2006), na sua análise histórico-econômica do desenvolvimento econômico do Paraná, distingue três ocupações segmentadas, espacialmente e temporalmente: a ocupação do "Paraná Tradicional", a ocupação do "Norte paranaense" e a ocupação do "Oeste e Sudoeste paranaenses". O interessante é observar que não se trata aqui de uma regionalização administrativa oficial, mas de um recorte definido pela espacialidade do processo histórico de povoamento e ocupação econômica do território, que até pouco tempo atrás ainda eram referências na pesquisa social no Estado.

Paraná concluiu seu processo de ocupação econômica num contexto de desigualdade regional, com o esgotamento da fronteira agrícola, passando de um Estado com forte poder atrativo de população no período auge da cafeicultura, por exemplo, para uma das unidades da federação brasileira que tiveram menor crescimento populacional entre os anos 1980 e 1990 (MAGALHÃES; KLEINKE, 2000).

Os planejadores do Estado se deparam, então, com a necessidade de "controlar" as desigualdades regionais num contexto capitalista em que a sociedade brasileira está inserida, a qual, devido à sua própria natureza, se reproduz sistematicamente, como condição essencial de sua sobrevivência como sistema no espaço regional. A percepção dos agentes das políticas públicas, principalmente daqueles que planejam e executam a ação regional, tem perdido profundidade na medida em que, além de não se controlar as variáveis sociais, espaciais e históricas para as quais planejam, não se dispõe de instrumentos adequados de medição para as variáveis sobre as quais visam intervir.

Analisar a regionalização dos agentes da política pública envolvidos na produção do turismo rural na RMC implicou também analisar a organização territorial da reprodução da força de trabalho e, mais amplamente, a organização territorial da população. Na regionalização há setores da população rural que não estiveram, nem estão diretamente ligados à produção de e para o mercado (turístico), seja pela sua integração como mão de obra formal e informal, seja pela produção de valores de uso e serviços importantes, em especial para as atividades turísticas.

Há também peculiaridades regionais que têm surgido ao longo desses anos de forma natural, mas têm se fortalecido e se diferenciado pela forma com que se articulam as relações sociais e econômicas na região. A constatação de uma fragmentação regional na construção de uma regionalização, neste caso, na regionalização turística, não pode ser mais do que o reflexo das formas sociais e da produção que se impõem em nível regional, e para a qual a região em estudo está subordinada na gestão do território.

Ao analisar a regionalização do turismo na proposta da política pública nacional dos documentos denominados Diretrizes Políticas e Diretrizes Operacionais do referido programa (BRASIL, 2004a, 2004b), observou-se a noção de que o turismo é um subsistema inserido em um sistema social maior. Além disso, quiçá um elemento adicional para análise, os documentos enfatizam que a regionalização turística não deveria pautar-se nas tradicionais divisões geográficas. Assim, no âmbito do referido programa, a regionalização é entendida como "[...] a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística." (BRASIL, 2004a, p.11).

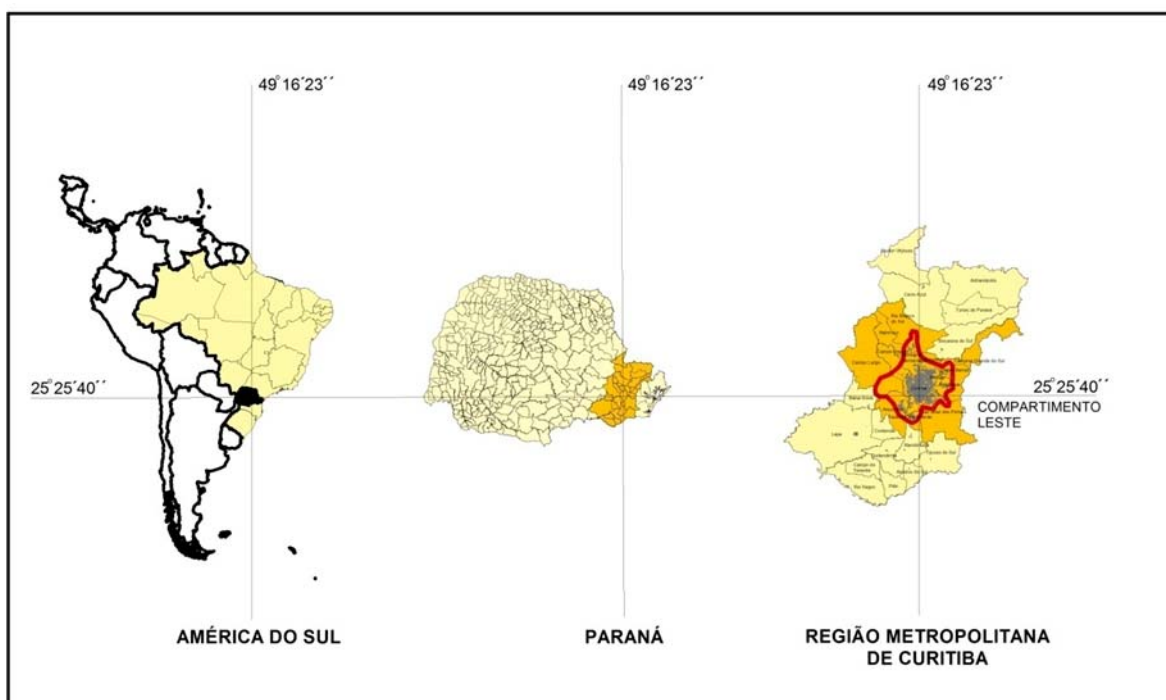
Contudo, a avaliação que se fez a *posteriori* mostra as discrepâncias entre os pressupostos teóricos que orientaram a formulação da política nacional e a sua execução nos estados do Brasil (BRASIL, 2010) e sua aplicabilidade nas diversas regiões turísticas no Estado do Paraná.

Ao se referir à regionalização, a princípio, privilegiou-se o uso da divisão espacial designada pela Secretaria de Estado de Turismo, e, segundo classificação realizada em 2006 adotada pelo programa de regionalização turística no Estado, o Paraná tem dez regiões. Coincidentemente, a região turística das Rotas do Pinhão, corresponde aos municípios da Metropolitana de Curitiba. Os vinte e seis municípios que, em 2006, compunham a RMC definida pelo IBGE, tal como legalmente instituída, pertencem à região turística Rotas do Pinhão, que, por sua vez, já incorporava a época outros municípios não metropolitanos (Campo do Tenente, Rio Negro e Piên). Com a entrada desses três novos municípios para a RMC, as Rotas do Pinhão e a RMC adquirem a mesma identidade espacial. Diante disso, decidiu-se trabalhar todos os dados da RMC e, na pesquisa de campo, restringir-se ao Núcleo Urbano Central da RMC oficial, perfazendo, no total, treze unidades regionais de análise.

Para não estabelecer conflitos de entendimento com a nomenclatura territorial definida pelo IBGE e amenizar a tarefa analítica, quando denominada, a região metropolitana de Curitiba com seu núcleo central pode ser chamada indistintamente de

região; região turística será denominada aquela que composta pelos 29 municípios da RMC e pelo fórum metropolitano, ou Rotas do Pinhão será indicação para os circuitos turísticos e municípios que participam ativamente do processo de construção das Rotas do Pinhão.

Essa regionalização impôs a execução de compatibilização das fontes censitárias adotadas. Assim, considerou-se, como base, a composição municipal das regiões, adotada no Censo de 2010 (Apêndice 1). No caso dos municípios que sofreram desmembramentos ao longo do tempo, foi respeitada a alocação regional dos municípios de origem, deixando equivalente a informação não disponível no período para tornar comparáveis os períodos analisados.



MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DO PARANÁ, A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E O NÚCLEO URBANO CENTRAL (NUC)

FONTE: IPARDES (2012)

1.2 DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO RURAL E TURISMO NO ESPAÇO RURAL

1.2.1 Desenvolvimento

Entendendo que o desenvolvimento é um processo permanente de crescimento e mudança estrutural de uma sociedade que permita a melhoria da qualidade de vida intergerações, o trabalho realizado analisou o que o turismo rural tem aportado para esse desenvolvimento. No debate do desenvolvimento (regional mundial), o estímulo à reflexão sobre a ação em seu favor é de suma importância. Qualquer estratégia de desenvolvimento que desconsidere uma ação traduzida pelo conjunto de interesses de indivíduos ou grupos sociais numa determinada base territorial, pode responder apenas parcialmente aos dilemas do desenvolvimento de uma região. Para discutir esse tema, e de acordo com o enfoque dado por Cruz (2006), estabeleceram-se algumas relações entre planejamento e as políticas públicas do desenvolvimento no turismo rural como parte do leque de opções na RMC.

No mundo todo e, em particular, na América Latina, a relação entre desenvolvimento regional, planejamento e políticas públicas vem passando nos últimos anos por um processo complexo de revisão e de redefinições, tanto nas suas concepções teóricas como no que diz respeito às experiências que vêm sendo executadas. O processo de globalização, em particular a diferenciação espacial que este fenômeno trouxe, exige rediscutir velhos temas com novos elementos, a partir da consideração de novos marcos teóricos interpretativos para a análise do desenvolvimento regional e da construção das políticas públicas.

O conceito de desenvolvimento vem sofrendo modificações e tem sua origem nas discussões efetuadas no pós-guerra e está inseparavelmente ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), com a Carta do Atlântico (1941) e a Carta das Nações Unidas (1945). Em um primeiro momento, o conceito de desenvolvimento

foi atrelado ao crescimento econômico, em termos pragmáticos, o desenvolvimento partia do enfoque do crescimento econômico dual, de cima para baixo, segundo o qual haveria uma evolução gradual das formas de produção com a passagem de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna.

A ideia central de desenvolvimento se encontra implícita desde os primeiros trabalhos dos economistas clássicos que procuraram entender as causas e a evolução das riquezas das nações, assim com a relação desta com o crescimento da população.

No intento de responder as interrogantes sobre o desenvolvimento, há uma série conhecida de autores que têm realizado algumas abordagens analíticas diversas, aportes para a compreensão dos fatores que condicionam o processo de transformação social em cada território singular. O termo desenvolvimento trouxe à tona uma polissemia sobre os tipos de desenvolvimento vinculados a diversas correntes do pensamento econômico. Apesar de prestarem-se principalmente aos seus objetivos, essas definições podem contribuir para esclarecer algumas ideias sobre os novos paradigmas acerca do tema, sendo necessário salientar que esses são tipos ideais e que quando se pensa o desenvolvimento deve ser visto de maneira abrangente, entrecruzando todas as ideias.

A verdade é que a configuração e as dinâmicas do mundo atual têm apontado para enfoques complexos, holísticos sobre o desenvolvimento e justamente essa compreensão se revela como uma atualização dos eixos fundamentais do debate contemporâneo sobre o tema para colocar em discussão a experiência concreta do desenvolvimento no Brasil e explorar posteriormente as questões que remetem ao desenvolvimento rural e ao turismo rural no Estado do Paraná. Salienta-se que não se buscou fazer uma revisão exaustiva de literatura, apenas identificar a obra de alguns autores cujos conceitos sobre o desenvolvimento caracterizavam uma abordagem mais espacial¹³. Entre os autores, escolhemos os mais notáveis, Boisier (1995, 1996,

¹³ Há autores não citados de importância para o tema do desenvolvimento por uma questão de opções, ou porque os pontos relevantes estão contidos nos elementos elencados a seguir. Alerta-se que o mesmo dilema se apresenta no tópico sobre desenvolvimento rural.

1999, 2001, 2005), Arocena (2001), Vazquez Barquero (2000), Albuquerque *et al.* (2002) para finalizar com as ponderações de Brandão (2007).

Arocena (2001) propõe um olhar para a relação local/global não em termos de oposição, mas como um binômio articulado no interior de uma tensão. Assume que o tratamento do tema do desenvolvimento deve necessariamente ser vinculado com fenômenos associados à globalização e sugere que a análise dos processos locais apresenta a dicotomia de manter a capacidade de conhecer cada realidade específica a partir dos processos globais. Na assunção desse desafio é possível realizar uma leitura do desenvolvimento local mediante a capacidade de distanciar as chamadas euforias localistas utópicas, bem como as críticas inspiradas dos determinismos estruturalistas (AROCENA, 2001, p.19).

O autor utiliza dois conceitos-chave para a releitura desse processo, o ator local e o modelo de acumulação. O modelo de acumulação define o marco conceitual que permite identificar as regularidades estruturais que condicionam as iniciativas de desenvolvimento (local), que não se esgotam na definição. O ator local introduz a noção de oportunidades ao alcance de estratégias possíveis de utilização. A partir dessas hipóteses conclui que a construção de um marco conceitual fundado na compreensão não reducionista dos processos e tendências contemporâneas constitui um desafio fundamental do mundo globalizado onde ao mesmo tempo em que se afirmam tendências planetárias se evidenciam o papel e a vigência das pequenas vilas e cidades.

Arocena (2001), por sua vez, vincula a geração de oportunidades e atividades produtivas com a dimensão cultural. Propõe a necessidade de gerar emprego, riqueza e atender às necessidades mais urgentes da população, levando em conta, para isso, as particularidades, as capacidades e a história e identidade da comunidade, o que implica a formatação de um sistema de atores segundo a capacidade de respostas locais onde os processos promovam uma ativa participação cidadã e de atores conscientes e ativos na busca do desenvolvimento. Além disso, a dinâmica de desenvolvimento supõe espaços de conciliação das diferentes lógicas de ação entre

os distintos atores para o desenho das estratégias "la relación entre producción y distribución de la riqueza adquiere un sentido relevante cuando se convierte en una condición de las políticas que se orientan a generar condiciones de seguridad social para todos los ciudadanos" (AROCENA, 2001).

Boisier (1995, 1996, 1999, 2001, 2005) reflete sobre as crescentes nomenclaturas do Desenvolvimento, ao analisar a gênese do conceito e sua crescente adjetivação associada aos diversos debates contemporâneos: territorial, regional, local, endógeno, descentralizado, de baixo para cima. Ao longo dos seus diversos estudos, aborda aspectos conceituais e históricos, ordenando-os para uma reflexão epistemológica. Ao confirmar que o conceito de desenvolvimento é complexo, axiológico e multidimensional, "qualitativo em sua essência e intangível por consequência", o autor defende que deve haver uma transição de paradigmas e um retreinamento mental para que seja alcançado o verdadeiro desenvolvimento.

Segundo o autor, entender o desenvolvimento e, por consequência, intervir no fomento ao desenvolvimento com alguma possibilidade de êxito, requer enfoques sistêmicos e recursivos que permitam apreender sua verdadeira natureza. Conforme Boisier, trata-se de reconhecer que o desenvolvimento é um processo, e que, embora precise de uma base material, é de natureza intangível; sendo assim, também serão intangíveis os fatores que o determinem. Assim se utiliza o conceito de capital intangível, o qual deve ser articulado e potencializado com vistas a direcioná-lo a uma forma superior de capital, chamado de capital sinérgico. O ponto crucial e talvez o corolário mais importante da reflexão é que os capitais intangíveis e em geral o capital sinérgico são mais frequentemente mobilizáveis em espaços sociais e territórios pequenos, de natureza prosaica, onde as relações se estabelecem cara a cara e os costumes e as tradições constituem elementos de grande valor.

Dentre os autores que adota uma visão mais otimista do desenvolvimento podemos citar a Vázquez Barquero (2000), o qual propõe como fatores-chave para processos de desenvolvimento endógeno, o progresso técnico e a acumulação do capital (VAZQUEZ BARQUEIRO, 2000). Além disso, identifica que o caráter endógeno

só se reforça na existência de rendimentos crescentes dos fatores e pelo papel dos atores econômicos, privados e públicos, nas decisões de inversão e localização. Isto é, pela capacidade empreendedora local, as ações de capacitação de potenciais criadores de empresas, as políticas de formação de empregos mediante a cooperação entre os agentes públicos e privados tornam-se elementos-chave para a geração de economias externas e internas de escala que reduzem o custo e melhoram a produção do excedente (econômico). O Desenvolvimento Endógeno tem como expressão-chave a convergência e a interação. É um processo em que o território – no sentido amplo do termo – atua ativamente na formação de estratégias que influenciam sua dinâmica econômica. Ele não é apenas um receptor passivo das determinações de grandes empresas, por exemplo. A interação entre os atores públicos e privados é fundamental para gerar a sinergia necessária para o processo de desenvolvimento. Adicionalmente, o papel dos atores locais e as formas de capital intangível também têm importância relevante. É um projeto coletivo de desenvolvimento, que se articula dentro de um território, daí a ideia de endogenia.

O modelo de interpretação da dinâmica econômica das cidades e dos territórios acontece num cenário caracterizado pelo incremento crescente da competição. O autor realiza um esforço de reflexão conceitual em que sustenta que a difusão de inovações e o conhecimento entre empresas e organizações, a adoção de formas flexíveis para organizar a produção, o desenvolvimento urbano do território e a complexidade do tecido institucional constituem fatores-chave que condicionam a acumulação do capital nas cidades e nos territórios. Diferente dos modelos neoclássicos, a teoria do desenvolvimento endógeno entende que cada fator e o conjunto deles, criam um entorno no qual os processos de transformação e desenvolvimento da economia e do espaço formam parte. Os fatores de acumulação assinalados formam um sistema denominado "efeito de eficiência", que permite multiplicar o efeito de cada um dos fatores que intervêm nos processos de acumulação do capital. Os processos de desenvolvimento local são gerados quando um desses fatores atua positivamente sobre os demais. Esse movimento permite explicar a diferença entre os processos de

desenvolvimento que se produz nas cidades e regiões em relação a outras, no contexto de uma interpretação complexa e dinâmica.

O Desenvolvimento Territorial é uma das acepções de mais amplo uso na economia e geografia agrária para discutir o desenvolvimento rural. Dentro das três possíveis características de complexidade – território natural, território intervindo e território organizado – apenas o terceiro tipo é passível de intervenções promotoras do desenvolvimento. O território organizado possui atividades mais complexas, tem uma comunidade que se reconhece a partir dele, apresenta um tecido político, administrativo e institucional.

"Desarrollo territorial" se refiere a la escala geográfica de un proceso y no a su sustancia. Es una escala continua en la que es posible reconocer los siguientes "cortes": mundo, continente, país, región, estado o provincia o departamento, comuna, y en ciertos casos, "veredas", "corregimientos" u otras categorías menores". *"Así que la expresión 'desarrollo territorial' se refiere a la escala geográfica de un proceso y no a su sustancia"* (BOISIER, 2001, p.6).

Coloca-se a ideia, portanto, de que o território contém e não a de que ele está contido. É uma parte dele que interessa quando olhamos o desenvolvimento, apenas a parte organizada. O desenvolvimento regional se dá pela combinação das dimensões espacial, social e individual. O desenvolvimento de uma região se deve, então, à transformação do território em sujeito coletivo, um processo de fortalecimento da sociedade civil, entendida como comunidade, indivíduos e região.

A noção de Desenvolvimento local é colocada quando olhamos de cima e em oposição ao sistema global. Por exemplo, um Estado pode ser olhado como local se visto desde um país, ou um Município é local se olhado desde um Estado. Nesse caso, ao invés de a localidade conter, como ocorre com o território, ela está contida. Há várias dúvidas sobre o conceito, sua noção pode muitas vezes passar mais pelo intuitivo do que pela definição em si. E a confusão sobre esse termo não se esgota aí. Há mais dois motivos pelos quais o conceito de desenvolvimento local é confuso: por ser considerado uma "prática sem teoria", pois o termo já é usado na prática, sem antes ser um substantivo teórico propriamente dito e pelo fato de o conceito abarcar três matrizes de origem distintas:

- a) Da lógica de regulação horizontal: onde o território tem como origem um sistema fechado, que encontra em si mesmo fontes para sua reprodução.
- b) Da resposta à crise macroeconômica e ao ajuste: que causou a decadência industrial e as deslocalizações da produção. Esse problema está ligado à esfera institucional, pois o Estado nacional se debilita e a esfera local passa a assumir as responsabilidades consoantes ao desenvolvimento.
- c) Do processo de globalização estimulado pela dialética global/local: pois o desenvolvimento local está inscrito na racionalidade globalizante do mercado, onde as capacidades locais se estruturam e se mobilizam para esse mercado.

Cabe aqui fazer uma distinção entre o local e o regional. Essa diferença reside em dois pontos. O primeiro é a "dupla questão escalar" visto que na escala territorial os conceitos se permeiam e a diferença é relativa, como já explicado. Na escala funcional há uma distinção de funções, por exemplo, a promoção do emprego pode ser uma política local e a pesquisa e o desenvolvimento, com características amplas, podem ser de cunho regional. A segunda questão, a mais clara, diz respeito às relações estabelecidas, pois no âmbito local elas são mais próximas, entre atores individuais, e no âmbito regional são mais corporativas, entre instituições.

Albuquerque, Del Castillo e Llorens (2002), na visão do BID, ao analisar algumas iniciativas de desenvolvimento local na América Latina, constatarem que:

A inclusão do enfoque de desenvolvimento local não é patrimônio de nenhuma ideologia política se bem pareceria mais lógico que se incluísse entre as propostas mais sensíveis até a melhoria das condições de vida da população, a qual pode encontrar-se, desde logo, em um amplo espectro de formações políticas não somente interessadas em facilitar os negócios dos grandes grupos empresariais e financeiros internacionais ou vinculados aos negócios da exportação. A fantasia criada em torno do tema globalização, como se não existisse mais mercado que o do núcleo globalizado, não ajuda muito a incorporar uma visão mais complexa, porém mais real como é a de que nossas economias se compõem de uma variedade heterogênea de atores, territórios, mercados e segmentos de capital cuja lógica não pode ser reduzida a do funcionamento monopolista em um só mercado global. Igualmente, a dificuldade ideológica de uma parte da esquerda para reconhecer a importância de trabalhar conjuntamente com os micro, pequenos e médios empresários acaba explicando a lentidão do avanço das propostas e políticas de desenvolvimento local (ALBUQUERQUE *et al.*, 2002).

Entre outros aspectos, Albuquerque assinala que iniciativas de desenvolvimento local na América Latina também têm como pontos comuns:

- a) O fato de preocupar-se muito mais com o fomento do desenvolvimento produtivo e do emprego em nível local como parte da nova agenda da gestão pública local;
- b) As políticas têm um projeto setorial e não territorial. Qual é a diferença? Em que as políticas públicas setoriais não levam em consideração o efeito que produzem no espaço – urbano ou rural – nem o meio ambiente, nem as minorias étnicas, nem o gênero?
- c) Grande parte das experiências exitosas surge de ambientes de conflito e situações críticas que mereçam a intervenção do poder público;
- d) A maior parte dos processos exitosos possui um projeto "desde baixo" (*bottom up*) e envolve processos de conciliação entre diferentes *atores* como forma de responder às tensões que introduzem dois processos paralelos e distintos: de um lado, a necessidade de enfrentar os desafios da reestruturação econômica e tecnológica e, de outro, as mudanças estruturais que a eleição democrática introduz nas comunidades, que passam a exigir respostas substantivas às aspirações de emprego e melhoria do nível e qualidade de vida.

Outras interpretações a respeito do conceito de desenvolvimento local podem ser colocadas a seguir.

O desenvolvimento econômico local é aquele processo reativador e dinamizador da economia local, que mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos existentes de uma determinada zona, é capaz de estimular o crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida (ILPES, 1998).

É um processo participativo e equitativo que promove o aproveitamento sustentável dos recursos locais e externos, no qual se articulam os atores-chave do território para gerar emprego, renda para melhorar a qualidade de vida da população (GTZ, ZOOP/1998).

Outro grupo de técnicos da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL-ILPES, 2004) defende o desenvolvimento local, pois, ao identificar a existência de heterogeneidade estrutural, é possível privilegiar processos de produção e acumulação que impliquem o desenvolvimento de inovações tecnológicas para construir, dessa maneira, a competitividade sistêmica natural. Apesar das possíveis discrepâncias entre os autores que tratam o desenvolvimento local, é possível destacar elementos comuns no processo (SILVA, 2004):

- a) são processos de natureza endógena: (re)valorizam o conjunto de recursos locais e buscam uma utilização ótima de seu potencial;
- b) embasam sua estratégia em uma solidariedade com o território: é uma modalidade de desenvolvimento que pode tomar forma em territórios de vários tamanhos, mas, não em todos, dada a complexidade intrínseca do processo de desenvolvimento;
- c) respondem a uma vontade de gestão de parceria ou associativa entre representantes públicos e privados;
- d) liderança e animação do processo: papel que o município deve assumir, pois não existe a mão invisível, nem o mercado ajusta oferta e demanda (BOISIER, 2000; HADDAD, 2004);
- e) a originalidade das experiências locais consiste em recolher e estimular todos os elementos endógenos dinâmicos desde uma perspectiva integral;
- f) dificilmente se encaixam em modelos ou estruturas de gestão muito rígidas ou fechadas;
- g) as ações podem ser empreendidas e transformadas em características específicas desses processos (AROCENA, 1997, 2001; BOISIER, 2000; BUARQUE, 1999; ALBUQUERQUE *et. al.*, 1998; VAZQUEZ-BARQUERO, 2000).

O desenvolvimento local, como conceito, foi uma das primeiras políticas que surgiu na década de 1980 na Europa ante a crise de Estado de Bem-Estar, a crise do modelo de acumulação fordista. A coexistência de zonas amplas, dinâmicas e de desenvolvimento industrial com regiões fragmentadas e o aumento considerável dos

indicadores de pobreza e desemprego em regiões e cidades latino-americanas fizeram com que este conceito extrapolasse o continente a partir da década de 1990, adquirindo relevância no marco da globalização e das políticas de Reforma do Estado.

Os processos de modernização e reforma da administração pública e dos Estados nacionais que se reproduziram em toda América Latina ao longo da década de 1990, impulsionaram mecanismos e medidas de descentralização para o fortalecimento do papel do poder local (LOURENÇO, 2000, 2003). O processo de descentralização converteu-se na resposta ao fracasso dos governos centralizados, ou produto de ditaduras, que mantinham na época uma preocupação maior com a administração e as formas de gestão do que com as demandas da sociedade civil.

Carlos de Mattos (2002) adotou uma visão sem esperanças sobre o desenvolvimento local. Sustenta que as posturas que propõem os defensores do desenvolvimento local também são levantadas pelos teóricos do neoliberalismo, que mais que pretender melhorar as condições de vida da população buscavam manter as condições econômicas e sociais aplicando as receitas para a estabilização macroeconômica que recomendavam a abertura comercial e financeira, privatização, desburocratização, descentralização e redução do Estado. Segundo Mattos, a descentralização por si só não mudou as condições estruturais nas quais se inseria a sociedade local nem melhorou a situação da população, porque a existência de heterogeneidade estrutural consolidou os sistemas de vulnerabilidade social em conflito com as condições mínimas de cidadania e colocou boa parte da população da periferia das grandes metrópoles à margem dos mercados globais.

Brandão (2007, 2004, 2005), ao abordar a temática do desenvolvimento, critica a adoção de forma mecânica da literatura internacional contemporânea na orientação das ações públicas em âmbito subnacional. Para o autor, tem havido uma revalorização da dimensão espacial do processo de desenvolvimento, porém, junto com essa visão de revalorização tem se apresentado outra, quase hegemônica, a de que o desenvolvimento ocorre por meio do voluntarismo local. Na visão do autor, essa abordagem do desenvolvimento

[...] sugere que estaríamos vivendo a possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento, construído totalmente no âmbito local, dependente apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobilizariam as potências endógenas de qualquer localidade. (BRANDÃO, 2007, p.36).

Nessa condição, essa forma de pensar nega a natureza das hierarquias de geração e apropriação de riqueza, as quais são impostas em variadas escalas. O autor defende que deveria ocorrer uma reflexão crítica sobre essa visão, incorporando na análise o tratamento adequado da articulação de todas as escalas geográficas. Ao afirmar que nenhuma escala é boa ou ruim por si, pondera que seria necessário discutir a espacialidade dos problemas e elaborar políticas adequadas à escala específica destas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007). De acordo com esse autor, ao desconsiderar as escalas intermediárias, que na atual fase do capitalismo ganham novo sentido e importância, se estabelece um paradoxo na maioria dessas formulações teóricas, pois, de um lado, o espaço local é tratado como um mero nó entrelaçado em uma imensa rede e submisso em um conjunto gigantesco; de outro, aparece como um recorte singular, dotado de vantagens únicas, capaz de autopropulsão, identidade e autonomia.

O autor entende que o enfrentamento dessa visão demanda propostas alternativas que precisam envolver adequadamente a articulação de todas as escalas geográficas. Para estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações em qualquer escala (regional, nacional, internacional), o autor propõe como categoria explicativa básica para a investigação da dimensão espacial do desenvolvimento a divisão social do trabalho.

Para Brandão (2007), essa categoria corresponde à expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, capaz de revelar as mediações e as formas concretas de reprodução social no espaço, expressando a constituição socioprodutiva interna e suas possibilidades de inserção no contexto maior, ou seja, sua posição em uma relação hierárquica superior. Para complementar, o autor indica a compreensão do movimento desigual da acumulação de capital no espaço afirmando a necessidade da verificação de forma articulada os processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia nos recortes territoriais.

Brandão (2007) conduz a reflexão no sentido de destacar as insuficiências da análise regional (e urbana) desconstruindo a espacialidade do desenvolvimento no sistema capitalista, a partir de quatro processos sociais fundamentais; processos estes que ele define e analisa no contexto das escalas territoriais no Brasil (BRANDÃO, 2007, p.27):

- a) homogeneização das condições de reprodução do capital em geral, que elimina alguma das principais diferenças na fronteira de alguns espaços, preparando-os para certa lógica do movimento de uniformização do processo de valorização; assim, o capital busca valorizar-se sem confinamentos regionais/espaciais (*Ibidem*, p.72);
- b) integração de espaços territoriais econômicos, estimulado e imposto pela concorrência da pluralidade dos capitais e que permite criticar a vulgarização da globalização; mas reforça relações centro dinâmico-periferia, embora nunca possa ser encarado como unidirecional; em decorrência, a integração pode provocar o aumento das potencialidades e vulnerabilidades regionais (*Ibidem*, p.76);
- c) polarização, síntese da hierarquização dos espaços que decorre dos mecanismos ativos de natureza espacial, desigual e combinada do desenvolvimento capitalista; centralidades desigualmente distribuídas no espaço e concentradas nos núcleos urbanos centrais. Refletem estruturas de dominação fundadas na assimetria (*Ibidem*, p.81); e
- d) o da hegemonia, por meio do qual as diferentes frações do capital se confrontam e acomodam para atender aos interesses (regionais), ou a chamada coerção e consentimento ativo (*Ibidem*, p.83).

Brandão (2004, p.9), na direção da desconstrução dos conceitos dos autores citados anteriormente, fez uma análise importante sobre o que chama de "localismos, mitos e banalizações no debate sobre o desenvolvimento" (BRANDÃO, 2004), desmitifica os excessos que cometem alguns autores que defendem a abrupta necessidade de que as comunidades, cidades pequenas e pobres de todo o

mundo, deveriam despertar e se integrar aos fluxos de correntes empreendedoras que podem levá-las a um grau de desenvolvimento e equidade nunca antes alcançados. O autor defende uma visão crítica do chamado Desenvolvimento.

O desenvolvimento capitalista é intrinsecamente marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias, e apresenta uma peculiar espacialidade de sua riqueza, sob a forma de mercadorias, que requer instrumentos analíticos e conceituais bastante precisos para seu estudo (BRANDÃO, 2007, p.70).

Chama a atenção a respeito dos diversos vocábulos de uso comum pelas correntes que defendem o "endogenismo excessivo", isto é, "o local pode tudo" e nos contrapõe com a realidade de que classes sociais dominantes e dominadas, mercados oligopólicos e hegemonias são mais responsáveis por eficiência e competitividade de uma cidade do que qualquer "sistema de governança local" com atitude cooperativa.

As críticas do autor, com as que se dialoga ao longo deste trabalho, destacam que aqueles que defendem as microiniciativas de capital social e de coletivos empoderados, esquecem-se de como as cidades se inserem no espaço regional e que a atividade econômica obedece a marcos e referências socioespaciais, nacionais e internacionais, como vimos anteriormente graças à globalização.

O perigo apontado por Brandão (2004, p.16) é que as teorias que defendem exacerbadamente o local como ponto de partida para o desenvolvimento endógeno das cidades esquecem e abandonam a perspectiva crítica da sociedade e orientam as ações pelo repartir solidário de valores de autoidentidade e de pertença das cidades. Desse modo, considera que se há forças endógenas que podem e devem ser acionadas, há também hierarquia de poderes, decisões estratégicas, macroeconomia e macroprocessos, que se encontram muitas vezes em outras escalas, exógena a(s) localidade(s) e que não podem ser negligenciadas. Segundo o autor, no Brasil, a defesa do desenvolvimento a partir do poder local tem desconsiderado o grave quadro de exclusão e seletividade de um crescimento apropriado pelo pedaço mais moderno da população num quadro de desigualdades sociais que se vivencia em todas as regiões metropolitanas.

Apesar do pessimismo expresso a respeito do desenvolvimento, em outro trabalho, Brandão (2005) aponta para:

O grande desafio que uma proposta de desenvolvimento trans-escalar (governo central, estados e municípios frente à globalização) é aprender a tratar dialeticamente às heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais e regionais) de um país continental, periférico e subdesenvolvido como o Brasil, a fim de fazer operar essa imensa diversidade e criatividade no sentido de avanço social, político e produtivo [...] É fundamental construir táticas e estratégias que envolvam um processo delicado de aprendizado conflituoso que irá requerer o resgate da lógica de projeto e do planejamento, participativo e politizado. (BRANDÃO, 2005, p.5)

Tais desafios, dados seu vulto e complexidade, devem estar amparados por teorias críticas ao desenvolvimento vigente. Brandão defende que a análise deve buscar determinações profundas e realizar um balanço permanente entre a ruptura e as continuidades históricas e espaciais, isto é, entre o que é novo e o que é recorrente no momento atual; nessa visão há um novo conjunto de condições sociais, políticas e tecnológicas que modificam de maneira significativa o modo como o desenvolvimento é produzido e reproduzido. Esse processo envolve o reconhecimento da existência de escalas que se sobrepõem ao território e que dão sentido (ou a essência) ao jogo do local e do global; ao mesmo tempo em que busca um redirecionamento visando fortalecer agentes e atores conforme um projeto, nem sempre comum, de controle do espaço.

Bacellar (2009), ao comentar as constatações de Brandão (2007) em relação ao desenvolvimento, sustenta que o Brasil tem aprendido de forma dura que a entrega da dinâmica regional às decisões do mercado tem contribuído para exacerbar o caráter seletivo da sociedade, ampliando fraturas herdadas. Quanto às políticas públicas, a autora defende que esse processo é evidenciado quando argumenta que há

[...] políticas públicas que tendem em sua concepção e prática, apenas a reforçar e consolidar as forças de mercado; que, sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual pode dar lugar a impactos negativos sobre as condições de vida e trabalho em amplos segmentos da população, notadamente das regiões e sub-regiões mais atrasadas, tradicionais e de menor capacidade de competição e inserção competitiva". (BACELLAR, 2009, p.20) [...] No Brasil continental, heterogêneo, diverso e desigual não serve nem as soluções centralizadas nem o localismo atomizante. Temos que construir políticas que articulem ações descentralizadas (*Ibidem*, p.22).

Bacellar (2007) observa que a visão teórica de Brandão sobre o desenvolvimento no Brasil é correta. Na opinião da autora, a intervenção do Estado deve ser para dinamizar a economia dos territórios sem agredir suas identidades e articulando propostas que venham de baixo para cima, porém articuladas a uma política em escala nacional. O reconhecimento de desigualdades inter e intra-regionais é um caminho, tal como assinala Brandão (2007), já que não há uma escala relevante nem uma única escala no caminho do desenvolvimento. A busca de soluções deve estar em trabalhar o grande potencial que gira em torno da "magnífica diversidade regional", pois mesmo naquelas regiões onde a base material (econômica) é pobre, há uma riqueza cultural enorme.

1.2.2 Desenvolvimento rural

O Desenvolvimento rural é um conceito ancorado no tempo e no espaço (KAYEYAMA, 2008). Tem ocupado extensa literatura acadêmica e documentos de organizações sociais e políticas do mundo todo nas últimas décadas. Até pouco tempo atrás, no Brasil o debate girava em torno de economia agrícola, do agronegócio e de seus mercados. Recentemente, os conceitos de desenvolvimento rural e ruralidade adquiriram uma identidade territorial ao serem introduzidos pelo principal órgão das políticas públicas para o meio rural no Brasil, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).¹⁴

O desenvolvimento rural tampouco é identificado com o crescimento econômico, ao contrário é visto como um processo que envolve múltiplas

¹⁴ Segundo o MDA, o rural não se resume ao agrícola. Mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tal são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional, o maior peso dos fatores naturais (Portal da SDT/MDA - <http://www.mda.gov.br/sdt>)

dimensões: dimensão econômica, sociocultural, política, institucional e ambiental (IICA, 2005, 2008; FAO, 1994, 2000).¹⁵

O desenvolvimento rural teve duas grandes fases na América Latina, e especialmente no Brasil. A primeira contou com três fases reconhecidas, como a modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais (KAGEYAMA, 1999). As bases para a modernização da agricultura brasileira foram lançadas na década de 1950, quando se instalaram no país várias indústrias produtoras de insumos, tratores e máquinas. O paradigma dominante era o desenvolvimento rural como modelo exógeno: a modernização da agricultura, pautada na revolução verde, como uma resposta do rural para as necessidades da economia urbana, o resultado dos benefícios desse modelo era exportado para outras regiões. O rural era sinônimo de atraso, e a incorporação de produtos, serviços e pesquisas ocorria a partir do espaço urbano. Segundo Ellis e Biggs¹⁶ (2001 *apud* ALVES; GUIVANT, 2010, p.92) estabelece-se uma dicotomia entre o rural e o urbano, enquanto o rural dava a segurança alimentar para o urbano, o urbano produzia insumos e melhorava tecnicamente a produção e distribuição mundiais.

As políticas desenvolvidas e que afetaram diretamente o setor foram dirigidas à sustentação da modernização agrícola, tendo em vista que uma grande massa de agricultores possuía atraso tecnológico, baixa produtividade e, alguns casos, eles estavam marginalizados do mercado. O foco do desenvolvimento rural, portanto, era o estímulo à mobilidade do capital e do trabalho agrícolas e a monocultura. O resultado do desenvolvimento rural chamado de exógeno foram, além da modernização, economias de escala e concentração, e o desenho espacial

¹⁵ O estudo foi um dos pioneiros: FAO/INCRA Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994. O INCRA atualizou o mesmo estudo, chamando-o de Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

¹⁶ ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s **Development Policy Review**, v.19, n.4, 2001.

de polos de crescimento rural diferenciado a partir dos produtos primários que promoviam a sua expansão (se commodities para exportação ou alimentos de consumo doméstico).

Todas essas tecnologias foram difundidas, sem levar em consideração as diferenças de clima, solo, topografia, presentes nas várias regiões do país. Além desses fatores, foram negligenciadas as realidades sociais, econômicas e culturais, necessárias para uma efetiva adoção e a boa utilização. O êxodo rural provocado pelo modelo adotado, também o inchaço das cidades agravaram o desemprego e a violência urbana, além da elevação dos preços dos alimentos, tendo em vista a prioridade dada às culturas de exportação. A modernização agrícola acabou aumentando a concentração da renda e da propriedade da terra (FAJARDO, 2008).

Além do incentivo ao pacote tecnológico, com sistemas de créditos subsidiados, disseminou-se a lógica da organização espacial das grandes fazendas com monoculturas, onde haveria uma relação direta entre a dimensão das explorações agrícolas e a eficiência econômica. Até a década de 1980 houve um recuo do Estado no desenho de políticas voltadas para a agricultura, e boa parte dos esforços centralizou-se na diminuição de conflitos agrícolas versus conflitos agrários.

No Brasil, o complexo agroindustrial fundou o "agronegócio", deixando na paisagem rurais elementos estruturais inerentes a esse quadro agroindustrial: redes de transporte rodoviário e ferroviário, armazéns, unidades industriais e cidades que constituíram verdadeiros polos agroindustriais (FAJARDO, 2008).

O segundo grupo de explicações sobre o desenvolvimento rural Terluin¹⁷ (2003 *apud* KAGEYAMA, 2008, p.80; ELLIS; BIGGS, 2001, *apud* ALVES; GUIVANT, 2010, p.93) surge da explicação de um novo paradigma, chamado de abordagem endógena do desenvolvimento rural que se assenta nos modelos de crescimento endógeno, com políticas de suporte a diversificação rural e apoio às iniciativas

¹⁷ TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: na overview and critical anlyss of thories. **Journal of Rural Studies**, v.19, p.327-344, 2003.

locais. Em geral, as propostas se caracterizam pela alteração na forma de propor a tomada de decisões que nas décadas anteriores eram, principalmente, de cima para baixo (*top-down*) para sugerir abordagens de baixo para cima (*bottom-up*), valorizando o conhecimento e os atores locais. As teorias de desenvolvimento rural salientaram as especificidades locais e os enfoques microssociológicos e espaciais, dando importância a temas transversais como gênero e juventude, além da preocupação maior com o desenvolvimento da agricultura familiar e sua inserção no mercado (ALVES e GUIVANT, *op. cit.* p.93).

Na visão de Schneider (2008), o quadro analítico e interpretativo que vem sendo utilizado é relativamente difuso e polissêmico, não obstante tenha sido capaz de influenciar e desempenhar um papel importante na própria elaboração da agenda temática para o desenvolvimento rural. Ainda na visão desse autor, os principais fatores que contribuíram para que a discussão do tema ganhasse legitimidade foram, em primeiro lugar, o papel do Estado e das políticas públicas que focalizaram os agricultores familiares e a reforma agrária tiveram um papel decisivo, pois foi por meio delas que se instaurou um debate entre estudiosos e pesquisadores que passaram a alimentar o próprio tema do desenvolvimento rural.

O primeiro, e talvez o mais importante, fator a ser destacado está relacionado à trajetória das discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira. Em segundo lugar, porque a discussão sobre desenvolvimento rural no Brasil foi impregnada por um sentido político que se alimentou e fortaleceu à medida que a polarização entre os defensores do agronegócio e da agricultura familiar se cristaliza como discurso político. O fator mais importante para emergência do debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil foi produto da crescente influência e ação do Estado no meio rural, que se deu tanto por meio das políticas para a agricultura familiar e da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996 – tornando-se a principal política pública destinada aos pequenos agricultores no Brasil – como das ações relacionadas à reforma agrária, segurança alimentar, entre outras, numa retomada estratégica das políticas setoriais na agricultura.

E, por último, pela emergência de temas relacionados às questões ambientais e à sustentabilidade que foram incorporadas ao tema mais geral do desenvolvimento. Esse debate em torno desta questão já vinha extrapolando o espaço rural porque a própria discussão sobre a sustentabilidade é anterior à retomada da discussão sobre o desenvolvimento rural (Comissão Brutland).

Por outro lado, Schneider (2008) salienta que o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil emergiu e se consolidou como uma questão e um tema de interesse à medida que os estudiosos e mediadores foram produzindo interpretações e leituras sobre os processos sociais transcorridos desde o princípio da década de 1990. Em geral, foram estes estudos e documentos que serviram aos agentes, mediadores e formuladores de políticas como inspiração para elaboração de formas de intervenção e planejamento.

Entre os argumentos comuns resumidos pelo autor a partir de uma visão de conjunto, podem ser extraídos alguns consensos entre as propostas, dentre as quais se destacaram os apresentados a seguir.

Os estudiosos parecem concordar que a usual redução do espaço rural às atividades agropecuárias perdeu sentido na atualidade, colocando-se o desafio de pensar as interfaces e os atributos que caracterizam o espaço e seu conteúdo como um todo. Há um relativo consenso sobre a dimensão multidimensional da sustentabilidade do desenvolvimento rural, assim como em relação ao papel da agricultura familiar e das formas heterogêneas de sua inserção na dinâmica da economia capitalista.

Mesmo que de forma difusa, as abordagens parecem concordar que no Brasil o foco das ações do desenvolvimento rural deve ser o combate à pobreza e às múltiplas vulnerabilidades das populações rurais.

Apesar dos consensos, uma apreciação comparativa também permitiu constatar que os estudiosos raramente coincidem em relação às perspectivas e tendências para o meio rural e menos ainda no que se refere às estratégias de intervenção a serem seguidas.

As dificuldades, na visão de Schneider (2008), aparecem porque, sob a noção de desenvolvimento rural, parece existir uma discussão sobre temas e questões que afetam as populações rurais, a agricultura e o espaço, que são submetidos à análise, reflexão e à avaliação pelos estudiosos a partir de demandas externas, em geral formuladas pelo Estado, pelos mediadores e outros organismos, mas não um corpo conceitual que o contenha. Revisar-se-ão a seguir as três correntes principais com seus expositores¹⁸.

A perspectiva do desenvolvimento rural que se encontra nos trabalhos de Abromovay e Veiga constitui-se em uma das propostas mais férteis e de amplo escopo temático e teórico. Ao longo de vários anos de pesquisa dos temas rurais, a trajetória articula-se em torno de uma matriz multidisciplinar em que se destacam a economia, a ecologia e a sociologia econômica. (VEIGA, 2002; ABROMOVAY, 2003; 2006). Para ambos, a valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso.

Em maior ou menor medida, sustentam o argumento de que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo.

Em geral, consideram os agricultores familiares como "empreendedores", sendo sua capacidade de inovação uma característica herdada de seu passado camponês. Mas camponeses e agricultores são distinguidos, sendo o traço diferenciador a integração aos mercados e sua reprodução em um ambiente que estimula o agricultor a tornar-se produtor de mercadorias.

Como pequenos proprietários, donos de seus meios de produção, os autores sustentam que a reprodução dos agricultores familiares depende de sua capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades em face dos desafios que lhe são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem. Nesse ambiente, são

¹⁸ A seguir, serão feitas algumas referências aos trabalhos publicados pelos autores. Alguns deles lidos em contextos de trabalho e pesquisa do autor desta dissertação, não sendo exaustiva sua síntese, apenas utilizando alguns elementos de interesse para o escopo do trabalho adiante.

compelidos a inovar constantemente (por meio da interação territorial) e a se tornarem pluriativos. Veiga utiliza os conceitos de empreendedorismo (VEIGA, 2002) enquanto Abromovay sugere uma releitura do capital social de Putnam¹⁹ (*apud* ABROMOVAY, 2003; 2006) para discorrer sobre os fatores que geram cooperação, reciprocidade e solidariedade, que seriam elementos fundamentais para ativar as economias de proximidades e relativizar os conflitos locais.

Embora percorrendo agendas de pesquisa próprias, ambos os autores compartilham um consenso em relação ao papel das instituições no meio rural. Enquanto nos trabalhos de Veiga as instituições aparecem associadas ao próprio Estado (empresas públicas, políticas governamentais) ou a organismos paraestatais (consórcios intermunicipais, agências de desenvolvimento, universidades), os estudos de Abramovay focalizam as organizações dos agricultores, as suas formas de cooperação e as regras e normas tácitas (o capital social) existentes nos territórios.

O segundo grupo de pesquisadores oriundos da UNICAMP tornou-se conhecidos no âmbito acadêmico e institucional desde o final da década de 1990 por trabalhar as hipóteses de que o meio rural já não poderia ser considerado essencialmente agrícola. Na visão dos pesquisadores²⁰, o surgimento do novo rural brasileiro decorre do próprio processo de modernização conservadora da base

¹⁹ PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

²⁰ A partir da divulgação pelo IBGE dos *microdados* das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1992, um grupo de 25 pesquisadores, coordenados pelos professores José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann do Instituto de Economia da Unicamp, iniciaram uma pesquisa multidisciplinar, com a finalidade de caracterizar a população residente no meio rural brasileiro e do paulista em particular. Tal pesquisa, denominada de Projeto Rurbano, que visava basicamente à reconstrução das séries históricas a partir dos microdados das PNADs para o período 1981/95, relativos à população ocupada, emprego e renda e com eles identificar o comportamento do novo rural que se configurava no Censo Agropecuário, porém impossível de ser captado pelos dados colhidos em campo. A principal conclusão obtida do Projeto Rurbano foi constatar o crescimento da população rural economicamente ativa, embora o emprego agrícola venha caindo desde meados dos anos 80. Para explicar esse fato, a pesquisa sugeriu que a compensação das perdas de postos de trabalho no setor agrícola tem sido feita com o aumento de número de atividades não agrícolas no meio rural, chamado de Novo Rural.

tecnológica da agropecuária. Quando esse processo se completa, no final da década de 1980, especialmente nas regiões Centro e Sul do Brasil, emergiu no meio rural uma nova conformação econômica e demográfica que possuía como característica fundamental uma redução crescente das diferenças entre o urbano e o rural, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, e as demandas urbanas no meio rural, devido ao crescimento da população ocupada em atividades não agrícolas.

O rural deixou de ser "sinônimo de atraso" ao se desconectar da agricultura, que passou a ser apenas uma de suas atividades. Segundo Graziano da Silva e Del Grossi (1999), a erosão das diferenças entre o rural e o urbano levou ao aparecimento de um *continuum* entre ambos, que na visão dos autores, poderia ser chamado de rurbanização apropriando o conceito do G. Freire²¹ (1982 *apud* GRAZIANO; DEL GROSSI, 1996), e que serve para descrever a etapa do processo de mudança espacial e demográfica que ocorre nesse espaço.

Em "O novo rural Brasileiro", Graziano da Silva (2000) destaca o crescimento de três setores não relacionados a nenhuma atividade agrícola, a saber: atividades relacionadas às indústrias no meio rural, em particular, as agroindústrias; atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural, desde a forma de moradias, turismo, lazer e até mesmo a preservação ambiental; crescimento das residências secundárias no meio rural, as chamadas chácaras ou sítios de recreio, destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana. As principais atividades desses três subsetores se organizaram em novos arranjos espaciais: uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado.

²¹ FREYRE, Gilberto. **Rurbanização**: o que é? Recife: Massangana, 1982.

O lado atrasado do rural persistiria por meio da manutenção da pobreza e da vulnerabilidade de ampla gama da população, identificada com o grupo social que Graziano da Silva denominou "sem-sem" – formado pelos excluídos e desorganizados que, além de não terem terra, emprego, educação, saúde e renda, não teriam sequer uma organização social que os mobilizasse (GRAZIANO DA SILVA, 2001). O traço principal deste novo rural seriam as famílias pluriativas, aquelas que combinam atividades agrícolas e não agrícolas e promovem a integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interespacial (rural com urbano).

Outro grupo temático foi desenvolvido em torno dos condicionantes e das potencialidades dos processos de mudança social no meio rural do Brasil fundamentados nas mudanças socioculturais e políticas das transformações no território.

O grupo de pesquisadores não tinha uma agenda de pesquisa, mas partia do pressuposto das dificuldades na formação do tecido social que impediram no Brasil mudanças gerais nas instituições, organizações sociais e no próprio Estado em favor do desenvolvimento rural.

A abordagem per se é difusa e polissêmica; os temas tratados perpassam pelo estudo do clientelismo, capital social, formas de dominação e as possibilidades do desenvolvimento e alteração das condições de vida das populações mais pobres no meio rural, elites locais e formas de dominação, sendo seus principais expoentes Jose de Souza Martins e Zander Navarro.

Esses autores ressaltaram a necessidade da promoção de processos radicais de democratização, em que os grupos sociais deixariam de ser tutelados e controlados pelas elites e pelos mediadores (agentes da Igreja, do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sociais). Sustentaram que as próprias populações rurais deveriam organizar instâncias de gestão cuja institucionalização e legitimação passariam pelo Estado por uma via de mão dupla: de um lado, mediante a concessão de recursos (financiamentos, infraestrutura) e por meio do reconhecimento de direitos (cidadania, acesso à terra) e, de outro lado, por meio da exigência de contrapartidas que se materializariam em melhorias nos indicadores de qualidade de vida e bem-estar social (escolarização, por exemplo). Estudos como os de Navarro (1999; 2002);

Martins (1999; 2003) e Fox²² (1990 *apud* SCHNEIDER, 2009) indicavam que os processos de desenvolvimento poderiam e deveriam contribuir, efetivamente, para estimular a "emancipação social", criar mecanismos de responsabilização (*accountability*) e, desse modo, promover a democratização da sociedade.

A quarta abordagem com foco no desenvolvimento rural possui uma relação fluida e pouco identificada com as questões mais gerais do desenvolvimento. Talvez alguns de seus autores até mesmo nem se coloquem esta questão ou qualquer preocupação com o tema do desenvolvimento rural per se.

Em linhas gerais, trata-se de uma vertente de estudos que focalizou o agronegócio e as cadeias agroalimentares sob uma perspectiva que, em geral, não era aquela que subscrevia a teoria econômica convencional. São autores que analisaram as formas de integração dos pequenos produtores (embora não apenas destes) nas cadeias agroindustriais ou agroalimentares, revelando uma preocupação consequente com os aspectos sociais deste processo. Ou seja, não se tratava apenas de examinar as formas de gestão, administração, tomada de decisão, formas de inovação, acesso a mercados e comercialização, que são usualmente os temas de interesse dos estudiosos do agronegócio, mas também de entender em que condições os pequenos produtores e suas organizações podiam fazer frente aos desafios colocados pela forma como o capitalismo opera na agricultura e na produção de alimentos.

A questão mais geral que perpassa os trabalhos dos autores desta corrente concentra-se em dois pontos do diagnóstico. O primeiro, de que na fase atual do capitalismo, as possibilidades de sobrevivência e reprodução social dos agricultores familiares como produtores de alimentos, fibras e matérias-primas dependeriam, fundamentalmente, da capacidade de inserção em um ambiente em que sejam capazes de inovar (progresso técnico), adquirir um domínio relativo sobre os mercados e desenvolver formas de gestão e planejamento da propriedade. Outro ponto de consenso entre os autores desta abordagem é o fato de que, em geral, eles analisaram

²² FOX, J. Democratic Rural Development: leadership accountability in regional peasant organizations. Development and Change, v.23, n.2, 1990. In: SCHNEIDER, S. **A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Trabalho apresentado no SOBER - XLVI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

um tipo de agricultura familiar mais "capitalizada", com acesso aos mercados e às tecnologias mais modernas, não raro localizadas nas regiões dinâmicas das economias rurais. Tomam-se como referência os trabalhos de Wilkinson (1999; 2000; 2003) e os autores das coletâneas organizadas por Lima e Wilkinson (2002) e Souza Filho e Batalha (2005). Acredita-se que os trabalhos de Wilkinson ilustrem melhor as questões e os desafios que esta perspectiva lança sobre a temática do desenvolvimento rural.

Em suma, o debate sobre o desenvolvimento rural na perspectiva territorial procurou a combinação de estratégias de crescimento produtivo com a solução de problemas sociais e agrários numa visão de concertação e empoderamento de atores que transcenda o território.

A mudança nas formas de ocupação do meio rural foi um elemento de vital importância para explicar o crescimento produtivo e a pluriatividade, dentre os quais destacam-se os seguintes fatores: a) a própria modernização técnico-produtiva, pela intensificação da técnica em processos produtivos; b) a queda das rendas agrícolas, decorrência principalmente do aumento dos custos de produção agrícola, da dependência tecnológica e das políticas protecionistas; c) o crescente estímulo para as atividades rurais não agrícolas como forma de contenção das migrações; d) mudanças no mercado de trabalho não agrícola; e, e) a importância crescente da agricultura familiar no meio rural como forma de solucionar os conflitos sociais (agrários) ainda existentes.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO

Este item tem como objetivo apresentar um diagnóstico sobre as atuais Instituições, as Políticas Públicas de Turismo e a forma de implementação destas no que tange ao turismo rural no Estado do Paraná. Inicialmente, as atenções do governo federal para o turismo no período de análise foram crescentes, pois a atividade caracteriza-se por um grande potencial de geração de renda e empregos que a coloca como fundamental em qualquer estratégia de crescimento econômico regional.

Em abril de 2003, foi lançado o "Plano Nacional de Turismo", que colocava, para o período 2003-2007, metas como; a geração de 1.200.000 novos postos de empregos e ocupações; o aumento do número de turistas estrangeiros para nove milhões; a geração de oito bilhões de dólares em divisas; o aumento da carga de passageiros para 65 milhões de passageiros; e o desenvolvimento de, pelo menos, três produtos turísticos²³ em cada unidade da federação, com qualidade.

Para captar o desenho das instituições e das políticas com que o país passa a contar no governo, assim como ter alguma noção da capilaridade com que se contava para levar adiante as pretensões das metas estabelecidas desde o ano de 2003, o presente capítulo buscou responder à seguinte questão: como descrever o "sistema de instituições políticas públicas do turismo" no Brasil e como esse sistema se traduz no Estado do Paraná?

Este item divide-se em quatro partes. A primeira faz uma revisão necessária, a partir de alguns autores escolhidos, dos conceitos de política pública tentando atrelar o sistema à reconstrução histórica das políticas do turismo no Brasil. Um segundo ponto explica como se dá o processo de formulação da política pública de turismo brasileira; no terceiro, procura-se sintetizar os principais objetivos dos planos nacionais do turismo (PNT): período 2003-2006, 2007-2011; e no quarto se discute o programa nacional de regionalização do turismo - 2003-2010. Finalmente se avança sobre o sistema público do turismo no Paraná para analisar a organização da governança do turismo na Região Metropolitana apontando alguns comentários finais a respeito do desenvolvimento do ciclo de políticas públicas no Estado.

²³ Produto turístico no jargão do turismo refere-se àquele destino ou roteiro turístico que pode ser comercializado, sendo colocado na prateleira (virtual ou real) do agente de viagens ou na internet. Nem todos os destinos turísticos por excelência são considerados, portanto, "produtos turísticos".

1.3.1 Uma revisão da literatura sobre as políticas públicas e o turismo

A política pública é um campo do conhecimento que busca analisar "o governo em ação". Numa situação ideal, a formulação de políticas públicas constitui um estágio importante dos governos efetivar seus propósitos (Programas de governo) em programas, planos e ações que produzirão as mudanças almejadas no espaço e escalas de atuação.

Rua (1998) nos lembra que a política pública é definida como o conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos, e são públicas quando envolvem a alocação de valores ou bens públicos e se revestem de autoridade soberana do poder público (RUA, 1998). Na visão de Souza (2006, p.26): "Pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação": analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. "A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real."

O interesse da análise de políticas públicas não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais e sim, "a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos 'tradicionais' da ciência política" (FREY, 2000, p.214).

Assim, é preciso lembrar que a análise da política pública deve distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz. Ademais, é apenas o início de um processo que envolve esferas de governo, União, Estados e Municípios, sendo abrangente, não se limitando a leis e regras, além disso, é intencional por sempre ter presente os objetivos a serem alcançados e que, embora tenha impactos no curto prazo, as políticas sempre almejam objetivos de longo prazo (SOUZA, 2006). Para Souza (2006, p.36), das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podem-se extrair e sintetizar seus elementos principais:

- a) a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- b) a política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada por meio dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- c) a política pública é abrangente e não se limita a leis e regras;
- d) a política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados;
- e) a política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;
- f) a política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

O campo do conhecimento da política pública busca integrar quatro elementos na sua construção (SOUZA, 2006): a própria política pública, a política (*politics*), a sociedade política (*polity*) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas (figura 1).

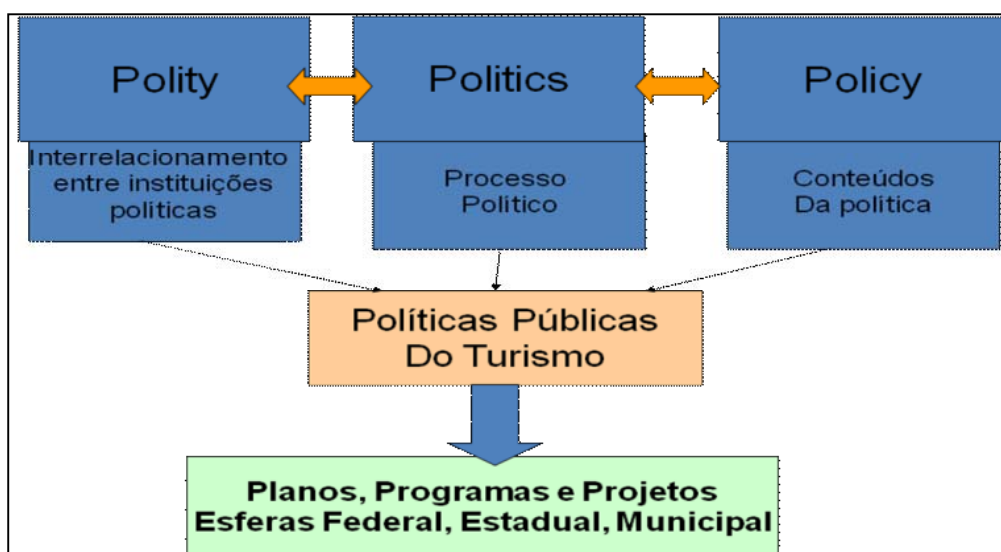


FIGURA 1 - PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

FONTE: Adaptado de Rua (1998), Souza (2003, 2006), Frey (2000), Arretche (1999), e Lazzaroti (2004)

Disso pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

As políticas públicas são um fator comum da política e das decisões do governo e da oposição. Assim, a política pode ser analisada como a busca para estabelecer políticas públicas sobre determinados temas, ou de influenciá-las. Um elemento-chave das políticas se refere à concepção, gestão e avaliação (PARADA, 2006, KINGDON²⁴ (1984 *apud* FARIA, 2003, p.25) destacando-se no processo de produção de políticas públicas: 1) o dos problemas – formado por informações sobre as questões problemáticas, atores que propõem definições diversas para os problemas; 2) o das políticas (*policies*) – formados por aqueles que propõem as soluções para os problemas distintos; e 3) o da política (*politics*) – que agrega a movimentação dos grupos de pressão, mudanças no Legislativo e nas agências de administração e *national mood* (tendência de significativa parte do país em pensar e fazer escolhas segundo os parâmetros daquele momento específico).

A construção de uma política pública sofre, portanto, da ambiguidade que a própria atividade gera. Tal é o caso do turismo, pretende-se uma política setorial como política econômica, pela intervenção deliberada do governo na economia para alcançar determinados objetivos (HERSCHEL, 1989), mas é também considerada uma política pública social quando procura resolver conflitos.

Ao analisar a política pública do turismo, Cruz e Sansolo (2003) consideram que ela faz parte do processo de planejamento governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer ou não relativamente a um dado setor da vida social. Na visão dos autores, vista de forma tão abrangente, "a política pública funde-se ao próprio processo de planejamento, com a diferença de que o planejamento é o processo e a política pública é o posicionamento da administração pública frente a

²⁴ KINGDOM, J. **Agendas, alternatives and public policies**. Boston: Little Brown, 1984.

um aspecto da vida social em um dado momento. Este posicionamento pode ser exposto na forma de um documento – tal como o plano – e ter, conseqüentemente, a visibilidade que se espera de uma política pública ou não"²⁵.

Para fazer escolhas entre os modelos de análise e formulação de Políticas Públicas seria necessário, entretanto, aprofundar mais a análise dos processos de construção das políticas do turismo. Contudo, é importante destacar que a análise que segue aproveita muito dos elementos de T. Lowi²⁶ (1964 *apud* SOUZA, 2003; 2006), quem desenvolveu uma entre as mais conhecidas tipologias sobre política pública, elaborada a partir de uma máxima: a política pública faz a política²⁷. Na visão de Souza (2006), o autor quis dar a entender que cada tipo de política pública encontra formas diferentes de apoio e rejeição que são manifestas numa trajetória que passa pelas arenas sociais e cuja decisão final gira em torno de disputas para a solução de controvérsias e o encontro de consensos capazes de minimizar conflitos.

²⁵ Cruz e Sansolo (2003) avançam na análise das políticas públicas do turismo ao afirmar que: "A política pública pode ser mais ou menos generalizante: no que se refere ao turismo, por exemplo, podem desdobrar-se de uma política de turismo outras políticas específicas como uma política de marketing turístico, de capacitação de mão-de-obra para o turismo, de apoio ao artesanato local/regional etc." Evidentemente, os desdobramentos a que os autores fazem referência vêm ao encontro de outro aspecto da atividade turística. É um serviço cuja produção e consumo se materializam no lugar, no território, no espaço, não havendo formas de estocar ou de transferir.

²⁶ LOWI, T. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. **World Politics**, v.16, p.677-715, 1964; Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, v.32, p.298-310, 1972. Mais detalhes ver Souza, C. (2003, 2006).

²⁷ Segundo Lowi (1964, 1972, *apud* SOUZA, 2006), cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição onde as disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Assim, a política pública pode assumir quatro formatos: **Políticas distributivas**, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. **Políticas regulatórias**, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. **Políticas redistributivas**, que atingem maior número de pessoas e impõem perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as **políticas sociais universais**, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. Como se observa mais adiante, a partir desta tipologia pode-se afirmar que as políticas públicas do turismo não envolvem conflitos distributivos, nem redistributivos, isso tem um resultado particular no envolvimento das governanças regionais e na implementação e consecução dos objetivos.

O debate sobre políticas públicas também tem sido influenciado pelas premissas advindas de outros campos teóricos, em especial do chamado neo institucionalismo²⁸, que enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas (SOUZA, 2006). Assim, também para análise das políticas públicas do turismo rural se aproveitaram as ferramentas da análise neoinstitucional das políticas públicas, tendo em vista que as instituições definem as regras que são utilizadas pelos indivíduos para determinar quem e o que foi incluído nas situações de decisão, como se estruturou a informação, quais as ações que poderiam ser executadas e em que sequência, e como as ações individuais poderiam ser agregadas e transformadas em ações coletivas, as quais geraram políticas públicas, que, em suma, foram implementadas nas diversas escalas do espaço metropolitano.

Para Frey (2000), no que concerne à análise de políticas públicas, deve se levar em consideração não apenas a tendência a uma crescente fragmentação e setorização do processo político e a correspondente formação de "*policy networks*" e "*policy arenas*", mas acima de tudo a interferência de padrões peculiares de comportamento político. Ao subdividir o agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, o "*policy cycle*" acaba se revelando um modelo heurístico interessante para a análise da vida de uma política pública (figura 2).

²⁸ A teoria neoinstitucional contesta que o processo decisório sobre políticas públicas resulta apenas de barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem seu autointeresse, afirmando que interesses (ou preferências) são mobilizados não só pelo autointeresse, mas também por processos institucionais de socialização, por novas ideias e por processos gerados pela história de cada país. Os dirigentes agem e se organizam de acordo com regras e práticas socialmente construídas, conhecidas antecipadamente e aceitas (MARCH; OLSEN, 1995, p.28-29 *apud* SOUZA, 2006). Tais visões sobre o processo político são importantes para entender melhor as mudanças nas políticas públicas em situações de relativa estabilidade, como no caso do turismo no Brasil, dentro do período de análise.

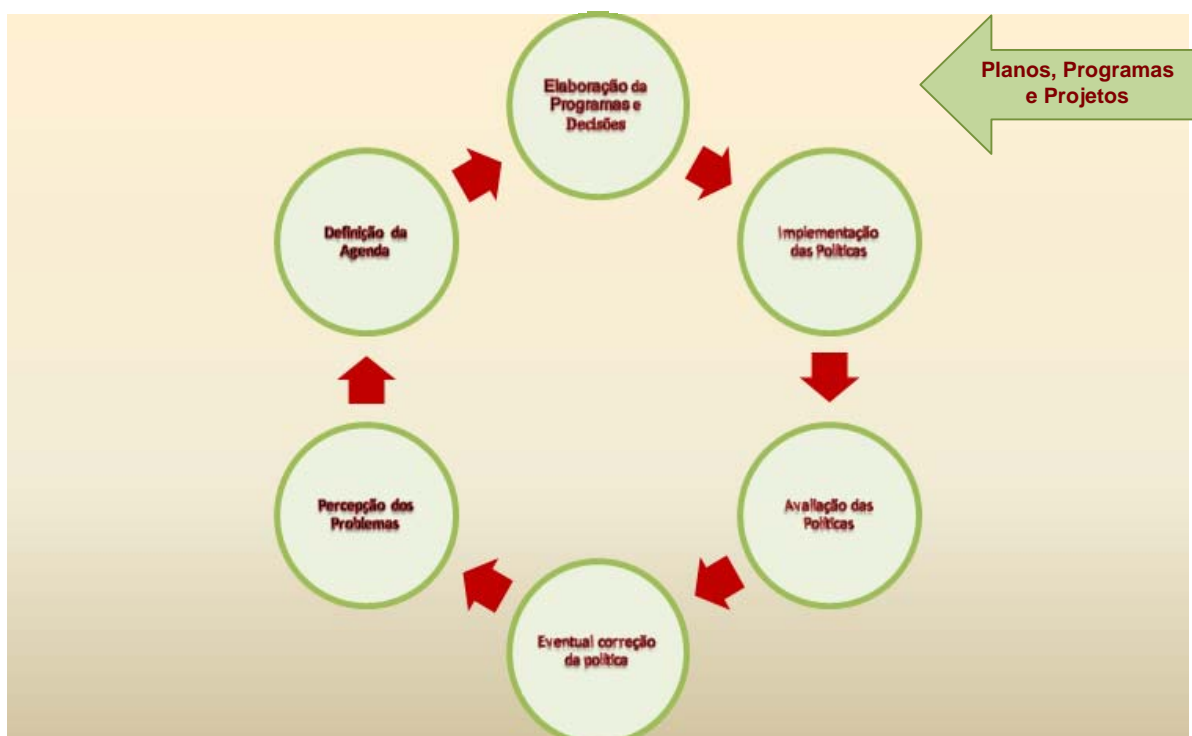


FIGURA 2 - CICLO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

FONTE: Adaptado de Frey (2000)

As várias fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram em cada fase. As tradicionais divisões do ciclo político nas várias propostas na bibliografia se diferenciam apenas gradualmente. Comum a todas as propostas são as fases da formulação, da implementação e do controle dos impactos das políticas (FREY, 2000).

A seleção dos temas e o controle da agenda ocorrem num processo de enfrentamento entre os atores envolvidos; nem sempre há uma seleção "positiva" das demandas que se referem às funções que são necessárias para a manutenção de formas de dominação na organização econômica (como a propriedade privada, ou a reforma agrária), selecionando os que entram ou não na agenda por meio de mecanismos que filtram ideologicamente os temas e os problemas. Melo e Silva (2000) definem o processo de implementação como sendo uma das fases do *policy cycle*, que corresponde à execução de atividades que permitem que ações

sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação das políticas.

As políticas públicas, depois de desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando então submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação, e à análise dos agentes (SOUZA, 2003).

No sentido de identificar como foram sistematizadas as demandas regionais do turismo rural e sobre que base as políticas públicas foram implementadas, discorre esta dissertação. É na implementação das políticas públicas que os aspectos teóricos e conceituais de questões que afetam as relações intergovernamentais se tornam explícitos. Especialmente em relação aos limites e às possibilidades de construção, reconstrução e aplicação das ações das políticas, pela falta de capacidades administrativas, institucionais e até políticas dos municípios (SOUZA, 1998). Como Souza (1998) reforça na sua análise da descentralização e as relações intragovernamentais, no Brasil como resultado da redemocratização e da descentralização ocorreu um fortalecimento do poder político e dos recursos financeiros dos governos subnacionais, especialmente dos estados e suas capitais. Apesar desse fortalecimento, isso não significou que as unidades subnacionais fossem homogêneas na sua capacidade de cumprir uma segunda geração de reformas.

Os processos deflagrados a partir da Constituição Federal de 1988 e que influenciaram de forma radical o papel do Estado (federalismo, descentralização, pacto federativo), com a descentralização passaram a pautar a elaboração de planos e de políticas públicas, com uma participação maior das governanças regionais e dos municípios e em algumas políticas das comunidades, introduzindo novos agentes e atores para a configuração de uma nova ordem econômica e social no País. A Constituição Federal do Brasil, chamada também de "Constituição Cidadã", prega três grandes princípios para a colocação em prática das políticas, quais sejam: a necessidade de descentralização política entre as distintas escalas do governo, a descentralização das políticas públicas e a correspondente municipalização; e o

atendimento às demandas de articulação e coordenação intra e intergovernamentais com o redesenho de competências e responsabilidades entre as três esferas de governo (BUCCI, 2006).

Em alguns casos, contudo, o fortalecimento dos municípios via descentralização das políticas públicas também não significou que os benefícios da descentralização se distribuíssem uniformemente. No que se refere à Região Metropolitana de Curitiba não tem sido diferente: o espaço regional metropolitano e os municípios que o integram têm recebido e executado as políticas públicas filtrados pelas desigualdades sociais e regionais, as relações intergovernamentais, o grau de autonomia financeira local o que faz com que os efeitos da descentralização sejam substancialmente variáveis e seus resultados dependam das forças políticas locais (IPARDES, 2010; IPEA, 2011).

Na fase da avaliação de políticas e da correção de ação, ainda na figura 2, apreciam-se os programas já implementados no tocante aos seus impactos efetivos (PRITTWITZ²⁹ 1994, p.60 *apud* FREY, 2000). Trata-se de investigar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros. A avaliação ou o controle de impacto podem ter sido alcançados, e no caso de os objetivos do programa, levar à suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo. Com isso, a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e dos instrumentos de ação pública: processo denominado aprendizagem política.³⁰

²⁹ PRITTWITZ, V. von. **Politikanalyse**. Opladen: Leske + Budrich, 1994.

³⁰ Arretche (1998, 2001), em artigo sobre as tendências de estudos sobre avaliação de políticas públicas, afirma que a análise de uma dada Política Pública relaciona a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, aos quais somente a avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y. Segundo a autora, a análise de Políticas Públicas busca reconstituir as diversas características específicas de forma a apreendê-las em um todo coerente; costuma-se distingui-las em termos de EFETIVIDADE, EFICÁCIA e EFICIÊNCIA, distinção que é basicamente um recurso analítico. Na construção da avaliação da política pública do turismo esgotaremos apenas um desses elementos.

Em diversos trabalhos de M. Arretche (1995, 1996, 1998, 1999, 2001, 2002), ao analisar o Federalismo e as relações intergovernamentais (ARRETCHÉ, 2002), ou a descentralização das políticas sociais no Brasil (ARRETCHÉ, 1999), a autora sistematiza que, na linguagem de avaliação de políticas, tem se convencionado dizer que a eficiência de uma política está associada à relação entre o esforço para implementá-la e os resultados alcançados. Também defende a tese de que as técnicas estatísticas de avaliação de eficiência permitem estimar essa relação, mas essas estimativas dependem em grande parte da confiabilidade das informações e dados com os quais se conta³¹. Por outro lado, a própria autora reconhece em trabalhos posteriores (ARRETCHÉ, 2003) e declarações à imprensa virtual³² (COMCIENCIA, 2010) e escrita (VALOR, 2011) que não há qualquer garantia intrínseca à gestão local que promova responsabilidade, eficiência, acesso universal e patamares equitativos de implementação de uma política pública, e enfatiza que a qualidade da ação dos governos locais depende, em grande medida, dos incentivos e controles a que estes estão submetidos.

A partir da revisão da literatura apresentada, há um consenso sobre o tema da descentralização no sentido da necessidade de superação de conflitos de distribuição de poder, de serviços e recursos entre as diversas escalas de governos e/com os setores da sociedade. Acrescem-se a isso as dificuldades da sua implementação tendo em vista a forte carga simbólica da descentralização, que permite discursos e usos inadequados na prática. Entretanto, na visão de Souza (2004), a questão do desenho institucional da descentralização das políticas públicas para sua correta implementação tem recebido atenção crescente quanto ao

³¹ A confiabilidade e disponibilidade dos dados, por sua vez, variam muito em função da política pública em questão. Nas áreas de saúde e educação e habitação, por exemplo, há muito mais informação disponível com possibilidade de analisá-la do que no turismo.

³² Mais detalhes sobre as entrevistas ver ComCiência, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico publicada pela UNICAMP desde 2002. <http://www.comciencia.br/entrevistas/ppublicas/arretche.htm>, Acesso em Outubro de 2010. Também o jornal Valor Econômico, 26 de dezembro 2011, p.A5: Cenários 2012: "Escândalos prejudicam oposição".

seu papel no campo de estudos. Dependendo das características das políticas, o desenho institucional pode ser decisivo no incentivo ou no constrangimento à descentralização. Em outro artigo (SOUZA, 1996), a autora foi mais enfática ao concluir que no Brasil,

As evidências apontam para o fato de que a descentralização e a democratização trazem uma fragmentação do poder sem necessariamente mudar qualitativamente a alocação dos recursos públicos locais (... e regionais; grifo do autor). Pode-se afirmar a partir daí, que existem vários fatores políticos e econômicos que influenciam os resultados da descentralização e que afetam o pacto federativo, reforçando, assim, o argumento desenvolvido inicialmente neste artigo sobre a importância de tais fatores nos resultados das políticas públicas, aspecto em geral pouco considerado na literatura (SOUZA, 1996, p.112).

Desses argumentos se depreende que não há uma distribuição regional uniforme dos benefícios da descentralização, o que significa que, no Brasil, país de vasta dimensão territorial e marcado por desigualdades sociais e regionais, o compromisso com a implementação da descentralização pode variar substancialmente e pode depender, em muitos casos, das forças políticas locais. A diversidade política, econômica e social do Brasil pode provocar grandes diferenças entre os municípios, que acabam prejudicando os próprios objetivos da descentralização. (SOUZA, 1996). O desenho e a implementação das políticas de regionalização do turismo têm sofrido, assim, pela omissão dessa premissa no sistema das políticas públicas, concorrendo com setores e estratégias locais e regionais.

1.3.2 O processo de formulação da política pública do turismo no Brasil

Para a compreensão do processo de formulação de uma **política** é necessário entender que toda política envolve sujeitos, instituições e recursos, o que significa dizer que sua formulação demanda negociação, com a explicitação de objetivos de todas as partes e dos recursos a serem distribuídos na construção da política proposta (recursos humanos, físicos, financeiros e outros). Um bom

processo de negociação pode ser o fator decisivo na formulação de uma política e no encaminhamento de sua operacionalização/implementação.

Dentro do *policy cycle*, o processo de negociação de uma política pode envolver um número maior ou menor de sujeitos, instituições e recursos, o que variará conforme o **regime de governo** e a política proposta. Um regime de governo democrático, como o que vive o Brasil nos dias de hoje, contará com uma participação mais ampla de **atores e agentes** sociais, podendo qualquer indivíduo se manifestar. Um regime centralizado implementa seus próprios projetos e as decisões são tomadas pela tecnocracia, em consulta a poucos interlocutores privilegiados, e a expressão da opinião pública pode ser controlada.

O processo de formulação de uma política não é simples ou rápido, ao contrário, explicita conflitos e interesses, e sofre reformulações constantes, a cada etapa da política, exigindo novas negociações. Em um processo completo de tomada de decisão, como aquele que envolve a elaboração e a promulgação de uma lei e, portanto, todos os poderes constituídos, podem-se distinguir as seguintes fases:

- a) surgimento de um problema que inquieta a sociedade ou o governo;
- b) inclusão da questão na agenda de governo para sua solução;
- c) formulação da política em questão;
- d) implementação da política; seguimento, avaliação e correção de rumos.

As primeiras três fases da política (do surgimento do problema à formulação da política propriamente dita) são de intensa politização e nelas são expostos os mais diversos interesses para fazer avançar ou bloquear uma proposta. Quando a política pública começa a ser implementada, da fase quatro em diante, outra ordem de conflitos surge e novas negociações entram em curso, provocando, na maior parte das vezes, reformulações na proposta original.

Algumas arenas de negociação são mais evidentes no processo de formulação de uma política. A primeira arena a se destacar é o Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados) e as demais instâncias legislativas, como as Assembleias Legislativas nos estados e as Câmaras dos Vereadores nos

municípios. A arena legislativa é onde chegam as demandas sociais e onde se discute e negocia o encaminhamento delas. Quando uma demanda chega ao Legislativo, ela já passou por alguns outros fóruns de discussão (no âmbito do próprio governo, nas associações de bairro, organizações não governamentais, partidos políticos, sindicatos, associações de profissionais e outros) e se mostrou como de relevância política e pública para ser discutida nesse contexto. A demanda pode apresentar como finalização a proposta de uma lei ou mesmo emenda constitucional e se constitui em uma peça da política pública, se aprovada.

No Legislativo existe uma série de regras que determinam a participação dos seus representantes (regras eleitorais e regimento interno de participação e apresentação de projetos), e estes sofrem influência e pressão da sociedade e do governo no processo de negociação dos projetos. A maior ou menor influência dos grupos de pressão no processo de formulação de uma política é o que determinará o produto final do processo. Por esse motivo, a transparência de informações e o acompanhamento sistemático das negociações no legislativo constituem uma prática salutar no processo democrático, pois é a única forma de reconhecer o que os políticos ("representantes do povo") fazem com o poder a eles atribuído e que encaminhamentos são dados em cada setor.

Outra arena de negociação da política é o Executivo. No caso do turismo, atuam mais diretamente o Ministério do Turismo, as Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo, por intermédio de seus representantes – o Ministro, os secretários de turismo, os técnicos. O Executivo e o Legislativo se relacionam na definição dos projetos, seja com a apresentação de uma demanda específica para o Legislativo, solicitando sua apreciação (por exemplo: o Executivo demonstrou a necessidade de maior aporte de recursos para a turismo num momento específico da política de turismo por conta dos megaeventos desportivos, conseguindo aprovar um recurso a mais para a turismo)³³.

³³ Há dentro do poder Executivo outras arenas de negociação como os conselhos, os fóruns e as comissões, das quais devem ser tratadas na hora de analisar o Estado do Paraná.

1.3.3 A implementação das políticas públicas do turismo

Parte-se da constatação de Arretche (2002), sobre a transferência de responsabilidade intergovernamental, para analisar o contexto da implementação das políticas de turismo, em especial o de regionalização turística: constata-se que a construção das agendas das políticas passa pelos mesmos problemas em todas as áreas. Arretche (2002) demonstra que o êxito no processo de transferência no Brasil tem dependido de estratégias indutivas desenhadas para delegar a implementação de uma dada política a outro nível de governo, de forma a superar os obstáculos à descentralização, que derivam de fatores estruturais e institucionais. Na visão de Souza (2004, p.37), a municipalização de algumas políticas gerou novas institucionalidades na governança local, não se limitando apenas à transferência de sua implementação, mas também, em alguns casos como na saúde e educação, significando o envolvimento das comunidades locais no processo decisório e de controle da implementação das políticas.

No turismo Becker (2001) aponta que no âmbito federal a transição se manifestou no conflito entre as políticas setoriais, em que por vezes se estabelece um embate de diretrizes desenvolvimentistas (mercado) e ambientalistas (sustentabilidade). Por outro lado, destaca a autora (BECKER, 2001, p.6), que as políticas em si mesmas são bastante ambíguas, e muitas vezes mantêm um discurso que não corresponde à prática. Reforça a autora que há também uma tentativa de o Estado definir seu papel numa estratégia de descentralização controlada ou seletiva. Sintetiza a autora que, ao tentar implementar uma política integrada para acabar com conflitos setoriais que se criaram no Brasil, "se multiplicaram agências, empresas e cada um faz a sua política, gerando insustentabilidade e desordem institucional. Há uma necessidade mínima de integração, de articulação entre as políticas".

A primeira intervenção do Estado na regulamentação turística do país aconteceu em 1938, com o Decreto n.º 406/38, que dispunha sobre autorização do Estado para a comercialização de passagens aéreas marítimas ou terrestres. Porém, foi o Decreto n.º 55/66 que marcou o "salto" para a nova organização

turística brasileira: pela primeira vez, foram criadas diretrizes para uma política nacional de turismo, além da criação da EMBRATUR, na época denominada Empresa Brasileira de Turismo, e do CNTUR - Conselho Nacional de Turismo. Este é o principal antecedente histórico do sistema organizado da atividade turística, pois com ele surge no Brasil uma estrutura federal de administração do turismo, complementada por uma política nacional de turismo, com atribuições e objetivos estabelecidos de forma genérica (quadro 1).

PERÍODO	INSTÂNCIAS DO TURISMO
1939 - 1945	Divisão de Turismo, do Departamento de Imprensa e Propaganda, vinculado à Presidência da República
1945 - 1946	Departamento Nacional de Informação, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores
1951 - 1958	Departamento Nacional de Imigração (posterior Instituto Nacional de Imigração e Colonização) do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
1958 - 1962	Comissão Brasileira de Turismo - Combratur vinculada à Presidência da República
1961 - 1966	Divisão de Turismo e Certames, do Departamento Nacional do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio
1966 - 1990	Ministério da Indústria e do Comércio (diversos órgãos internos) EMBRATUR - Criação da Empresa Brasileira de Turismo Conselho Nacional de Turismo - CNTUR
1990 - 1992	Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República EMBRATUR
1992 - 1996	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo EMBRATUR
1996 - 2002	Ministério de Esportes e do Turismo EMBRATUR
2003 - 2007	Ministério do Turismo EMBRATUR Conselho Nacional de Turismo - Governanças Regionais
2007-2011	Ministério do Turismo EMBRATUR Conselho Nacional de Turismo - Governanças Regionais

QUADRO 1 - LINHA DO TEMPO DAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO DO TURISMO NO BRASIL

FONTE: Adaptado de Fratucci (2006)

De acordo com vários autores (BEZERRA, 2003; SANTOS FILHO, 2004; BENI, 2003) a partir do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, e apesar da existência de diplomas legais anteriores que legitimavam algumas políticas públicas para o turismo no Brasil e que contribuíram para a organização do setor, é criada uma estrutura federal para a administração do turismo: EMBRATUR e CNTUR - Conselho Nacional de Turismo. Ali estavam estabelecidos, de maneira genérica, objetivos e atribuições dos operadores do setor no país. A criação da EMBRATUR e

do CNTUR, compondo o Sistema Nacional de Turismo, definiu a primeira estrutura institucional pública para o turismo. Ambos estavam vinculados ao então Ministério da Atividade e Comércio.

A criação da EMBRATUR em 1966 foi um marco positivo na história das regulamentações, em seguida a criação do FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo, que, como Dias (2003) coloca, tinha como objetivo prover recursos para o financiamento de empreendimentos, obras e serviços de finalidade e interesses turísticos e seria administrado pela EMBRATUR. Foi o primeiro fundo especialmente criado para financiar o desenvolvimento turístico do país. Porém não marcou o fim das políticas errôneas e do mau entendimento do governo sobre como melhor aproveitar o turismo. O Decreto n.º 2.294/86 torna a atividade turística livre no país, o que implicava a liberação de necessidade de registro, mantendo apenas fiscalização e classificação sob controle da EMBRATUR; com isso, na prática, qualquer um poderia dedicar-se ao turismo, mesmo que de maneira fraudulenta, ilegal ou apenas como empresa de fachada para outros serviços que não o turismo³⁴.

A década de 1980 foi marcada pelo processo de abertura do regime político anterior, decretos e portarias são editados a fim de consolidar e ampliar o desenvolvimento do turismo. Foi um período de transição. Principalmente por conta da nova Constituição, que proporcionou um momento de ampla discussão nacional.

Em 1983, a EMBRATUR já definira o turismo social por meio da deliberação normativa que, com a Política Nacional do Meio Ambiente, deveria lançar as bases efetivas para o cenário de sustentabilidade ambiental e social. Até o final dessa década, acreditava-se que a melhor forma de organizar a política de turismo no Brasil seria por meio do estabelecimento de um colegiado do setor, o Sistema

³⁴ Tal e como aconteceu com as agências de viagens nas décadas de 1980 e 1990 utilizadas como empresas de comércio ilegal de divisas, ou, como o caso das empresas autotransportadoras no Ministério do Trabalho como "transportadoras de passageiros". A avaliação que se faz desse decreto é, que em vez de criar uma mudança de percepção no quadro do aprimoramento da prestação de serviços, foi o início de um verdadeiro "caos" da organização do setor turístico implantado no país.

Nacional de Turismo, composto pela EMBRATUR, CNTUR e Ministério da Indústria e Comércio (BENI, 2006).

O governo Collor promoveu em 1991 por meio da Lei n.º 8.181, mudanças na atividade turística revogando o Decreto n.º 55/66 do Governo Federal: a primeira modificação sem dúvida alguma foi a nova denominação da EMBRATUR agora Instituto Brasileiro de Turismo e que também passou a ter sede e foro na capital federal. Caberia então formular a política nacional de turismo, coordenando sua execução seja propondo normas e medidas ao Governo Federal ou cumprindo com as determinações estabelecidas (quadro 2). Um Plano Nacional de Turismo no Brasil só aconteceu de fato, em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Foi nesse mesmo governo que aconteceu a implantação do PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo, do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, que tinha como objetivo fomentar o desenvolvimento dos municípios com bases para a sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política. Até a data, o Brasil, como país de potencialidades turísticas, mantinha um comportamento tímido no mercado mundial do turismo.

PERÍODO	INSTÂNCIAS DO TURISMO
Até 1966	Políticas desagregadas, direcionadas apenas ao controle da venda de passagens
1966 - 1986	Conselho Nacional de Turismo + EMBRATUR Estado mais presente no fornecimento de infraestrutura turística, na concessão de incentivos fiscais e no estabelecimento de marcos regulatórios (leis, normas etc.)
1986 -1994	Desregulamentação do setor; transferência da EMBRATUR para Brasília; instituição do Plano Nacional de Turismo; Estado com o papel de fornecedor e financiador de infraestrutura de apoio ao setor. Recursos BNDES para grandes cadeias internacionais.
1994 -2002	Governo FHC: descentralização da gestão do turismo; PNMT = municipalização; ênfase no marketing externo; desenvolvimento de parcerias público-privadas; Estímulo ao mercado interno
2003 - 2010	Governo Lula: criação do Ministério do Turismo; PRT = ênfase na regionalização de produtos turísticos e na criação das instâncias de governanças regionais; Turismo visto como gerador de emprego e renda e agente para diminuir as desigualdades regionais; Projeto Marca "Brasil": Plano Aquarela e Plano Cores;

QUADRO 2 - CARATERÍSTICAS DOS SISTEMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO NO BRASIL

FONTE: Adaptado de Frattucci (2006)

Um primeiro ensaio de planejamento estratégico para o turismo nacional foi provocado pelo Plano de Governo de FHC – então candidato. O plano apontava o crescimento econômico do país e detalhava um perfil de desenvolvimento, em que o turismo era elevado à prioridade nacional (pelo menos no discurso). O processo iniciado em 1996 cria as bases das mudanças substanciais do sistema turístico como hoje se conhece: o turismo ganha status de ministério e de atividade econômica (Ministério de Indústria Comércio e Turismo) e, a partir de 1999, foi dada a incumbência ao Ministério do Esporte e Turismo de levar adiante as manifestações e os eventos dos 500 anos do Brasil. No entanto, coube à EMBRATUR³⁵ a elaboração e execução da Política Nacional do Turismo.

Como atividade econômica de importância para alavancagem do crescimento econômico e do desenvolvimento do país, a atividade teve seus investimentos programados no Plano Plurianual "Brasil em Ação" (PPA 1996-1999). O governo federal enfatizou a necessidade de investimentos em infraestrutura, capacitação, modernização da legislação e marketing, destinando recursos para cada uma dessas áreas.³⁶

Em concomitância com as grandes mudanças da política pública provocadas na educação e no trabalho, o turismo, que até então vivia à margem das políticas

³⁵ Quanto à EMBRATUR, durante o período descrito, sofreu alterações no seu quadro administrativo-financeiro, bem como houve a mudança de sua sede do Rio de Janeiro para Brasília. Esse período marca também uma fase de investimentos em modernização tecnológica, logística e treinamento, na capacitação e formação do quadro de pessoal.

³⁶ O Programa Brasil em Ação foi lançado em agosto de 1996 para dar prioridade a um conjunto de 42 empreendimentos (que posteriormente aumentaram para 58 ao longo dos quatro anos do projeto) voltados para a promoção do turismo sustentável do País e estrategicamente escolhidos pela capacidade de induzir novos investimentos produtivos reduzindo as desigualdades regionais e sociais. Na verdade, além do discurso oficial, a proposta procurou corrigir os rumos dos investimentos realizados no PRODETUR 1 no Nordeste brasileiro que recebeu críticas tanto do Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, financiador internacional do programa, como da academia pelo caráter de enclave que os investimentos privados desenvolveram fortalecendo ainda mais a exclusão social existente na região e limitando o uso de práticas sustentáveis e favoráveis ao meio ambiente. Ao longo dos quatro anos, esses projetos absorveram investimentos públicos e privados da ordem de R\$70 bilhões espalhados e. Fonte: Ministério do Esporte e Turismo, Relatório de Gestão 1995-2002.

públicas, foi tratado como setor de interesse, pelo menos no discurso, dada a capacidade que representava de geração emprego e renda, além da possibilidade que representou de dar continuidade à negociação e contratação de novos empréstimos internacionais para o desenvolvimento da Região Nordeste. O Ministério da Indústria, Comércio e Turismo criou câmaras técnicas para o desenvolvimento de cadeias produtivas, uma das quais era a do turismo, em que sentaram lado a lado, o setor público e os principais representantes do setor, suas associações e sindicatos para discutir estratégias de crescimento para o setor (MDIC, 1993). Isso tendo em vista que: a) o Brasil passara para o 46º lugar no ranking mundial dos países receptores de turistas estrangeiros; b) a atividade do turismo incidia em toda a economia, com impacto econômico em diferentes segmentos da agricultura, da indústria e do comércio (52 segmentos), segundo cálculos realizados pela FIPE-USP a partir da matriz de insumo-produto de 1980 e publicados na época; c) a atividade apresenta um grande potencial para a criação rápida de empregos comparativamente a outros setores econômicos; d) diversidade qualitativa dos empregos capazes de serem gerados; empregos especialmente e principalmente para os jovens; empregos nas micro e pequenas empresas; empregos em regiões determinadas seja pelas ações de promoção do turismo, seja pela construção de obras de infraestrutura para o turismo; e) uma alta proporção de empregos relacionados com os setores exportadores.

Essas recomendações iniciais dos grupos de trabalho das câmaras técnicas originaram a Política Nacional do Turismo (1996-1999). Evidentemente, muito além da conjuntura internacional favorável ao crescimento do turismo, houve uma espécie de *boom* sustentado principalmente pelo fluxo de turistas do MERCOSUL ao Brasil, assim como um ensaio da saída de mais brasileiros para o exterior. Já em 1999, o Brasil recebeu 4,8 milhões de turistas internacionais.

O crescimento inesperado do fluxo de turistas (superando as expectativas projetadas no programa) colocou em evidência algumas falhas do sistema turístico que se gestava. Uma pesquisa realizada em 1995 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE da USP, para cinco capitais metropolitanas, apontava como importantes entre outras deficiências as seguintes:

Estados e municípios com mais potencialidades para o turismo receptivo apresentavam um escasso número de cursos de turismo em todos os seus níveis (ensino fundamental, médio, técnico e profissionalizante e superior); falta de docentes capacitados para o magistério na área; mais de 70% dos cursos de turismo existentes não ofereciam aulas de idiomas (inglês e/ou espanhol), tampouco contavam com laboratórios de turismo.

Outros estudos menores como o do Instituto Hospitalidade, ONG que atua no âmbito dos certificados de qualidade para o turismo, citados por Saab (2001) indicavam que a maior parte dos profissionais da área possuía uma formação empírica. Segundo o Instituto, para cada 100 trabalhadores empregados na hotelaria, 63 ocupavam funções cujos atributos eram de natureza estritamente operacional, constatando uma carência muito grande de mão de obra especializada, qualificada e bem preparada³⁷.

Nesse período, a EMBRATUR destinou mais de R\$150 milhões para divulgação e marketing do turismo. Coube a essa instituição nesse mesmo período promover programas e campanhas educativas, muitas delas reconhecidas posteriormente pela Organização Mundial do Turismo - OMT. Destacam-se a campanha de combate à exploração sexual infanto-juvenil, lançada junto ao Ministério da Justiça; o programa Embarque Nessa, junto ao Ministério da Educação, distribuindo um milhão de cartilhas em todo o território nacional, cujo objetivo era enfatizar a necessidade de valorização e proteção do patrimônio natural e cultural do

³⁷ O W. Saab no seu artigo estava preocupado com os níveis de qualidade da "indústria hoteleira" no Brasil. Para detalhes ver: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/get4is23.pdf. Somada a essas observações, o Ministério do Trabalho organizou através do Fundo do Amparo ao Trabalhador - FAT, alguns diagnósticos para financiamento da qualificação da mão de obra. No caso do plano de qualificação do turismo, o diagnóstico apontava que "apesar de existir numerosas instituições, escolas públicas e privadas que ofereciam cursos e programas de formação profissional, livres e regulares para o turismo e a hotelaria (quadro 2)... não existia um planejamento conjunto e integrado das ações por parte dos ministérios e as pessoas qualificadas não são suficientes para suprir as necessidades do mercado de trabalho" (MTE: Plano de Qualificação do Turismo).

Brasil, além de destacar a importância do turismo para o desenvolvimento social e econômico das comunidades; o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, PNMT, cujo trabalho, ao sabor da onda descentralizante que a promulgação da Constituição trouxe, propôs o desenvolvimento do turismo nos municípios como a base do destino turístico.

O PNMT como modelo de gestão da atividade turística atuou junto aos agentes locais utilizando uma metodologia de agentes multiplicadores e participação democrática. Foi lançado oficialmente em março de 1994, por meio da Portaria n.º 130 do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. O PNMT estimulou a participação comunitária na elaboração dos planos municipais de desenvolvimento sustentável do turismo.

Para alcançar os objetivos propostos, o PNMT organizou-se em torno de cinco grandes ações estratégicas: definir e difundir, por todos os meios que estivessem ao seu alcance, os princípios básicos norteadores do processo de municipalização do turismo; elaborar e aplicar metodologia, apropriada à realidade brasileira para o desenvolvimento do turismo sustentável; estabelecer uma rede de agentes multiplicadores e instituições parceiras para a operacionalização do programa; envolver as comunidades locais mediante a realização de oficinas e encontros, com aplicação de técnicas de enfoque participativo; e apoiar os municípios nas iniciativas que tinham por finalidade o fortalecimento institucional e na elaboração de planejamento estratégico para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Os objetivos específicos do PNMT esclarecem os cinco princípios propostos como norteadores das ações do plano, descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação³⁸.

³⁸ A municipalização proposta pelo programa partia da proposta de construção de um processo de desenvolvimento turístico por meio da conscientização da população beneficiada pelas ações realizadas, buscando despertar a sensibilização dos residentes para o fato de que apenas possuir atrativos ou potenciais turísticos não é suficiente para que a atividade cresça e se desenvolva. Assim, o setor só poderia produzir benefícios se fosse planejado dentro do contexto local e com a participação da comunidade (PNMT: Diretrizes, 1994).

Com a mudança em 1998 para o recém-criado Ministério do Esporte e Turismo, cria-se um Comitê Executivo composto inicialmente por dez entidades: a EMBRATUR, o Banco de Brasil, a Associação dos Municípios Brasileiros de Potencial Turístico (AMPTUR- BR), o Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), Serviço Nacional do Comércio (SENAC), a Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo (ABBTUR), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Caixa Econômica Federal (CEF), Comunidade Solidária (CS), e a Associação Brasileira dos Organismos Municipais de Turismo (ABOMTUR). É a primeira iniciativa de gestão compartilhada, e a composição de entidades público-privadas multiplicou-se na esfera municipal mediante a criação dos primeiros conselhos municipais de turismo, cuja premissa básica era a comunidade como elemento de sustentação do desenvolvimento do turismo. A partir do planejamento do turismo com a participação comunitária, foram dados os primeiros passos para criar as condições para o empoderamento, a elevação da autoestima, do orgulho pelo lugar, elementos essenciais para o fortalecimento da cidadania³⁹.

Coube à esfera federal oferecer suporte técnico, de informação e capacitação. A fase da implantação nos municípios aconteceu na forma de oficinas de capacitação sobre turismo sustentável, gestão turística e planejamento estratégico. Além das oficinas de capacitação, o PNMT realizou outras atividades para a promoção do desenvolvimento em nível local em alguns municípios, tais como oficinas de artesanato, oficinas em parceria com o PRONAF, procurando valorizar a agricultura familiar e as tradições culturais locais, campanhas educativas e de conscientização. Também foi realizado o programa de Desenvolvimento Gerencial na Administração do Turismo (PDG Turismo), dirigido aos profissionais de chefia e gerência média de órgãos de turismo, com o intuito de aprimorá-los e torná-los multiplicadores da metodologia ZOOP, aplicada no processo.

³⁹ Bezerra (2004, p.47 e segs.) relata como a experiência se desenvolveu por meio da metodologia ZOPP, (Planejamento de Projetos orientados por Objetivos) da GTZ: nas palavras de Bezerra, "a metodologia empregada nessas oficinas teve como referencia os instrumentos operacionais elaborados pela OMT adaptados para o Brasil dentro do enfoque participativo, em que todos os participantes, com base em perguntas ou em documentos orientadores, iam propondo a construção do conhecimento a partir da realidade individual". O mais importante dessa construção recai no processo de revisão constante mediante ajustes, sugestões e correções que o Moderador provoca.

O plano proposto e executado durante o governo FHC, ao transferir para os governos municipais a responsabilidade de acreditar e investir no turismo, criou outro tipo de restrições: de um lado, nem todos os municípios turísticos ou com potencial contavam com uma estrutura destinada a atender às demandas do setor. Por outro lado, havia um compromisso tácito de que recursos para infraestrutura e de fomento da atividade seriam de responsabilidade dos governos municipais: o que em teoria pode até parecer ter sido bom, na prática foi a base de novos conflitos, pois a grande maioria dos municípios brasileiros tinha (e ainda têm) dificuldades para manter suas estruturas básicas sociais (saúde, educação, moradia) e não disponibilizariam recursos orçamentários para o fortalecimento de uma atividade em que o poder da execução é quase exclusivamente do setor privado.

Em seis anos de implementação, o PNMT quadruplicou sua área de atuação com recursos advindos do FAT, contudo, as avaliações feitas pela EMBRATUR (2002) se abstêm de avançar aos efeitos nos municípios: conta entre seus feitos a criação de mais de 250 novos roteiros turísticos com serviços qualificados, preços competitivos e infraestrutura compatível; abertura de potencial de negócios e oportunidades jamais vistas internamente e que começaram a ser descobertas pelo mercado (*op. cit.*, p.33).

A década de 1990 foi marcada por uma evolução nas políticas públicas de turismo com a ampliação do debate entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade. Nesse período foi criado o PNMT - Plano Nacional de Municipalização do Turismo e se ensaiaram os primeiros passos da descentralização das atividades de planejamento e as primeiras organizações institucionais do turismo em esferas distintas das do governo central. O município passa a ser um componente importante do produto turístico, e a conscientização dos municípios e de suas comunidades acerca dos benefícios econômicos que o turismo poderia aportar torna-se o instrumental fundamental do processo de implementação da política pública.

1.3.3.1 Os planos nacionais do turismo - PNT: período 2003-2006, 2007-2011

O MTur foi instituído, segundo o Plano Nacional de Turismo, com a missão de promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos turísticos, da ampliação e melhoria de sua infraestrutura e da promoção comercial do produto turístico brasileiro no mercado nacional e no exterior (BRASIL, 2003).

O Plano Nacional de Turismo concebeu um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, integrando as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada, por meio da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade nas diversas escalas territoriais e de gestão do País, alcançando todas as regiões brasileiras e todos os setores representativos do turismo, de modo a legitimar e a subsidiar a ação ministerial e dos seus parceiros (BRASIL, 2003).

Com a estrutura organizacional do MTUR, caberia ao órgão a função de elaborar as políticas e de disponibilizar os recursos tanto de capital quanto de informação e gestão, auxiliado pelo CNTUR, pelo Fórum dos Secretários Estaduais de Turismo e dividido em duas secretarias, a de políticas e a de programas, além da EMBRATUR. Ainda, mesmo com essa nova estrutura funcional e organizacional para o turismo, Beni (2006) aponta:

A produção de cenários estratégicos para a redução de riscos era o objetivo implícito do MTUR⁴⁰, pois essas dificuldades apresentavam-se de duas formas: a primeira estaria relacionada à falta de recursos humanos qualificados para absorver, entender e interpretar a metodologia adotada, no sentido de harmonizar e compatibilizar a realidade local as políticas públicas, bem como os instrumentos operacionais disponíveis. A segunda estaria na grande incapacidade institucional para a gestão e o planejamento do turismo. A qualificação de recursos humanos é um tema que se torna um gargalo a ser solucionado rapidamente com a dedicação dos poderes e com o crescimento dos estudos e pesquisa em turismo. (BENI, 2006, p.50)

⁴⁰ Turismo no Brasil - 2007/2010, elaborado com a colaboração das entidades participantes do Conselho Nacional de Turismo.

A partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo como órgão governamental independente, temos no Brasil, considerando o âmbito federal, a configuração institucional que segue. O Ministério do Turismo organizou como principais pilares de atuação três instituições, a saber: a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR).

A Secretaria Nacional de Políticas do Turismo é composta, por sua vez, de: a) Departamento de Planejamento e Avaliação do Turismo; b) Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico; c) Departamento de Promoção e Marketing Nacional; d) Departamento de Relações Internacionais do Turismo. Já a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo abriga os seguintes departamentos: a) Infraestrutura; b) Financiamento e Promoção de Investimentos; c) Programas Regionais de Desenvolvimento; d) Qualificação, Certificação e Produção ligada ao Turismo. A EMBRATUR concentra sua divisão operacional fundamental nas divisões de Turismo de Negócio e Turismo de Lazer. As funções de cada uma dessas três macroestruturas institucionais seriam, portanto, distintas e não sobrepostas (figura 3).

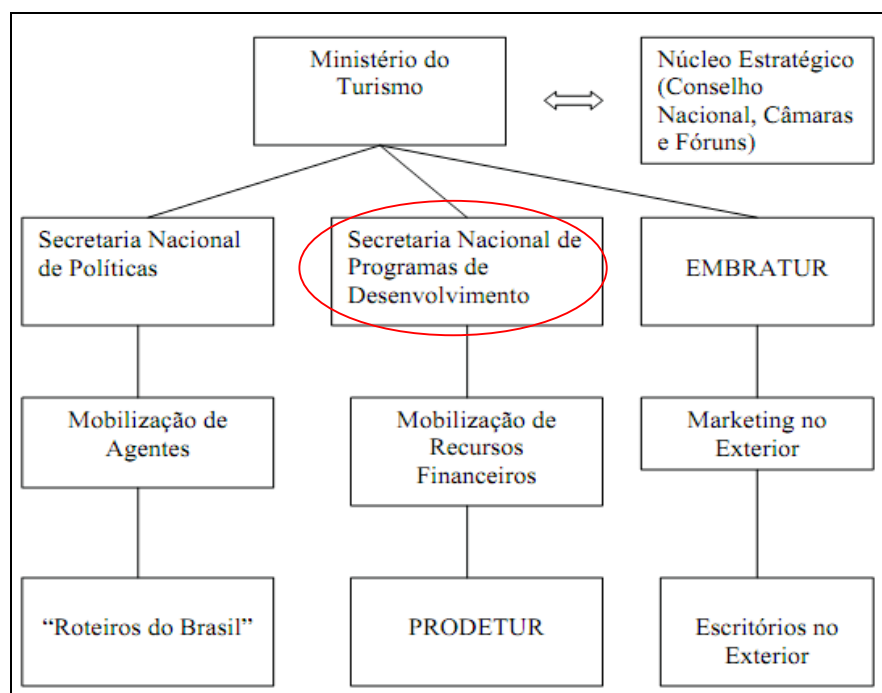


FIGURA 3 - PROGRAMAS E FUNÇÕES NO PLANEJAMENTO DO TURISMO DO BRASIL

FONTE: MTUR, Ministério do Turismo (2003) Plano Nacional do Turismo 2003 - 2007

Chama a atenção na figura 3 a importância dada ao denominado núcleo estratégico do turismo, composto pelo conselho nacional, as câmaras técnicas e os fóruns regionais que completariam o sistema turístico e dariam o "tom" do relacionamento da política pública com o setor privado, o terceiro setor e a sociedade civil organizada. A página web do Ministério do Turismo (www.turismo.gov.br) distingue que a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo se responsabiliza por: 1) Subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo; 2) Subsidiar a formulação e acompanhar os programas de desenvolvimento regional de turismo e a promoção do apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nesses programas; 3) Subsidiar o desenvolvimento de planos, projetos e ações para a captação e estímulo aos investimentos privados nacionais e internacionais, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Turismo; 4) Promover a cooperação e a articulação dos instrumentos da Administração Pública para financiamento, apoio e promoção da atividade turística; 5) Regulamentar e apoiar a certificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços e fixar os critérios de avaliação dos organismos de certificação de conformidade; 6) Apoiar a qualificação profissional e a melhoria da qualidade da prestação de serviços para o turista; 7) Apoiar a diversificação da oferta turística, mediante o incentivo à produção associada ao turismo; 8) Propor diretrizes e prioridades para aplicação do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR); 9) Orientar, acompanhar e supervisionar a execução dos projetos e programas regionais de desenvolvimento do turismo, de capacitação, de infraestrutura, de financiamento, e de fomento e captação de investimento nacional e estrangeiro para o setor do turismo.

Adicionalmente, às três macroestruturas citadas, foi criado o Conselho Nacional de Turismo, vinculado ao ministro, que ficou responsável pela coordenação entre as Unidades da Federação, a iniciativa privada e o chamado terceiro setor (figura 3). Segundo o MTUR, o CONTUR trata-se da formação de um Núcleo

Estratégico, formado de Câmaras Temáticas, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR), e os fóruns/conselhos estaduais de turismo. Quiçá foi esta a estrutura mais importante do novo modelo que se perfilou na política pública do turismo, tendo em vista o papel de filtro das demandas dos grupos empresariais que atuam no turismo (o Trade Turístico), dos governos estaduais e dos territórios e regiões turísticas. Esse núcleo, por sua vez, reforçou a criação de estruturas similares nos sistemas regionais de governança do turismo, como será analisado no caso do Paraná mais adiante.

1.3.3.2 O programa nacional de regionalização do turismo - 2003-2010⁴¹

O Programa de Regionalização do turismo ("Roteiros do Brasil") foi o desenho de um modelo normativo de gestão descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões. Embora seu caráter normativo, ele não tinha nenhum exigia dos governos estaduais e (ou) das regiões a sua adesão.

As diretrizes operacionais do Programa de Regionalização foram apresentadas em nove módulos: Sensibilização; Mobilização; Institucionalização da Instância de Governança Regional; Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; Sistema de Informações Turísticas do Programa; Roteirização Turística; Promoção e Apoio à Comercialização; Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa (figura 4).

⁴¹ A seguir, de acordo com informações disponibilizadas em sítios de internet oficiais, se apresenta uma breve descrição de um dos dois programas de maior destaque em âmbito federal a cargo da Secretaria de Programas de Desenvolvimento e o "Roteiros do Brasil", a cargo da Secretaria Nacional de Políticas. Por questões de foco, não se comenta aqui o PRODETUR, programa de desenvolvimento do turismo financiado inicialmente pelo BID e que agora tem outras modalidades de financiamento.



FIGURA 4 - DIRETRIZES OPERACIONAIS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL

FONTE: MTUR (2004)

As regiões turísticas ainda teriam a possibilidade de resgatar ou aprimorar as ações já realizadas em seus municípios por outros planos, programas, projetos e instituições relacionados com a atividade turística, incluindo ações necessárias e (ou) ausentes. Em princípio, o aspecto fundamental do processo foram a defesa da valorização e o respeito às peculiaridades locais e o envolvimento de todos os segmentos ligados ao setor do turismo, que deveriam funcionar como agentes de mudança. Apresenta-se uma breve descrição dos principais módulos.

A **sensibilização** é um processo permanente que deve permear todos os outros Módulos. Por meio desta ação, propõe-se despertar o interesse e o comprometimento necessários dos atores locais, propiciando a disseminação dos conceitos adotados pelo Programa.

A **mobilização** também deve estar presente em todos os Módulos do Programa, pois é a forma de manter os envolvidos motivados em torno do desenvolvimento da região e, conseqüentemente, dos atores que fazem parte desta.

O objetivo principal da mobilização é "promover, articular e integrar os atores para obter maior envolvimento e participação destes na busca dos objetivos comuns no processo de regionalização do turismo" (BRASIL, 2007). Uma das formas eficazes de mobilização é combinar discussões com ações concretas – o aprender e o fazer – desenvolvendo as capacidades de compartilhar pensamentos, conhecimentos, interesses e tomadas de decisão.

Quanto à **organização**, o programa se propõe a respeitar a autonomia e o estágio de desenvolvimento de cada unidade federal. Por isso, recomenda que sejam resgatadas e levantadas informações sobre as Instâncias de Governança já existentes nas regiões turísticas, encarregadas de executar ou gerir outros projetos governamentais. A partir daí sugere-se analisar a possibilidade de essa Instância assumir o papel da coordenação regional do Programa.

O **Plano Estratégico** se perfila como principal instrumento de orientação, diálogo e negociação entre o órgão executor e os demais envolvidos. Porém, antes de iniciar as discussões do planejamento estratégico, devem ser mencionados, pelo menos, dois pré-requisitos essenciais para o estabelecimento do Programa de Regionalização do Turismo. O primeiro deles diz respeito ao real interesse da iniciativa privada em participar do processo de regionalização do turismo. Isso se aplica não apenas aos participantes da cadeia produtiva do turismo, mas àqueles pertencentes a setores complementares da atividade. O segundo pré-requisito refere-se à disposição favorável e ao interesse da comunidade local em participar do processo.

No desenho do processo, a implementação das definições do Plano Estratégico constitui parte fundamental para o sucesso do Projeto. Já o sistema de informações turísticas deveria abranger todas as áreas do Ministério do Turismo e se pretendia estruturar como um Centro de Informação Nacional - CIN, alimentado por instâncias estaduais, regionais e municipais. O objetivo do centro seria resgatar e reunir dados confiáveis e atualizados sobre os municípios e as regiões turísticas do país, permitindo sua efetiva circulação entre as diversas instâncias e composto por outros sistemas correspondentes às diversas áreas e programas do Ministério.

A proposta normativa indica que no processo de roteirização deveriam participar os mais diversos atores, incluindo o setor governamental, organizações não governamentais, empresas e outros. No entanto, ressalta-se que a essa proposta se opõe a prática da elaboração dos roteiros turísticos, que fica a cargo da iniciativa privada, com raras incursões dos agentes públicos. A elaboração de um roteiro turístico se realiza com base na oferta turística existente e na demanda real e (ou) potencial. Já a operacionalização desse roteiro deve ocorrer por meio da promoção e comercialização.

Em síntese, os passos do processo de roteirização são: i) Envolvimento dos atores; ii) Definição de competências e funções; iii) Avaliação e hierarquização dos atrativos turísticos; iv) Análise de mercado e definição de segmentos; v) Identificação de possíveis impactos socioculturais, ambientais e econômicos; vi) Elaboração de roteiro específico; vii) Levantamento das ações necessárias para implementação do roteiro turístico; viii) Precificação e teste do roteiro turístico; ix) Qualificação dos serviços turísticos; x) Promoção e comercialização; xi) Monitoria e avaliação⁴².

Uma das estratégias de promoção utilizadas pelo Programa foi a realização anual do Salão do Turismo - Roteiros do Brasil. O Salão é uma estratégia de apresentação, promoção e comercialização dos novos produtos turísticos desenvolvidos de acordo com as diretrizes e os princípios do Programa⁴³.

Por fim, o processo de elaboração, estruturação, montagem e implementação do sistema de monitoramento e avaliação que deveria ser implantado num período de seis a 12 meses no Brasil ficou atrelado à falta de técnicos e de recursos

⁴² Como reconhece Souza (1998), esses passos são apenas as normas definidas pelos manuais de capacitação e as diretrizes dos departamentos e programas do MTUR. Não há referências à punição ou ao não reconhecimento de algum dos roteiros comercializados hoje no Brasil que não tenha seguido esses passos. Outra questão que não fica clara refere-se à denominação dos atores. A universalização do termo leva a crer que congrega toda a comunidade local ou regional, mas o entendimento varia para formas mais limitadas, como o trade turístico, empresas e empreendimentos da cadeia de valor e (ou) da cadeia produtiva.

⁴³ O Salão do Turismo brasileiro tornou-se a grande vitrine dos estados e municípios com roteiros comercializáveis por e para operadoras turísticas.

orçamentários⁴⁴. O processo de formatação da política pública prevê uma permanente alimentação do banco de dados no qual se atualizariam os resultados das pesquisas, avaliações e consultas focados nos aspectos prioritários dos processos em cada unidade da federação. O programa nacional disponibiliza documentos específicos de monitoria e avaliação para as três esferas com o intuito de dar orientações aos órgãos oficiais de turismo - OOTs, e as instâncias de governança regional⁴⁵.

Grosso modo, o Plano de regionalização do turismo trouxe entre outras premissas positivas a de descentralização da política pública nos seguintes quesitos:

- a) assimila-se como válida a noção de região turística como espaço e lugar de interação entre o homem e o ambiente;
- b) entende-se como estratégicas a importância de arranjos regionais promovidos por outras políticas setoriais do governo federal, principalmente no segmento do turismo rural pela importância dos vínculos de parceria, integração e cooperação entre os setores como geradores de produtos e serviços capazes de incorporar as unidades produtivas de base familiar;
- c) promove-se a cooperação e a parceria dos segmentos envolvidos, organizações da sociedade, instâncias de governo, empresários e a comunidade, quando os casos são bem-sucedidos para a integração de circuitos e roteiros, bem como a procura de melhoria da qualidade do "produto turístico", com a diversificação da oferta turística e a estruturação dos destinos turísticos.

⁴⁴ Houve concursos públicos para preenchimento das vagas, mas, uma vez preenchidas, os técnicos se preparam para outros concursos e esvaziam o projeto, pela falta de perspectivas de crescimento profissional no departamento. O departamento recorre então aos departamentos estaduais para auxiliar na concepção e realização de pesquisas regionais enquanto limita o trabalho de monitoramento e avaliação das políticas implementadas.

⁴⁵ O MTUR nunca falou, mas o processo de monitoramento e avaliação é um complexo sistema de consultorias dominadas por fundações com "notória especialidade" da academia (FGV, FIPE-USP, Fundação da UNB) direcionadas a avaliar por amostragem determinados programas. Junto com essas instituições atua regionalmente também o SEBRAE. Os processos de avaliação e monitoramento são irregulares e raramente mostram os resultados para a melhoria das ações executadas.

A continuidade no uso dos instrumentos municipais mais utilizados dentro das práticas do PNMT foi um suporte importante. Os órgãos oficiais do turismo - OOTs, chamados assim os agentes públicos que desenvolvem a atividade dentro do município, e o conselho municipal, que até então era exclusivo de cada cidade, passaram a integrar como representantes da cadeia produtiva do turismo nas regiões e na proposta ganhavam o status de governança regional e (ou) fórum regional de turismo.

A proposta da municipalização do turismo foi de importância para a regionalização, principalmente naqueles lugares onde havia amadurecido cada um dos municípios turísticos, os instrumentos do PNMT foram essenciais para a migração de uma visão estratégica focada no município para uma visão de construção de roteiros regionais, olhando para o mercado e a formatação de instâncias de governança regional. Porém houve pontos fracos nessa mudança: a política de municipalização para um sistema de regionalização foi um dos gargalos da implementação da política em municípios e regiões onde a realidade apresentava assimetrias e fortes diferenciações regionais.

"A Instância de Governança Regional é uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional". (BRASIL, PRT, 2007)

Longe de demonstrar uma maior ou menor eficiência da administração do turismo em relação às políticas públicas que antecederam e tendo em vista que o ano de 2003 foi de rearranjo institucional, o processo de regionalização e a construção das instâncias de governança que se promoveu a partir de 2004, tornou evidente o que percalços da implementação existentes noutras políticas públicas (sociais e setoriais): as diferenças entre as unidades da federação representam exatamente a natureza do problema da descentralização no Brasil, na qual, as políticas se sobrepõem à realidade de desigualdades regionais e aos sistemas concentrados de aferição de lucros já existentes, reforçando-os.

É muito provável que um dos pontos que levaram ao MTUR para a mudança da política nacional de municipalização do turismo para uma política de desenvolvimento regional fora o fato de a escala federal ter que atender a 2.500 municípios, um a um, avaliados como municípios turísticos. A pressão e movimentação de prefeitos e assessores parlamentares em torno de verbas para as mais diversas atividades autodefinidas como "turísticas" seriam diminuídas de forma radical tomando essa medida.

Por outro lado, a solução intermediária de agrupamento em roteiros turísticos em 2004 (mais de 250 em todo o Brasil) e posteriormente a estratégia de seleção dos municípios indutores em 2006 (65 no total), com um papel claramente keynesiano de multiplicadores de investimentos e indutores da demanda efetiva em nível regional, podia fortalecer a concentração de investimentos nas áreas reconhecidamente turísticas em nível internacional. O dilema da implementação multiescalar da política se fez evidente, pois concentraram os poucos recursos destinados às políticas de investimento, disponibilizando os recursos restantes na capacitação dos roteiros turísticos já existentes ou em formatação num esforço concentrado, porém se carregou o ônus de manter e perpetuar hierarquias de municípios e roteiros turísticos já existentes, o que o mercado já fazia de forma natural.

Além disso, a mudança de rumo das políticas públicas para o turismo distinguia o caráter eminentemente econômico territorial da atividade turística que o MTUR queria estimular nos estados e municípios: a atividade turística se torna uma atividade dependente do estágio de desenvolvimento da região (historicamente definido), da localização do espaço geográfico e da infraestrutura (que, na maioria dos casos, é herdada dos processos econômicos ligados à Agricultura, Indústria e demais Serviços). O formato da política de regionalização exigia uma preocupação não apenas com fluxos de demanda, mas também com a análise da oferta turística e o preparo de lugares, comunidades e territórios inteiros para serem apropriados pelas suas práticas e à adequação daquelas infraestruturas antes já existentes com um caráter puramente comunitário para uma apropriação turística de forma mais intensa mediante a injeção de financiamento internacional, como no caso do PRODETUR (BID).

Sarti e Coutinho (2005) reforçam a constatação anterior. Segundo os autores, as principais dificuldades na coordenação e na conformação de um sistema de políticas públicas para o turismo têm origem nos desequilíbrios regionais acumulados pelo Brasil ao longo do processo histórico de formação de sua economia, sendo assim,

os estados em que a atividade econômica menos avança, ou seja, os de menor quantidade de produtos turísticos e/ou que colocam seu território à disposição de atividades de menor valor agregado têm a priori, um problema de insuficiência de recursos para a adição de uma estratégia local à definida em instância federal. Mais, ao gerar menor renda, essas unidades da federação ficam condenadas a um menor fluxo de turistas e, portanto, a uma menor oferta de produtos (SARTI; COUTINHO, 2005 p.26).

Do ponto de vista econômico regional, a relevância do setor turismo acontece motivada por e mediante as demandas dos demais setores da economia e isso faz com que o funcionamento de um sistema de políticas públicas só tenha sentido se observado em uma perspectiva de transversalidade, em que as iniciativas desses outros setores possam induzir predominantemente o seu crescimento, porque, mediante esse crescimento, são geradas as externalidades (obras públicas, infraestrutura) que dinamizam a renda e os empregos locais, e geram efeitos multiplicadores no próprio território.

Afora a questão econômica, encontra-se a emergência do turismo para a agenda das políticas públicas com a criação de um ministério. Pode-se concordar com a visão de Cruz e Sansolo (2003) quando afirmam que a criação do Ministério do Turismo foi no mínimo paradoxal: pois ao lado de sugerir que o setor foi elevado a um alto patamar de importância na administração pública; fez pensar que o fato de criar um Ministério só para o turismo deve-se ao fato de ser um tema inexistente ou periférico nos ministérios que têm ingerência direta sobre seu desempenho, sendo a única alternativa para tentar reverter este quadro na administração pública federal. Esses autores garantem que no Brasil a construção de uma cultura da valorização do turismo pode demorar mesmo reconhecendo-se por parte da administração federal certa importância, no discurso e em algumas práticas (CRUZ; SANSOLO, 2003).

A verdade é que até então o turismo não fora tratado como atividade relevante, o que reforça o legado que se encontra hoje nas diversas escalas territoriais e esferas da administração e o tratamento dos temas relativos ao desenvolvimento do turismo tenham sido mantidos fora das agendas das políticas públicas e das arenas onde há conflito distributivo⁴⁶.

Não há dúvidas de que no modelo de turismo que se desenha para o Brasil é somente o poder público que tem legitimidade para representar os interesses da coletividade. E essa coordenação se faz necessária dentro e entre diferentes esferas de governo. Ressalte-se, ainda, que, embora não se tenham elementos suficientes para a avaliação dos resultados, o processo em construção no Brasil permite visualizar que está definido um embrião de um sistema nacional de políticas públicas, entendido como um sistema de políticas *top-down*, a partir da esfera federal com a colaboração das demais esferas, adicionado de estratégias locais, executado com uma proposta de otimização de recursos, dentro dos prazos estabelecidos pelos planejadores de política.

O modelo *top-down* remete ao modelo canadense analisado por Hall (2001, p.184), que ao discutir o papel do Estado no turismo do Canadá, identifica cinco áreas de envolvimento direto do setor público, o da coordenação, o planejamento, a legislação e a regulamentação, empreendimentos e incentivo. A esses papéis podem ser acrescentados outras duas funções, a do turismo social (como direito ao lazer) e a de proteção de interesses. É esse papel do Estado brasileiro, o da coordenação do processo de organização do turismo, dentro e entre esferas diferentes de governo "a fim de evitar duplicação de recursos entre as várias entidades turísticas governamentais e o setor privado, e para desenvolver estratégias eficientes para o setor" (*op. cit.*, p.185).

⁴⁶ Essa discussão pode ser um elemento de importância num futuro trabalho de tese. A análise da emergência do turismo a partir dos orçamentos federal e estadual e de como se reflete a emergência do tema na distribuição do bolo orçamentário. Cabe agora lembrar o fato, por ser importante para as análises futuras da implementação das políticas em nível regional e do controle que as instâncias de governanças possam exercer num futuro sobre investimentos para o turismo.

1.3.3.3 O turismo rural na política de regionalização turística

Ao verificar a evolução subsequente dos planos nacionais do turismo e dos programas e diretrizes desenhados para amparar as práticas do segmento Turismo Rural no Brasil, faz-se necessário acoplar três questões como pano de fundo: uma primeira questão que deve ser levada em conta é que a arena da construção da política pública do turismo rural (DRAIBE, 1988; SOUZA, 1996, 1998; ARRETCHÉ, 2000; FARIA, 2005) foi condicionada: a) pelos objetivos da construção de uma política pública para o turismo, propriamente dita, ou pelas políticas de desenvolvimento rural e suas sucessivas reformas ao longo do processo de conformação da agricultura no Brasil, o que provocou as diversas intencionalidades; b) pelo modo em que foram estruturadas as relações intergovernamentais (condicionadas pelas regras da ditadura, de um lado, e posteriormente pela abertura e promulgação da Constituição Federal de 1988, que modelaram práticas de descentralização nas políticas públicas vigentes na época); c) pelo legado das políticas anteriormente estabelecidas; e d) pelo ciclo da política pública do turismo e o grau de adesão, formas de implementação e controle dos governos regionais e locais.

Uma segunda questão refere-se à implementação das políticas públicas no turismo que tem tido uma baixa integração vertical dos estados federativos, e muito em particular no Estado do Paraná (IPARDES, 2008). Sendo políticas do tipo *top-down*, e dado o limitado poder de persuasão do governo federal, a subordinação a estratégias da política nacional acontece de forma paradoxalmente direta, sem que sejam necessários meios de persuasão ostensivos. Não é bem o caso do Paraná como Estado, mas sim de alguns municípios do interior que optaram por não considerar o turismo como parte das políticas públicas (IPARDES, 2008).

A terceira questão, nos moldes levantados pela M. Arretche (1998) e motivo de pesquisa para outras políticas públicas, se dirige a entender como os processos de distinta natureza têm sido responsáveis pela fragmentação do planejamento e

gestão do setor público (ARRETCHE, 1998). O turismo é uma política setorial (com viés fortemente econômico), considerada dentro dos programas de desenvolvimento, mas o orçamento liberado e suas ações parecem ter mais um cunho social. No caso do Paraná, como se elucidará mais adiante, na partilha orçamentária que o Estado tem realizado no período de estudo, o turismo opera como uma política setorial das mais limitadas. Nesse texto, parte-se da visão de que o tipo de conflito que se dá no interno na implementação não é um conflito distributivo, nem redistributivo, é sim normativo na visão de T. Lowi⁴⁷ (1974 *apud* SOUZA, 1998). O planejamento e a implementação das políticas públicas, que passam por esse tipo de conflito, tendem a esvaziar o sentido da própria política pelo acúmulo de desgaste e falta de interesse expreso dos atores, dos agentes e das comunidades para o fortalecimento da atividade nas distintas regiões onde acontece.

Vários autores destacam que os pioneiros do turismo rural surgiram no Estado de Santa Catarina, mais especificamente no município de Lages (ZIMMERMAN, 1996, TULIK, 1997). Em 1986 alguns produtores desse município, diante da crise do setor agropecuário, resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo as suas propriedades para visitação nos finais de semana e para vivenciar o dia a dia na fazenda (RODRIGUES, 2000). Isso permitiu, em muitos casos, que diversas propriedades da região mantivessem sua atividade produtiva, de forma ativa e fortalecida, tanto pela agregação de valores a seus produtos como pela renda extra oferecida por essa atividade. Em algumas regiões brasileiras, são os próprios produtores rurais que se configuram como estrategistas e criam programas e projetos originais para o seu desenvolvimento⁴⁸.

⁴⁷ LOWI, T. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. **World Politics**, v.16, p.677-715, 1964; Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, v.32, p.298-310, 1972.

⁴⁸ Todavia, a criação desses produtos turísticos, de acordo com Tulik (1997), acontece não são quando o poder público cria ou apoia políticas integradas de desenvolvimento, mas quando os empreendedores se unem em associações, ou quando ambos, poder público e empreendedores, elaboram estratégias conjuntas para o desenvolvimento do turismo rural.

Tendo como referência as recomendações da Carta de Santa Maria de "que as instituições governamentais estabeleçam, em parceria com a iniciativa privada, políticas e diretrizes voltadas para o segmento do turismo rural", o MTUR promoveu vários encontros, debates e estudos acerca do tema Turismo Rural, que envolveram os setores organizados, organismos e entidades públicas e privadas, entre os mais importantes destacam-se (BRASIL, 2008)⁴⁹:

- a) I Oficina de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF - 15 a 17 de julho de 1998;
- b) II Oficina de Planejamento do Turismo Rural. Brasília/DF - 17 e 18 de novembro de 1998, denominada "fase marco conceitual"⁵⁰;
- c) Audiência Pública na Câmara dos Deputados para validação do conceito e da proposta das diretrizes. Brasília/DF - 14 de março de 2000;
- d) Oficina Nacional de Turismo Rural. Brasília/DF - 2 a 4 de abril de 2001;
- e) Oficinas Regionais de Turismo Rural;
- f) Região Sudeste: São Paulo/SP - 22 a 24 de setembro de 2001;
- g) Região Sul: Curitiba/PR - 22 e 23 de outubro de 2001;
- h) Região Nordeste: Fortaleza/CE - 22 e 23 de novembro de 2001;
- i) Região Centro-Oeste e Região Norte: Brasília/DF - 21 a 23 de março de 2002;
- j) Estudos e proposições em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP: Brasília/DF - 2001 a 2003.

⁴⁹ A Carta de Santa Maria foi o ponto de partida para a mobilização institucional via Ministério do Esporte e Turismo que, no período de 199 a 2003 e em parceria com técnicos, agentes e atores das atividades turística no meio rural passou a trabalhar em função do desenvolvimento de diretrizes para o turismo rural no Brasil (SANTOS; PIRES, 2010).

⁵⁰ A Oficina contou com 43 participantes das seguintes instituições: EMBRATUR, SDR/MA, Representantes de produtores e empresários rurais, SEBRAE, SENAR, IICA, EMATER-PR, UnB, EMBRAPA, UNICAMP, ABRATUR, SETUR/RS, SETUR/DF, PUC/RS, Banco do Nordeste/PNUD, EPAGRI/SC, CEPAGRO/SC, Faculdade de Turismo da Bahia, TURMINAS/MG, e consultores.

Com base nos resultados foram desenvolvidos alguns manuais, diretrizes operacionais e documentos que propunham estratégias norteadoras para a convergência de políticas e de ações no processo de ordenamento do Turismo Rural no País como atividade capaz de agregar valor a produtos e serviços no meio rural e contribuir para a conservação do meio ambiente e valorização da ruralidade brasileira.

No Programa de Turismo Rural Brasileiro, o intercâmbio entre o homem, a cidade e o meio rural enfatiza a consciência da necessidade de proteger o meio rural e todo seu patrimônio cultural, traçando como estratégias: a) a compatibilização da conservação e o desenvolvimento dos recursos turísticos; b) a criação de uma oferta de alojamento e recreação não concentrada e de pequena escala; c) o contato com a natureza; e d) um turismo organizado e administrado pela população rural.

O problema inicial detectado foi que as atividades de turismo no meio rural aconteciam de forma desordenada e pouco desenvolvida. Foram apontadas como principais causas desse problema: atividades do segmento não regulamentadas, informação e comunicação deficientes, incentivos ao turismo no meio rural insuficientes, pouca articulação institucional, infraestrutura precária, comunidades locais pouco envolvidas, pessoal pouco capacitado, e promoção e comercialização ineficientes. Com base nessas causas foram estabelecidos os resultados a serem buscados e as atividades necessárias para tal (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

A primeira versão do documento resultante em 2004 foi esforço conjunto do então MTUR com o MDA para a convergência de políticas e de ações no processo de conhecimento e ordenamento do turismo rural no país, com considerações de suma importância sobre o envolvimento da sociedade civil organizada, do poder público e da iniciativa privada, além de enfatizar a participação de associações, cooperativas, conselhos de turismo e instituições de ensino, pesquisa e extensão. A proposta de diretriz do turismo rural do MTur converge, então, para definir o turismo no espaço rural defendendo que, naquele espaço, turismo na agricultura familiar, o agroturismo,

o consumo da paisagem e as manifestações e festas populares do rural estariam contidos na proposta geral da segmentação turística oficial, conforme a figura 5⁵¹.

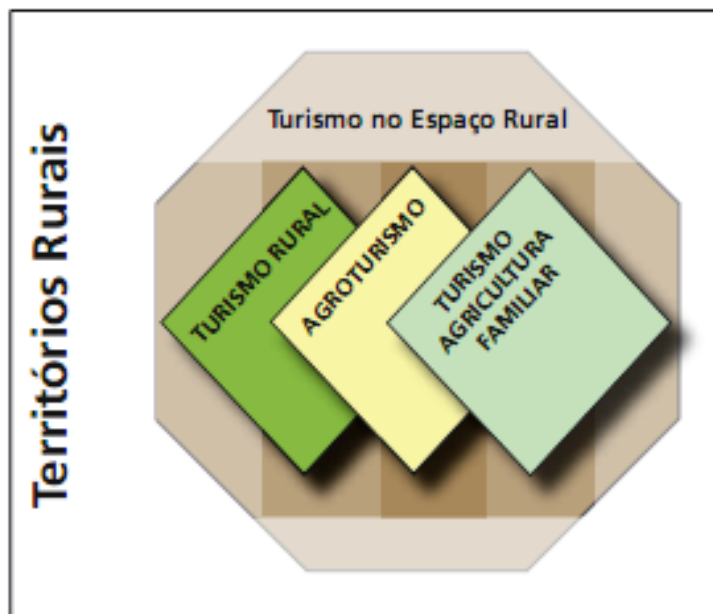


FIGURA 5 - TURISMO NO ESPAÇO RURAL, SEGUNDO MTUR
 FONTE: MTUR (2004)

Quanto ao desenvolvimento do turismo rural nos municípios, Campanhola e Graziano da Silva (2000) são enfáticos ao considerar que cabe às prefeituras se tornarem agentes promotores e mediadores de todo o processo, prezando pela participação não somente das representações dos pequenos produtores, mas também de todos os outros setores integrados ao turismo⁵².

Já em relação às políticas públicas de apoio ao agroturismo, os autores propõem que deve ser considerada a flexibilização dessas políticas em função do espaço local. Na visão dos autores, as políticas nacionais devem ser diretivas e as

⁵¹ Há um grande número de trabalhos acadêmicos, anais de eventos e pesquisadores que tratam do assunto. Não se questiona a proposta do MTUR neste trabalho, apenas se utiliza como ponto de inflexão para discutir a construção e implementação das políticas públicas especialmente desenhadas para o segmento.

⁵² Nesse sentido, segue-se a linha do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), cujo papel de animadores de processo é potencializado.

locais/regionais devem ser de caráter operacional podendo existir algumas políticas específicas para o agroturismo, mas sem desviar da ideia de que o agroturismo deve ser um componente de políticas mais amplas de apoio a muitas das atividades não agrícolas. Nessa linha, tampouco essas políticas devem estimular o abandono das atividades agrícolas. Assim, o agroturismo pode vir a se constituir em alternativa de geração de renda complementar, mas não exclusiva, para os produtores agropecuários (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

1.3.3.4 O turismo nas diretrizes do desenvolvimento rural: dicotomia rural-urbano e a pluriatividade

Como visto no item 1.2.2, a partir de meados dos anos 80 e por conta das transformações vividas pelo Brasil no meio rural, assistiu-se ao surgimento de uma nova conformação denominada Novo Rural que se organizou em torno de três grandes grupos de atividades: um grupo baseado na agropecuária moderna, excludente de mão de obra fonte do êxodo rural, baseada na produção de commodities e intimamente ligada às agroindústrias (IPARDES, 1984; KAGEYAMA, 1995; GRAZIANO, 1996); um segundo grupo de um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e, finalmente, um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercado. As atividades desse último grupo, de origem secular, não tinham importância econômica na propriedade familiar, sendo consideradas atividades de fundo de quintal, hobbies pessoais ou pequenos negócios temporários dos pequenos produtores, entre as quais se encaixavam as atividades de piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc. (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 2002).

Essas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais, distribuição, comunicação e embalagens. Ademais, provocaram uma diversificação das atividades rurais não agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural, com atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além do turismo, lazer e prestação de serviços, até então pouco considerados⁵³.

Outro fenômeno, crescente na área rural, foi o aumento dos inativos e aposentados residentes no campo, que indicava um movimento de retorno ao campo, e do uso do rural como local de residência dissociado do local de trabalho de

⁵³ Como mencionada na nota nº 9, o Projeto Rurbano, realizado com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (PRONEX-FINEP), e da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), teve como objetivo reconstruir as séries históricas, para o período 1981/97, relativas às pessoas ocupadas na agricultura, às ocupações das famílias, e às rendas agrícolas e não agrícolas, tomando por base os microdados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs). Como seu nome indica a pesquisa é feita por amostra com rigor estatístico de forma a garantir a representatividade de toda a população, tem um caráter demográfico, pois levanta as informações dos domicílios, não ficando restritas às informações sobre a produção das áreas rurais, como no Censo Agropecuário. Como exemplo, a PNAD levanta as informações de milhares de chácaras e residentes rurais sem produção e de outros que se dedicam a novas atividades não consideradas agrícolas. Os dados levantaram a mesma base cartográfica definida no Censo Demográfico de 1991, sendo que um morador da periferia da cidade podia ser considerado rural, tendo em vista que o perímetro urbano era definido pela lei orgânica do município. Sobre a situação do domicílio, o IBGE não levou em consideração se um domicílio era de periferia, de povoados ou distritos, considerando todos estes como rurais. O projeto demonstrou que houve uma redução na participação de pessoas ocupadas na agricultura no período 1992/97. Por outro lado, nesse mesmo período, observou-se um crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas. No que se refere a ramos de atividades, a prestação de serviços pessoais, a indústria de transformação, o comércio de mercadorias, os serviços sociais, e a indústria da construção civil foram os mais relevantes quanto à geração de ocupações não agrícolas para a população residente no meio rural, demonstrando haver um contingente expressivo de famílias pluriativas que residem no meio rural. Em resumo, o resultado dessa pesquisa publicada em quatro volumes foi que, "o que segurou gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias, mas sim as ocupações não-agrícolas: cerca de um milhão meio de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas das atividades agrícolas, novos postos de trabalho entre 1981 e 1999 no País". Para mais detalhes ver CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna (SP): EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

um contingente populacional que passa a depender da previdência social⁵⁴. Essa visão rompeu com a velha dicotomia que considerava o urbano como "lócus" das atividades não agrícolas e que atribuía ao rural as atividades agrícolas. Sob a óptica socioeconômica e política, a ênfase passou para as relações de troca, a divisão do trabalho, as relações sociais e as novas dinâmicas originadas na interface rural-urbano. E fez com que essa separação deixasse de ter relevância, perdendo a sua importância histórica e geográfica.

O rural passa a ter características antes próprias do meio urbano, inclusive ofertando muitos atrativos de lazer, turismo e moradia para uma população majoritariamente urbana (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000). O projeto Rurbano propôs uma nova forma de observar a ruralidade a partir da ocupação das pessoas. Se, por um lado, o progresso técnico na produção agropecuária provocou o êxodo maciço de contingentes populacionais para outros estados e para as cidades, também é verdade que o progresso técnico levou a uma simplificação das tarefas agrícolas, principalmente com a terceirização das operações mecanizadas. Os estabelecimentos, que antes necessitavam de famílias numerosas para dar conta das tarefas, passaram a precisar de um menor número de pessoas para as várias atividades agrícolas.

⁵⁴ Segundo G. Delgado (1997), a previdência rural representou uma fonte importante de renda para os municípios pequenos e notadamente rurais do Brasil. A política social teve a) um aumento significativo na taxa de cobertura do sistema, medido pelo público assistido em relação ao público potencial; b) a inclusão das mulheres rurais em condições mais favoráveis, compensando os limites excludentes das regras precedentes do Funrural; e c) a elevação significativa da renda domiciliar do público beneficiário, incidindo tais efeitos sobre uma população em geral muito pobre, residente na zona rural ou microurbana contígua (municípios com até 50 mil habitantes). H. Schwarzer (2000, p72) aponta para o papel relevante pelo seu componente redistributivo no combate à pobreza rural. Outros detalhes, ver DELGADO, G. C. **Previdência rural**: relatório de avaliação socioeconômica. Brasília: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 477); e Schwarzer, H. **Previdência rural e combate à pobreza no Brasil: resultados de um estudo de caso no Pará. Estudos Sociedade e Agricultura**, v.14, p.72-102, abr. 2000.

1.3.4 Da agricultura para a política pública do turismo rural

As políticas públicas para a agricultura, até meados da primeira metade da década de 1990, eram quase exclusivamente para o setor patronal, restringindo significativamente o acesso a recursos financeiros para produção do segmento identificado, hoje, como agricultura familiar. Até a época, o importante era obter ganhos de escala e produtividade para atingir o desenvolvimento agrícola⁵⁵.

As políticas públicas para o desenvolvimento agrícola se sintetizavam num conjunto de ações voltadas para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção, e constituíram a base da Política Agrícola do Ministério da Agricultura, com estudos na área de gestão de risco, linhas de créditos, subvenções econômicas e levantamentos de dados. Com essas informações, o governo federal acompanha todas as fases do ciclo produtivo. Tendo em vista que o setor primário brasileiro aparece como o principal gerador de divisas e, em alguns momentos, como fomentador do processo de industrialização do país⁵⁶ (BRASIL, 2010a).

O êxodo rural e as tensões que começaram a mudar a estrutura de poder no campo dos interesses político e econômico no setor agrícola foram resultado da crescente visibilidade dos segmentos da agricultura de base familiar (FIALHO; WAQUIL, 2008). Na visão dos autores, talvez o segmento tenha conquistado espaço, no âmbito social e econômico, mas também houve um esforço do setor patronal da

⁵⁵ A expressão é *desenvolvimento agrícola* (ou agropecuário) faz referência às condições da produção agrícola e (ou) agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Diz respeito, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução – tais como área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, uso do trabalho como fator de produção, economias de escala entre outros aspectos produtivos.

⁵⁶ Entre os instrumentos mais importantes da política agrícola foram desenhados o Plano agrícola e pecuário, o apoio à comercialização e abastecimento, crédito rural, seguro rural, zoneamento agrícola, todos estes divididos em grandes linhas de atuação: a gestão do risco rural, a gestão do crédito e a gestão da comercialização. Ver site do MAPA, 2011 (<http://www.agricultura.gov.br/POLÍTICAS-agricola>).

agricultura, já que os crescentes problemas sociais na área urbana estiveram diretamente relacionados ao êxodo rural. A partir das últimas três décadas, as tensões no campo, embora não resolvidas, começaram a dar sinais de mudança, iniciando uma reestruturação nas disputas de poder no plano das prioridades do governo federal na arena legislativa.

As disputas promoveram a reestruturação do sistema agrícola brasileiro que se fez evidente pela segmentação de um ministério que anteriormente tratava das questões relacionadas à agricultura e pecuária para dois ministérios cuidando do mesmo espaço rural. O primeiro, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e o segundo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O MAPA tinha por missão "promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira". O MDA teve como área de competência assuntos relacionados ao desenvolvimento agrário⁵⁷, à reforma agrária, à promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, e à identificação, ao reconhecimento, à delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2010a, 2010b). Dentro desse contexto, a porção marginalizada do setor primário, hoje identificada como agricultura familiar, esteve submetida a uma crônica invisibilidade, apesar de contribuir significativamente para o abastecimento do mercado interno.

⁵⁷ Segundo Navarro (2001), a expressão de *desenvolvimento agrário* reflete, não sem enormes controvérsias, o mundo rural e suas relações com a sociedade em todas as suas dimensões, incluindo aí a agricultura familiar. O autor enfatiza que a expressão é ambiciosa analiticamente, pois procura interpretar não apenas a estrutura agrícola, mas também as mudanças sociais e econômicas no longo prazo, reivindicando a aplicação de modelos teóricos entre países e regiões. (NAVARRO, 2001, p.87). Na visão de Navarro (2001), sob tal expressão, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta, mas a análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos. Lembra-se ainda a condição dos "sem-sem" definidos por Graziano da Silva e mencionados anteriormente. Portanto, a "vida social rural" e sua evolução adentram tais análises em todos os seus aspectos. (NAVARRO, 2001). Embora não ignorados, a sua análise não é considerada neste contexto.

Segundo Belik (2000), até 1993 não se tinham notícias de uso do conceito da agricultura familiar, nem recursos específicos para o financiamento. Apenas se considerava um miniprodutor para os efeitos de enquadramento no manual do crédito rural. Com a criação do PRONAF, Programa Nacional da Agricultura Familiar, em 1994 assume-se a visão distinta do agricultor familiar para a liberação dos empréstimos e em 1996 uma resolução do Banco Central modifica os procedimentos, passando a incluir associações de produtores, e cooperativas para o repasse do crédito e ampliando o público beneficiário⁵⁸.

Nesses termos, a agricultura familiar começa a ser apreendida como sinônimo de pluriatividade, sempre positiva, como tipo ideal específico, que, na visão de Carneiro (2000), acabaria por desviar o foco de análise das práticas ou atividades realizadas de forma isolada por essas famílias. A rigor, essas práticas não conseguiriam substanciar o fenômeno em curso, pois a forma de organização social e da produção no mundo rural era muito mais complexa⁵⁹.

⁵⁸ Os critérios de comprovação do agricultor familiar eram seis: possuir 80% da renda originária na agropecuária, deter ou explorar imóvel rural em área de até quatro módulos fiscais (em média 12 ha na RMC); explorar a parcela de terra na condição de proprietário, parceiro, arrendatário ou posseiro; utilizar Mão de obra exclusivamente familiar ou manter até dois empregados permanentes; residir na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo; possuir faturamento máximo anual de R\$27mil e quinhentos. A taxa de juros foi o grande entrave inicial, a praticada inicialmente era de 16% a.a. para custeio e investimento, sendo reduzida para 9% a.a. para custeio e TJLP mais 6% para investimento (BELIK, 2000, p.94). É importante ressaltar que o dimensionamento do módulo rural muda conforme o município, e é fixado a partir do estabelecido pelo Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30 de Novembro de 1964) para cada zona de características ecológicas e econômicas homogêneas e para os diversos tipos de exploração, tomando em consideração a localização e os meios de acesso do imóvel em relação aos grandes mercados; às características ecológicas das áreas em que se situam; e dos tipos de exploração predominantes na respectiva zona. A origem dos recursos é do Tesouro, e do FAT - Fundo do Amparo ao Trabalhador, oriundo das contribuições de todos os trabalhadores com carteira assinada.

⁵⁹ Na visão de Carneiro (2000), a construção das políticas públicas partia da perspectiva de que a família rural era apenas uma unidade de produção fixa, quando na verdade o núcleo familiar era que dava sentido às relações sociais, sendo a unidade social onde se manifestam os processos de individuação "que pode negar, romper, modificar e até mesmo recriar valores num espaço de negociação e tensões" pelo que não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada, mas sim como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. (CARNEIRO, 2000, p.129)

O debate acerca agricultura familiar e as políticas públicas dirigidas a ela, notadamente o PRONAF, foram intensificados pela necessidade de o governo eleger naqueles anos um protagonista para o desenvolvimento rural que amainasse as pressões pelas demandas sociais no campo⁶⁰ (VEIGA, 1994; FAO-INCRA, 1994, *apud* CARNEIRO, 2000). Embora a definição do público-meta do PRONAF mostrasse certa eficiência nas lavouras, havia uma visão naturalizada da agricultura familiar como "agricultura atrasada", mas com "potencialidade", cujas visões procuravam justificar as propostas de modernização tecnológica, formas modernas de produção e diversificação de atividades (incluído aí o turismo rural) como formas de superação do atraso (CARNEIRO, 2000). Essa abordagem pressupunha, portanto, a integração das unidades da agricultura familiar ao mercado, tendo em vista a possibilidade de acesso a melhores condições materiais e subjetivas de produção. Além de partir de atores estáticos, sem vida, a política pública foi desenhada com um claro objetivo de integração ao mercado.

Nesse sentido, Kageyama⁶¹ (1999 *apud* CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000) avança na proposta de organizar tipologias para identificar e promover políticas específicas para os grupos sociais no mundo rural. Em estudo sobre a tipologia dos domicílios agrícolas paulistas, a autora conclui que os domicílios pluriativos tendem a ter melhores condições de renda, habitação e educação daqueles dedicados exclusivamente à agricultura, e propõe três grupos de políticas prioritárias, quais sejam, as políticas de emprego e salário, as políticas de desenvolvimento da agricultura familiar e as políticas sociais e regionais de assistência e complementação de renda.

O primeiro grupo diz respeito às políticas de emprego, salário e educação combinado com incentivos ao desenvolvimento das atividades não agrícolas, para domicílios com alta inserção nos mercados de trabalho; o segundo refere-se a

⁶⁰ FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, 1994.

⁶¹ KAGEYAMA, A. **Tipologia dos domicílios agrícolas no Brasil em 1995**. Campinas: UNICAMP, 1999.

políticas da agricultura familiar, para os núcleos familiares com baixa inserção no mercado de trabalho; e o terceiro, a políticas sociais e regionais de assistência, renda e educação, tendo como público-alvo os milhares de domicílios agrícolas formados pelas camadas mais baixas da população no campo - que não tem inserção no mercado de trabalho, são muito pobres e com baixa instrução e qualidade de vida precária – provavelmente, tais domicílios em sua maioria, não têm inserção produtiva, e representavam na época do estudo 43% dos domicílios agrícolas do país.

Note-se que, mesmo sendo uma proposta, já sinalizava a necessidade de atender às novas tendências do meio rural brasileiro de forma mais abrangente e eclética, reclamando o uso de outros instrumentos de política pública oriundos de outros setores que não o rural, para solução de problemas próprios, com vistas a oportunizar as possibilidades de emprego e renda. Em segundo lugar, que todos esses debates acadêmicos surgiram ao calor das grandes mudanças que a Constituição da República trazia da necessidade de descentralização das políticas públicas num ambiente mais democrático e participativo. Campanhola e Graziano da Silva (2000) reconheciam essas limitações ao considerar que o local (em referência ao espaço, território, microrregião ou comunidade) sugeriria constância de inércia, quando na verdade deve ser visto como:

a arena onde as diferenças e conflitos entre os diversos grupos sociais se manifestam, permitindo a construção de novas relações sociais que assuma como premissa que os interesses comuns sejam respeitados, discutidos e compatibilizados. O limite físico do espaço pode ser estabelecido com base naquele que os atores de uma comunidade conseguem se organizar e participar em defesa de objetivos e interesses comuns (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000 p.64).

As políticas públicas para o desenvolvimento rural são classificadas por esses autores como instrumentos que permitem as novas formas de integração e troca entre os diferentes segmentos espaciais e setores de atividades. Nesse contexto, cabe ao Estado assumir um papel relevante como agente facilitador do processo de descentralização das políticas públicas, garantir a representação dos atores sociais e manter a transparência de suas instituições (*ibidem*).

No quadro 3, a partir da proposta dos autores, se resumem as diferenças entre as concepções distintas de formulação e planejamento das políticas públicas no meio rural, centro das controvérsias e dos conflitos inerentes ao uso turístico do espaço rural.

CARACTERÍSTICAS	DE CIMA PARA BAIXO "TOP DOWN"	DE BAIXO PARA CIMA "BOTTOM UP"
Princípio	Centralização/Rigidez	Descentralização/Flexibilidade
Planejamento	Ênfase nos controles	Ênfase na negociação
Metas	Preestabelecidas	Reformuladas passo a passo
Processo	Burocrático, sem estímulo à participação	Construído socialmente com estímulo à participação
Instrumento	"Pacotes" prontos Emendas parlamentares	Mobilização de experiências e do conhecimento local
Método de Decisão	Autoritário, atores principais são externos	Articulação de interesses com participação relevante dos atores internos
Relação com o Estado	Mantém o clientelismo e a cultura paternalista – lideranças negativas	Aumenta o comprometimento das comunidades locais para a realização e o acompanhamento das ações propostas – empoderamento – O estado como agente facilitador do processo de descentralização
Implementação	Ações essencialmente setoriais	Favorece e busca ações inter setoriais e interregionais
Relação com o Poder Local e Regional	Contraditório e excludente	Relação de cooperação, parcerias e associativismo
Meio Ambiente	Ação de controle e restrições de caráter punitivo	Colaboração necessária, parcerias, viabilidade local e regional. Ação educacional.
Resultados	Macroeconômicos, eficiência e eficácia do setor, competitividade.	Diminuição das desigualdades socioeconômicas, propósito de integração inter e intrarregional

QUADRO 3 - CARACTERÍSTICAS DE PROCESSOS DE GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

FONTE: Adaptado de Campanhola e Graziano (2000)

Nessa visão partilha-se dos estudos desenvolvidos por autores das ciências políticas (SOUZA, 1996, 1998; ARRETCHE, 2000; DRAIBE, 1988; FARIA, 2003), no tocante ao ciclo de instrumentalização das políticas: as políticas *top down*, ou de cima para baixo como mostra a figura 6, não se preocupam em tratar das diferenças locais e regionais, mas estão mais voltadas para resultados macroeconômicos, nelas o social quase sempre tem apenas um caráter coadjuvante (*op. cit.* p.64). Já as políticas *Bottom up* (de baixo para cima), exibidas também na figura 7, além de levarem em conta as diferenças físicas, tratam das diferenças econômicas e sociais entre as diversas regiões dando prioridade aos problemas locais; têm como pano de fundo a diminuição das desigualdades socioeconômicas, tanto intra como inter-regionais.



FIGURA 6 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS *TOP-DOWN* (DE CIMA PARA BAIXO)

FONTE: Adaptado de Campanhola (2000)

Os autores concluem que o desenvolvimento deve ser acima de tudo "um processo de reconstrução social, que se processe de baixo para cima, com a participação efetiva dos atores sociais" (*op. cit.* p.65). A figura 6 ainda esquematiza a forma como ocorrem os processos de implementação das políticas de baixo para cima e a atuação das instituições públicas no processo. Contudo, o apelo ao envolvimento dos atores sociais só vem se fortalecer, não sem o enfrentamento de dificuldades, após 2003⁶². Nessa linha de ideias, Abromovay⁶³ (2000 *apud* KAGEYAMA, 2008) argumenta que na evolução das políticas públicas no meio rural se reforçam as tendências de definição espacial e não apenas setorial da ruralidade, e reitera que,

⁶² As políticas públicas do combate à pobreza rural foram gestadas nesse período junto à Comunidade solidária, com 20 programas públicos, somados aos programas de outros setores estratégicos que incidiam no meio rural, no total 45, tais como aqueles voltados para a Previdência Social, Saúde e Assistência Social, Educação, Habitação e Saneamento Básico (DRAIBE, 2003). Insiste-se em que o turismo rural não foi considerado um programa social, era mais uma possibilidade no bojo dessas políticas, não tendo nenhum instrumento específico que a amparasse. Na época, já existiam algumas manifestações de reconhecimento por parte da EMBRATUR para promover a atividade e fortalecer a demanda doméstica, principalmente nos estados do Sul e em Minas Gerais (SANTOS, 2010).

⁶³ ABROMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v.14, n.2, p.379-397, abr./jun. 2000.

embora existissem traços comuns dessa ruralidade, o meio rural brasileiro apresenta uma imensa diversidade, que constitui uma importante agenda de pesquisa sobre o tema. (ABROMOVAY, 2000).

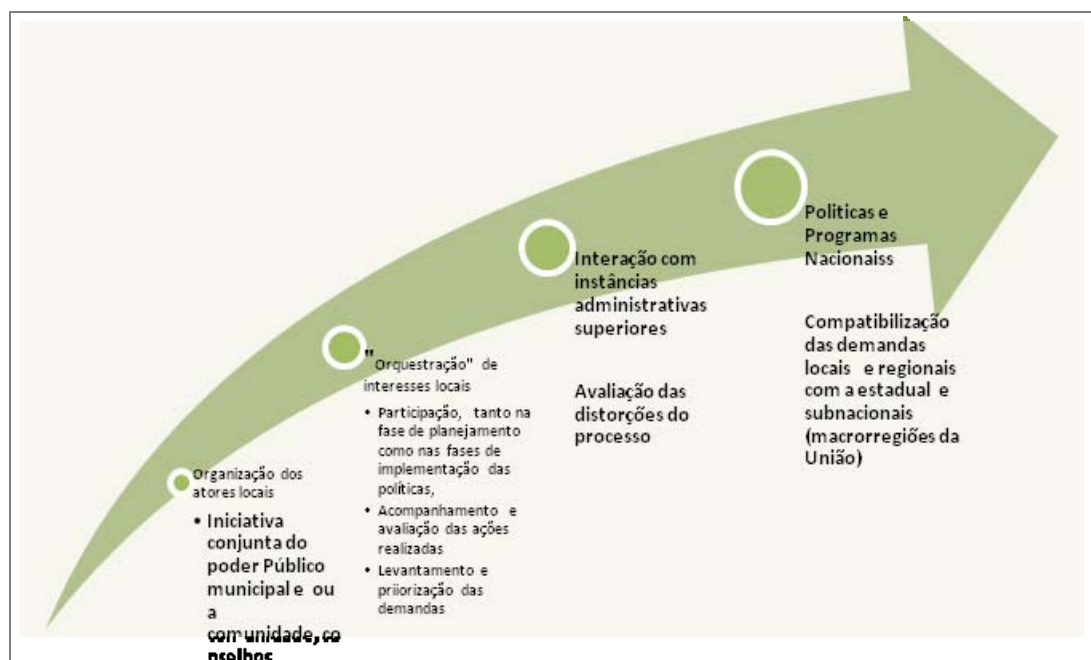


FIGURA 7 - IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS *BOTTOM-UP* (DE BAIXO PARA CIMA)

FONTE: Adaptado de Campanhola e Graziano (2000)

Como se discutirá adiante, enquanto a construção das políticas públicas no meio rural avançou na descentralização e organização de baixo para cima, as políticas públicas do turismo rural ficaram restritas ao sistema informal de intenções (rede Traf) para seu desenvolvimento. Kageyama (2008) aponta que os estudos rurais recentes cada vez mais têm em comum considerar que o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, principalmente os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local (KAGEYAMA, 2010). Quiçá, seja essa uma das dificuldades de estabelecer critérios únicos das políticas públicas para o turismo rural desenhadas de cima para baixo.

A partir dos trabalhos do grupo Rurbano não restam dúvidas que há um contingente expressivo de famílias pluriativas que residem no meio rural. Não pode ser mais considerado o urbano como "*locus*" das atividades não agrícolas atribuindo ao rural exclusivamente as atividades agrícolas, essa divisão social e espacial perde

a sua importância histórica e limita a compreensão e aplicação de políticas públicas. O rural passa a ter características antes próprias do meio urbano, inclusive ofertando muitos atrativos de lazer, turismo e moradia para uma população majoritariamente urbana (CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000, p.61).

Na visão de Lauro Mattei (2003), com o objetivo de se adequarem ao novo contexto socioeconômico, as políticas públicas para a agricultura passaram por constantes reformulações nesse período, embora prevalecessem distorções que privilegiaram um sistema agroalimentar comandado por grandes empresas que operavam a escala mundial. Contudo, a questão ambiental, salienta o autor, passa a ser um elemento decisivo no âmbito das políticas de desenvolvimento rural promovendo uma ruptura na harmonia reinante entre explorações agrícolas e a (falta) de preservação dos recursos naturais. Nesse novo cenário, a pluriatividade reforça o reposicionamento do processo de desenvolvimento rural numa perspectiva que redefine as políticas públicas visando atender aos segmentos marginalizados e excluídos do processo produtivo e rompe com a concepção produtivista determinada pela modernização agrícola incorporando na agenda de trabalho das políticas públicas os novos temas acima citados.

No obstante os argumentos desenhados a favor do novo contexto, Mattei (2004, p.4) dá pistas de uma postura crítica em relação às políticas públicas do turismo rural quando afirma que a atividade foi fonte da "*mercantilização*" do espaço agrícola⁶⁴, em determinadas regiões estudadas em Santa Catarina, ao aparecer como "um novo elemento no panorama econômico do mundo rural, sendo consi-

⁶⁴ Ao falar em mercantilização do espaço agrícola, o autor faz referência à visão do Wallerstein (1985, p10-13), que explica que "o desenvolvimento histórico do capitalismo implicou o impulso para a mercantilização de todas as coisas". Sendo um processo autogerido, os processos de produção ligam-se uns aos outros em complexas cadeias de mercadorias que mercantilizam também os processos sociais. O autor (MATTEI, 2003, p.4), ao se referir à mercantilização do espaço agrícola, não faz mais que reforçar a chamada turistificação (KNAFOU, 1998), em que o turismo, como processo social, também se mercantiliza e, sob um outro prisma, há apropriação do espaço pelo turismo. Wallerstein (*ibidem*, p.13) reforça que quanto mais se acumula capital, mais se mercantilizam os processos e mais se produzem novas mercadorias, sendo o requisito-chave para manter fluxos de e para mais e mais consumidores. Em extremo, essa mercantilização leva ao abandono da produção familiar para se dedicar à exploração (bem-sucedida) do turismo.

derado, inclusive, como uma atividade econômica relevante na busca de melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares, os quais diversificam suas formas de trabalho visando ampliar seus níveis de renda". (MATTEI, 2004).

[...] o turismo rural passou a ganhar um grande destaque nas discussões sobre alternativas para a agricultura familiar, principalmente quando se procura atacar o problema da renda e do emprego. Esta visão acabou influenciando as próprias políticas públicas, de tal modo que no mês de setembro de 2003, o Governo Federal lançou, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma linha de crédito, chamada de "PRONAF Turismo Rural", para apoiar os agricultores familiares que pretendem implementar atividades turísticas no âmbito das unidades familiares de produção (MATTEI, 2003, p.4).

Apesar dos esforços realizados, ora pela EMBRATUR, ora pelos técnicos das ATER nos estados, ora pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, não houve uma orientação, uma diretriz ou um plano específico para o segmento do turismo rural no Brasil até 2003, quando lançado o PRONAF para o turismo rural na agricultura familiar. Cada estado foi detentor de caminhos e alternativas segundo as experiências acumuladas setorialmente e organizou-se conforme as possibilidades que as suas instituições dessem suporte, o que fez surgir a partir das práticas colhidas uma variedade de tipologias que reflete os padrões regionais e a heterogeneidade da própria ruralidade do Brasil. Embora a prática do turismo fosse crescente em número de propriedades e na procura de potencialidades, a falta de diretrizes básicas e a ausência de normatizações para o seu eficaz gerenciamento e legislações inadequadas com a realidade rural frustraram uma possível gestão para o desenvolvimento, e seu apelo maior foi o da prática voltada para o mercado (SEBRAE, 2003, 2007, 2010).

Além disso, a condição do turismo como atividade econômica, transversal a um sem-número de setores e atividades, se sobrepôs à construção de um marco legal específico para dar suporte à prática da atividade e fez com que restasse relevância, pelo menos juridicamente, ao tratamento dado à segmentação da atividade, notadamente do turismo rural.

Ao resumir boa parte das normas, leis e decretos afetos ao turismo rural, percebe-se que as principais leis que amparam o desenvolvimento e a prática

remetem à formalização da atividade, que pela sua natureza não se ampara nos moldes legais existentes. O segmento do turismo rural envolve uma alta concentração de informalidade na sua formatação, pois a grande maioria dos empreendedores do turismo no espaço rural, e não apenas a agricultura familiar, sofre com a inadequação das leis – ora urbanas, ora rurais – e parte de um perfil de homogeneidade inexistente no meio rural brasileiro.

Os principais entraves legais para a criação dos "produtos turísticos", especialmente para os agricultores familiares, são relativos às legislações fiscal, tributária, trabalhista, sanitária e previdenciária. Porém, a atividade também está exposta a legislações que contemplam aspectos ambientais, de sanidade, culturais, comerciais, turísticos, fundiários e agrícolas, no âmbito federal, estadual e municipal. Alguns projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional tentam modificar esta realidade⁶⁵.

Em artigo publicado sobre as políticas públicas do turismo rural, Santos e Pires (2010, p.62) traçam a linha do tempo das políticas públicas do turismo rural no Brasil e observam que entre a década de 1970 e meados da década de 1990 "não se destina nenhuma ação específica para o turismo rural". Do ponto de vista do turismo, seria pouco compreensível essa situação, tendo em vista o trabalho da EMBRATUR em estados e municípios em torno do programa nacional de municipalização do turismo, cuja proposta exigia a organização interna e o planejamento das atividades do turismo municipal e de onde surgiram as primeiras práticas de turismo rural, haveria uma efervescência e ambientes favoráveis para a organização da atividade. Porém, do ponto de vista da agricultura, como já foi explicado anteriormente, o embate entre as políticas destinadas à agricultura familiar e as políticas destinadas à agricultura de exportação exigiu tempos, periodicidade e institucionalidades diferentes para solucionar os conflitos, o que negligenciou o papel do turismo rural como instrumento do desenvolvimento rural.

⁶⁵ No Congresso tramitam ao menos duas grandes propostas para o turismo rural (Anexo 1).

Já foi destacado o argumento de C. Souza (2000) quando afirma que a ausência de política é também uma política pública, o que pode ser entendido no processo de construção de tais políticas para as novas ruralidades. Na evolução das relações rurais e das novas ruralidades, Favaretto (2010, p.1) observa "a convivência – conflituosa, é verdade – de duas formas sociais de produção: a agricultura patronal e a agricultura familiar", tendência essa que foi confirmada no Censo Agropecuário de 2006⁶⁶, cujas categorias de apreensão e mesmo as instituições voltadas ao desenvolvimento rural, não foram modificadas em uma direção condizente com o estatuto desta nova etapa (*op. cit.* p.1).

Outros dois elementos contribuíram para uma substancial modificação das ruralidades afetando qualquer possibilidade de construir políticas públicas coerentes com a realidade. Uma delas foi a ruptura da relativa homogeneidade que marcava as comunidades rurais dando lugar a uma crescente heterogeneização e certo esgarçamento, na concepção de Favaretto (2009, 2010), dos laços de solidariedade que eram a marca da ruralidade pretérita. A expressão territorial desse processo é evidente nos processos de regionalização turística.

O segundo elemento, não menos importante para esta análise, refere-se às modificações permanentes da relação campo-cidade, que deixam de se basear exclusivamente na exportação de produtos primários para dar origem a tramas territoriais complexas e multifacetadas, com diferentes mecanismos de composição entre os dois polos, agora baseados em novas formas de integração entre os mercados de trabalho, de produtos físicos e serviços, e também de bens simbólicos (FAVARETO, 2010).

No atual contexto percebe-se, pela ausência de políticas de turismo rural e do precário esforço para concretizá-las desde a agricultura, que, embora o MDA tivesse uma retórica de políticas emancipatórias para o território, não tratadas neste trabalho, a lógica das políticas implementadas foi eminentemente setorial e sua ação

⁶⁶ Dados do Censo Agropecuário de 2006 são analisados no próximo capítulo.

territorial-setorial se assentava sobre a legislação e marcos legais ultrapassados (FAVARETO; VEIGA, 2007, *apud* FAVARETO, 2010). Isso reforçou outros problemas para a descentralização da política pública no período, ao considerar que o governo federal optou por promover a descentralização *Top-down* de muitas de suas atribuições, mas não o fez em igual proporção com os recursos e competências, nem tampouco se instituíram mecanismos de contratualidade entre níveis e escalas de governo capazes de levar ao cumprimento das políticas⁶⁷.

A ausência de mecanismos de obrigatoriedade contratual reforçou a racionalidade limitada dos agentes das políticas em estados e municípios. Ainda, cabe reconhecer que um desenho das políticas de alcance territorial do MDA na opção por políticas públicas de baixo para cima também apresentaria, como de fato apresentou, problemas similares: os agentes locais já trabalhavam com vieses de leitura sobre onde e como fazer aplicações e investimentos, que não necessariamente foram guiados pelas possibilidades de melhor aplicação de recursos (FAVARETO, 2010).

Do ponto de vista do desenvolvimento da atividade, a expansão relaciona-se a uma série de fatores que vão além da unidade de produção e que envolve uma consciência maior dos gestores para organizar as demandas e possam ser expandidos os efeitos multiplicadores das experiências (MATTEI, 2004). O autor reforça que a política não pode prescindir da agricultura familiar como ponto de partida e base de apoio, num caráter apenas complementar; a política pública deve envolver os diversos

⁶⁷ Souza (2006) lembra que os processos de municipalização de políticas como a saúde e educação podem ser considerados um sucesso nacional em termos quantitativos, enquanto saneamento, habitação e assistência social não obtiveram o mesmo resultado. Citando a Arretche (2000, *apud* SOUZA, 2006) relembra que a falência dessas últimas políticas podia ser explicada pelos altos custos envolvidos na descentralização, tanto para Estados como para municípios, seja pela escassez de recursos (caso do saneamento), pelo alto débito acumulado (caso da habitação) ou pela ausência de repasses regulares de recursos (caso da assistência social). Além disso, nessas políticas, o desenho institucional não contemplou mecanismos de recompensas e sanções caso os governos subnacionais não aderissem a elas. No caso da agricultura familiar, como no primeiro grupo, o tratamento foi diferenciado; mas nas políticas de desenvolvimento do território, ainda se transita na areia nebulosa do segundo grupo, onde não há repasses regulares de recursos, são poucos os recursos destinados para as políticas e não há claros mecanismos de repasse.

agentes públicos e privados de desenvolvimento rural, criando espaços de expressão e instâncias locais e regionais, e ainda deve evitar ao máximo que a liberação dos recursos financeiros passem por intermediações que tradicionalmente reduzem os montantes de recursos que efetivamente chegam aos agricultores..."Esses pontos colocam alguns desafios para as políticas públicas que visam fortalecer a atividade do turismo rural no âmbito da agricultura familiar" (MATTEI, 2004, p.260). O quadro que diverge do ideal proposto para as políticas públicas do turismo rural, e frequentemente discutido pelos acadêmicos, deve remeter para essas questões ao considerar que o objetivo maior é o desenvolvimento⁶⁸. (TULIK, 2003; PORTUGUEZ, 1999).

1.3.5 Conclusões do capítulo

O sistema de políticas públicas para o desenvolvimento rural é fundamental, assim como o desenvolvimento de políticas para o turismo. Porém, ele torna-se inócuo se não há horizonte de estratégias conjuntas, de redução das desigualdades e de desenvolvimento com um claro ganho das populações locais, e, mais do que isso, se os agentes públicos não definem como estratégia principal o desenvolvimento rural e de uso do turismo rural como instrumento para o desenvolvimento territorial. Esse ponto ficará mais evidente quando for analisado no próximo capítulo o papel dos agentes no turismo rural metropolitano.

O presente capítulo buscou, ademais, fazer uma revisão de conceitos e mapear um ainda incipiente sistema de políticas públicas do turismo no Brasil e de como as suas mudanças se refletiram no Estado do Paraná. Mediante a construção da linha do tempo, observou-se que a reformulação da institucionalidade federal foi o

⁶⁸ Segundo Portugal (1999, p.65), o Programa de Agroturismo organizado em Espírito Santo esteve bastante descaracterizado em virtude da rápida popularização, que não foi acompanhada e devidamente regulamentada pelo poder público. Outro detalhe levantado em pesquisa conta que "embora contraditório com a ideologia do "turismo alternativo", a população visitante tende a exigir o conforto típico dos lugares de origem o que atesta seu caráter urbano massificado" (*ibidem*, p.61).

principal avanço da política multiescalar do turismo na conformação de um sistema de políticas públicas que busca a competitividade e inclusão ao sistema turístico brasileiro; resultado esse que perpassa pelo Estado, onde também se convive com sérias diferenças regionais.

Outro objetivo deste capítulo consistiu em apontar conflitos inerentes à aplicação das políticas públicas: as políticas desenhadas de cima para baixo (*top-down*) embora os esforços realizados pelos ministérios de Desenvolvimento Agrário e do Turismo para estabelecer uma norma única para os empreendimentos turísticos no meio rural, as políticas públicas do PRONAF não cumpriram a mesma função das políticas do turismo rural defendidos pelos Ministérios de Agricultura e Pecuária e do Ministério do Turismo, fortemente setoriais e pautadas pela elaboração de produtos com padrões de "qualidade dos serviços e de competitividade" da cadeia de valores do turismo, similar aos empreendimentos turísticos urbanos. Essa divergência se refletiu no espaço rural e nos diversos tipos de turismos praticados nele. Como se analisa no próximo capítulo, esse problema é detectado também na região turística Rotas do Pinhão.

Apoiados na conclusão de autores como Mattei (2004) e Favaretto (2010), verificou-se também que o sistema de políticas públicas para o turismo rural deve corrigir distorções na busca do desenvolvimento rural das regiões onde o turismo constitui elemento de importância para agregação de valor das propriedades rurais e elo entre agentes das políticas e atores locais. No próximo capítulo se analisa com detalhes como isso ocorre na arena da Região turística Rotas do Pinhão da RMC.

2 POLÍTICAS DE TURISMO RURAL NO PARANÁ E NA RMC

2.1 O TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ: OS AGENTES DA POLÍTICA PÚBLICA DO TURISMO RURAL E A DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS

2.1.1 Sistema Secretaria de Estado do Turismo - SETU

Embora as Unidades da Federação possuam uma autonomia relativa para a elaboração de políticas públicas e, portanto, para a implantação de instituições, muitas vezes seguem apenas os modelos dos ministérios para organizar a gestão nas reformas administrativas como forma de facilitar a entrada dos recursos federais no Estado. Esse fato se reflete plenamente na definição de diferentes estratégias de desenvolvimento e, também, na definição da política de turismo no âmbito do Estado de Paraná. O turismo como setor ganha espaço na política pública desde a década de 1940, quando se inicia o primeiro processo institucional (figura 8) e que pode ser dividido em cinco fases com marcos normativos definidos.



FIGURA 8 - LINHA DO TEMPO DO MARCO NORMATIVO DO TURISMO PARANAENSE

FONTE: O autor (2011)

Criada pela Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, alterado pela Lei n.º 8.388/1986 e pelos Decretos n.º 3.624, de 06 de junho de 1994 e n.º 3.403, de 11 de janeiro de 2001. Previsto na Lei de criação da Secretaria do Estado do Turismo - SETU – n.º 13.986, de 30 de dezembro de 2002. A Secretaria de Turismo do Estado do Paraná é apoiada em suas ações pelo:

- a) Paraná Turismo (PRTUR);
- b) Centro de Convenções de Curitiba;
- c) Serviço Social autônomo (ECOPARANÁ).

A Secretaria de Turismo do Estado do Paraná - SETU e os órgãos de apoio citados dividem as responsabilidades pelo turismo no Estado, segundo a divisão que segue: a SETU tem por finalidade as atividades relativas à definição de diretrizes, à proposição e à implementação da política pública na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção, bem como a normatização, a fiscalização, a promoção e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social.

PERÍODO	FASES	OBSERVAÇÕES
1943-1966	Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado (DEIP)	Gov. Manoel Ribas. Ilha do Mel- Club Náutico Construção do Hotel Casino de Foz do Iguaçu. Mudou para a Câmara de Expansão Econômica, subordinada à Secretaria de Governo
1966	Departamento de Turismo e Divulgação	Subordinado a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Primeiro Plano Geral do Turismo. Com a criação da secretaria extraordinária de Indústria e Comércio, passa a ser vinculada a mesma até 1969
1969 a 1989	Empresa Paranatur	Criada pela Lei n.º 5.948, de 27 de maio de 1969, alterado pela Lei n.º 8.388/1986.
1973	Reforma Administrativa	Governo Jaime Canet - Definição dos primeiros roteiros turísticos do Estado, segundo eixos viários: CWB – Foz; CWB - Bandeirantes via Guaíra; CWB - Praias; CWB - Lapa e CWB - Bocaiúva e o Turismo rural com propostas de melhoria das fazendas para receber turistas Linhas de financiamento BADEP-EMBRATUR
1989 a 1995	Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR	Gov. Alvaro Dias Gov. Roberto Requião - Escritórios Regionais
1995-....	Autarquia Paraná Turismo - PRTUR	Gov. Jaime Lerner - Decretos n.º 3.624, de 06 de junho de 1994 modificado pelo Decreto nº 3.403, de 11 de janeiro de 2001
2003 - 2010	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná - SETU. Serviço Social Autônomo - ECOPARANÁ, Centro de Convenções de Curitiba - CCC; Paraná Turismo - PRTUR.	Lei de criação da Secretaria do Estado do Turismo -SETU - n.º 13.986, de 30 de dezembro de 2002. Vinculados à SETU, a PRTUR, o CCC e a ECOPARANÁ Decreto n.º 578 de 14/02/2003
		Vínculo dos Escritórios Regionais à Coordenadoria de Planejamento Resolução 2, do 01/10/2003

QUADRO 4 - LINHA DO TEMPO DAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PARANÁ

FONTE: Adaptado de Pires (1973), SETU (2011)

A Paraná Turismo tinha como objetivos o planejamento e a execução da Política Estadual de Turismo e a implantação de programas e projetos de incentivo, de desenvolvimento e de fomento ao turismo, executando ações que buscassem promover o turismo no estado.

O Centro de Convenções de Curitiba tem como meta proporcionar à comunidade o acesso à cultura, à arte e ao conhecimento científico e tecnológico, por meio de infraestrutura adequada e equipada, fomentando o turismo de eventos e movimentando a economia local. A ECOPARANÁ busca desenvolver produtos turísticos e culturais, que promovam o desenvolvimento sustentável e a decorrente inclusão social (figura 9).

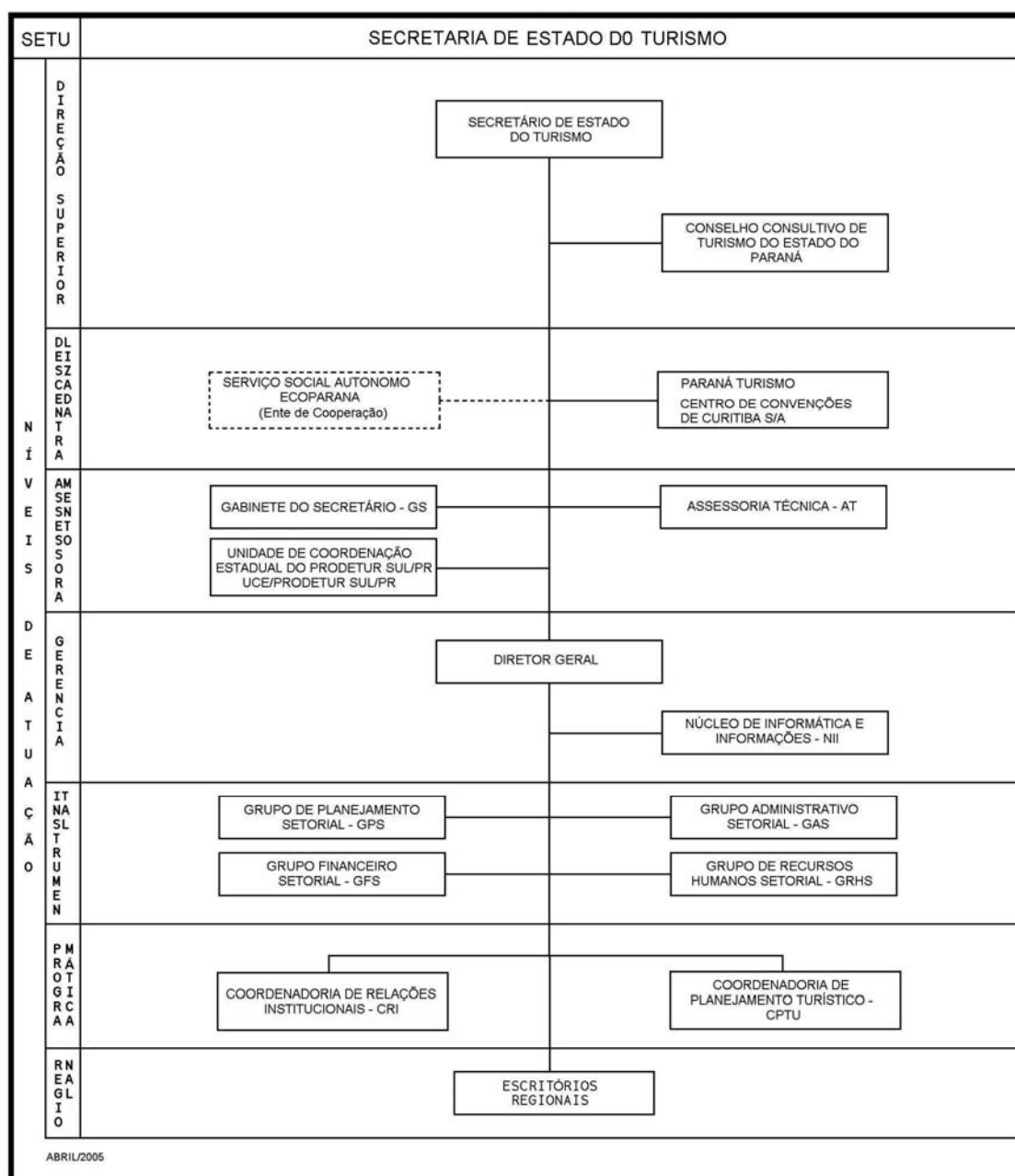


FIGURA 9 - ORGANOGAMA DO SISTEMA PÚBLICO DO TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ

FONTE: SEPL (2010)

O turismo no Paraná tem constituído também o chamado Trade Turístico. O Trade é a instituição que representa todas as entidades de planejamento e gestão do turismo, tanto públicas como privadas, porém com uma maior atividade de cunho privado.

O conselho estadual, por outro lado, faz parte da estrutura de responsabilidades compartilhadas que o governo federal trata de incentivar a partir dos planos nacionais de turismo que nasceram junto com o Ministério em 2003. O conselho de turismo, definido como fórum de discussão, planejamento e monitoramento das políticas públicas do turismo, e similar aos já existentes em outras áreas de abrangência das políticas públicas⁶⁹, como na saúde ou na educação, e tem como objetivo precípua o de legitimar as ações, os projetos e programas do turismo nos estados e municípios. Embora não haja um limite mínimo nem máximo estabelecido para a distribuição dos recursos orçamentários, nem existam leis para tal efeito, o Ministério vem qualificando a distribuição de tais recursos a partir de metas de trabalho⁷⁰.

No Paraná participam no conselho consultivo de turismo outros órgãos municipais e estaduais na construção da política pública, como a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, o Conselho do Litoral (COLIT) e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o Serviço de Assistência Pública para o Agricultor do Estado do Paraná (EMATER-PR), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

⁶⁹ Interessante observar trabalho do Tribunal de Contas da União sobre os conselhos do Estado do Paraná (2009), publicado na internet. Criados para permitir a participação popular na elaboração de políticas públicas e fiscalizar as ações do governo do estado, os conselhos estaduais do Paraná segundo o relatório do Tribunal de Contas, não conseguiram, até agora, mobilizar o cidadão comum. A adesão da comunidade é baixa, apenas 5% dos 518 membros de 45 conselhos existentes representam realmente a população, ou seja, não pertencem a movimentos sociais, sindicatos ou ONGs. Outro problema é que 16 das 45 entidades – mais de um terço – estão oficialmente inativos ou sem atividades recentes. Ver mais detalhes em: http://www.tce.pr.gov.br/contasdogoverno2009/conselhos_estaduais/conselhos_estaduais.pdf. O tema, dada sua diversidade e abrangência e importância, merecerá um tratamento detalhado no contexto da dissertação, com vistas a identificar elementos comuns aos da política rural no turismo.

⁷⁰ Por exemplo, no caso dos recursos de promoção, a cada ano o nível de exigência para os estados e municípios vem aumentando e, nos dias de hoje, os recursos vêm atrelado ao número de empresas privadas que estão cadastradas no cadastro geral do turismo (CADASTUR).

(IPARDES), os coordenadores dos cursos de turismo do Estado e um representante das instâncias de governança regional, para só citar alguns dos mais atuantes, embora existam outros tão importantes como os já mencionados.⁷¹ O conselho evoluiu em quantidade de sócios, pelo decreto deveria ter apenas 24 entidades, hoje já conta com 46, sendo 41% públicas e 59% privadas. Durante alguns anos, o conselho teve como suporte as câmaras temáticas que operacionalizavam as discussões e os trabalhos técnicos e levavam o resultado para as reuniões regulares do conselho: com um total de cinco câmaras temáticas (Segmentação turística, Qualificação do Produto turístico, Infraestrutura e Financiamento; Apoio a comercialização do produto turístico).

A promulgação da Constituição de 1988 estimulou em todo o Brasil a implementação de governança como um novo paradigma de gestão das políticas públicas que promoveu a descentralização das decisões e ampliou o espaço de participação da sociedade. A criação nos municípios paranaenses de mecanismos de inserção de segmentos da cadeia produtiva nos processos decisórios nos Conselhos Municipais e nas governanças regionais que reuniam, de acordo com suas respectivas especificidades, entidades representativas do poder público, associações de moradores, associações profissionais, entidades de representação de trabalhadores, entidades religiosas e organizações ambientalistas, veio no sentido de reforçar regionalmente os processos de organização do turismo em redes, para uma melhor implementação das políticas públicas. Assim:

A implementação passa a estar fortemente imbricada em estruturas de governança (*governance*). Governança entendida enquanto regras do jogo e arranjos institucionais que dão sustentação à cooperação, à coordenação e a negociação. Quando o *policy cycle* ocorre em um ambiente organizacional em que agentes de mercado, atores estatais e instituições não-governamentais interagem fortemente as noções de hierarquia e controle fazem pouco sentido. Eles dão lugar à negociação, barganha e troca enquanto princípios organizadores da implementação (MELO; SILVA, 2000, p.16).

⁷¹ Para complementar a lista, podem ser citados os núcleos regionais de Educação e Saúde, a COPEL e a SANEPAR.

No Estado do Paraná, além do conselho do turismo, as novas redes de governança foram estimuladas a partir de 2004, nas quais as comunidades, as associações da sociedade civil e as empresas privadas passam a desempenhar um papel cada vez mais decisivo na implementação das políticas públicas.

Como em toda atividade de natureza humana, na política pública é importante garantir a participação e o controle sociais no processo, a fim de legitimá-lo perante a sociedade: garantir o compromisso dos agentes implementadores é alcançar a efetividade social almejada pelas políticas públicas (DRUMMOND; MATTOS, 2005). Visto que o processo de governança, organizada em conselhos e governanças regionais, é multifacetado, a avaliação da política pública deve levar em conta a participação destas várias facetas que, por sua vez, são resultado de uma interação cada vez mais dinâmica entre elementos institucionais, processuais e os conteúdos das políticas (FREY, 2000).

Institucionalmente, o turismo do Paraná se desenvolveu num ambiente cujo consenso girou em torno da descentralização. Passou-se a supor que, por definição, as formas descentralizadas de organização do turismo seriam mais democráticas e que, além disso, fortaleceriam as redes regionais dotando-as de autonomia. Essa autonomia deveria legitimar o papel de cada instância de governança intermediária entre o Estado e o município e consolidaria o empoderamento das regiões.

Da mesma forma, tal consenso supunha que formas descentralizadas de organizações regionais de turismo seriam mais eficientes ao provocar efeitos indutores do crescimento da atividade e elevar os níveis emprego e renda (direta e indiretamente, formais e informais), contribuindo, assim, para um possível aumento do bem-estar da população e da sua qualidade de vida. Se esses elementos são encontrados em algumas instâncias regionais⁷², não foi bem o percurso do conselho estadual do turismo como órgão consultivo.

⁷² Mais adiante se apresenta a instância de governança regional da RMC, antítese de todo o comentado anteriormente.

O desenvolvimento do turismo regional foi definido a partir desse novo padrão de relacionamento entre os parceiros sociais e o governo do estado. Essas alterações ficaram atreladas à perspectiva de dar ênfase para a articulação dos agentes locais, como base para a sustentabilidade e estabelecendo assim uma participação institucional na política pública. No planejamento de 2003-2006, a SETU colocou como meta a formulação de um documento denominado "Política Estadual do Turismo" que originaria um "Plano Diretor" do Turismo. No Plano se estabeleceram três linhas de ação setoriais (PARANA, 2003).

- a) Fortalecimento da Estrutura Pública de Turismo. Segundo a Secretaria, essa diretriz tem como alvo a articulação do Governo Estadual e Municípios. Com o objetivo de criar e implementar os documentos Política e Plano Diretor, que possibilitem uma atuação mais planejada do estado em prol do Turismo, bem como criar e fortalecer instrumentos organizacionais que reúnam os segmentos que atuam no Turismo, buscando a articulação institucional, tanto no âmbito estadual como municipal, a minimização de esforços e multiplicação de recursos.
- b) Desenvolvimento e Fomento ao Turismo. Segundo a Secretaria, essa orientação tem como alvo a articulação do Setor Público e Privado. Com a meta de desenvolver projetos e ações que promovam e estimulem a área pública do turismo; os empreendimentos da iniciativa privada; a capacitação de recursos humanos; a gestão das áreas naturais; a conscientização da comunidade e a implementação de instrumentos de manutenção, valorização e estímulos à oferta turística; estudos da demanda turística e desenvolvimento de programas do Ministério do Turismo que contribuam para a formatação de novos produtos turísticos nos diferentes tipos de turismo com consequências no incremento do Turismo estadual.
- c) Promoção e Divulgação do Turismo. Propõe a movimentação de Instituições e Comércio para a promoção do turismo paranaense no mercado estadual, nacional e internacional, mediante a participação em eventos

referenciais do setor, confecção de material técnico-promocional, apoio a eventos e negócios turísticos e outras ações que visem atrair fluxo turístico para o Estado, bem como divulgar seus produtos e potenciais.

Os objetivos propostos em tais eixos foram os seguintes: a) Geração de emprego e renda; b) Ampliação da oferta de produtos turísticos de qualidade, que valorizem os conteúdos locais; c) Aumento do fluxo turístico; d) Aumento do período de permanência do turista; d) Aumento da receita gerada com a atividade; e) Incremento no PIB estadual.

Em 2003, estabeleceram-se, portanto, as seguintes metas para o ano de 2006: aumentar o fluxo de turistas em 20% a 25% (O fluxo turístico estadual em 2002 foi de 5.552.244 demandantes, em sua maioria [48%] oriunda do próprio Estado do Paraná. Com ações de fomento ao turismo estadual e uma efetiva divulgação e diversificação do produto Paraná, nos mercados internacional, com destaque para o Mercosul, nacional, regional e estadual, espera-se um incremento entre 20 e 25% no nacional e ampliar para 30% a participação no mercado internacional); aumentar a permanência média para 4,5 dias (a permanência média atual é de três dias); aumentar o gasto per capita dia em 30 % (em 2002 o gasto médio per capita foi de US\$ 45); aumentar a receita gerada em 25%; aumentar o número de produtos turísticos comercializados por agências de turismo do Brasil e do Estado em 50%.

Para isso, estabeleceram-se as ações seguintes resumidas no quadro 5.

A versão do plano estadual 2007-2010 passou por algumas mudanças que robusteceram a ação regional e a revisão do papel das instâncias de governança regional. O atendimento às demandas dos municípios, por meio da Paraná Turismo e ECOPARANÁ, teve uma fase de crescimento a partir do volume das emendas parlamentares e movimentos políticos das eleições municipais. A alteração de governos municipais via processo eleitoral desmontou muitos dos órgãos oficiais de turismo e das governanças regionais que já vinham funcionando de forma regular (figura 10).

POLÍTICAS/INICIATIVAS	DESCRIÇÃO
1) Gestão Pública e Articulação Institucional para o Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento Estratégico do Turismo Estadual Gestão do Turismo Estadual Cadeia Produtiva do Turismo Parcerias para o Turismo Associativismo no Turismo
2) Envolvimento da Sociedade com o Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Educação para o Turismo Turismo Social
3) Municipalização e Regionalização do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Municipalização do Turismo Inventário da Oferta Turística Estadual Estudo do Espaço Turístico Paranaense Diversificação da Oferta Turística Regionalização Turística Estadual
4) Qualidade do Produto Turístico	<ul style="list-style-type: none"> Legislação Turística Controle de Qualidade Recursos Humanos
5) Estatísticas do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> Estudo da Demanda Turística Indicadores de Turismo
6) Proteção ao Patrimônio Natural/Histórico/Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Turismo em Áreas Naturais Resgate e Valorização da Cultura e História Local Gerenciamento de Áreas Naturais
7) Financiamentos e Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> Microcrédito para o Turismo PRODETUR- Sul Bolsa de Oportunidades de Investimentos Turísticos
8) Promoção e Divulgação do Produto Turístico Paranaense	<ul style="list-style-type: none"> Comercialização do Produto Turístico Paraná Comunicação Participação em Eventos Técnico-Promocionais Eventos e Negócios Turísticos Sistema de Informações Turísticas

QUADRO 5 - POLÍTICAS E PROGRAMAS DA SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ - 2003-2006 E 2007-2010

FONTE: SETU - Plano Estadual do Turismo, 2003-2006 (2003)



FIGURA 10 - ÁREAS ESTRATÉGICAS E MACROPROGRAMAS DO TURISMO DO ESTADO PARANÁ - 2007-2010

FONTE: Adaptado de SETU - Plano de Desenvolvimento do Turismo (2008)

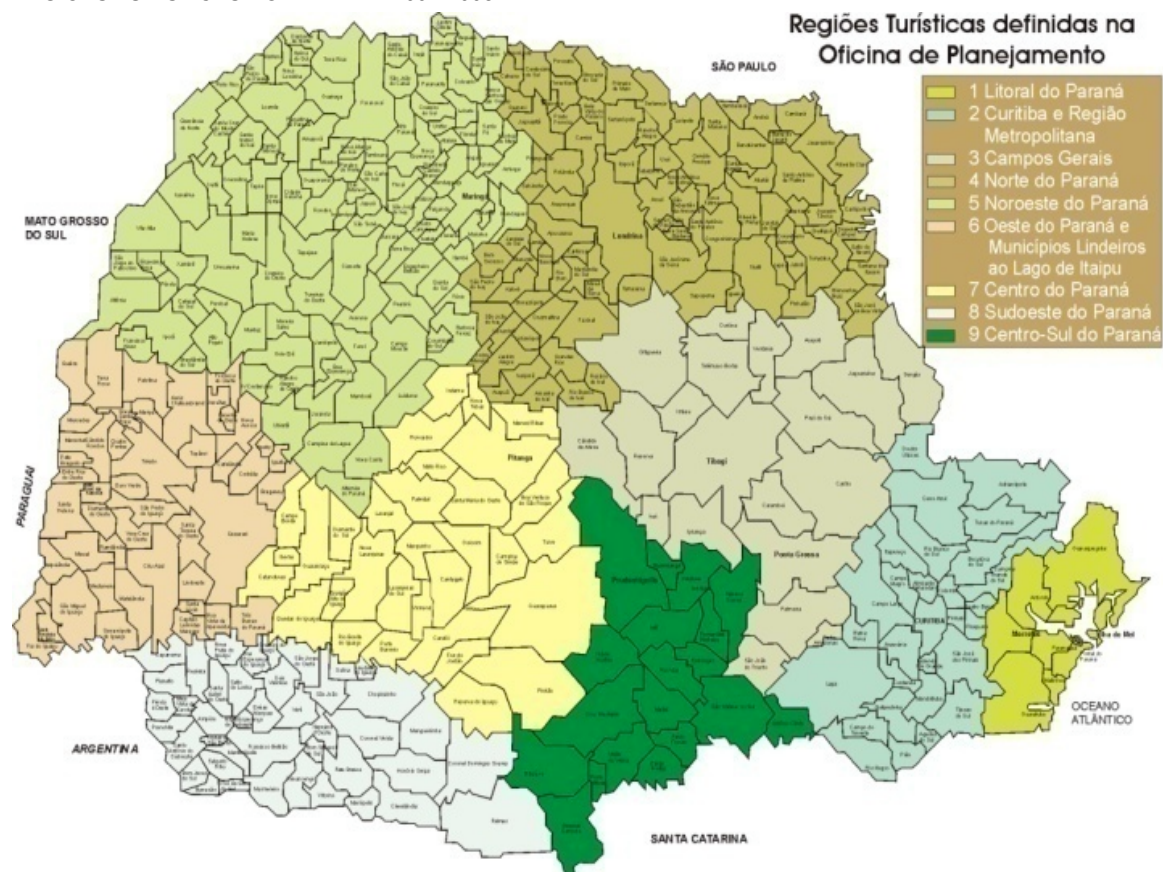
Dentro do marco de descentralização promovida desde o MTUR, as discussões sobre a Regionalização do Turismo no Paraná tiveram início com a criação da Câmara Temática de Regionalização e o Conselho Consultivo de Turismo do Paraná, no início de 2003, ano em que também foram definidas as nove regiões turísticas do estado. Em 2008 foi criada mais uma região turística, institucionalizando-se, dessa forma, a décima representação regional de turismo. As dez regiões turísticas vigentes até atualidade no Estado são: Litoral do Paraná, Rotas do Pinhão – Curitiba e Região Metropolitana, Cataratas de Iguaçu e Municípios limítrofes ao Lago de Itaipu, Cenários do Tempo, Vales do Iguaçu, Riquezas do Oeste, Norte do Paraná, Terra dos Pinhais, Corredores das Águas, Estradas e Caminhos (figura 11).

Nesse cenário regional, **as Instâncias de Governança Regional** do Paraná se estabeleceram como organizações articuladoras do processo de planejamento descentralizado e participativo do turismo, o que garante a participação de diversos atores e entidades no desenvolvimento da atividade. No Paraná, ainda que existam dez regiões turísticas, foram institucionalizadas nove Instâncias de Governança, uma vez que a representação da região Estradas & Caminhos se encontra no momento em fase de estruturação.

À época de sua criação, foram priorizadas como tarefas a organização de fóruns regionais, responsáveis pela articulação institucional entre as diversas regiões e o estado, como a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento com caráter participativo para o desenvolvimento do turismo; a promoção de articulação dos roteiros turísticos identificando a infraestrutura básica e a implementação de ações de apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas (no qual a Secretaria assumiu o compromisso de levantar as informações em pesquisa de campo).

ECOPARANA - O Serviço Social Autônomo Ecoparaná foi instituído em 1998, por meio da Lei Estadual n.º 12.215/98, na qualidade de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de interesse coletivo. Vincula-se, por cooperação, à Secretaria de Estado do Turismo - SETU, órgão responsável pela supervisão organizacional e administrativa, em conformidade com o contrato de gestão que mantém com o Governo do Estado do Paraná.

REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ - 2004-2008



REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ - 2008-2011



FIGURA 11 - REGIÕES TURÍSTICAS DO ESTADO DO PARANÁ - 2004-2011

FONTES: SETU (2005), SEBRAE (2009)

A missão estratégica definida pela instituição é a de desenvolver e executar programas de assessoramento à administração pública e iniciativa privada no desenvolvimento, implementação e gestão de ações em turismo que objetivam promover o desenvolvimento local, a preservação do meio ambiente, o crescimento econômico e a justiça social.

ANO	NACIONAL	ECOPARANÁ
1998 a 2004	Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, Ministério do Turismo - MTur	Participação no planejamento do Anel de Turismo Rural na RMC: roteiros de turismo rural no entorno de Curitiba (Emater, Comec e Ecoparaná)
2003	Formação da Rede TRAF Criação do Pronaf Turismo Rural, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	
2003 2004	Programa Nacional do Turismo Rural na Agricultura Familiar – PNTRAF, MDA Programa de Regionalização do Turismo, MTur	Realização do "Mapeamento do Turismo Rural no Paraná": levantamento da situação atual do Turismo Rural no estado, destacando iniciativas e potenciais TRAF nos municípios.
2003 a 2005 2005-2008	Realização de 05 Oficinas Nacionais da Rede TRAF – MDA e MTur CONVÊNIO MDA 055/2005 MDA/EMATER/ECOPARANA (Executora) Ecoparaná – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar Lançamento do programa Territórios da Cidadania.	Participação em publicações : Livreto de Turismo Rural, Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil (MTur), Participação na promoção e organização do I, II e III Encontro Regional de Turismo Rural da RMC . Participação no Curso TRAF Região Sul, em Joinville/SC Promoção do I Curso em Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF do Paraná , para técnicos Apresentação do Projeto TRAF ao Conselho Consultivo de Turismo do Estado , equivalente ao Fórum Estadual de Turismo, e promoção de palestras e eventos sobre o TRAF Mobilização de técnicos no Estado do Paraná , sobre o TRAF promovendo: a) Reuniões técnicas com agricultores; b) Reuniões com técnicos que atuam no TRAF; c) Curso para 170 técnicos da EMATER e prefeituras; d) 4.º Encontro Regional do Turismo Rural RMC
2008 a 2009		DVD de capacitação para o turismo rural na agricultura familiar Ações na RMC em projetos específicos Promoção de parceria em pesquisa para a RMC (SETU/IPARDES/COMEC/EMATER e SEPL)

QUADRO 6 - LINHA DO TEMPO DO TRAF⁽¹⁾ NACIONAL E AÇÕES DA ECOPARANA

FONTE: ECOPARANÁ - Relatório de Atividades (1998/2009)

(1) Rede TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar.

A Ecoparaná atuou no fortalecimento de destinos turísticos mediante a articulação e orientação no desenvolvimento de projetos regionais, em parceria com instituições afins, públicas ou privadas, das esferas municipal, estadual e federal. Detalham-se alguns dos projetos mais importantes para a Região Metropolitana.

PROJETO TRAF - Os objetivos do projeto indicavam a necessidade de promover o **turismo rural na agricultura familiar** no Paraná como uma alternativa de geração de renda e resgate da cultura da vida no campo, possibilitando a valorização dos produtos oriundos desta pequena agricultura.

Foi o projeto mais importante do ponto de vista estratégico para o turismo rural na agricultura familiar do Estado do Paraná. Seu escopo ficou limitado pela ausência de continuidade nas ações programadas e em grande medida pela desarticulação de programas estaduais com os orçamentos locais para o desenvolvimento de ações para atingir o grande problema que se diagnosticava, a ausência de mecanismos claros de comercialização do produto turismo rural.

Entre os parceiros, a EMATER se concentrou em ações que eram mais valorizadas mídia, como as Caminhadas da Natureza, e parte dos recursos advindos do MDA foi dedicada a grandes eventos e visitas técnicas de grupos de produtores da agricultura familiar para conhecer as atividades (similares) e boas práticas em outros estados do Brasil. Outros parceiros, como ONGs e universidades, serviram de suporte nesse processo, aportando técnicos e estudantes para acompanhar as atividades: porém não renderam retornos específicos ao desenvolvimento regional do turismo rural.

O projeto com o MDA atendeu a demandas de 94 municípios, incluídos os da RMC, com ações de reuniões de motivação, cursos, encontros regionais, excursões técnicas e produção de material informativo.

DESCRIÇÃO		QUANTIDADE	BENEFICIÁRIOS
1. Reuniões	1.1 Reuniões técnicas com agricultores	12	360
	1.2 Reuniões técnicas com técnicos	6	120
2. Cursos	2.1 Cursos para agricultores	12	240
	2.2 Cursos para técnicos	01	40
3. Eventos	3.1 Encontro Estadual do TRAF	1	250
	3.2 Encontro Regional do Vale do Ribeira	1	200
	3.3 Encontro Regional do Turismo Rural (4.º Edição)	1	200
4. Excursões técnicas	4.1 Excursões técnicas para agricultores	3	120
	4.2 Excursões técnicas para universitários	3	120
5. Produção de material gráfico	5.1 Material informativo e promocional	---	---

QUADRO 7 - RESULTADOS DO PROJETO TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR NO PARANÁ - 2010

FONTE: ECOPARANÁ - Relatórios técnicos

O conteúdo de um **DVD** foi pensado de forma a integrar grande parte das temáticas referentes ao turismo rural na agricultura familiar e enriquecido, ao final de cada módulo, com depoimentos de produtores rurais da Região Metropolitana de Curitiba, que relatam suas experiências com a atividade.

Além de aspectos turísticos, são abordadas questões da cultura como maneira de homenagear e valorizar as diversas etnias que colonizaram o Estado do Paraná. Embora os assuntos sejam reais, alguns personagens foram idealizados tendo como base as diferentes etnias. O DVD encontra-se segmentado em sete módulos: O que é turismo? Serviços, Cultura, Atendimento, Organização da propriedade, Meio Ambiente e Relacionamento com empreendedores.

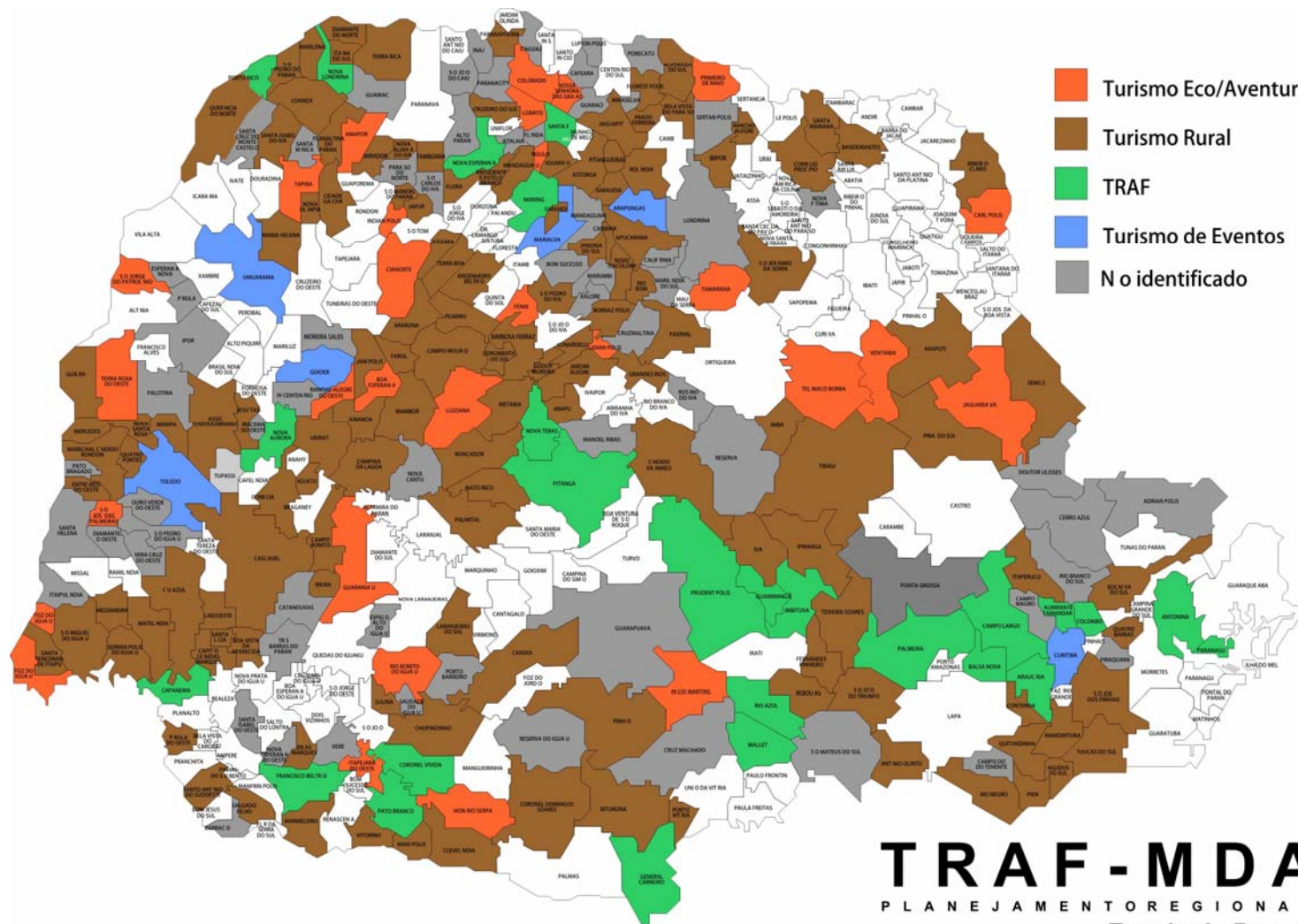
Os módulos podem ser trabalhados de acordo com as necessidades locais, sendo agrupados em maior ou menor carga horária, pois o instrutor tem liberdade de apresentar o conteúdo da forma que achar propícia, dando pausa no DVD sempre que for necessário, intercalando a apresentação com comentários, reflexões e (ou) dinâmicas. Ao final do trabalho de cada módulo, sugere-se que seja feito um fechamento, podendo o técnico utilizar de uma das dinâmicas (que se encontram disponíveis na apostila, ou outras que considerar conveniente) ou uma reflexão, para que o conteúdo seja alcançado de maneira satisfatória.

As dinâmicas funcionam como formas alternativas de aprendizado, utilizadas para fixar determinados conteúdos de maneira participativa, proporcionando a oportunidade de integrantes dos grupos se relacionarem e buscarem conclusões juntos, despertando o respeito, a compreensão e a união entre eles.

RMC - Objetivos: consolidar o **turismo** na RM de Curitiba como atividade econômica, respeitando as restrições ambientais, apoiando e incentivando a conservação dos patrimônios históricos e culturais, bem como a melhoria da infraestrutura turística mediante a proposição de usos adequados para áreas de interesse ambiental, colaborando com os municípios no que diz respeito à integração regional. Um exemplo foi o esforço de trabalho realizado em Almirante Tamandaré: Desenvolvimento de planejamento e estudos arquitetônicos voltados ao turismo no Município de Almirante Tamandaré, com ênfase no "Circuito da Natureza". O trabalho realizado no município consistiu na elaboração de propostas que incrementem o circuito existente e o torne mais atrativo. Incluiu-se o projeto do Parque Linear Anibal Khoury, intervenção feita a pedido do governador do Estado.

Além da disseminação dos conceitos da Rede TRAF, entre os trabalhos mais importantes que a ECOPARANÁ desenvolveu esteve o chamado mapeamento do turismo rural no Estado do Paraná. Nesse trabalho realizado por correio e com o apoio de visitas técnicas, foram enviados formulários de pesquisa para preenchimento pelas 399 prefeituras do estado. Mais de 240 responderam obtendo-se uma primeira ideia dos diversos segmentos de turismo explorados na área rural, a saber: Áreas naturais, rural, TRAF, Eventos e Religioso (*ver mapa 1*).

Os técnicos da ECOPARANÁ também foram um importante suporte para os trabalhos de desenho e formatação das diretrizes da Rede TRAF nacional. Essa rede não saiu do papel, mas produziu alguns documentos de relevância que o MDA utilizou para rearranjos do PRONAF, com a inclusão da atividade de turismo rural no financiamento agrícola para a pequena produção familiar.



MAPA 2 - MAPEAMENTO DO TURISMO RURAL NO ESTADO DO PARANÁ, 2006

FONTE: ECOPARANA (2006)



FIGURA 12 - MATERIAL DE APOIO PRODUZIDO PARA O TURISMO RURAL
 FONTE: ECOPARANÁ - Apresentação ao Conselho Estadual do Turismo (2008)

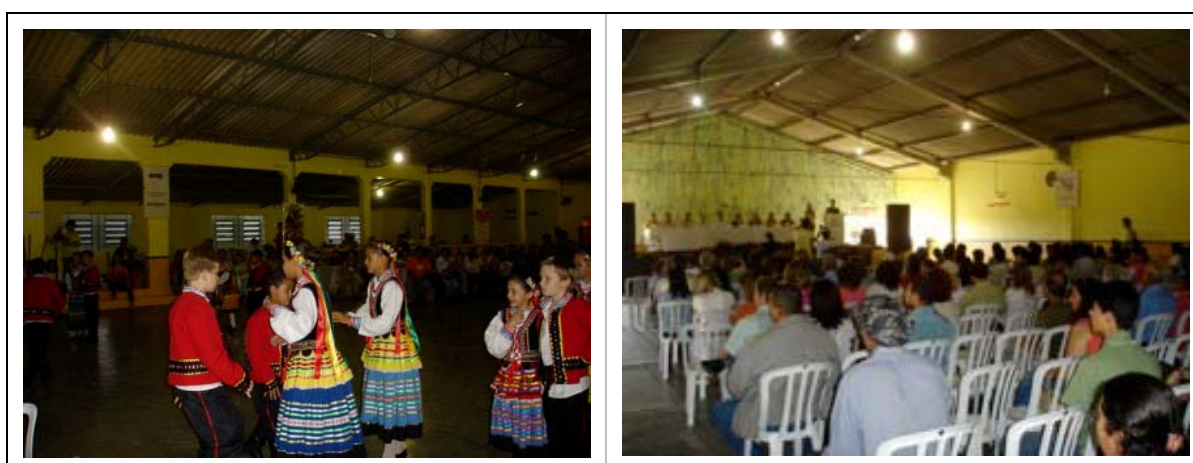


FIGURA 13 - ECOPARANÁ - IV ENCONTRO ESTADUAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR 1 E 2
 FONTE: ECOPARANÁ - Apresentação ao Conselho Estadual do Turismo (2008)

2.1.2 Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

O Serviço de Extensão Rural, no Paraná, foi criado em 1956, em decorrência de convênio entre os governos do Brasil e Estados Unidos. Era então denominado Escritório Técnico de Agricultura - ETA Projeto¹⁵, com poucos técnicos instalados em escritórios do interior do estado (Foz do Iguaçu, Campo Largo, Prudentópolis, Rebouças, São Mateus do Sul e União da Vitória). O objetivo consistia em executar programas de cooperação agrícola, atuando nos campos de educação, pesquisa, conservação de recursos naturais, produção agrícola e pecuária, economia doméstica e extensão rural (PARANA, 2011). Os cerca de 850 extensionistas, "[...] atuam em todos os 399 municípios paranaenses, percorrendo os caminhos do interior, onde um agricultor precisar da orientação de um técnico" (PARANA, 2011).

Em 1959 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) com vínculo na SEAB. Em 1977 (Lei n.º 6969) foi criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que absorveu a ACARPA. Já em 2005, a EMATER tem modificado seu regime jurídico, passando de empresa pública para autarquia e sendo denominada como Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Entre 1977 e 2005 se consolida no estado o movimento cooperativista para a produção agropecuária, para o qual a ação dos extensionistas da EMATER foi fundamental no fomento do associativismo formal e informal.

Na crise do café, por meio da então ACARPA, a extensão rural fomentou a expansão de explorações alternativas, como a soja, que se transformou no principal produto da produção rural paranaense. A extensão rural concentrou também seus esforços em programas restauradores como o Programa Integrado de Conservação de Solos e Águas (PROICS), que se transformou num grande trabalho de Microbacias Hidrográficas.

A extensão rural teve a responsabilidade ainda de executar ações de interesse dos agricultores e suas famílias, dos pescadores, dos assentados, dos trabalhadores, das mulheres e dos jovens rurais, sempre em atuação conjunta com as lideranças, articulando e mobilizando instituições ligadas ao setor. São ações em projetos com influência direta no aumento de produção, da produtividade e da renda das propriedades. Os extensionistas têm desenvolvido trabalhos nas mais variadas áreas do conhecimento, tais como bem-estar social, nutrição, saúde, saneamento, educação e cidadania. Presta orientações aos agricultores para o uso correto do crédito agrícola, em dezenas de programas de âmbito federal, estadual e regional. Entre esses, mais recentemente, o PRONAF, o Paraná 12 Meses e o Biodiversidade têm sido programas que oferecem recursos para custeio e investimento da atividade agrícola, para a conservação e recuperação do meio ambiente e para a manutenção da assistência ao homem do campo.

A EMATER conta com uma unidade estadual, cuja sede é Curitiba, e 22 regionais, uma delas a regional da RMC. Possui uma subdivisão interna equivalente às microrregiões, chamadas de ADIs, ou áreas de desenvolvimento integrado, que servem apenas como subdivisão interna, visto que na prática essa subdivisão não existe.

Os projetos dessa instituição são estruturantes. O turismo pode estar em vários projetos ao mesmo tempo em que mantém uma área específica do turismo. Os resultados apurados nas ações do turismo rural não contemplam as ações de turismo rural de outros projetos com financiamento que sejam desenvolvidos pela extensão rural (tabela 1). De tal forma que, embora não tenha recursos específicos para o turismo rural por projetos conveniados com o MDA, por exemplo, há ações de turismo rural sendo executadas por outros projetos da EMATER, também isso é um fator pelo qual os extensionistas não comuniquem ações específicas de turismo rural. Na tabela o número de extensionistas que informaram ter atividades de turismo rural foi diminuindo no período em estudo. Nos anos de 2010 e 2011 tem sido assim, embora o implementador do projeto tenha informado que não houve mais ações do turismo rural do MDA no estado (LAZINHO NETO, 2011).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO PROJETO TURISMO RURAL DA EMATER/PR NA RMC - 2004-2011

ANO	NÚMERO DE EXTENSIONISTAS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS	EQUIPE TÉCNICA	PÚBLICO BENEFICIADO ⁽¹⁾	EVOLUÇÃO	VARIAÇÃO %
2004	20	13	3,8	28		
2005	17	12	3,4	91	63	325,0
2006	3	3	0,7	101	10	360,7
2007	6	5	1,7	118	17	421,4
2008	8	8	2,5	170	52	607,1
2009	4	5	1,7	76	-94	271,4
2010	6	5	1,6	255	179	910,7
2011	5	3	1,1	203	-52	725,0

FONTE: EMATER - Relatórios de Planejamento (2010)

(1) Agricultores beneficiados.

A divisão territorial dos técnicos extensionistas na RMC tem três subdivisões em três ADIs: Curitiba sul, Contenda Lapa, Rio Negro; do Vale do Iguaçu, e a do Vale do Ribeira. O Vale tem sido "olhado com carinho porque é uma região um pouco menos dinâmica que tem que dedicar um pouco mais de força de trabalho" (LAZINHO NETO, 2011). Chama a atenção na tabela 1 que em 2004, ano de início da política de regionalização do turismo, 13 municípios da RMC desenvolviam ações de turismo rural atendidas por 20 extensionistas. Desse número restaram apenas três municípios em 2011 (safra 2010).

O perfil do atendimento (tabela 2) muda também conforme as subdivisões e os municípios, no ano de 2010 foram declarados para fins de relatório, os dados contidos no quadro a seguir, onde boa parte das atividades são ocupações rurais não agrícolas (GRAZIANO E CAMPANHOLA, 2000), embora a venda de produtos *in natura* apareça com uma participação relevante. Outro marco importante se refere às questões atinentes à agricultura familiar, cujo peso é muito grande em todas as atividades de atendimento relacionadas.

TABELA 2 - PERFIL DO ATENDIMENTO DO TURISMO RURAL NAS PROPRIEDADES DA RMC, ANO AGRÍCOLA - 2010/2011⁽¹⁾

ATIVIDADES	NÚMERO TOTAL DE PROPRIEDADES A	PROPRIEDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR B	PARTICIPAÇÃO % B/A
Comércio de Artesanato Rural	27	12	44,4
Comércio de Produtos In Natura	19	16	84,2
Comércio e visitação a Unidade Agroindustrial	12	3	25
Comércio e Visitação a Unidade Artesanal	36	28	77,8
Educação Ambiental	13	4	30,8
Espaço para Eventos	38	11	28,9
Pesque-Pague	45	18	40
Serviços de Alimentação	39	7	17,9
Serviços de Hospedagem	9	3	33,3
Serviços de Lazer	18	3	16,7
Visitação ao Patrimônio Cultural	5	0	0
Visitação ao Patrimônio Natural	4	1	25
Visitação à produção Agropecuária	12	11	91,7

FONTE: EMATER - Relatório de Planejamento

(1) Levantamento realizado em 2011 considerando a Região de Curitiba equivalente à Região Turística e à RMC definida pela COMEC.

Na visão do coordenador de Planejamento da EMATER, os programas nacionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e outros do MDA e em menor volume, do Ministério da Agricultura e Pecuária, são considerados ações transversais da EMATER, de tal forma que todos os projetos podem demandar ações (e recursos) desses programas nacionais. PRONAF é um caso específico que qualquer cadeia produtiva tem ações transversais do PRONAF. Não tem um único extensionista *implementador*⁷³. O turismo cresce bastante no estado, a gente pode estimular, o Estado pode fazer (IBIDEM, 2011).

Quanto ao desenvolvimento dos trabalhos nos municípios, não houve uma diretriz única, mas sim uma orientação da cadeia de produtos em cada município. O extensionista, porém tinha poder de decisão e de articulação com os demais projetos da EMATER.

⁷³ *Implementador* é chamado o coordenador de área o da cadeia produtiva de determinados produtos, que procura discutir com seu grupo de trabalho as diretrizes e o planejamento regional e estadual. Muitas vezes os *implementadores* estaduais têm mais um auxiliar na região, que funciona como coordenador regional e ajuda na coordenação da região quando a região é muito importante. No caso da RMC, essa figura não existe, por estar muito perto da sede central.

O extensionista tem como diretriz se envolver com a comunidade, sentir a comunidade e ajudar a construir os planos de desenvolvimento rural. Os planos municipais com ações gerais voltadas ao desenvolvimento rural têm como público prioritário o agricultor familiar, como pessoa e sua família, o desenvolvimento da família rural. Outros públicos recebem a atenção da EMATER, pois essa não nos exclui. No caso da RMC, hoje 90% é agricultura familiar.

TABELA 3 - PÚBLICO DO PROJETO TURISMO DA EMATER/PR POR CATEGORIA ATENDIDA, RMC - 2010-2011

ATENDIMENTOS	2010		2011	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Agricultor familiar (lei Federal)	80	31,37	58	28,57
Agricultor Patronal	9	3,53	10	4,93
Trabalhador Rural	3	1,18	3	1,48
Jovem rural	11	4,31	24	11,82
Mulher	63	24,71	58	28,57
Assentado	0	0,00	1	0,49
Outros	89	34,90	49	24,14
TOTAL	255	100,00	203	100,00

FONTE: EMATER - Relatório de Planejamento

NOTA: Região de Curitiba é equivalente à Região Turística e à RMC definida pela COMEC.

O extensionista estabelece um plano de trabalho integrado entre a Prefeitura e a EMATER. A prefeitura via de regra é a principal parceira das ações de EMATER no município. O técnico tem toda a liberdade de fazer as articulações com as instituições parceiras e a previsão (em cronograma) das ações a serem desenvolvidas no ano seguinte, assim como a previsão dentro do plano de trabalho (LAZINHO NETO, 2010).

Na visão do coordenador de planejamento, há liberdade plena dentro do escopo (seguindo as orientações do implementador dentro do estado) e a negociação com as entidades parceiras para alcançar o desenvolvimento dentro de nossas capacidades com orientação dos implementadores. É assim que o turismo se insere na realidade metropolitana. Além das atividades de ocupações rurais de origem não agrícolas, os extensionistas acompanharam a produção de olericultura, fruticultura, leite e grãos e a agroindústria de pequeno porte.

Finalmente, durante os anos de 2009 e 2010, o processo de desgaste do programa é evidente (tabela 4), diminuem o público atendido, as metodologias e principalmente as articulações com entidades, essenciais para a construção de processos participativos.

TABELA 4 - SÍNTESE DO ACOMPANHAMENTO DO PROJETO TURISMO RURAL DA EMATER/PR - RMC - 2010-2011⁽¹⁾

ATENDIMENTOS	2010	2011	VARIAÇÃO %
Por categoria de público	255	203	-20,4
Por metodologia (de abordagem) utilizada	343	318	-7,3
Assessorias e articulações com entidades	17	12	-29,4
Relação público atendido/público previsto	134	183	36,6
Ações de Meio Ambiente em turismo rural - educação ambiental	5	17	240,0
Eventos no projeto Turismo rural	31	36	16,1

FONTE: EMATER - Relatório de Planejamento

(1) Valores referentes a safra do ano anterior.

Como complemento a esse quadro institucional, em oficina de turismo rural realizada em 2007, os representantes da EMATER repassaram as seguintes informações sobre o andamento de projetos e as fontes de recursos disponíveis para tais (resumidas no quadro a seguir). No quadro observa-se que boa parte da fonte pagadora dos recursos para o turismo rural eram projetos estruturantes para a agricultura do Estado do Paraná, como o PRORURAL e o PARANÁ 12 MESES.

AÇÕES REALIZADAS	FONTES DE RECURSOS
- PNMT (1.a, 2.a e 3.a fases com 72 técnicos)	- Prorural, PR 12 meses
- Oficinas e encontros TRAF (6)	- MDA, Pronaf, parceria Ecoparaná
- Encontro Estadual TRAF (Cascavel)	
- Sensibilização e mobilização em nível municipal	- Recursos próprios
- Organização de visitas técnicas e excursões	- PR 12 meses, MDA, recursos próprios, agricultores, prefeituras
- Participação em feiras e eventos técnicos	- Recursos próprios, MDA, PR 12 meses, prefeituras
- Assistência técnica e extensão rural nas propriedades envolvidas (agro-indústria/rotulagem, artesanato, gastronomia, crédito, agropecuária/meio ambiente)	- Recursos próprios / governo estadual
- Assessoria e articulação na elaboração dos planos e propostas municipais	- Recursos próprios, prefeituras
- Participação na elaboração de material de divulgação e de apoio	- Comec, PR 12 meses, recursos próprios, prefeituras, privado
- Cursos de capacitação para empreendedores	- Comec, Ecoparaná / MDA, recursos próprios, prefeituras, universidades
- Participação e articulação de Conselhos (regional, municipal)	- PR 12 meses, MDA
- Participação na estruturação de circuitos e roteiros	- Comec, Emater, Prorural, municipal, privado
- Reunião com técnicos, agricultores e parceiros	- MDA, PR 12 meses, Emater
- Participação e articulação para criação dos fundos e organizações de turismo	- Recursos municipais, privados

QUADRO 8 - EMATER AÇÕES REALIZADAS DO TURISMO RURAL ATÉ O ANO DE 2007

FONTE: SETU (2007)

As informações correspondem ainda ao fato de que projetos estruturantes são parte do dia a dia dos extensionistas, a ponto de a participação e articulação de conselhos de desenvolvimento rural e a assessoria de planos e projetos municipais fazerem parte da lista de ações da instituição nos municípios.

2.1.3 Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB)

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do PARANÁ (SEAB) é o órgão que coordena e executa programas de melhoria da qualidade de vida das populações rurais e do manejo adequado dos recursos naturais. Conta, em sua estrutura, com 20 núcleos regionais e 120 unidades veterinárias (SEAB, 2011). Mantém desde 2003 o turismo como uma atividade em desenvolvimento em todo o território estadual apoiados pela EMATER.

A SEAB é membro efetivo do Conselho do Turismo do Paraná, o qual se vincula diretamente ao Secretário de Estado do Turismo e busca auxiliar na formulação, no acompanhamento e na avaliação dos planos, programas, projetos e atividades derivados da Política Estadual de Turismo. Dentro do conselho, a SEAB participou ativamente da Câmara Temática de Segmentação do Turismo, que, a partir de discussão e produção técnica, planejou, organizou e desenvolveu algumas das ações do segmento de Turismo Rural no Paraná.

Em 2006, a SEAB, a SETU e a EMATER esboçaram o projeto de lei para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar. O Governo do Estado do Paraná promulgou no ano de 2006 a chamada Lei Estadual do Turismo Rural na Agricultura Familiar, que conceitua a atividade turística desenvolvida pelos agricultores familiares. A partir desse fato, no início de 2007, a SEAB e a SETU assinaram um Termo de Cooperação Técnica para trabalhar em conjunto na elaboração e execução do Programa de Turismo Rural do Paraná (figura 14).



FIGURA 14 - CAPA DO PROGRAMA DO TURISMO RURAL DO PARANÁ
 FONTE: SEAB (2011)

Desde 2008, a SEAB, em conjunto com a EMATER, coordena o Projeto Caminhadas na Natureza no Paraná, com o apoio da Confederação Brasileira de Caminhadas, Esportes Populares e Inclusão Social - Anda Brasil, que realiza eventos de caminhadas no meio rural, em padrões internacionais, como estratégia de aproximação dos caminhantes com os agricultores familiares, promovendo o entorno e a compra e venda de produtos locais e "valorizando a cultura e espaço rural" (SEAB, 2011). Esse projeto conta com um turismólogo na sede da secretaria que coordena os trabalhos.

A SEAB, contudo, sofre com a dicotomia das políticas públicas no meio rural, o que se reflete tanto no ambiente interno, onde há resistência e processos descontínuos na gestão das políticas, quanto na estrutura deficitária e orçamento também reduzido o que obriga a manter um vínculo estreito com o agronegócio e limita sua ação na agricultura familiar (SEAB, 2011).

2.1.4 Coordenação da região metropolitana de Curitiba - COMEC

A COMEC nasceu da visão do Governo Federal, junto com outras oito regiões metropolitanas no país⁷⁴, sem discussões quanto a sua formação e atribuições e sem levar em consideração particularidades regionais. A Lei Complementar n.º 14 /1973 estabelece no seu artigo 2.º e 3.º a necessidade de instaurar em cada área metropolitana um conselho consultivo e um deliberativo, que deveriam ser criados por lei estadual, definindo as atividades específicas para cada conselho.

Ao Conselho Deliberativo compete promover a elaboração de um plano de desenvolvimento integrado com a programação de serviços comuns, assim como coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região, objetivando a unificação dos serviços sempre que possível. Já ao conselho consultivo caberia opinar sobre questões de interesse da região metropolitana, sugerindo ao conselho deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas aos serviços comuns (Art 4.º, LC 14/1973).

Em dezembro de 1994, a COMEC foi transformada em autarquia, ligada à Secretaria de Planejamento do Estado. Poucas modificações foram introduzidas, sendo a maior delas a determinação de que o presidente do conselho deliberativo fosse o secretário de planejamento. O conselho é nomeado pelo governador e de seus cinco membros, somente dois são indicados pelas cidades da RMC, sendo um desses municípios, o município polo. O outro município representa os 28 municípios que agora compõem a RMC.

Após a promulgação da Constituição de 1988, muitas mudanças ocorreram em nível nacional no que se refere à legislação urbana, mas poucas em torno da gestão das regiões metropolitanas. As entidades metropolitanas passaram por

⁷⁴ Na lei complementar 14 de 1973, a RMC foi constituída dos Municípios de: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova.

alterações substantivas em suas funções, e a participação mais efetiva da sociedade junto ao poder público tem criado condições para um processo mais interativo de gestão do espaço metropolitano.

O processo decisório ficou assentado sobre os Conselhos Deliberativo e Consultivo. O Conselho Deliberativo, como instância superior de decisão, era formado pelo Secretário de Estado de Planejamento, representando o Governo do Estado do Paraná, na presidência, e mais cinco membros, dos quais um indicado pelo prefeito da capital e um indicado pelos demais prefeitos da região, com funções delegadas de planejamento, controle e avaliação⁷⁵.

Essa Secretaria Administrativa foi criada no âmbito da administração direta do Estado, como órgão de regime especial vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento. Observa-se aqui um aspecto peculiar da lei paranaense de criação do órgão metropolitano, ao definir que, para contribuir com as responsabilidades dos Conselhos "fosse contratado o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC para desenvolver as atividades de planejamento regional e de assentamento dos Conselhos, o que na prática acabou não acontecendo" (COMEC, 2010).

Em 2003, cria-se, por meio do Decreto Estadual n.º 22, o cargo de Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba para assessorar o Governador do Estado do Paraná na coordenação das ações relativas ao plane-

⁷⁵ Tais como a de I. promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana; II. promover a programação dos serviços comuns aos Municípios da Região; III. coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando sempre que possível, a unificação quanto aos serviços; IV. formular as diretrizes da política de desenvolvimento da Região; V. aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais e relativos aos serviços comuns; VI. propor alterações na área territorial da Região; VII. aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos especializados; VIII. deliberar sobre a criação de empresa de âmbito metropolitano; enquanto que o conselho consultivo tinha como função: I. opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana; II. sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução de serviços comuns; III. opinar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Conselho Deliberativo; IV. opinar sobre os planos de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana bem como os planos setoriais decorrentes e relativos aos serviços comuns. Mais detalhes ver Comec: Histórico institucional. In: <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28> (COMEC, 2010).

jamento e à execução de funções públicas de interesse comum, tendo a COMEC como suporte técnico-administrativo. E a partir de 2006, passa a vigorar o Decreto Estadual n.º 6.384 que revoga o Decreto Estadual n.º 22, e vincula a COMEC à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU).

Entre suas atividades estão o planejamento territorial e a coordenação das funções públicas de interesse comum aos seus municípios, tais como transporte público de passageiros, sistema viário, habitação, saneamento e elaboração e estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Também controla o uso e a ocupação do solo.

Como envolve um contingente de mais de 3 milhões de pessoas, a RMC ainda tem muitos desafios a superar, como a questão demográfica, a desigualdade econômica entre os municípios, o desemprego, a necessidade de saneamento básico em algumas cidades, a carência de mão de obra especializada, a ocupação irregular, a proteção dos mananciais e o espaço para crescimento. Para orientar e fomentar o desenvolvimento metropolitano, a COMEC apresentou pela primeira vez, em 1978, o "Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI/RMC" que abordou, de modo global, os problemas dos diferentes municípios da região (COMEC, site institucional).

Foi com essa preocupação que a COMEC, junto com a EMATER, trabalhou na organização de circuitos rurais desde 1996 respondendo a uma demanda inicial dos programas de proteção de mananciais metropolitanos (quadro 6). Inicialmente, a proposta de organização desses circuitos tinha como objetivos primordiais:

1. Estabelecer uma proposta para o desenvolvimento sustentável em áreas rurais dos mananciais.
2. Contemplar as Áreas de Proteção Ambiental, com um conjunto de ações sistematizadas que promovam a geração de emprego e renda.
3. Recuperação de valores éticos/culturais das populações que promoveram a colonização destas áreas.
4. Ampliar as propostas em andamento, conjugando o Turismo Rural, como uma alternativa aos modelos de desenvolvimento existentes. (NASCIMENTO E BELTRÃO, 2004).

Como pode ser observado, a principal preocupação, além do cuidado com os mananciais que abastecem as cidades de Curitiba e da região, era preponderantemente com a questão ambiental que levasse ao desenvolvimento da região. A Secretaria esteve envolvida na época com a organização institucional do turismo nas prefeituras com o programa de municipalização do turismo PNMT. O programa de turismo rural da EMATER/COMEC foi pioneiro em aliar a preocupação ambiental (até hoje presente) com o turismo rural:

Aliado aos recursos naturais, as características predominantemente rurais da população, possibilitam a exploração do Turismo Rural em propriedades de agricultura familiar, onde o visitante tem a oportunidade de conhecer as atividades típicas do trabalho no campo, a cultura local (com seu artesanato, festas, arquitetura) e principalmente a gastronomia, que além de ser um atrativo também é um serviço necessário (NASCIMENTO e BELTRÃO, 2004).

O desenvolvimento do turismo na região enfrentou problemas de ordem institucional. Um deles foi a mudança de governo estadual, seguido pelas mudanças de autoridades municipais, o que representou obstáculos na continuidade para o desenvolvimento dos projetos e ações iniciados na década de 1990. Outro fator que limitou o desenvolvimento foi o término do contrato de financiamento que deu origem ao PROSAM (Programa de Saneamento Ambiental). Além desses, contribuíram para que municípios menores abandonassem o projeto o fato do difícil acesso que limita o incentivo ao desenvolvimento da atividade turística como a distância do mercado consumidor de Curitiba⁷⁶. Como já foi configurado na análise da construção das políticas públicas, neste mesmo capítulo, as propostas de política de estado ficaram entendidas como orientações programáticas de governo e abandonadas na mesma velocidade com que se estruturava um ministério que defendia orientações de POLÍTICAS pública de regionalização.

⁷⁶ O trabalho de Teles e Ribeiro (2010) apresenta um resumo e uma interessante reflexão a respeito da construção dos circuitos turísticos e dos espaços de governança que se seguiram desde 1998 na RMC. Teles ainda aprofunda essa discussão na sua tese. Mais detalhes, ver Teles (2011).

PROJETO	PROPOSTA DE AÇÕES DE TURISMO A SEREM DESENVOLVIDAS	OBSERVAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO
1 - Rota dos Mananciais	1. Circuito Trentino de turismo rural 2. Núcleo urbano de Piraquara 3. Caminhos do mar pela graciosa 4. Polo de turismo rural da colônia roseira	<p>É formada a partir de rodovias municipais e estaduais, com extensão de aproximadamente 35 km, atendendo aos municípios de São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul e Colombo.</p> <p>Neste segmento, ocorre a interligação da rodovia Federal BR 277, com rodovia Federal BR 476, e contempla os projetos.</p>
2 - Região do Karst	1. Circuito italiano de turismo rural 2. Circuito Tamandaré de turismo rural 3. Circuito verde que te quero verde	A região é contemplada por vários circuitos de Turismo rural, localizada na porção norte de Curitiba, contemplando os municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Campo Magro e Campo Largo. Possui atrativos naturais, como grutas, montanhas e rios, nascentes do Rio Passaúna, o Morro da Palha
3 - Circuito da Região Oeste	1. Circuitos de turismo rural do município de Campo Largo 2. Circuito estrada do Mato Grosso 3. Circuito de turismo rural de Bateias 4. Circuitos de turismo rural município de Araucária 5. Caminhos do Guajuvira	Abrange as represas do Rio Passaúna e Rio Verde, onde o solo é trabalhado intensamente com agricultura. Esta região também é caracterizada predominantemente pela cultura Polonesa, que se reflete na arquitetura, na gastronomia, no artesanato e nos produtos oferecidos
4 - Anel Metropolitano de Turismo	1. Represas do Rio Iraí.- Outorga Sanepar. Estudos já realizados 2. Represa do Rio Passaúna - Outorga Sanepar Estudos já realizados 3. Represa do Rio Verde-Outorga Petrobras. Estudos já realizados 4. Represa do Rio Capivari. Outorga Copel 5. Represa Vossoroca, Outorga Copel 6. Represa do Caigava. Outorga Sanepar. Estudos já realizados	Anel Metropolitano de Turismo, o aproveitamento do Potencial Turísticos das represas construídas ao longo dos últimos anos para o abastecimento Público da Região Metropolitana de Curitiba, deve ser implementado a partir dos Estudos técnicos já implementados pelas entidades outorgadas os seguintes projetos turísticos: esportes náuticos a vela, pescaria esportiva de barranco, parques públicos no entorno, podem ser incentivados considerando o atual estágio de planejamento
5 - Áreas Naturais no Vale do Ribeira (proposta)	A) Elaboração da potencialidade local para as atividades de ecoturismo B) Elaboração de um Plano Gestão e Capacitação de técnicos e lideranças C) Elaboração de projetos de engenharia para demarcação das atividades esportivas; D) Negociação com fundos de financiamentos E) Produção de materiais	Em face das condições naturais existentes, compreendido na região do Vale do Ribeira, e as condições geoeconômicas apresentadas, se propõe a produzir as condições necessárias para a implantação de Polos de turismo em Áreas naturais nos municípios de Adrianópolis e Cerro Azul.

QUADRO 9 - PROJETOS E PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS PELA COMEC/EMATER/PR

FONTE: Nascimento e Beltrão (2004)

Em 2006, com a colaboração de outras instituições, a COMEC publicou um novo PDI/RMC com propostas de ordenamento territorial e de um novo arranjo institucional. Este PDI tem princípios baseados na competitividade, sustentabilidade, solidariedade, parceria e participação pública e mantém propostas para o turismo nas áreas de mananciais, mas não indica formas de operacionalização. Na mesma época, o governo estadual incentiva a realização de planos diretores em todos os municípios do estado.⁷⁷

Atualmente vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU), a COMEC é responsável pelo planejamento e pela gestão do desenvolvimento integrado dos 29 municípios que compõem a região metropolitana.

Entre suas atividades estão o planejamento territorial e a coordenação das funções públicas de interesse comum aos seus municípios, tais como transporte público de passageiros, sistema viário, habitação, saneamento e elaboração e estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. Também controla o uso e a ocupação do solo.

2.1.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é uma entidade civil sem fins lucrativos que funciona como serviço social autônomo e trabalha majoritariamente com a captação de recursos públicos para projetos técnicos voltados ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas e sua participação mais ativa no mercado. Para tanto, trabalha com o fomento e a difusão de programas e projetos que visam à promoção e ao fortalecimento em vários setores que podem mudar conforme o estado e região.

⁷⁷ Para fins de avaliação, foi organizada uma planilha com os planos diretores da RMC. Desconcertadamente e descobriu-se que poucos têm um capítulo dedicado ao turismo e menos ainda ao turismo rural metropolitano.

O SEBRAE-PR tem como missão a promoção da competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo e se coloca como objetivo precípua o apoio, a orientação e ao sucesso para as empresas crescerem e evoluírem, com acesso à informação e ao conhecimento.

No caso do Estado do Paraná, os setores nos quais o SEBRAE investe estão: Tecnologia de informação/Software; Vestuário; Varejo; Construção Civil; Agronegócio e o Turismo. No Turismo do Paraná atua exclusivamente como entidade parceira e alinhada com a Política Pública Programa Nacional de Regionalização do Turismo (CARVALHO, 2008).

Assim, o objetivo do SEBRAE-PR no turismo é o de promover a melhoria da competitividade e sustentabilidade do setor de turismo e das empresas da cadeia do turismo do Paraná, focando como estratégias a profissionalização da gestão dos empreendimentos dos projetos; a ampliação, qualificação e inovação da oferta de produtos turísticos e associados; a promoção, divulgação e comercialização dos produtos turísticos e associados e a sinergia e articulação entre os elos e atores (CARVALHO, 2008).

Nesse processo, o público-alvo do SEBRAE se constitui das empresas formais e informais dos elos da cadeia produtiva do turismo no Paraná concentradas nas atividades de meios de hospedagem, gastronomia, agências de viagens, transporte, entretenimento e lazer, atrativos, empresas de eventos, artesanato e produtos associados ao turismo. Dessa maneira, no espaço rural o SEBRAE procura interagir não com o produtor da agricultura familiar, mas com o empreendedor que existe nele.

A ideia do Projeto Turismo na Rotas do Pinhão surgiu da necessidade de comercializar de forma conjunta o produto turístico da Região Metropolitana. Em sucessivas reuniões do Conselho Estadual do Turismo entre 2006 e 2007 foi apresentada uma proposta geral, que seria financiada com recursos do MTUR e executada por meio do SEBRAE para a promoção conjunta dos roteiros. O projeto previa o desenho de logomarcas que seriam incorporadas na promoção e venda dos mesmos.

Além disso, o projeto recomendava a melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas do setor e do destino turístico como um todo, sendo implementado dentro dos princípios da regionalização do turismo e desenvolvendo ações coletivas com parceiros e instâncias de governança regionais (SEBRAE, 2009). Iniciado em 2007 procurou-se articular um esforço conjunto de diversas entidades: SEBRAE-PR, SETU, prefeituras municipais e OOTs, municípios, associações comerciais e de turismo, iniciativa privada e diversos outros parceiros com ações alinhadas às políticas públicas de turismo e às diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011,

Já em 2006 surgiu o propósito do SEBRAE começar a trabalhar os grupos de empresas que existiam na região. Para não ficar apenas na estratégia de desenvolvimento dos territórios foi mapeada no SEBRAE, reconhecendo que o turismo é uma atividade econômica, quais seriam as empresas que estão na rota do pinhão que poderiam ser alvo formar parte de um projeto específico regional (SEBRAE, 2012).

A região precisava ter um movimento, com a economia local, ter produtos turísticos e atrativos em potencial. A realização do acordo de parceria entre as instituições, a construção das logomarcas e os investimentos em capacitação e organização das rotas numa concepção única fortaleceriam o destino Rotas do Pinhão na visão do SEBRAE (figura 15).



FIGURA 15 - ROTAS DO PINHÃO - LOGOMARCA E PROPOSTA DE TRABALHO

FONTE: SEBRAE-PR

Foi decidido centrar o fortalecimento em quatro passos (ver figura 15) num por quatro produtos prioritários que na época eram roteiros: o convite e envolvimento das diversas entidades da região; identificação dos investimentos públicos e privados na região; o fortalecimento das Rotas do Pinhão como região turística prioritária e por último, o fortalecimento do destino indutor para seu posicionamento no mercado internacional.

A proposta do nome em plural pretendia preservar a identidade dos roteiros, ora oriundos de etnias diferentes da RMC, ora pequenos produtores familiares periurbanos, ora pequenos empreendedores urbanos que não se encaixavam em nenhum dos grupos sociais descritos. Além disso, mantinha o sentido lúdico, pois, como observou Albanez (SEBRAE, 2012), "observado no mapa de Curitiba Caminho Trentino, os Caminho da Natureza, o Verde que te quero Verde, propusemos uma formação específica em quatro frutos do pinhão na logomarca, como se o pinhão com seus frutos se abrisse em quatro".

O SEBRAE foi além no processo com a proposta (inérita) de contratualização do processo. O contrato promovia uma espécie de compromisso "formal" num processo de obtenção de resultados ao final de cada ano, como apresentado em reunião de avaliação das atividades da Rotas do Pinhão e do Fórum Metropolitano em 2008. Assim se estabeleceram como objetivos:

- a) Para efeito de planejamento, visualizar ações x parcerias x prazos x prioridades;
- b) Consolidar um documento tendo em vista a materialização das principais ações para 2009;
- c) Sistema do Turismo depende das partes para o resultado final;
- d) Sistema de Gestão Estratégica www.sigeor.sebrae.com.br com acompanhamento em linha.

Foram signatários do acordo de resultados:



PARCEIROS DO ACORDO DE RESULTADOS

São as entidades que poderão ser envolvidos nas ações do Acordo de Resultados

- Prefeituras Municipais dos municípios
- Sistema FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Paraná
- SESC-PR - Serviço Social do Comercio
- SENAC-PR - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- MTUR - Ministério do Turismo
- Instituições financeiras
- COMEC
- SEAB/EMATER
- SEMA
- SENAR
- CVB - Curitiba Convention & Visitours Bureaux
- ACAVIM - Associação Caminho do Vinho - Colônia Mergulhão
- ATCM - Associação de Turismo Rural de Campo Magro
- AECITUR - Associação dos Empreendedores do Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo
- Conselhos Municipais de Turismo
- IES - Instituições de Ensino Superior
- IPARDES
- MINEROPAR
- ASSOMECA - Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba

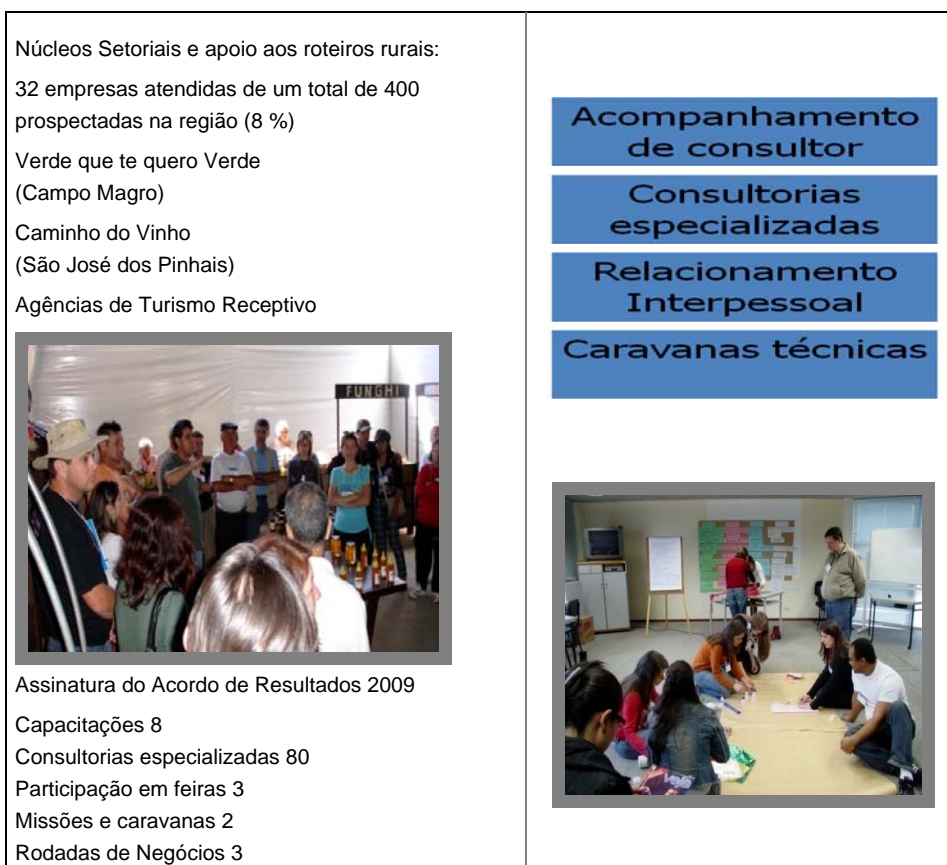


FIGURA 16 - ROTAS DO PINHÃO - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS, SEBRAE/PR
FONTE: SEBRAE-PR

A assinatura do acordo de resultados era, na visão do SEBRAE, a forma de garantir o compromisso, um instrumento para articulação dessas partes (poder público, iniciativa privada e entidades) tendo em vista o cumprimento de objetivos comuns (SEBRAE, 2008). Os resultados, medidos nos anos seguintes ficaram aquém do esperado, embora a avaliação feita mascare esse resultado, como se apresenta a seguir.

RESULTADOS ESPERADOS	RESULTADOS OBSERVADOS
Aumento do Fluxo Turístico em 5%	Aumento da competitividade da região no mercado de turismo
Faturamento em 10%	Incremento na oferta de equipamentos e serviços turísticos
Oferta de Produtos Turísticos em 5%	Elevação da qualidade dos serviços
Ocupação em 5%	Aumento do fluxo de demanda turística
Soluções de Inovação e Tecnologia em 50%	Investimentos e o incremento na infraestrutura de apoio ao turismo em alguns municípios
Um Novo Mercado para cada Empresa em 50%	Crescente participação da iniciativa privada

QUADRO 10 - RESULTADOS COMPARATIVOS DA ROTAS DO PINHÃO
FONTE: SEBRAE (2009)



FIGURA 17 - ROTAS DE PINHÃO - PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

FONTE: SEBRAE-PR

A estratégia do SEBRAE já mudou de rumo, porém nunca foi avaliada de forma aberta entre os parceiros quais têm sido os acertos e os erros das estratégias passadas. Isto é, com a flexibilidade que possui de administrar recursos públicos em projetos, e diante do fracasso de os objetivos não cumpridos, não se observa o princípio básico da transparência para comunicar as causas.

Especificamente no caso dos roteiros na Região Metropolitana de Curitiba foram assinalados vagamente os possíveis motivos conflituosos do fracasso dos roteiros, promoveu-se um grupo interagências para mobilizar os empreendedores e se lhes apresentou um cardápio de soluções exitosas, ilhas de êxito pontuais como iscas atrativas para incentivar uma mobilização desses empreendedores.

Com isso, evitou-se discutir qualquer mudança estrutural e se fortaleceu a ideia de que o desenvolvimento local e regional é o produto do esforço individual numa corrente que se reproduz num ambiente favorável aos negócios, e com a participação de uma governança que, respeitando os principais manuais de gestão e administração moderna, pode atingir mercados nunca antes sonhados.

2.2 COORDENAÇÃO E COOPERAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O aparelhamento do Estado do Paraná para a implementação das políticas públicas de turismo estabelecido no planejamento nacional não passou por uma mudança: a equipe técnica que pensava as estratégias em função da própria dinâmica da atividade, reforçada desde a esfera federal, era também a que promovia a formatação das governanças regionais e, evidentemente, também capacitava os municípios. Foi natural um alinhamento da política pública estadual com o desenvolvimento da política pública federal: a implementação do programa de regionalização do turismo (PRT) foi realizada de forma direta, tendo em vista a demanda nacional.

A oficina de regionalização realizada em 2004 e a construção de um plano foram frutos da implementação desse processo. Outra vertente da política pública foi o fortalecimento da atividade e a integração de produtos em roteiros e regiões para aquecer a economia regional e principalmente contribuir com o desenvolvimento local de forma integrada. Nessa fase, o grande parceiro da Secretaria foi o SEBRAE-PR⁷⁸.

A política realizada pelo Ministério do Turismo, e seguida pela SETU no estado, promoveu a criação de conselhos de desenvolvimento da atividade nos municípios. Porém, mesmo com a criação de um ministério e de uma secretaria específica, o turismo foi pouco relevante do ponto de vista social, sendo mantido fora das agendas de políticas públicas setoriais com orçamentos muito limitados ou sendo, na mais das vezes, moeda de troca de parlamentares para com seu reduto eleitoral nas regiões de origem e onde atuam politicamente. Além disso, considerando que a atividade turística tem o espaço como principal objeto de consumo, o PNT do governo federal, além de ter privilegiado a abordagem do turismo como negócio, estimulando a formatação de "produtos", negligenciou outro elemento fundamental: o

⁷⁸ Durante vários anos, a SETU não tinha condições de acessar recursos mediante convênios diretos com a MTUR, tendo em vista a falta de certidões negativas (nada consta) do governo do Estado. O caminho sempre foi o de repassar os recursos via SEBRAE-PR. Por outro lado, houve adiamento do repasse de recursos advindos do PRODETUR-SUL.

planejamento do território. Se a cadeia produtiva devia ser normalizada e orientada pelo poder público, estas ações não contaram com instrumentos que permitissem uma ação eficaz no território.

Destacar dificuldades e obstáculos à ação integrada e inter-setorial do sistema oficial e público do Turismo forma parte importante do processo de implementação da política pública e da forma como o ciclo da política se ajusta às realidades regionais. No Paraná tem sido pouco comum conciliar diversidades territoriais e rivalidades municipais, esse fato comprometeu os objetivos precípuos da própria política pública que lhe deu origem a de construção da competitividade do turismo regional (BRASIL, 2003). A implementação da política de regionalização distanciou a possibilidade de desvincular a aplicação de investimentos públicos de infraestrutura turística, mediante o PRODETUR, com o investimento planejado em outras áreas como o desenvolvimento urbano e o controle do meio ambiente; arrefeceu rivalidades veladas, entre comunidades, e entre governanças, afetando também o comportamento de cooperação para o desenvolvimento local do turismo.

Contudo, coube ao sistema SETU um esforço por angariar recursos mediante o agrupamento das emendas parlamentares por regiões turísticas, tentando evitar distorções e, que recursos advindos do orçamento geral da união (OGU) fossem destinados a municípios que não tinham vocação turística e tampouco participavam dos programas de desenvolvimento da atividade em nível regional. Por outro lado, houve esforços, porém improdutivos, para a melhoria do quadro institucional e do orçamento do órgão estadual⁷⁹.

⁷⁹ A Secretaria de Turismo do Estado do Paraná nasce posteriormente às suas empresas vinculadas. Dessa forma, nasce fragilizada e com o orçamento mais pobre de todas as secretarias do novo governo, só perdia para aquelas secretarias especiais sem nenhum funcionário. Contudo, o trabalho de assessoramento direto entre os 34 deputados da bancada estadual, visitas assíduas aos assessores de gabinetes dos deputados em Brasília, com distribuição de materiais do marketing turístico do Estado e orientações sobre os projetos prioritários de cada região turística constituiu parte da rotina da coordenadoria de Relações Institucionais da SETU. Foi elaborada uma cartilha com explicações do tipo de projetos que o Ministério financia, a fundo perdido, e quais tipos de emenda poderiam ser incluídos (se de bancada ou emenda individual). Ainda esse material ficou à disposição de municípios interessados em entregar projetos para os deputados "da região". (PARANÁ. SETU, 2010).

Embora o ambiente de descentralização das políticas públicas permeasse o Brasil, o Paraná mostrou-se na contramão do discurso: criou-se a secretaria, sem uma estrutura específica para ela e, ainda, sem reconhecer a função programática no orçamento do estado (tabela 5)⁸⁰.

TABELA 5 - DESPESAS REALIZADAS POR FUNÇÕES - ESTADO DO PARANÁ - 2002/2006/2010

FUNÇÃO	DESPESAS REALIZADAS (R\$ 1,00)					
	2002		2006		2010	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Legislativa	161.582.186	2,26	252.710.059	2,33	356.524.712	2,18
Judiciária	367.685.832	5,14	663.265.100	6,11	970.242.984	5,93
Administração	178.251.409	2,49	215.252.746	1,98	198.289.422	1,21
Segurança Pública	479.609.492	6,70	749.209.351	6,91	1.064.428.326	6,51
Assistência Social	7.381.794	0,10	15.910.627	0,15	138.481.618	0,85
Previdência Social	1.407.184.513	19,67	2.192.061.519	20,21	2.113.667.330	12,93
Saúde	86.554.522	1,21	187.403.796	1,73	8.487.969	0,05
Trabalho	27.258.820	0,38	35.473.055	0,33	37.954.866	0,23
Educação	1.135.968.225	15,88	2.024.198.989	18,66	4.798.000.580	29,34
Cultura	9.797.743	0,14	30.370.689	0,28	42.760.538	0,26
Direitos da Cidadania	71.626.137	1,00	196.447.112	1,81	301.029.195	1,84
Urbanismo	215.669.656	3,01	132.447.311	1,22	91.800.787	0,56
Habitação	23.035.702	0,32	32.195.533	0,30	149.344.818	0,91
Saneamento	86.283.469	1,21	0	0,00	2.642.342	0,02
Gestão Ambiental	10.719.438	0,15	15.479.829	0,14	10.379.335	0,06
Ciência e Tecnologia	73.839.723	1,03	49.382	0,00	0	0,00
Agricultura	39.543.990	0,55	46.998.727	0,43	85.265.485	0,52
Indústria	8.802.907	0,12	2.646.368	0,02	2.629.420	0,02
Comércio e Serviços	1.475.000	0,02	3.417.408	0,03	152.651.290	0,93
Transporte	12.897.524	0,18	9.647.577	0,09	20.103.634	0,12
Encargos Especiais	2.749.532.059	38,43	4.043.828.198	37,27	5.806.210.565	35,51
Reserva de Contingência	-	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	7.154.700.141	100,00	10.849.013.376	100,00	16.350.895.216	100,00

FONTE: Adaptado de SEFA - Balanço Geral (2002/2006/2010)

Dessa forma, o turismo apareceu no orçamento estadual durante todos os anos do período 2003-2010 junto com outras atividades vinculadas ao comércio e

⁸⁰ Reportagem publicada pela Gazeta do Povo (GP 22.02.2012) mostrou que, ao contrário dos demais estados, o Paraná tem reduzido os valores de investimentos públicos. O levantamento feito pelo Dieese e pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SENGE-PR) e que abrange o período de 2000 a 2010 mostra que, nos três últimos anos de Lerner, o estado já era um dos que menos investia, em comparação ao Produto Interno Bruto (PIB). Em 2000 e 2001, ficamos na 21.ª posição e, em 2002, melhoramos um pouco e subimos para o 19.º lugar. O investimento variou de 0,76% do PIB a 0,95%.

serviços, numa subfunção orçamentária que vinculava a atividade ao esporte, como foi de fato em anos anteriores à criação da secretaria, com um orçamento que não ultrapassou um montante de 0,02% do orçamento total do estado e muito menor do que o valor designado no ano de 2002 (tabela 6).

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DA SETU NO TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS - ESTADO DO PARANÁ - 2003/2006/2010

ANO	PARTICIPAÇÃO (R\$)		SETU/TOTAL (%)
	SETU	TOTAL	
2003	1.532.533	8.233.372.391	0,019
2006	3.293.140	11.973.646.454	0,028
2010	2.651.290	16.350.895.224	0,016

FONTE: Adaptado de SEFA - Balanço Geral (2003/2006/2010)

Coube à Secretaria e seus agentes o papel de criar espaço próprio e driblar a falta de recursos, mediante convênios diretos com o MTUR e emendas parlamentares, além do papel de desenhar a formulação de políticas, orçamentos e programas apropriados à distribuição dos recursos federais nas regiões, bem como desenvolver uma publicidade institucional focalizada para determinadas regiões dentro do Brasil⁸¹.

Somada a diminuição cada vez maior dos recursos destinados e efetivamente gastos com o turismo regional, a SETU passou a depender principalmente das principais arenas de decisão do Ministério, mediante a localização e identificação dos mecanismos de articulação e intermediação dos interesses junto com o SEBRAE. A própria falta de capacidade de pagamento do Estado onerou convênios de repasses de recursos negociados diretamente com secretaria, que vinha fazendo a sua lição de casa. Embora o Conselho Estadual do Turismo fosse consultivo, foi nele que os agentes dos órgãos do Estado vinculados ao turismo encontraram respaldo para dar seguimento à política pública, e se fortaleceram nos processos de articulação com a esfera federal, mediante o controle da capacidade de gasto à

⁸¹ Alguns trabalhos analisam historicamente a política pública do turismo estadual com bastante elucidação e neste momento não é o objetivo aprofundarmo-nos na discussão sobre o tema. Para mais detalhes, ver Silveira (2001) e Massukado e Teixeira (2006).

disposição do Ministério; e com as governanças regionais em torno da manutenção e (ou) ampliação dos seus respectivos espaços.

Julga-se que muitos dos espaços conquistados foi produto da própria descentralização das políticas públicas em curso em todos os âmbitos do governo federal e de uma sistemática que, fortalecida pelos municípios inicialmente, encontrou em algumas das instâncias de governança regional um espaço para seu crescimento.

Levantamento feito pelo Dieese e pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR) para o período de 2000 a 2010, e publicado na Gazeta do Povo (GP, 22.02.2012), mostrou que, nos três últimos anos do Governo de Lerner, o estado já era um dos que menos investia, no Brasil, em comparação ao Produto Interno Bruto (PIB). Em 2000 e 2001, ficamos na 21.^a posição e, em 2002, melhoramos um pouco e subimos para o 19.^o lugar. O investimento variou de 0,76% do PIB a 0,95%.

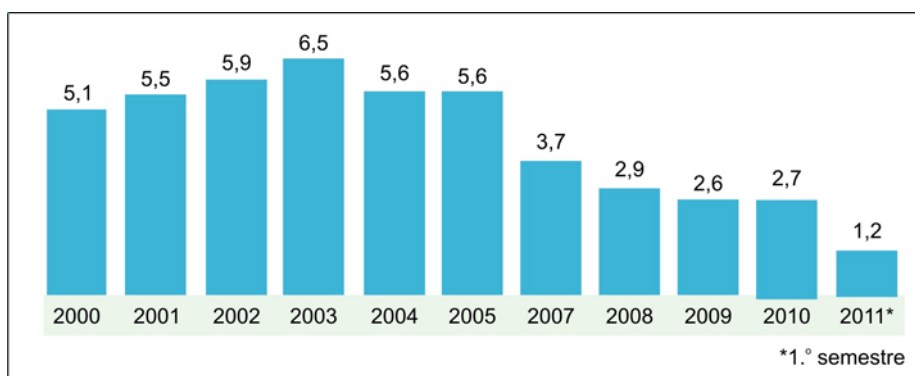


GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ SOBRE O TOTAL GERAL INVESTIDO NAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

FONTE: DIEESE/SENGE-PR, extraído da Gazeta do Povo

Entretanto, em 2003, primeiro ano da gestão de Requião, o Paraná ocupava a posição 19.^o no ranking nacional, mas caiu para 21.^o entre 2004 e 2006. De lá para cá a situação foi piorando: de 25.^o, para a última colocação em 2010. O melhor ano foi 2006, quando o investimento ficou em 0,97% do PIB. O governo da época elevou um pouco o gasto com pessoal, que havia sido reduzido na gestão anterior. Em 2010, quando o vice-governador Orlando Pessuti assumiu, as despesas com a folha de pagamento correspondiam a 55% das despesas totais.

Na visão do Dieese, o problema está na falta de planejamento dos governos paranaenses, independentemente do partido. "Os investimentos estão relegados a um segundo plano porque não há política nesse sentido". O técnico entrevistado pela reportagem afirma que "poderia se falar do período de 2003 a 2010 [gestão Requião], mas o início de 2011 segue o padrão". Nessa visão, embora sua importância, os investimentos são cortados do orçamento por não existir exigência legal para tal: "Normalmente, existe preocupação com os recursos obrigatórios de saúde, educação e recursos humanos. Se sobrar, investe-se" (GAZETA DO POVO, 2012).

2.3 BALANÇO DA POLÍTICA PÚBLICA DO TURISMO RURAL METROPOLITANO NA REGIÃO ROTAS DO PINHÃO

Como visto ao longo do capítulo, os recursos e sua alocação eficiente para atingir a sustentabilidade de um sistema de governança regional do turismo dependem de articulações e negociações que se produzem ao redor das prioridades e partilhas de Estados e municípios, tanto com seus representantes no Congresso Nacional em concomitância com o Ministério do Turismo como com o orçamento estadual. O caminho da institucionalidade do turismo perpassa a cada ano pelo desafio de conhecer quais os sistemas de distribuição de responsabilidades e (ou) competências compartilhadas que podem ser estabelecidas, e, qual é o modelo de turismo que em grande medida o setor privado e os municípios são capazes de desenvolver, com ou sem orientação do Estado.

Pode-se finalizar que uma análise sobre o turismo rural que realmente encontre nos pilares competitividade e inclusão social como objetivos de um sistema de políticas públicas precisa considerar alguns pontos. Um deles é que o turismo não é e não pode ser entendido como uma panaceia, mas é recomendável e até certo ponto indispensável atuar no sentido de "adequar proporções": adequar o crescimento

do turismo ao crescimento econômico do Brasil, adequar o crescimento da atividade a elementos que fortaleçam o tamanho de nossas expectativas regionais ao do mercado turístico local (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2000) e direcionar o turismo na perspectiva do desenvolvimento territorial.

Uma condição indispensável para isso é a existência de uma estrutura de planejamento articulada nos pilares da agricultura e do turismo, bem como de políticas públicas razoavelmente articuladas para o turismo, com recursos suficientes para que o ciclo das políticas públicas seja completado. De nada adiantaria fortalecer instâncias de governança se não houver uma clara prática de monitoramento e avaliação das políticas implementadas, se há fragilidade dos gestores e, sobretudo, se não são resolvidas as desigualdades e heterogeneidades regionais⁸².

Em segundo lugar, as políticas públicas são um elemento importante, mas não suficiente para criar competitividade nos destinos turísticos. Se há competitividade, é evidente que não é suficiente. Mesmo observadas as condições externas, de competitividade da produção agropecuária, e internas, da implementação das políticas públicas para o desenvolvimento rural, capazes de influenciar o crescimento e o desenvolvimento da atividade turística numa região, isso não deve induzir a pensar que o desenvolvimento local e regional possa ser sustentado exclusivamente pela atividade turística rural, e embora seja parte da estratégia de primeira ordem para o setor, tampouco resolvem a questão social (YAZIGI, 2009). Na defesa desse argumento Yázigi (2009, p.208-210) afirma que

resulta fácil entender esse corolário quando a realidade rural, de repente, se depara com sofisticados projetos de turismo [...] As municipalidades turísticas, coniventes com agentes privados, promovem qualquer produto que direta ou indiretamente traga dividendos. Trucida-se a alma do lugar, criando locais públicos ou não, de alta vazão sonora. Os planos nacionais de turismo ignoram olímpicamente que a qualidade e atributos dos lugares (dentre as quais a paisagística) é inseparável da questão social e cultural *lato sensu*: é também a incapacidade oficial de integrar políticas setoriais.

⁸² Assunto que deve ser tratado mais adiante na abordagem da RMC como espaço rural metropolitano.

É necessário acoplar ainda três questões como pano de fundo para discutir a política pública do Turismo rural: uma primeira questão que deve ser levada em conta é que a arena da construção da política pública (DRAIBE, 1988; SOUZA, 2006; ARRETCHÉ, 1998; FARIA, 2005) do turismo é condicionada por: a) objetivos da construção de uma política pública, propriamente dita, e suas sucessivas reformas ao longo do processo de conformação do turismo no Brasil; b) pelo modo em que foram estruturadas as relações intergovernamentais (condicionadas pelas regras da ditadura de um lado e pela reforma constitucional de 1988, que modelaram práticas de descentralização nas políticas públicas vigentes na época); c) pelo legado das políticas anteriormente estabelecidas; e d) pelo ciclo da política pública do turismo e o grau de adesão, formas de implementação e controle dos governos regionais e locais.

Uma segunda questão refere-se à implementação das políticas públicas no turismo, que tem tido uma baixa integração vertical dos estados federativos. Sendo uma política do tipo *top-down*, e dado o limitado poder de persuasão do governo federal, a subordinação a estratégias da política nacional acontece de forma paradoxalmente direta, sem que sejam necessários meios de persuasão ostensivos. Não é bem o caso do Paraná como estado, mas sim de alguns municípios do interior que optaram por não considerar o turismo como parte das políticas públicas.

A terceira questão, nos moldes levantados pela M. Arretche e motivo de pesquisa para outras políticas públicas, se dirige a entender como os processos de distinta natureza têm sido responsáveis pela fragmentação do planejamento e da gestão do setor público (ARRETCHÉ, 1998, p.3). O turismo e o turismo rural podem ser considerados ao final, uma política setorial (com viés fortemente econômico) ou uma política pública social? Pela divisão e partilha que o estado faz no seu orçamento, o turismo opera como uma política setorial. O que se vislumbra a partir da análise dos gestores, das políticas existentes, é que há um conflito que se dá no interno da implementação não é um conflito distributivo, nem redistributivo, é sim normativo (LOWI, *apud* SOUZA, 1998): esse tipo de conflitos tende a esvaziar o sentido da própria política pelo acúmulo de desgaste e falta de interesse expresso dos atores, dos agentes e das comunidades, para o fortalecimento da atividade nas distintas regiões onde acontece.

Finalmente, é tentador falar no turismo rural sem mencionar as questões econômicas, sociais, ambientais e culturais ligadas a ele, principalmente no que se refere aos processos de globalização e de como eles vêm alterando a prática turística, no Brasil e no Paraná, lembra-se, contudo, que esse processo não está isento de ser influenciado pela mundialização em curso.

2.4 DESENVOLVIMENTO (TERRITORIAL) E TURISMO RURAL NO ESPAÇO METROPOLITANO - ROTAS DO PINHÃO

Na análise das fontes secundárias disponíveis realizou-se uma primeira aproximação descritiva referente a RMC e as Rotas do Pinhão com algumas variáveis espaciais: a população e migração; a infraestrutura; o sistema produtivo; os diagnósticos do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. Foram também considerados os dados do IPARDES referentes às leituras regionais, à cadeia produtiva do turismo e os dados do censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que contribuíram na construção do ponto de partida necessário para aprofundar a análise qualitativa.

Boa parte das fontes de acesso para a análise da região turística Metropolitana de Curitiba se obteve das informações depositadas na Base de Dados do Estado do Paraná - BDE WEB, disponível na internet. No caso do número de postos de trabalho e estabelecimentos das atividades características do turismo utilizou-se a base de dados da RAIS-MTE (Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego). Informações adicionais do Produto Interno Bruto - PIB e do IPDM foram consideradas. Os dados da COPEL de consumo de energia elétrica também foram analisados, com a diferença de não poder abrir, como de fato era o interesse, a base de dados que compõe o número de ligações por tipo de atividade classificados pela CNAE-2.0. Apesar desse pequeno percalço, a publicação dos dados do Censo 2010

do IBGE serviu para aliviar e atualizar os diagnósticos e identificar com maior clareza comportamentos da população total, do fenômeno das segundas residências, e permitiu, como já visto, alargar o horizonte para as constatações do processo dos espaços regionais complexos como o da RMC.

Outro grupo de informações secundárias, de importância para a construção do diagnóstico foram os dados do planejamento monitorados pela SETU. O último levantamento permitiu a comparação entre os anos de 2005, 2008 e 2010 (data do primeiro e do último levantamento coletado em 2011). Dentro da revisão e análise do acervo documental foi realizada uma coleta previa de documentos de programas, relatórios e publicações associados à construção da regionalização e das governanças para o turismo, elaborados tanto pelo Governo Federal como pelo Estadual.⁸³ A análise documental focada na RMC – Rotas do Pinhão permitiu complementar a análise e balizar certas informações obtidas durante as entrevistas, do ponto de vista quantitativo (obtendo o máximo de informação possível) e qualitativa (com o máximo de pertinência) sobre o turismo rural. Além disso, essas informações ajudaram na reconstrução da linha do tempo dos processos ocorridos na implementação das políticas públicas na região em estudo.

Dados colhidos na COMEC dão conta de existência de planos diretores, instrumentos e legislações sobre o uso do solo urbano, instrumentos de proteção ambiental municipais, estaduais e federais que afetam a região, planos de desenvolvimento turísticos assim como, os resultados da conferência metropolitana promovida pelo Ministério das Cidades e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU. Muitos desses dados foram utilizados apenas para verificar o uso de outros instrumentos que indicassem alguma regulamentação para o turismo nos municípios,

⁸³ Essa informação faz parte do acervo documental da Secretaria de Turismo do Estado do Paraná à qual o autor teve acesso. Os planos diretores foram cedidos pela COMEC, e sintetizados na busca de caminhos alternativos de comprovação das hipóteses da pesquisa. Contudo, os planos diretores foram deixados de lado, servindo apenas para verificar a existência ou não de diretrizes para o turismo rural dentro dos mesmos.

não sendo utilizados no relatório final, apenas ajudaram a pautar os roteiros das entrevistas realizadas com os agentes municipais.

Os processos deflagrados a partir da Constituição do Brasil de 1988 e que influenciaram de forma radical o papel do Estado (federalismo, descentralização, pacto federativo) com a descentralização, passaram a pautar a elaboração de planos e de políticas públicas, com uma participação cada vez maior de governanças regionais e das comunidades, introduzindo novos atores e novos agentes na configuração de uma nova ordem econômica e social no país. Daí porque se dedica um espaço para discutir as escalas institucionais no desenvolvimento do turismo metropolitano e alguns conflitos inerentes do processo de turistificação do espaço metropolitano.

Baseados nas tabulações dos dados do Censo de 2010, do Censo Agropecuário de 2006 e de tabulações especiais da pesquisa da Cadeia Produtiva do Turismo realizada pelo IPARDES (2008) em torno dos estabelecimentos de meios de hospedagem e serviços de alimentação que autodeclararam estar localizados no meio rural metropolitano, estabeleceram-se nexos entre as políticas públicas e as formas e escalas de aplicação dessas políticas públicas do turismo no território rural da região turística Rotas do Pinhão. O apoio das políticas públicas e o envolvimento ou não das escalas local (municipal) mostram-se definidoras do êxito ou fracasso dos circuitos e roteiros existentes, principalmente no caso da agricultura familiar; porém não ocorre o mesmo no agroturismo ou turismo no espaço rural de empreendimentos tipicamente urbanos.

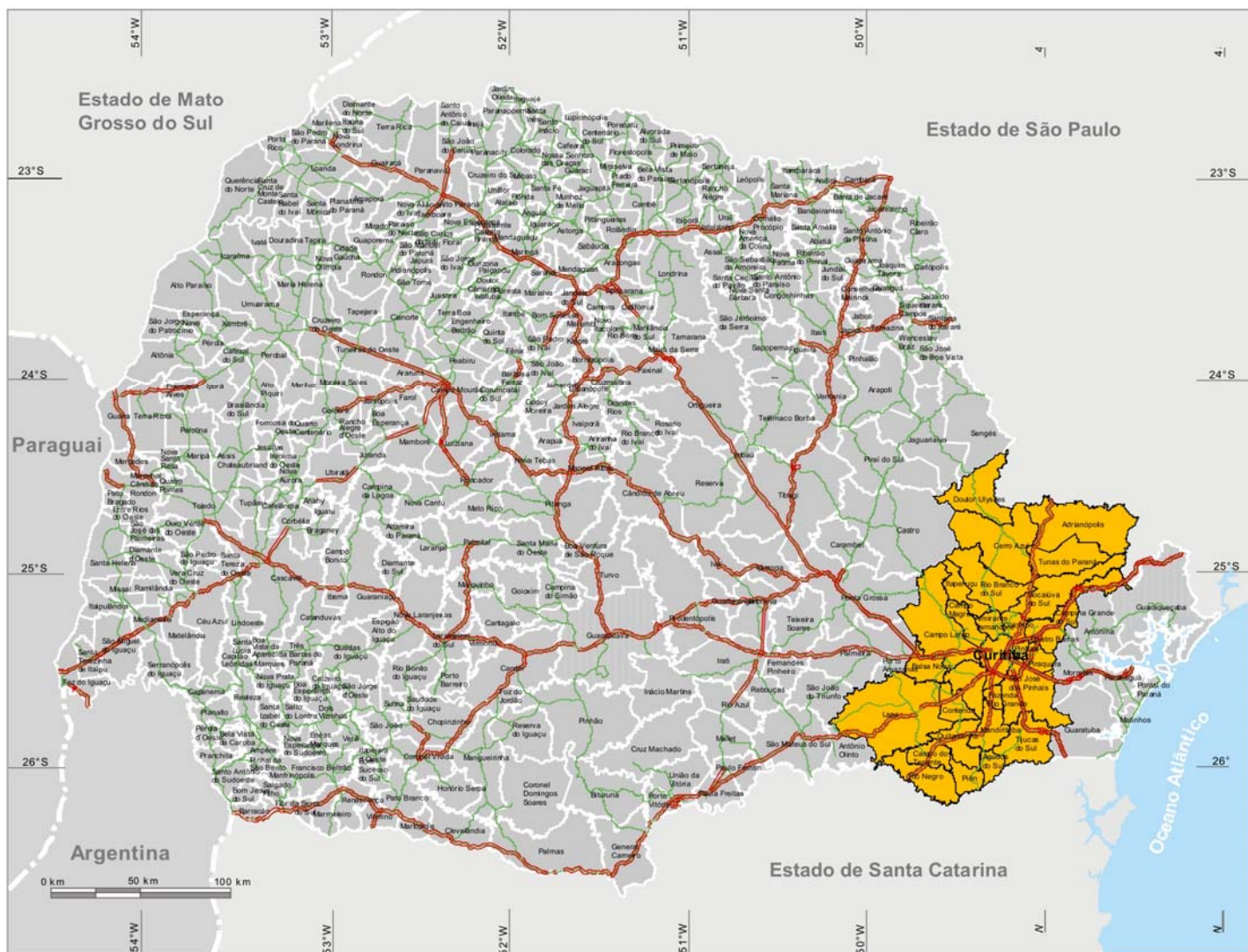
Nas seções deste capítulo se descrevem as características das dimensões sociais, econômicas e ambientais encontradas nos dados secundários dos censos demográfico (IBGE, 2010) e agropecuário (IBGE, 2006). Detalhes sobre comportamento de mercado e formas de ação da cadeia produtiva nos estabelecimentos rurais de hospedagem e gastronomia são também analisados a partir do resultado das tabulações especiais da pesquisa de campo da Cadeia Produtiva do Turismo (IPARDES, 2008).

2.4.1 A modernização conservadora na RMC e as rotas do pinhão

A Região Turística Rotas do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana está localizada no Primeiro Planalto Paranaense. Apresenta como principais divisores naturais geográficos; a sudoeste a Serra da Escarpa Devoniana, alcançando as bordas do Segundo Planalto Paranaense, e a leste a Serra do Mar, divisor com a planície litorânea. Faz fronteira ao norte com o Estado de São Paulo e ao sul com o de Santa Catarina (mapa 3).

Abrange uma área de 16.578 km², que corresponde a cerca de 8% do território estadual, fazendo divisa com as regiões turísticas Litoral, Campos Gerais e Centro-Sul. A região é constituída por 29 municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

Os municípios da RMC apresentam diferenças na quantidade de população, nos níveis de renda; nos níveis de escolaridade; na densidade habitacional; em infraestrutura urbana; em equipamentos e serviços urbanos, assim como noutras ações oriundas de políticas públicas setoriais como agricultura e o turismo. Se, de um lado, há extremos de concentração populacional, de outro há municípios onde o esvaziamento persiste em aparecer (MOURA, 2009; ARAUJO, 2004).



MAPA 3 - PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FONTE: IPARDES (2012)

A existência de unidades de conservação é uma séria restrição ao crescimento urbano do entorno metropolitano. Aproximadamente 41% do território dos municípios na RMC abrigam mananciais para abastecimento público em uso e potenciais, os quais estão constantemente sob forte pressão da ocupação urbana e industrial. A preservação dos mananciais desempenha um papel relevante na formulação das estratégias de desenvolvimento para a RMC (COMEC, 1999). Nesse sentido, a maioria das Unidades de Conservação Estaduais existentes na RMC está voltada à conservação e à proteção de recursos hídricos, principalmente as Áreas de Proteção Ambiental, determinando que elas não apresentem potencial de uso turístico.

Distantes a mais de 100 km da capital, e com acessos recentemente melhorados, a presença na região dos municípios do Vale do Ribeira (Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Tunas do Paraná) Campina Grande do Sul, Quatro Barras, apresentam um cenário cujas características são semelhantes em torno do que há de pior nos indicadores sociais do estado pelo que vêm organizando-se como território da cidadania, e recebendo um tratamento especial das políticas públicas dedicadas à agricultura e à pequena produção rural (figura 18).

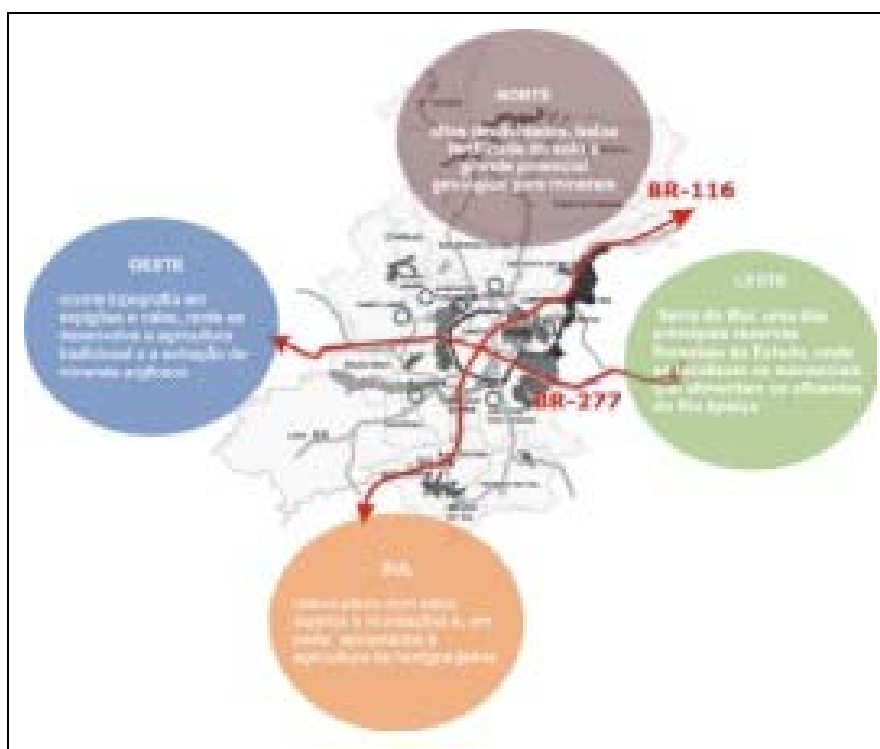


FIGURA 18 - EIXOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NA RMC

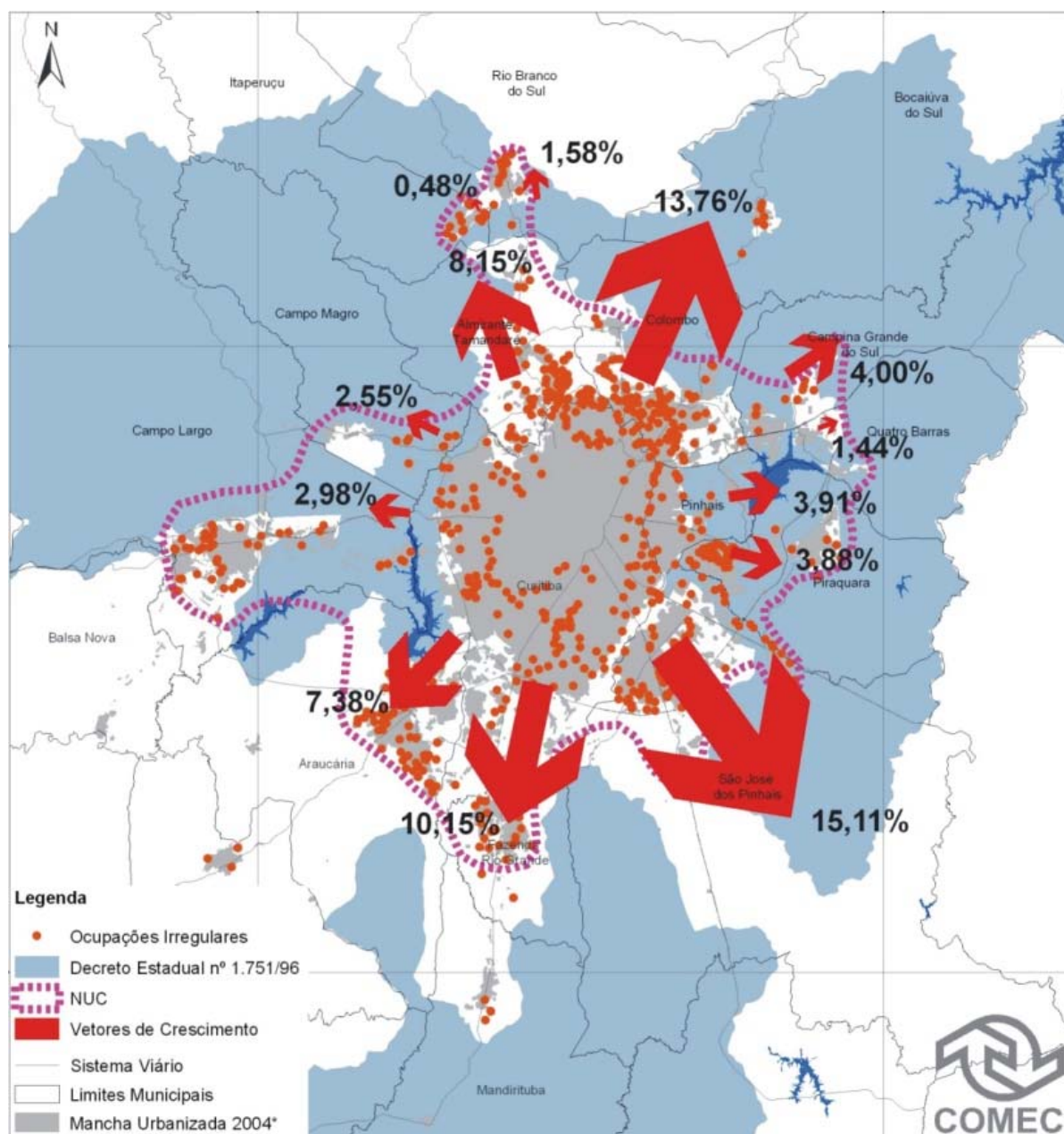
FONTE: ECOPARANA (2010)

O clima predominante é o Subtropical Úmido Mesotérmico e sua altitude média é de 782 metros. Cortada por várias rodovias federais e estaduais é passagem para o interior e também ao litoral do Paraná, bem como para outros estados. Como principais rodovias têm-se as BRs 116, 277, 376, 476 e as PRs 415, 417, 092, 090 e 421.

O rural metropolitano é marcado pela década de 1970 quando acontece o arrefecimento do processo de concentração fundiária (PEREIRA, 2010) e de urbanização do Sul do Brasil e especialmente da metropolização nacional (MOURA e KLEINKE, 1999; MAGALHAES, 1996, 2003). A agricultura tradicional paranaense modernizou-se com a adoção de técnicas poupadoras de mão de obra que aumentaram a produtividade e elevavam as condições de produção e competitividade no mercado internacional, com produtos como a soja, milho e derivados: também ocorre a ampliação da pecuária e da produção agroindustrial de proteína animal em larga escala. A produção agroindustrial elevou a renda da produção capitalista do setor de 40% na década de 1970 para mais de 50%, nos anos 90, do total da riqueza gerada no Paraná.

Como resultado desse processo desde os anos 70, 82% dos 399 municípios paranaenses passaram por um esvaziamento populacional. Grande contingente dessa população foi expulsa do Estado do Paraná, migrando para regiões chamadas de novas fronteiras agrícolas, locais distantes como o Estado de Rondônia ou para o Estado do Mato Grosso, ou ainda se aventuraram em países vizinhos como o Paraguai e Bolívia em busca de opções para atividades ligadas à agricultura (mapa 4).

A Região Metropolitana de Curitiba, em especial, transformou-se significativamente em termos econômicos, com impactos sociais e crescimento populacional (SILVA, LOPEZ e MICHON JR, 2009). Os habitantes paranaenses de menos condições ficaram marginalizados na RMC, bem como se direcionou a descentralização do crescimento econômico da cidade polo de Curitiba para os municípios como Araucária, Campo Largo, Colombo, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais, todos situados no núcleo urbano central (MOURA e KLEINKE, 1999; MAGALHAES, 1996, 2003; SILVA e MICHON JR, 2008).



MAPA 4 - MANCHA URBANA E ADENSAMENTO URBANO METROPOLITANO NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DA RMC

FONTE: COMEC, PDI (2006)

Foi também na década de 1990 que se instalaram indústrias do segmento metal-mecânico na RMC, com destaque para multinacionais montadoras de automóveis como Audi e Renault (LOURENÇO, 2000; SILVA, LOPEZ e MICHON JR, 2009). Esse fato provocou transformações diversas, inclusive na estrutura de uso e ocupação do solo, valorização dos imóveis, além de aumentar as pressões por demandas de serviços públicos e infraestrutura ao atrair população de vários locais do país e do interior do estado em busca de oportunidades de emprego. O polo automotivo que

se constituiu na região metropolitana foi viabilizado graças ao provimento de infraestrutura e recursos como energia elétrica, além de generosos estímulos fiscais.

Os municípios do entorno metropolitano tornaram-se ainda mais densos, reproduzindo um padrão de concentração similar ao que já vinha ocorrendo noutras cidades capitais do Sul e Sudeste do Brasil (DESCHAMPS, 2004, FIRKOWSKY, 2002)⁸⁴. Curitiba, a Região Metropolitana acumula 30,4% da população, com altos contrastes que combinam o aglomerado urbano mais importante do estado (Curitiba) com os de maior pobreza (Vale do Ribeira). Há, portanto, uma combinação de espacialidades socialmente críticas com outras de extrema relevância econômica e institucional; entre seus municípios, há alguns com elevado grau de desenvolvimento enquanto outros caminham para descobrir a sua vocação (IPARDES, 2006, MACEDO; MEINERS, 2002). Entretanto, o crescimento conjunto vem enfrentando o padrão de diferenciação e heterogeneidade entre todos os municípios que compõem a região, precisando de ajustes em cada uma das questões ao desenvolvimento regional de interesse comum.

2.4.2 Assimetrias e heterogeneidades da região turística rotas do pinhão

A Região Metropolitana de Curitiba concentra 30,4% da população paranaense (ver tabela 1) e tem participação significativa no Valor Adicionado do Estado - 42,25% (ver tabela 3). Atualmente, a RMC é constituída por 29 municípios com uma população de 3.174, 201 habitantes (IBGE, 2010)⁸⁵.

⁸⁴ Não dá para negar alguns aspectos positivos, tais como o aumento da produção industrial. Se em 1996 a indústria da Região Metropolitana de Curitiba era 7,8 vezes menor que a indústria instalada na cidade de São Paulo – polo industrial nacional e maior cidade da América Latina – em 2000 essa proporção diminuiu para 5,3 vezes (DESCHAMPS, 2004).

⁸⁵ Em anexo dados da população total, urbano e rural de 1991, 2000 e 2010, elaborada a partir dos dados do IBGE, mostra, para cada um dos municípios da RMC, a variação e as taxas de crescimento de cada uma das variáveis citadas (Apêndice 1).

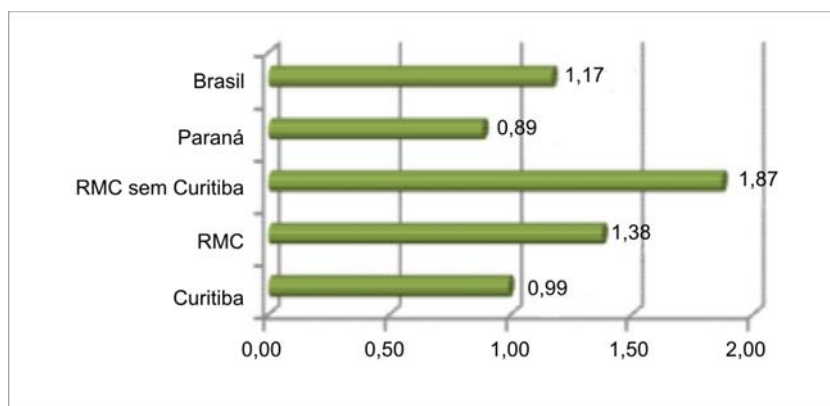


GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO CURITIBA, RMC, PARANÁ, BRASIL - 2010

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (2010)

Desses, apenas 252.356 habitantes são residentes rurais, esse número pouco representaria, se não fosse porque de forma curiosa vem crescendo positivamente desde 1991, a taxas superiores às do crescimento da população total do estado e da população urbana. Esse crescimento pode ser explicado por dois motivos diferentes, o primeiro, pela tendência crescente do uso urbano de áreas rurais, fenômeno que vem crescendo como se detalha mais adiante; e também, pela incorporação de novos municípios com características rurais à região (como são os municípios de Campo do Tenente, Piên e Rio Negro).

As Rotas do Pinhão, enquanto região é a segunda maior região metropolitana do Brasil em território e oitava em população e cresce com uma dinâmica de crescimento mais intensa que a brasileira (1,36 % a.a *versus* 1,17 % a.a.); dinâmica essa que, se observada sem o município de Curitiba (gráfico 2), fortalece as evidências de um adensamento urbano regional em torno do núcleo urbano da capital (1,87% a.a.) e observando-se diferenças entre os municípios que a compõem, especialmente quanto se trata de identificar a dinâmica de interação de produtos e atividades, de pessoas e serviços e nas formas de apropriação do território. Nota-se, ainda, um extraordinário esforço das políticas públicas do meio rural se inserirem nos municípios, pelas disputas do uso do solo em áreas de preservação ambiental (PARANA, PDI, 2006).

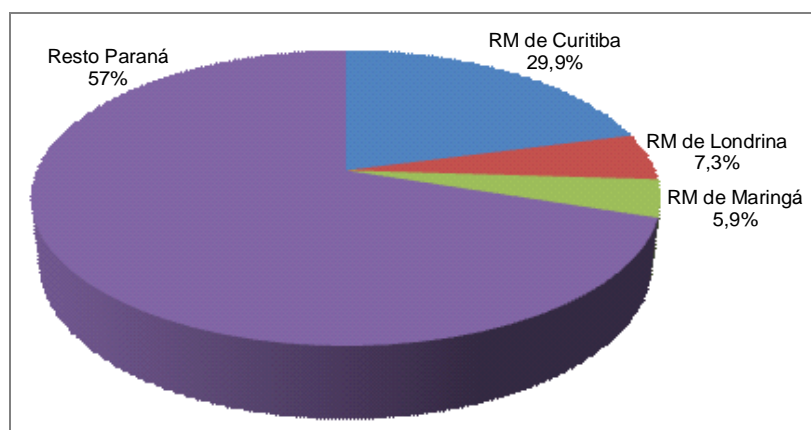


GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS DO PARANÁ - 2010

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (2010)

A maioria do território da RMC apresenta um dado comum, pois 89% do total do território é constituído por áreas com algum grau de urbanização – desde suas vilas até a metrópole. (IBGE, 2010)⁸⁶.

Na tabela A.1.1 apresentam-se alguns indicadores relevantes para identificar as dissonâncias regionais (Apêndice 1). Com o indicador Índice Paranaense de Desenvolvimento Municipal (IPDM) pode-se observar que a realidade dos municípios da região é bastante diversa e vem se transformando também de forma heterogênea. O índice, calculado a partir da metodologia do FIRJAN⁸⁷, envolve três variáveis: emprego e geração de renda, educação e saúde. Alguns municípios, em 2008, estavam abaixo da linha 0,5 (50% do total do índice) e conseguiram evoluir nesse período, quais sejam: Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Lapa, e Piraquara. Ou seja,

⁸⁶ No Apêndice 1 se apresentam uma série de tabelas com indicadores da RMC que dão conta de explicar a heterogeneidade e diferenciação regional, fazendo referência a elas sempre que necessário no texto.

⁸⁷ O Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) avalia a situação dos municípios paranaenses, considerando, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento econômico e social, a saber: a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação; e c) saúde. O desempenho municipal é expresso por um índice cujo valor varia entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Com base no valor do índice, os municípios foram classificados em quatro grupos: baixo desempenho (0 a < 0,4); médio baixo desempenho (0,4 a < 0,6); médio desempenho (0,6 a < 0,8); e alto desempenho (0,8 a 1). O único município do estado com baixo desempenho se encontra na RMC.

Além dos indicadores socioeconômicos, entre os municípios da RMC se apresentam, como já visto, diferenças na quantidade de população, na densidade habitacional; em infraestrutura urbana; em equipamentos e serviços urbanos, muitas dessas ações oriundas de políticas públicas, segundo MOURA (1994, 1998, 2003), configuradas sobre três pontos: ordenamento do uso do solo, sistema viário e transporte coletivo⁸⁸. Após 40 anos, o contexto urbano curitibano continua sendo privilegiado em relação aos municípios vizinhos, sendo que quatro municípios da RMC (Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais e Pinhais) estão entre os dez primeiros do PIB do estado (tabela 7).

TABELA 7 - RANKING DO PIB DO ESTADO DO PARANÁ - 2009

MUNICÍPIO	PIB (R\$ mil correntes)	PARTICIPAÇÃO (%)
Curitiba	45.762.418	24,09
Araucária	11.962.877	6,30
São José dos Pinhais	11.511.811	6,06
Londrina	8.884.459	4,68
Maringá	7.284.401	3,83
Foz do Iguaçu	6.702.200	3,53
Paranaguá ⁽¹⁾	5.443.256	2,86
Ponta Grossa	5.072.749	2,67
Cascavel	4.991.770	2,63
Toledo ⁽²⁾	2.426.512	1,28
Outros municípios	79.949.501	42,08
PARANÁ	189.991.954	100,00

FONTE: IPARDES/BDE-WEB

(1) Em 2008 o município de Paranaguá ocupava a 4.^a posição, sendo ultrapassado por Maringá e Foz do Iguaçu.

(2) Em 2008 Pinhais, da RMC, ocupava a 10.^a posição no ranking.

Em 2009 Curitiba representou sozinha 24,1% do PIB paranaense e 57% do PIB regional, seguida de Araucária (14,9%) e São José dos Pinhais (14,3%)

Apêndice 1. Essas diferenças mostram o resultado de distintos vetores econômicos

⁸⁸ FONTES: IBGE, IPARDES. Quanto ao uso do solo, a COMEC e a PARANA CIDADE trabalharam no período para que todos os municípios da então RMC (26 até então) tivessem seus planos diretores. Em revisão realizada pelo autor, poucos fazem referência ao turismo rural, embora a questão ambiental esteja presente em todos eles. Quanto ao sistema viário e o transporte coletivo, constituem-se em os grandes gargalos da metropolização de Curitiba. Ver COMEC: PDI, 2006 (http://www.comec.pr.gov.br/arquivos/File/PDI_2006.pdf).

de desenvolvimento na região, surgindo o turismo como uma atividade de destaque, mas cujo resultado se dilui dada a concentrada dinâmica regional.

TABELA 8 - EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - PARANÁ E RMC - 2002-2009

ESTADO/REGIÃO	ANO (R\$ 1.000.000,00 correntes)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estado do Paraná	88.407	109.459	122.434	126.677	136.615	161.582	179.263	189.992
Região Metropolitana de Curitiba	34.486	41.645	46.850	50.798	55.778	65.561	74.900	80.281
% da RMC no total do Estado	39,0	38,1	38,3	40,1	40,8	40,6	41,8	42,3

FONTE: IBGE/IPARDES BDE-WEB

Por outro lado, chama-se a atenção para dois fatos. O primeiro o que indica na tabela A.1.1 (Apêndice 1), do PIB per capita. Observados os valores, há 20 municípios com um PIB per capita abaixo da média do estado, sendo que três deles (Piraquara, Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande) representam cada um 1/3 do valor da média do estado, que equivale a R\$ 17 mil aproximadamente. O outro fato é que, no caso de Piraquara e Almirante Tamandaré, já houve esforços em desenvolver a atividade turística por causa do passivo ambiental existente, que carregam pelos assentamentos humanos precários em áreas de preservação de mananciais que abastecem toda a região metropolitana (COMEC, 2006).

Outro indicador de relevância para a análise é a densidade demográfica. Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, verificam-se dois movimentos distintos na Região Metropolitana. O primeiro refere-se a municípios de natureza reconhecidamente urbana e periurbana, onde a densidade geográfica (habitante/km²) alcança três dígitos ou mais (Curitiba, Colombo, Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré e Quatro Barras), num movimento em que o urbano avança sobre o espaço rural, inicialmente com infraestrutura, seguido pela moradia (pressão antrópica). Outro movimento é o da queda da densidade demográfica em municípios (Adrianópolis, Fazenda Rio Grande).

Quanto ao índice de desenvolvimento demográfico, Veiga (2004a, p.4-5), apoiado na experiência dos Estados Unidos e da OCDE (1996), analisou o Censo Demográfico de 2000 e confirma que o Brasil inequivocamente urbano se concentra nas regiões metropolitanas:

Não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados pela pesquisa [do IPEA] que juntou excelentes equipes do IPEA, do IBGE e da Unicamp (Nesur) [IPARDES] para produzir a *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (1999 e 2002).

O autor (2004a, p.13) propõe uma tipologia que leve em consideração três critérios: a densidade demográfica, a localização do município e o tamanho. Da combinação desses critérios se obteriam municípios essencialmente rurais (que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 10 hab/km²); os intermediários (periurbanos, de 20 mil a 100 mil hab. com densidade de até 80 hab/km²) e os essencialmente urbanos (com mais de 100 mil hab. e densidade maior a 80 hab/km²).

Ao fazer as contas da RMC concluiu-se que dos 29 municípios observou-se treze municípios com menos de 20 habitantes na RMC, dos quais três são essencialmente rurais por possuir uma densidade demográfica menor a 10 habitantes/Km² (tabela 9)⁸⁹. Observou-se também que esses municípios concentram 54,8% da população rural da RMC. Os municípios periurbanos somam nove em total, com 29,5% da população rural da RMC e uma densidade demográfica até 80 hab/km². Já sete municípios são essencialmente urbanos, concentrando apenas 2,6% da população rural, com uma densidade demográfica maior de 80hab/Km².

⁸⁹ São estes: Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo do Tenente, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Piên, Quatro Barras, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná (tabela A.1.5).

TABELA 9 - RESUMO DOS MUNICÍPIOS CLASSIFICADOS, SEGUNDO TAMANHO DA POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA NA REGIÃO TURÍSTICA DA RMC, 2010

CLASSIFICAÇÃO/FAIXA	CUMPREM	NÃO CUMPREM	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RURAL (%)
	<10 hab/km ²	>10 hab/km ²		
Rurais - Até 20 mil e Densidade Demográfica <10 hab/km ²	3	10	151.583	54,83
Periurbanos - De 20 -100 mil Densidade ate 80 hab/km ²	6	3	341.822	29,47
Urbanos - >100 mil hab e Densidade >80 hab/km ²	7	0	2.680.796	2,56
TOTAL RMC	16	13	3.174.201	

FONTE: Cálculos do Autor *apud* VEIGA (2004)

Na tabela A.1.3 do apêndice, a diferença fundamental entre o cálculo de municípios urbanos e os essencialmente rurais na RMC é que a densidade demográfica de ambos é maior. Enquanto em municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos, a densidade média é superior a mais de um mil hab/km², nos municípios essencialmente rurais essa média alcança 40 hab/km². Áreas de descanso, lazer e turismo são demandas da população urbana e periurbana dos sete municípios da área essencialmente urbana e confirmam tendências que se apresentaram em regiões metropolitanas de outros países (PEARCE, 2003). O exercício da classificação reflete a necessidade de manter uma rede de municípios rurais com uma função social e econômica a serviço do grande núcleo urbano central.

Essas diferenças podem estar refletindo também outros fenômenos que ocorrem no rural metropolitano como o é o da segunda residência e o uso de atividades eminentemente urbanas no espaço rural. Por definição do IBGE (2010), o domicílio particular não ocupado, de uso ocasional, na área rural foi caracterizado como aquela residência de uso ocasional o domicílio particular permanente, na zona rural, que, na data de referência, servia ocasionalmente de moradia, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que seus ocupantes ocasionais estivessem presentes. O turismo também determina seu espaço, com uma mescla de indicadores citados anteriormente, e os atrativos de paisagem que são promovidos pelos agentes da região como forma de induzir os visitantes a fixarem sua residência secundária.

Na região turística, os dados apresentam outra situação de concentração curiosa, pois em 1991 esse tipo de habitação na RMC correspondia a apenas 16,4% e já em 2010 soma um quarto dos domicílios em todo o Estado do Paraná. Logo, cresceu a uma taxa média de 5,4% a.a., triplicando o número das segundas residências no período (tabela 10), numa velocidade maior do que acontece em todo o estado.

TABELA 10 - DOMICÍLIOS PARTICULARES NÃO OCUPADOS, DE USO OCASIONAL, TOTAL E NA ÁREA RURAL DA RMC - 1991/2000/2010

REGIÃO	TOTAL (B)			RURAL (A)			% A/B			VARIAÇÃO % RURAL	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
RMC	10.630	21.668	28.834	3.847	8.198	12.304	36,19	37,83	42,67	113,10	50,09
Paraná	64.956	115.400	155.323	20.086	33.801	51.388	30,92	29,29	33,08	68,28	52,03

FONTE: IBGE/IPARDES BDE-WEB

Por outro lado, a variação do número de residências secundárias, analisadas por município (tabela A.1.4), está concentrada nos 13 municípios classificados como rurais⁹⁰ (VEIGA, 2004). Outros municípios, como Almirante Tamandaré, Colombo, Campo Largo, Piraquara e São José dos Pinhais, crescem em ritmo mais lento, quiçá pelas restrições ambientais neles existentes, o que lhes permite uma expansão maior.

Segundo Assis (2003, p.112), a segunda residência foge de qualquer entendimento de natureza de habitação, abrigo ou moradia, pois pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente para a compra ou construção de um imóvel, pagamento de impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular, sendo uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de status social (ASSIS, 2003).

Ainda o mesmo autor (ASSIS, 2003), ao analisar o fenômeno das segundas residências, confirma que quando muito distantes acabam por fazer com que seus proprietários as visitem apenas no período de férias, quando se torna possível a visita por um período maior. Por isso, é comum que elas se encontrem em locais

⁹⁰ São estes: Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campo do Tenente, Cerro Azul, Contenda, Doutor Ulysses, Piên, Quatro Barras, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná (tabela A.1.4 - Apêndice 1).

relativamente próximas às primeiras residências, por questão de dispêndio de custo e tempo⁹¹.

No Canadá, Lundgren⁹² (1974, *apud* PEARCE, 2003 p.311) produziu um modelo de três fases que procura explicar as relações espaciais entre centro e periferia, e ilustra como se dá o processo de expansão urbana, desde centros de tamanho médio até áreas metropolitanas, bem como de que maneira essa expansão inicialmente gera o fenômeno de segundas residências e numa etapa posterior acaba por inseri-las nos espaços urbanos, passando assim a uma opção de primeira residência – e criando novos espaços de segunda residência (figura 19).

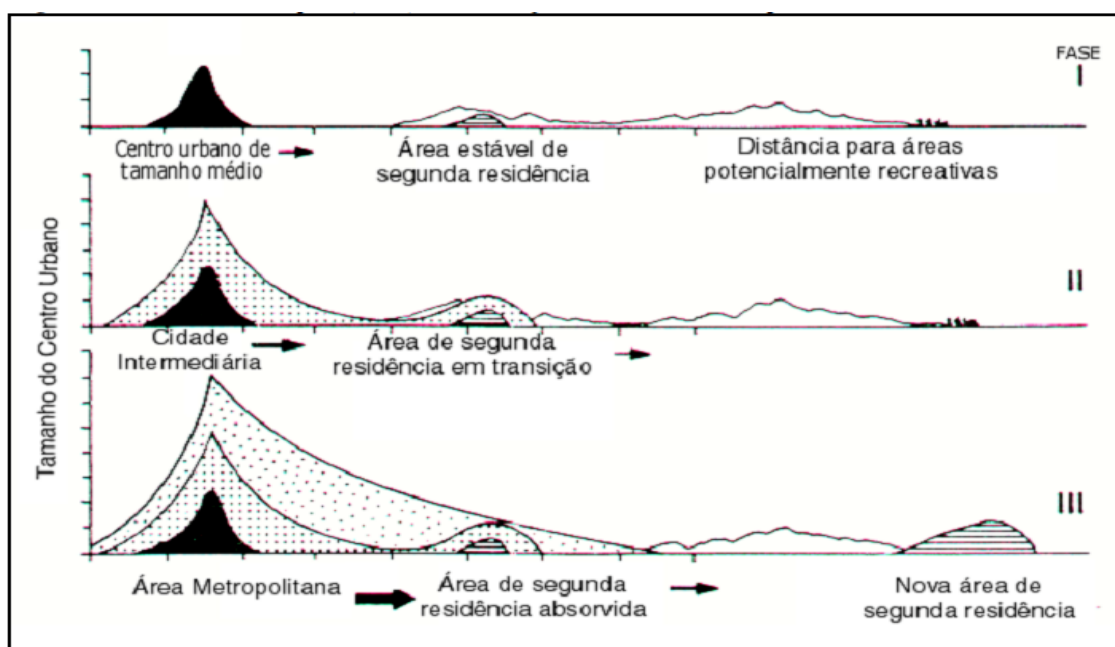


FIGURA 19 - MODELO DE LUNDGREN DE EXPANSÃO URBANA E AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS - 1974

FONTE: Adaptado de Pearce (2003, p.311), Assis (2003)

⁹¹ Assis (2003), ao comentar o trabalho de Pearce (1991), afirma que esses trabalhos partem dos estudos de Christaller (1963). Pesquisadores como Pearce (1991, 2003), Boyer (2003) (PEARCE, 1991, *apud* ASSIS, 2003) e Tulik (1995) no Brasil, analisam o fenômeno para distintas realidades e países, todas elas coincidindo com as áreas metropolitanas (de Paris, Sidney, São Paulo) e cidades litorâneas, como o analisado pelo Assis (2003) e Seabra (1979).

⁹² LUNDGREN J.O.J. On Access to recreational lands in dynamic metropolitan hinterlands. *Tourist Review*, 29(4), p124-131. Canada. 1974.

Assis (2003, p.118) adverte para o uso de modelos de ciclo de vida das segundas residências, pois estes "modelos nos ajudam a refletir sobre as realidades locais, a formular proposições sobre o futuro; mas não podemos, a partir de pressupostos deterministas, desconsiderar as diferenças espaciais e culturais dos lugares". As distintas realidades geradas ratificam a complexidade do tema e a necessidade de estudos mais completos sobre ele.

Na RMC a descrição do modelo de Lundgren (1974) é coerente com o uso identificado no espaço metropolitano. A COMEC, visto que não tem poder de intervenção sobre o território metropolitano, tem promovido uma política de conciliação entre governo estadual e prefeituras, para a promoção de parcerias com a sociedade civil no intuito de incentivar novos desenhos das vocações e potencialidades locais na área de mananciais localizadas no entorno metropolitano⁹³. Tulik⁹⁴ (1995, *apud* ASSIS, 2003) considera que os fatores de localização de segundas residências podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais próximos aos

⁹³ A gestão dos mananciais, embora seja emergencial, não conta com recursos suficientes para favorecer a defesa dessas áreas pelo valor que agregam, e muitas vezes as prefeituras, submetidas a pressões imobiliárias, tendem a favorecer a sua ocupação pelo potencial que representa, quer para um uso turístico e de consumo da paisagem, quer para a ampliação do uso urbano de uma metrópole que cresce. Há estudos da RMSP (www.negowat.org) que vincula o turismo e o lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais. França et al. (2005) apontam para possível multifuncionalidade do território e do uso da paisagem para a exploração turística em algumas cidades da RMSP. Quanto à área de mananciais, deve ser lembrado que o processo de ocupação da região curitibana, estudiosos do tema e os próprios planos de desenvolvimento integrado da COMEC têm verificado que a ação do mercado imobiliário não favoreceu as diretrizes do planejamento urbano regional. A aprovação de loteamentos até os anos 40 estava focada em Curitiba, porém a partir dessa época passou a haver oferta de grande número de loteamentos aprovados à venda em áreas desconectadas aos núcleos urbanos já existentes. Esses loteamentos foram aprovados pelas prefeituras dos pequenos núcleos urbanos, as antigas sedes de colônias, em áreas rurais, sendo sua principal característica o fato de serem vizinhos a Curitiba, local de trabalho e renda (ARAUJO, 2004 *apud* LIMA, 2000). A partir de 1990, vários desses lotes foram ocupados num contexto de crise econômica e social no país. Esse adensamento e as áreas urbanas estruturadas se consolidaram como o primeiro anel Curitiba.

⁹⁴ TULIK, O. Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. Tese (Livres-docência) – Escola de Comunicações e Artes, USP. SP. 1995.

centros emissores; essa afirmação é partilhada pelos dirigentes da COMEC, contudo, não descarta também uma possível valorização imobiliária do entorno.

Silveira (2002, p.186) confere para o Litoral essa situação, pois,

o crescimento desenfreado da segunda residência, a presença marcante de loteamentos sem o necessário controle e planejamento, e a implantação de empreendimentos nem sempre adequados à paisagem local [...] preocupam pelos problemas de degradação ambiental que provocam.

Repercussões espaciais à parte⁹⁵ (quer positivas, quer negativas), a expansão do uso turístico das áreas rurais metropolitanas vem ao encontro da expansão de serviços urbanos no meio rural e do processo de especulação imobiliária; e, devido à lógica do mercado, seus efeitos podem ser perversos e autofágicos, pois tendem à degradação da paisagem e conseqüentemente à saída da população nativa do entorno (ASSIS, 2003).

Outro dos efeitos da ocupação do espaço rural, além dos citados, é o aumento do número de consumidores de energia elétrica (tabela 11).

TABELA 11 - NÚMERO E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS CONSUMIDORES RURAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ROTAS DO PINHÃO, RMC, PARANÁ - 2002/2010

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES RURAIS		VARIAÇÃO % 2002/2010
	2002	2010	
Região Metropolitana de Curitiba	37.368	44.300	18,55
PARANÁ	317.370	373.113	17,56

FONTE: IPARDES/BDE-WEB

⁹⁵ Silveira (2002, p.148 e seguintes), citando Firkowski (2001), faz um interessante resumo das mazelas sociais que passaram a ser motivo de preocupação na RMC, e que ainda hoje persistem, somados aos muitos problemas sociais que já existiam antes, como a desigual distribuição territorial da população paranaense, a concentração da atividade industrial na RMC, déficit habitacional, saturação do transporte coletivo, aumento da violência, e problemas ambientais com a invasão de reservas ecológicas, ocupação de áreas de mananciais, falta de saneamento básico e destruição ambiental entre outros. Esses aspectos, atrelados ainda à baixa qualificação profissional daqueles que migraram em busca de melhores condições de vida e a insuficiência de empregos para essa camada da população, pressionaram qualquer estratégia de desenvolvimento do estado.

O número absoluto de consumidores rurais na RMC aumentou de 37 mil ligações para 44 mil no período (18,5% de variação). O número de 7 mil novas ligações seria pouco relevante se não fosse pelo fato de que o número de consumidores contém uma série de atividades industriais, comerciais e de serviços instalados no espaço rural.⁹⁶ Entre os municípios que promoveram esse aumento de ligações rurais esta Campo Magro (193%), Campo Largo (102%), Dr. Ulisses (60%) e Cerro Azul (58,9%). Dos quatro, só Dr. Ulisses não tem registro de nenhum tipo de atividade vinculada ao turismo rural (tabela A.1.5 - Apêndice 1).

2.4.3 O turismo no rural metropolitano segundo os dados do censo agropecuário⁹⁷

O turismo, como atividade típica da modernidade capitalista (BAUMAN, 2006), é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, e um meio ambiente diverso com uma cartografia natural, com relações sociais de hospitalidade numa troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sociocultural gera um fenômeno, repleto de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico⁹⁸.

No espaço rural, a análise do turismo na RMC demonstra a relevância que a atividade adquiriu ao longo dos últimos anos, principalmente naqueles municípios do

⁹⁶ A COPEL cedeu para o IPARDES em 2010 o banco de dados, diferenciados por atividades (CNAE 2.0) dos consumidores rurais da RMC. Não possível a utilização da informação neste trabalho, apenas os dados publicados e apresentados em tabelas no relatório da dissertação e do Apêndice 1.

⁹⁷ Chama-se a atenção, nesta parte do diagnóstico, que se trabalha com a divisão do IBGE das mesorregiões. No momento de elaboração das tabelas, o IBGE não tinha publicado ainda os dados desagregados. Considerando que pouco mudaria a redução para a área metropolitana, o autor optou por utilizar a informação como indicativa de tendências na RMC.

⁹⁸ Bauman (*op. cit.*, p.104-105) afirma que a sociedade pós-moderna é uma sociedade que compromete a seus membros como consumidores, o que introduziu diferenças enormes em quase todos os aspectos da sociedade, da cultura e da vida individual.

núcleo urbano central agregados em circuitos de visitação periódica, o que trouxe a capacidade de gerar ocupações não agrícolas no entorno local e uma alternativa de renda nas propriedades rurais da região (L. NITSCHKE, SZUCHMAN, 2007; SILVEIRA 2008).

As controvérsias que contornam a possibilidade de alavancar o desenvolvimento da agricultura familiar em volta do turismo rural são relevadas pelos defensores da atividade, enquanto os que propõem discutir o desenvolvimento rural de maneira mais profunda questionam essa prática. Uma leitura dos dados do censo agropecuário 2006 serviu aos objetivos deste trabalho para identificar na RMC uma próxi dos estabelecimentos que obtiveram receita com a atividade de turismo rural. Por outro lado, estudos de caso como o realizado em Santa Catarina (MATTEI, 2003) já questionam a capacidade do turismo rural de gerar renda o suficiente para tornar empreendimentos rurais sustentados.⁹⁹

A posteriori, analisam-se os dados da pesquisa da cadeia produtiva do turismo na RMC¹⁰⁰, apresentadas em tabulações especiais para os empreendimentos rurais pesquisados. A identificação no espaço rural dos empreendimentos de meios de hospedagem e serviços de alimentação respondeu ao interesse de verificar que o espaço rural vem sendo apropriado de forma lenta, porém continua, pelo uso turístico, não correspondendo apenas ao apelo das famílias rurais, mas ao investimento em atividades associadas ao lazer da população do entorno urbano.

⁹⁹ Além do estudo de MATTEI (2003), em entrevista realizada pelo autor ao Delegado Regional do MDA, observou que as propriedades rurais da agricultura familiar que se dedicam ao turismo rural e à agroecologia no Paraná não chegam a 5%. (Entrevista, dez. 2010).

¹⁰⁰ A pesquisa da Cadeia Produtiva do Turismo foi realizada pelo IPARDES durante o ano de 2006. Tabulada e publicada no ano de 2008, foi realizada pelo autor uma tabulação especial dos empreendimentos autotransformados como rurais e periurbanos na Região Metropolitana de Curitiba. O resultado da tabulação se encontra no anexo desta dissertação (Apêndice 1). No intuito de observar o comportamento de ambos os grupos (o propriamente rural e o de empreendimentos rurais ou urbanos no meio rural), os dados coletados no mesmo ano de pesquisa dão elementos dessa configuração para ajudar a entender a sua dinâmica regional.

O Censo Agropecuário 2006 trouxe como novidade a divulgação dos resultados específicos para a agricultura familiar e não familiar, atendendo nessa nova tipologia aos critérios estabelecidos na Lei da Agricultura Familiar (Lei n.º 11.326/2006 - Anexo 1), numa nova leitura da condição do produtor. Os dados analisados são o número dos estabelecimentos, a área, o valor da produção e pessoal ocupado, assim como estabelecimentos que declararam obter alguma receita, no ano da pesquisa, com turismo rural.

O Paraná representa apenas 7% do total de mais de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários do Brasil (tabela 12). Desse total dos estabelecimentos paranaenses, 85% é agricultura familiar.

TABELA 12 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR - BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ - 2006

ÁREA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Abs.)			NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	Total	Agricultura		Total	Agricultura	
		Não Familiar	Familiar		Não Familiar	Familiar
Brasil	5 175 489	807 587	4 367 902	100,0	15,6	84,4
Sul	1 006 181	156 184	849 997	100,0	15,52	84,48
Paraná	371 051	68 144	302 907	100,0	18,37	81,63
Paraná, que obtiveram receitas	286,450	52,910	233,540	100,0	18,5	81,5
Paraná, Receitas com Turismo Rural	279	115	164	100,0	41,2	58,8

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

Da mesma forma, na tabela 13, os dados demonstram que o Estado do Paraná teve 26,5% dos estabelecimentos da região Sul que obtiveram alguma receita com turismo rural, sendo que os empreendimentos da agricultura familiar foram mais bem-sucedidos (26,9%). O Paraná, entretanto representou apenas 7,9% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

TABELA 13 - NÚMERO E PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR QUE OBTIVERAM RECEITAS NO TURISMO RURAL - 2006

ÁREA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS			ATIVIDADES DE TURISMO RURAL NO ESTABELECIMENTO		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Brasil	3.620.670	589,5	3.031.170	3.551	1.363	2.188
Sul	805.401	123.618	681.783	942	354	588
Paraná	286.450	52.910	233.540	279	115	164
Brasil %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sul %	22,2	21,0	22,5	26,5	26,0	26,9
Paraná %	7,9	9,0	7,7	7,9	8,4	7,5

FONTE: IBGE/Censo Agropecuário (2006)

Ao desagregar por mesorregiões geográficas do IBGE, esses dados apontam claras especificidades regionais (IPARDES, 2010) convertendo-se numa das múltiplas dimensões que definem as espacialidades próprias ou específicas para o conjunto do Estado (IPARDES, 2006).

Do total de 371 mil estabelecimentos no Paraná, 303 mil estabelecimentos agropecuários se enquadram na condição de agricultura familiar, para um total de 81,6% do total (tabela 14). Do total dos 371 mil estabelecimentos, em torno de 77,0% obtiveram receitas na exploração da propriedade. Contudo, apenas 279 declararam ter obtido receitas com a atividade de turismo rural nesse ano.

TABELA 14 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR, PARANÁ E MESORREGIÃO GEOGRÁFICA METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006

ÁREA GEOGRÁFICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Abs.)			NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	TotalT	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Outras Regiões	340.593	63.575	277.018	91,8	93,3	91,5
Metropolitana de Curitiba	30.458	4.569	25.889	8,2	6,7	8,5
Paraná	371.051	68.144	302.907	100,0	18,4	81,6
Paraná, que obtiveram receitas	286.450	52.910	233.540	100,0	18,5	81,5
Paraná que obtiveram receitas com turismo rural	279	115	164	100,0	41,2	58,8

FONTE: IBGE/Censo Agropecuário (2006)

Na Mesorregião Metropolitana, 8,5% do total dos estabelecimentos obteve receitas pela atividade de turismo rural de um total de 30,8 mil estabelecimentos que obtiveram receitas nesse ano.

Do total dos estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas no ano de 2006, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba é a que mais se destaca, com 24,7%, seguido do Oeste e do Norte Central, cada uma com 15,8% (tabela 15).

TABELA 15 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS QUE OBTIVERAM RECEITAS NO ANO, TOTAL E DA ATIVIDADE, DE TURISMO RURAL - PARANÁ - 2006

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	TOTAL			ATIVIDADES DE TURISMO RURAL NO ESTABELECIMENTO		
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	Total	Não familiar	Agricultura familiar
Paraná	286,450	52,910	233,540	279	115	164
Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Noroeste Paranaense	8,3	10,8	7,8	5,4	0,9	8,5
Centro Ocidental Paranaense	6,1	7,1	5,9	4,3	6,1	3,0
Norte Central Paranaense	14,7	19,3	13,6	15,8	21,7	11,6
Norte Pioneiro Paranaense	7,7	9,1	7,4	4,7	3,5	5,5
Centro Oriental Paranaense	4,5	6,2	4,1	7,2	13,0	3,0
Oeste Paranaense	15,9	15,5	16,0	15,8	8,7	20,7
Sudoeste Paranaense	13,1	7,8	14,3	7,9	4,3	10,4
Centro-Sul Paranaense	11,1	11,1	11,2	5,0	4,3	5,5
Sudeste Paranaense	11,3	7,1	12,2	9,3	6,1	11,6
Metropolitana de Curitiba	7,3	6,0	7,6	24,7	31,3	20,1

FONTE: IBGE/Censo Agropecuário, 2006

Na análise daqueles que declararam obter receitas com o turismo rural na agricultura familiar no Estado, dos 279 estabelecimentos no Paraná, 69 estavam na Região Metropolitana, o que representa um quarto dos estabelecimentos rurais de todo o Estado. Número este significativo, tendo em vista que o valor agregado da agricultura na mesorregião é muito pequeno se comparado com outras atividades concentradas na área. Isso também implica que, para cada cinco empreendimentos do estado que trabalha com turismo rural na agricultura familiar, um está situado espacialmente na Mesorregião Metropolitana de Curitiba.

É muito provável que seja ocorrência de fatores como a facilidade a acesso de informações e as novas alternativas de exploração da unidade familiar, bem como fazer parte da facilidade com que os técnicos extensionistas dão incentivo à atividade, graças às expectativas de mercado regional.

Ora, esse comportamento não foi exclusivo das unidades familiares, tendo em vista que o número de proprietários não enquadrados na agricultura familiar que declarou ter aferido algum tipo de renda com o turismo rural foi maior (33 contra 31 da

agricultura familiar). Se a busca por melhoria da renda agrícola no caso de proprietários não familiares perpassa pelo turismo, então é muito provável que a atividade realmente gere renda complementar, porém devem haver algumas barreiras à entrada desse mercado (qualidade, gestão, preços e principalmente uma adaptação urbana do meio rural) às quais o agricultor familiar não teria condições de atender facilmente.

Outra leitura desses dados pode estar relacionada à informalidade da atividade dentro da agricultura familiar, a ponto de, mesmo realizando algum tipo de atividade vinculada ao turismo, essa atividade não tenha sido declarada pelo seu proprietário. Uma última consideração pode ser produto de que quem declara no censo é o responsável pela propriedade¹⁰¹. FERREIRA (2002) destaca para o novo rural que,

Essa outra face do rural é uma tendência em expansão, porém ainda restrita. O rural e as pequenas cidades passaram a ser espaço residencial para uma faixa da população que trabalha nos centros maiores e também para aposentados. No entanto, por uma questão de mobilidade cotidiana e de acesso a serviços, esse fenômeno se restringe às áreas mais próximas das grandes e médias cidades. A precariedade do nosso meio rural constitui um freio para que se consolide como espaço residencial nos moldes das experiências europeias e norte-americanas. Em algumas regiões, cresce nos espaços rurais periurbanos, o número de cidadãos que se lançam em empreendimentos agrícolas ou rurais com finalidades não agrícolas, desenvolvendo um contínuo intercâmbio com as cidades e otimizando as oportunidades disponíveis nos dois espaços (FERREIRA, 2002).

Os números do censo agropecuário, embora pouco representativos quanto à quantidade de estabelecimentos que declararam aferir rendimentos da atividade do turismo rural, são um claro indicativo da utilização do espaço rural como lugar de lazer e de consumo da paisagem que tem um valor em si e que pode se tornar um recurso importante para atrair atividades de desenvolvimento local naqueles municípios particularmente dotados de recursos naturais atraentes e mais distantes do entorno metropolitano. Embora o processo não seja incipiente, ele ainda enfrenta vários

¹⁰¹ Lembra-se que, neste caso, é muito comum que a atividade de café colonial, fabricação de pão, compotas e geleias está mais identificada com a mão de obra feminina. O estudo da Cadeia Produtiva do Turismo (IPARDES, 2009) constatou que na gastronomia há predominância da mão de obra feminina nos roteiros das Rotas do Pinhão. Autores como KARAM, 2001; CORONA, 1999; DAROLT, 2000 e FERREIRA são oriundos do doutorado em Meio Ambiente na década de 1990. As teses defendidas por eles tiveram como foco a Região Metropolitana de Curitiba, e ajudaram a maior produção de estudos.

obstáculos, como a existência de conflitos entre os desenhos de políticas públicas e sua aplicação nos territórios, e a ausência de boas estradas, serviços e infraestrutura que propiciem uma base às atividades turísticas no meio rural e em pequenas cidades¹⁰².

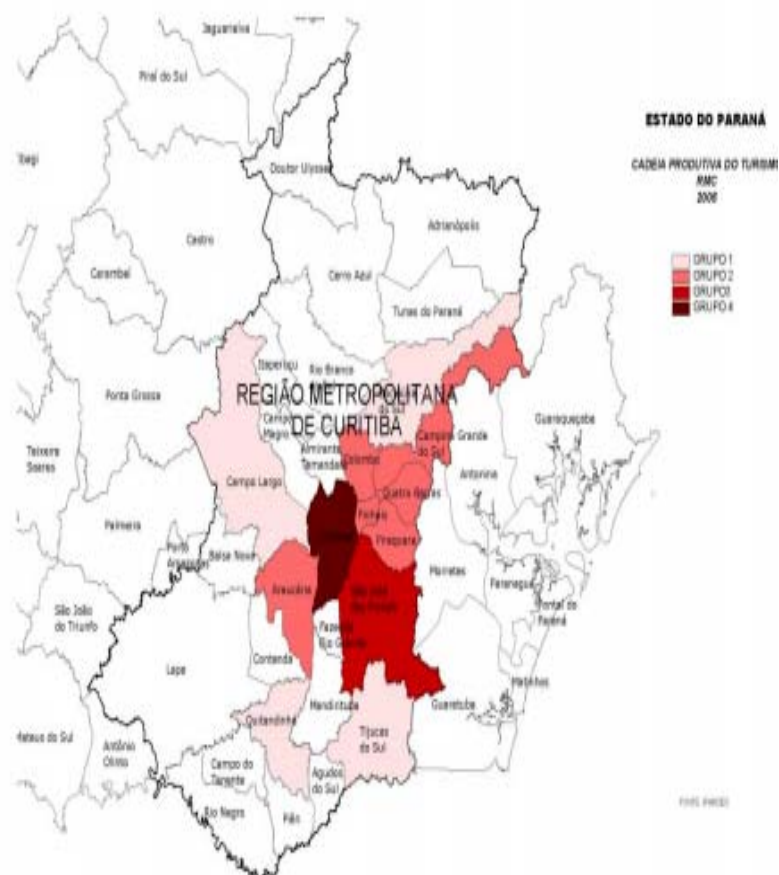
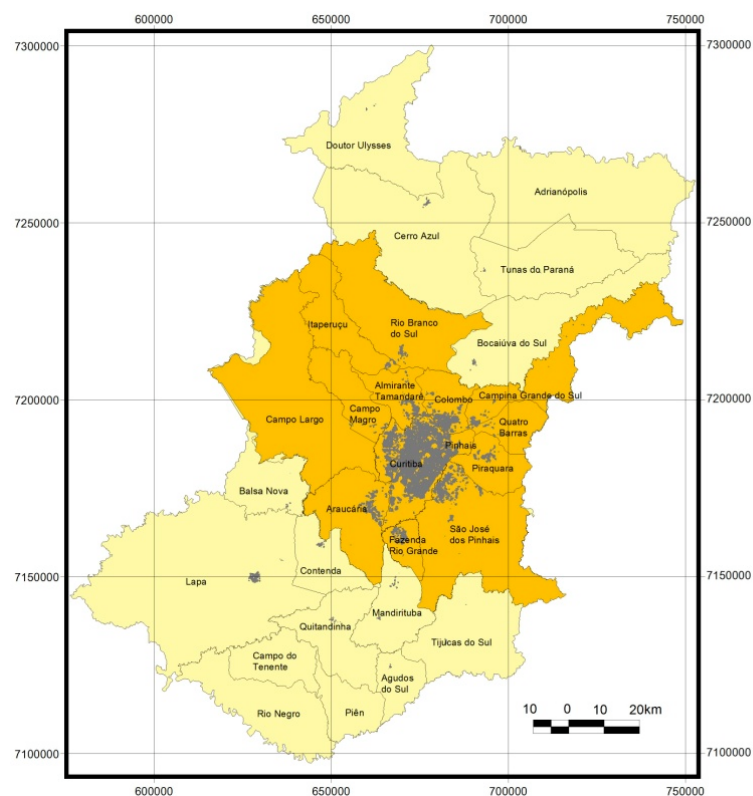
2.4.4 A cadeia produtiva do turismo nas rotas do pinhão: os estabelecimentos de meios de hospedagem e serviços de alimentação no espaço rural metropolitano¹⁰³

O perfil dos estabelecimentos dedicados ao turismo rural na RMC é composto por micro e pequenas empresas, muitas delas de caráter familiar, com escassa capacidade financeira e com pessoal ocupado e de gestão pouco preparados, portanto pouco diferente do que ocorre na área urbana (IPARDES, 2008).

Localizados principalmente no Núcleo Urbano Central (NUC), os estabelecimentos pesquisados no rural metropolitano, a partir dos dados da tabulação especial das atividades de Meios de Hospedagem e dos Serviços de Alimentação, obteve-se um perfil das práticas e formas de exploração do espaço (mapa 5). Em geral, dos equipamentos turísticos do espaço rural metropolitano pesquisados, 19 estabelecimentos de meios de hospedagem se autotransformaram como rurais e 32 serviços de alimentação.

¹⁰² Trabalho recentemente publicado pelo IPARDES (2010), analisando o Censo Agropecuário, levanta outras informações da mudança de padrões de vida do meio rural, quando destaca o uso de meios de transportes, televisões, computadores e informática nas propriedades rurais. Ver Nota Técnica sobre o Censo Agropecuário de 2006.

¹⁰³ A metodologia do Estudo da Cadeia Produtiva do Turismo foi realizada por amostra estratificada para todos os municípios do Estado do Paraná utilizando-se como base as regiões turísticas do Estado e o cálculo da amostra seguiu critérios de cálculo com base a uma série de informações nas que foram incluídos o IDH, a quantidade de estabelecimentos e número de atrativos e a segmentação turística Na Região Turística Rotas do Pinhão houve municípios que aderiram ao processo por interesse em obter posteriormente tabulações especiais dos empreendimentos pesquisados. Coube a cada município a responsabilidade do levantamento sob a orientação da equipe do IPARDES e da SETU (Apêndice 1 - tabelas A.1.8 a A.1.30).



MAPA 5 - NÚCLEO URBANO CENTRAL E MUNICÍPIOS PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NA RMC

FONTES: IPARDES (2008, 2012)

A seguir se apresenta uma tabela resumo dos resultados obtidos em campo.

TABELA 16 - PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO - CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO - ROTAS DO PINHÃO, RMC PARANÁ - 2006

continua

ITEM PESQUISADO	ATIVIDADES ⁽¹⁾	
	Meios de Hospedagem	Serviços de Alimentação
Número de estabelecimentos pesquisados	19	32
Número de pessoas ocupadas	276	360
Número médio de pessoal ocupado/estabelecimento pesquisado	15,0	11,3
Condição de posse do imóvel		
Próprio	78,9	81,3
Forma de administração		
Proprietário	84,2	90,9
Forma de divulgação		
Não faz	24,5	25,0
Impressos	53,1	68,8
Mídia	40,0	31,3
Internet	12,2	0,0
Origem dos frequentadores		
Da capital	...	87,5
De outros municípios do PR	...	84,4
Público local	...	68,8
Ano de início de atividade		
Até 1989	21,1	21,9
1990 a 1999	26,3	21,9
2000 a 2006	47,4	46,9
Não respondeu	5,3	9,4
Forma de pagamento		
Cartão de débito	(2)	31,3
Cartão de crédito	(2)	25,0
Características da mão de obra		
Sexo feminino	56,2	55,6
Sexo masculino	43,5	43,6
Não informado	0,4	0,8
Tipo de vínculo		
Formal	52,9	54,2
Mão de obra temporária		
Sim, contrata	57,9	37,5
Eventualmente	31,6	21,9
Experiência de trabalho		
Sim, exige	47,4	40,6
Treinamento da mão de obra		
Sim, a empresa oferece	63,2	59,4
Financiamento		
Sim, já utilizou	26,3	18,8
Projetos de melhoria		
Ampliação da estrutura	13,2	65,6
Reforma	65,1	56,3
Capacitação	16,0	25,0
Tecnologia e equipamentos	35,8	28,0

Dificuldades para executar o projeto

Sim 71,7 84,5

TABELA 16 - PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NOS ESTABELECIMENTOS PESQUISADOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO - CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO - ROTAS DO PINHÃO, RMC PARANÁ - 2006

ITEM PESQUISADO	ATIVIDADES ⁽¹⁾	
	Meios de Hospedagem	Serviços de Alimentação
Parcerias ou atividades cooperadas		
Sim	10,5	19,3
Dificuldades na administração		
Falta de empregados qualificados	73,7	56,3
Fluxo limitado clientes	36,8	43,8
Impostos e taxas	57,9	50,0
Entidade de classe		
Sim, participa	68,4	62,5
Gestão ambiental		
Faz coleta seletiva	84,2	90,6
Tem Plano de Gerenciamento de Resíduos	68,4	50,0
Faz controle de desperdício de água e luz	84,2	78,1
Possui sinalização turística	22,0	46,4
Transações realizadas na região		
Uso de mão de obra local	89,5	81,3
Compra de produtos	73,7	90,6
Compra de serviços	63,2	40,6

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES

NOTA: Os percentuais foram calculados em relação ao total de estabelecimentos, com exceção dos itens relativos às características da mão de obra e ao tipo de vínculo, os quais representam o percentual em relação ao número de pessoas ocupadas.

(1) Número de estabelecimentos das atividades pesquisadas foi aleatório, em função da amostra calculada para a RMC, incluída a condição urbana e rural.

(2) Este item não foi tabulado para esta atividade.

No ano da pesquisa esses estabelecimentos ocuparam 636 pessoas, equivalentes a uma média de 16,1 empregados por estabelecimento nos meios de Hospedagem e 11,5 pessoas/estabelecimento nos serviços de alimentação.

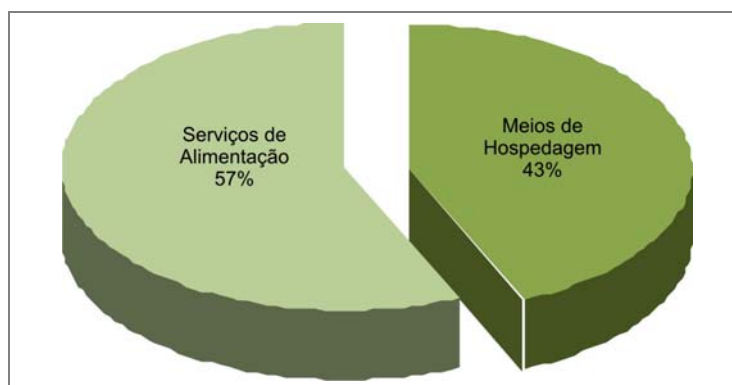


GRÁFICO 5 - PESSOAL OCUPADO NOS EMPREENDIMENTOS RURAIS PESQUISADOS NA ROTAS DO PINHÃO - 2006

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo CPT - Tabulações especiais

Na opinião dos administradores ou donos dos estabelecimentos que responderam os questionários a partir de diversos temas que envolviam a análise da cooperação e dos entraves para o desenvolvimento da atividade, via de regra, esses equipamentos apresentaram as seguintes características: a condição de posse do imóvel é própria para 79% dos estabelecimentos de meios de hospedagem, contrariamente à tendência no urbano; 81,3% dos imóveis dos serviços de alimentação são próprios; 81% dos estabelecimentos são próprios e 91% administrados pelo proprietário (IPARDES, 2008a e b).

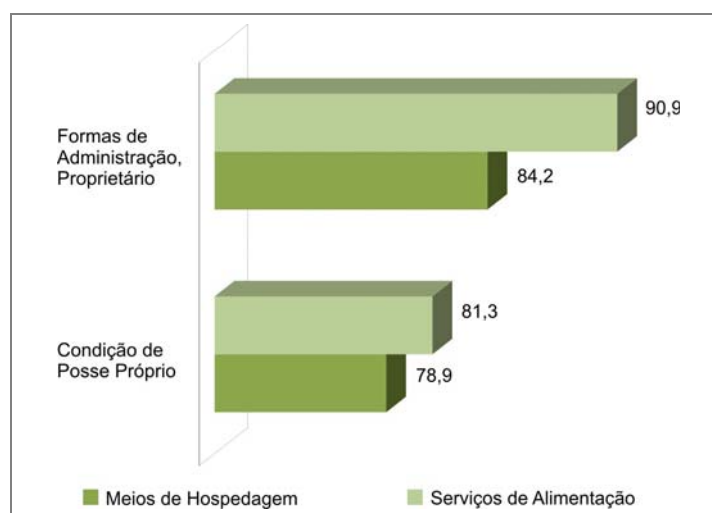


GRÁFICO 6 - FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO E CONDIÇÃO DE POSSE DOS EMPREENDIMENTOS RURAIS DA ROTAS DO PINHÃO - 2006

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo CPT - Tabulações especiais

Das formas de divulgação, mídia e propaganda, a Rotas do Pinhão segue a tendência dos estabelecimentos do estado, tendo em vista que os meios de hospedagem se utilizam da internet (12,2%) enquanto os serviços de alimentação não se utilizam desse veículo. Por outro lado, a distribuição de impressos é majoritária (tabela A.1.6). Entretanto, 25% desses estabelecimentos não fazem nenhum tipo de divulgação, o que faz depender do "boca a boca".

A origem dos frequentadores é essencialmente da capital (Curitiba), de outros municípios do estado e, no caso dos serviços de alimentação, do público local.

Quanto ao tempo de operação, ou de início das atividades, chama a atenção que boa parte dos equipamentos entrevistados iniciou suas operações na década de 1990.

Em referência ao ano de início das atividades, observou-se que a maioria dos empreendimentos autodeclarados turísticos na área rural se instalou a partir da década de 1990, coincidindo com as primeiras propostas de implantação de roteiros e circuitos turísticos na região e no estado. A partir do ano 2000 esse processo se vê duplicado pela crescente demanda.

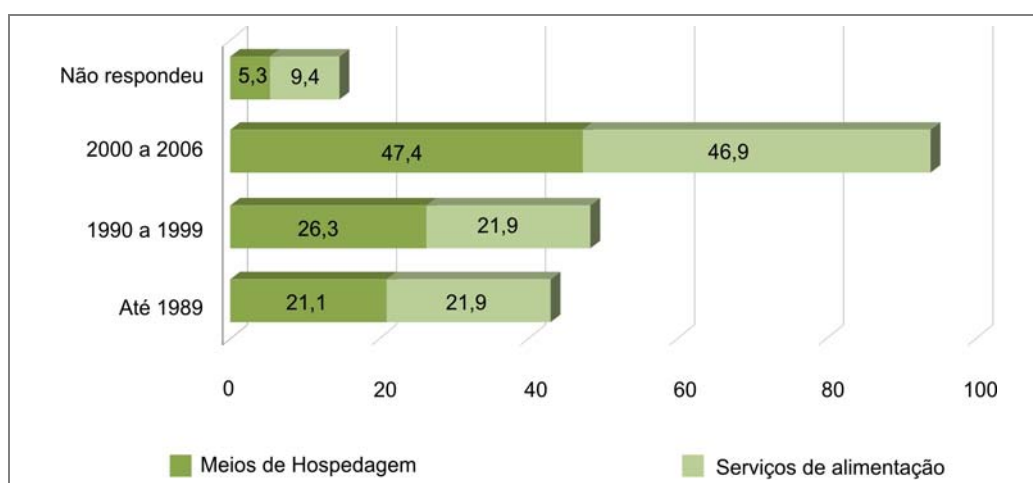


GRÁFICO 7 - ANO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES NOS EMPREENDIMENTOS RURAIS PESQUISADOS NA ROTAS DO PINHÃO - 2006

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo CPT - Tabulações especiais

Há uma predominância da mão de obra feminina e, embora exista vínculo formal de trabalho, também se contrata eventualmente de forma esporádica, sendo similar em ambas atividades, isto é, em torno de 56% da mão de obra que trabalha nesses estabelecimentos é feminina.

Dos Meios de Hospedagem, dos 166 estabelecimentos pesquisados 19 estabelecimentos da RMC se autodeclararam rurais (11,4%), sendo 05 hotéis fazenda, 01 SPA/resort, 08 pousadas e 01 camping, com um total de 700 leitos: 48% deles operava antes do ano 2000 (26% destes entre 1990 e 2000), se somados aos que iniciaram suas operações após esse ano, o percentual aumenta para 73,7% (tabela A.1.8); e 85% é atendido pelo proprietário.

A média de escolaridade está concentrada no ensino médio completo 31% e superior 13%, uma das médias mais altas do estado. Dos entrevistados, 48% dizem não exigir experiência de trabalho para contratação; só 27% realiza treinamento da mão de obra o que reflete processos de terceirização.

Quanto à articulação com outros elos, 40% dos entrevistados compram serviços na região, porém 84% afirmam comprar produtos da região; 76% contratam mão de obra local; 82% não utilizam financiamento e dos que utilizam, só 9% usam para investimento; baixo uso do capital (crédito como instrumento de crescimento da atividade), a questão não discriminava se o financiamento era PRONAF ou outra fonte de crédito.

A melhor média de participação tem-se nas associações de classe; 77% delas fazem parte. Porém, 78% não fazem parcerias ou atividades cooperadas. Não há tradição da região em trabalho cooperativo; deve ser incentivado pela governança para melhorar a eficiência coletiva.

Contratar empregados qualificados está entre uma das principais dificuldades que enfrentam os estabelecimentos (61%), junto com Impostos e taxas (65%) e manter os preços dos serviços (50%). Contraditório com a não capacitação.

Na pauta das questões ambientais, 84% dos entrevistados fazem coleta seletiva; 75% fazem controle de desperdício de água e eletricidade, porém 12% deles desconhecem o plano de gerenciamento de resíduos (obrigatório para meios de hospedagem).

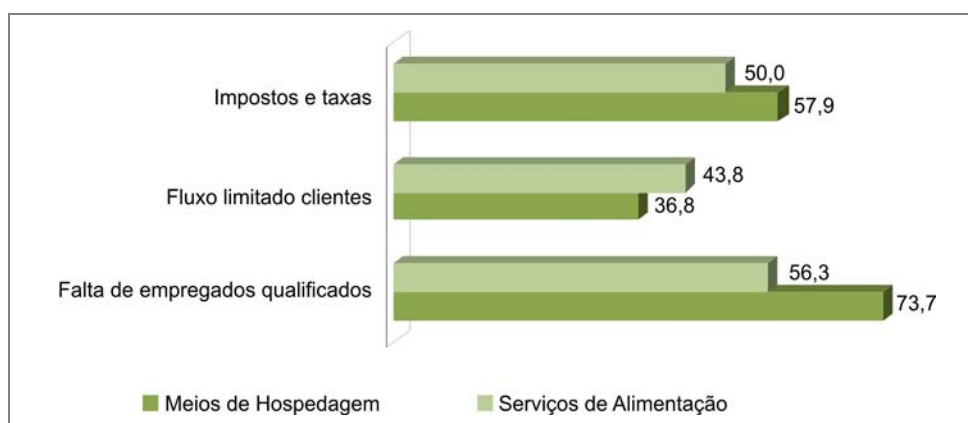


GRÁFICO 8 - DIFICULDADES NA ADMINISTRAÇÃO NOS EMPREENDIMENTOS RURAIS DA
ROTAS DO PINHÃO - 2006

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo -Tabulações especiais

Na Gastronomia Rural Metropolitana, dos 32 estabelecimentos pesquisados, 7% estão na zona rural, 18% no urbano-periférico. Dos que estão no espaço rural, mais da metade (51%) se instalou após o ano 2000.

Sobre a autoavaliação de categoria, 56% deles se consideram de categoria média. Há, no entanto, 14% luxo ou superluxo, o dobro da média do Paraná.

O tipo de gastronomia mais comum é 54% comida caseira, 26% cozinha internacional; 20% churrasco; 19% comida regional; não depende exclusivamente do turismo para crescer (92% clientes da própria cidade); 53% oferecem marmitex. A divulgação depende predominantemente dos impressos (67%) e do "boca a boca", pois 25% desses estabelecimentos não fazem divulgação.

A origem dos clientes é de Curitiba nos finais de semana (87,5%), durante a semana, quem trabalha, atende a própria cidade.

Dos estabelecimentos, 78% informaram não utilizar linha de crédito e 81% do total afirma não ter problemas para obter crédito; entre as dificuldades apontadas para "tocar o negócio" foram elencadas questões referentes à qualidade da mão de obra, sugerindo como política pública a capacitação em nível médio para a região (72%) e a melhoria da infraestrutura (estradas, 59%). Há uma maior participação em associações e sindicatos nesta atividade (62,5%).

2.5 CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

No Estado do Paraná os movimentos migratórios foram o ponto de inflexão do fenômeno de deslocamento da população rural em direção aos centros urbanos ao longo dos anos 70. Desde então, registrou-se nos municípios paranaenses um processo de esvaziamento populacional para regiões chamadas de fronteiras agrícolas em outros

estados ou, ainda, para os aglomerados urbanos em torno das regiões metropolitanas do Estado, reforçando as heterogeneidades estruturais existentes (BRANDÃO, 2007), bem como as desigualdades em torno de uma possível unidade regional.

De fato, o turismo representa uma oportunidade para o desenvolvimento socioeconômico de um território, porém é impossível generalizar esse fato como uma verdade tautológica. Esse tem sido o pecado dos que defendem o desenvolvimento do fenômeno turístico como panaceia do desenvolvimento regional em localidades onde nenhum outro segmento econômico é capaz de produzir excedente econômico para a reprodução do capital, nem consegue fortalecer redes locais para a criação de sinergias. No caso da RMC, o processo de desenvolvimento turístico começou com uma matriz regional, mas com pouca dimensão das escalas e dos processos de turistificação em andamento. Nasceu pela preocupação do uso dos espaços rurais e de preservação para avançar numa vertente mais afinada com a chamada sustentabilidade, sem identificar qual o relacionamento entre as escalas de poder: Federação, o Estado e os Municípios, na construção dos chamados produtos e roteiros turísticos.

Quanto à construção das sinergias, convergências e os conflitos inerentes às relações entre agentes e atores na produção dos espaços turísticos produto da especialização produtiva regional, saliente-se a existência de uma ampla bibliografia trabalhada nas diversas tessituras da RMC e que tratam o espaço a partir das transformações socioeconômicas e espaciais ocorridas na RMC. A intenção desta análise foi identificar como se inseriu o turismo e quais foram os pontos de convergência e entender os já constatados conflitos da apropriação do espaço pelo turismo na RMC. Ficou claro que há sim muitas disparidades dentro da região em termos turísticos, herdadas dos ciclos de acumulação capitalista e pelos problemas decorrentes desses ciclos, que provocaram o crescimento demográfico no aglomerado urbano de Curitiba e a expressiva canalização de recursos.

As instituições que defendem o turismo no planejamento e na implementação das políticas públicas aparecem ora presentes, ora ausentes da própria realidade metropolitana. Como lembra Silveira (2002, p189), "aos problemas ambientais e

sociais acrescente a ineficiência, a não efetividade e, em certos casos, a ausência das chamadas políticas públicas". Para o turismo rural metropolitano, foi reservado um enxoval de descontinuidade das ações.

Porém, a intenção desta reflexão foi a de buscar evidenciar em que termos os conceitos de desenvolvimento e do turismo rural mantém alguma inter-relação no espaço metropolitano. A primeira questão perpassa por entender o que é a RMC e qual a relação do espaço rural periurbano como fenômeno que sintetiza as contradições de processos das múltiplas territorialidades que nele convergem. O modelo de Lundgren (1974) verteu alguns indicativos desse processo, do qual outros autores são recorrentes e agregam novas práticas. Em tese, pois nem todos participam desse processo tendo em vista os dados do Censo Agropecuário, o rural metropolitano vem jogando um duplo papel social, ao integrar propriedades da pequena produção familiar no circuito da comercialização de um turismo rural que valoriza a propriedade e permite ganhos de renda adicionais em atividades de serviços prestados em atividades de lazer.

Ainda, no caso específico da RMC, tem servido para amortizar uma compensação ambiental, porque muitas das propriedades estão encurraladas às restrições de uso a tecnologias que permitiriam um ganho adicional de produtividade para a limitada atividade agrícola e hoje conflitam com as bacias hidrográficas nas áreas de mananciais que abastecem o urbano. Embora uma questão emblemática, esse tema tem sido objeto de análise por especialistas (ARAUJO, 2000; HART, 2004, DESCHAMPS, 2004), que têm avaliado a importância como variável que pressiona tanto os assentamentos humanos na área periurbana como o mundo rural na RMC.

Esses são apenas alguns dos reflexos do grande anacronismo que compõe os processos de turistificação de territórios (KNAFOU, 2001), onde o importante é capitalização e auferição de lucros e não a sustentabilidade e o desenvolvimento das populações locais. E assim, "o planejamento imposto em escala federal, baseado na racionalidade e na funcionalidade, necessitando de infraestrutura pesada a cargo de setor público [...] causa um grande ônus social às comunidades locais, tanto de forma indireta, como de forma direta" (RODRIGUES, 2006, p.308).

A turistificação dos lugares ocorre por uma cada vez maior pressão pelo consumo, pois, como bem estabelece Knafo (2001), há três formas possíveis de que esse consumo se realize e o resultado dos processos de territorialização do turismo é medido pela integração das novas regiões no consumo global.

Os dados da pesquisa de campo da Cadeia Produtiva, na tabulação especial dos empreendimentos entrevistados na área periurbana e rural da Região Turística Rotas do Pinhão apresentados aqui, vão delineando um rápido perfil de como se constrói a lógica dos agentes e como repercute nos atores e comunidade: é nas suas representações do real, nos seus comportamentos singulares e nos seus sistemas de valores, todos estes imbricados no território, que se formatam as novas territorialidades e se consolida o processo de turistificação, com a consequente deturpação de valores intrínsecos das comunidades que representam, pela ausência de orientação da política específica para o turismo rural.

Os resultados apresentados da cadeia produtiva do turismo nas atividades de meios de hospedagem e de serviços de alimentação, tabuladas especialmente para este trabalho, mostram proprietários de meios de produção agropecuários, lançados ao sistema de produção de serviços para o mercado turístico, que formam sistemas híbridos de ocupação não agrícola, cuja origem e destino final não são exclusivos do lugar, pois atendem às demandas urbanas no meio rural e com sistemas de compras e vendas (de insumos) que, na maioria das vezes, os beneficiários diretos dessas longas cadeias de serviços se encontram concentrados em empresas da metrópole (redes de atacadistas, ou serviços especializados).

Como foi visto acima, a dinâmica institucional dos agentes na região apresentou graves problemas para a implantação de uma política pública do turismo rural mais eficiente. Notou-se, porém, a necessidade de compreender o campo de ação dos agentes envolvidos no processo. Assim, no próximo capítulo pretende-se aprofundar a compreensão dos dilemas do turismo rural na Região turística das Rotas do Pinhão, a partir das observações de campo e confrontando os resultados obtidos entre os vários tipos de instrumentos de pesquisa realizados para atualizar as informações secundárias aqui apresentadas.

3 RESULTADOS DA PESQUISA: LEITURA E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO RURAL NA RMC A PARTIR DOS GESTORES

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

A metodologia adotada foi de análise exploratória do processo de desenvolvimento do turismo rural na RMC, buscando identificar os instrumentos utilizados na implementação das políticas públicas e convalidar as pesquisas com as entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2).

3.1.1 Análise comparativa de dados e levantamento de campo

Serviram para o diagnóstico da Região Turística Rotas do Pinhão as seguintes informações: i) Dados da internet foram checados posteriormente, por duas formas diversas, pesquisas documentais na SETU, e por pesquisa direta nos sites das prefeituras municipais; ii) Levantamento dos dados oficiais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. (Anos 2009 e 2010); iii) Censo Agropecuário 2006 - IBGE, tabulações especiais da RMC. Considerando a RMC com e sem o Litoral do Paraná; iv) Tabulações especiais da pesquisa da Cadeia Produtiva do Turismo do Estado do Paraná, para a RMC. Municípios da amostra do NUC.

O levantamento de campo iniciou-se por três ações diferentes. A primeira, o da visita de campo dos roteiros que conformam os diversos projetos implementados ou propostos do Anel Metropolitano do Turismo, percorrendo os municípios preliminarmente demarcados com base no critério distância dos centros turísticos.

Este trabalho foi realizado em dois momentos, o primeiro período, entre março e novembro de 2010, com a identificação dos elementos turísticos nos municípios

contemplados na pesquisa. Foi facilitada pelo coordenador do Turismo Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB e, um dos mentores dos circuitos (assim chamados na década de 1990) e roteiros do turismo rural da RMC. Foram visitadas propriedades rurais que ainda mantinham as características rurais e outras, que ao longo dos anos evoluíram para atividades de serviço e lazer periurbanos, como no caso de um parque das águas na região entre Almirante Tamandaré e Campo Magro. Realizaram-se três percursos com essa dinâmica: o circuito norte, visitando os municípios de Pinhais, Piraquara, Almirante Tamandaré, e Colombo. O Circuito Oeste, começando com Campo Magro e fechando em Campo Largo e São José dos Pinhais; e o Circuito Sul, com as cidades de Araucária, Fazenda Rio Grande, Lapa e Tijucas do Sul. Os contatos iniciais foram aleatórios, ora com representantes da EMATER, ora com representantes de turismo dos municípios.

No segundo período, em 2011, foram realizadas visitas de pesquisa observacional, na microrregião do Vale do Ribeira (em especial, Bocaiúva do Sul e Tunas do Paraná), onde houve contato com quilombolas e propriedades rurais com pequenas práticas de turismo rural e agricultura orgânica. Nessa ocasião, o trabalho de observação contou com o acompanhamento do grupo de pesquisa da Universidade Federal do Paraná - UFPR - Litoral, na aplicação de formulários em propriedades rurais que participam do programa dos Territórios da Cidadania.

Quanto ao desenvolvimento, à discussão sobre o tema não se esgotou na escala, se local ou regional, mas também pela necessidade de entender, como bem destaca Brandão (2007), as construções sociais do espaço e da região e identificar sobre que bases as novas relações de desenvolvimento se apoiaram.

Pesquisa direta e Entrevistas. Os instrumentos de coleta direta foram de dois tipos: o questionário e as entrevistas. Um segundo momento foi aplicado uma pesquisa direta, de questionário estruturado, com perguntas fechadas e uma única pergunta aberta, com os extensionistas da Região Metropolitana de Curitiba que historicamente vem atendendo às propostas de desenvolvimento do turismo rural na Região. O processo de pesquisa foi eletrônico, com preenchimento direto no computador e tabulação

sequencial. O processo foi aberto e encerrado no mês de dezembro de 2011 e procurou identificar quais dos percalços identificados no início do processo de construção das políticas para o turismo no espaço rural – realizado pela então EMBRATUR e o MAPA, junto com a ATER nacional – persistem na RMC na visão dos técnicos que trabalham na orientação de propriedades rurais da RMC.

Em paralelo, foram agendadas e realizadas entrevistas com os diferentes agentes da política pública do turismo rural, focados nas suas distintas escalas. O diagnóstico geral foi balizado pelas entrevistas semiestruturadas. No caso dessas entrevistas foi realizado um roteiro de temas semiestruturado com blocos de perguntas similares (GOMEZ, 1999, p.66), conforme a escala de atuação na região metropolitana, sendo aplicado de forma direta. Ao todo, ouviram-se 15 instituições, sendo 10 prefeituras, um órgão federal, três estaduais, uma instituição de ensino, um serviço social autônomo e uma instituição do sistema S. Também foram entrevistados consultores locais. Ao final de cada entrevista foram solicitados registros institucionais escritos (GIL, 1999, p.162).

Uma rica fonte de informações secundárias foram as entrevistas veiculadas em jornais e reportagens sobre a Região Metropolitana de Curitiba que se tem publicado regularmente nos jornais locais, por meio dos quais se buscou conhecer as opiniões dos dirigentes de órgãos federais, e instituições estaduais, assim como da conjuntura econômica que afetaram ao setor turismo no período em estudo e que ocorreram no decurso deste trabalho.

Quanto à entrevista, o procedimento foi aplicado da seguinte forma: o primeiro contato foi via email e após o retorno, por um contato telefônico era agendado um horário. No dia e hora do encontro marcado, fazia-se uma exposição preliminar do assunto explicando o objetivo do trabalho de dissertação, o roteiro da entrevista e o porquê da gravação da entrevista. Em alguns casos, entregou-se o roteiro da entrevista para que, com calma, o respondente pudesse acompanhar a evolução da entrevista e refletisse sobre sua resposta. O tempo médio das entrevistas foi de duas horas. Não foram encontradas dificuldades em relação ao atendimento do pesquisador,

nem argumentações quanto ao objetivo da pesquisa proposta. O número de entrevistas inicialmente proposto foi de 25 no total e foram realizadas 15 entrevistas.

Os agentes foram entrevistados em relação a eventos concretos da aplicabilidade e implementação da política pública; pertinência e conhecimento sobre a regionalização e a governança turística; planejamento e orçamento destinado à política pública do turismo e do desenvolvimento regional através da execução de atividades do segmento turismo rural. Outras questões foram direcionadas a entender o envolvimento desses agentes com o mercado e de seu relacionamento com a política pública do desenvolvimento rural.

Para a realização do questionário foram definidas três categorias de agentes: os agentes do sistema político-administrativo (ou os chamados agentes implementadores da política pública do desenvolvimento rural e do turismo). Outro grupo de agentes do sistema da cadeia produtiva do turismo atuantes na região e, um terceiro grupo que envolve a comunidade local que atua no território e na região, envolvidos ou não com a atividade do turismo rural no seu município (quadro 11).

POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS E ESCALAS DE ATUAÇÃO	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Federal	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (entrevistado) UFPR - ITCP (entrevistado)	Ministério do Turismo - MTUR
Estadual	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR (entrevistado)	Secretaria de Estado do Turismo - SETU ECOPARANA (entrevistado)
Regional /Municipal	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC(entrevistado) Conselho de Desenvolvimento Rural - CDRsEscritório Regional da Agricultura Secretarias Municipais	Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba - ASSOMECC Fórum Metropolitano Secretarias Municipais (selecionados e entrevistados)

QUADRO 11 - AGENTES E INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

FONTE: Pesquisa Qualitativa (2011)

Note-se que, como recorte metodológico, não foram identificados atores do processo da comunidade, produtores rurais, donos de estabelecimentos que trabalhem com turismo rural; tampouco foram procurados empreendedores urbanos que

trabalham no turismo rural ou nas áreas periurbanas, assim como não se incluíram associações ou representantes comunitários. No caso dos empreendedores e seu mercado, levou-se em consideração a análise dos estabelecimentos da Cadeia produtiva do turismo (IPARDES, 2008b).

As entrevistas aconteceram com uma pauta de análise que envolveu três grupos de variáveis, dimensionadas por Cruz (quadro 12), a saber: a) O modo de desenvolvimento; b) A infraestrutura e mercado (identidade local?); c) A gestão Institucional¹⁰⁴.

DIMENSÕES	PASSADO (até final dos anos 90)	POLÍTICA Vigente (2003-2010)	HIPÓTESES DOS CONFLITOS NA RMC (2003-2010)
Desenvolvimento Econômico Regional e Local	Geração de riqueza (desenvolvimento econômico a qualquer preço)	Geração de emprego e renda/ desenvolvimento sustentável	Segue a política pública nacional - Avaliação
Infra-estrutura	Criação de facilidades para a implementação de infraestruturas turísticas	Implementação/melhoria de infra-estrutura básica e de transporte	Plano de desenvolvimento do turismo Pr e PDITS-BID
Gestão institucional (Política pública)	Centralização - descentralização	Descentralização/cooperação/ gestão participativa	Segue a política pública nacional – Avaliação e percepção
Mercado	Estado passa de regulador/ interventor a Liberalização/ Desregulamentação	Estado regulador (agencias)/ interventor, PPP (parcerias) e orçamento público (LOA, emenda parlamentar)	Segue a política nacional – Avaliação e percepção
Escala	Nacional ⇔ Regional	Regional ⇔ Local	Regional ⇔ municipal vs regional ⇔ territorial
Natureza	Objeto de atração	Objeto de atração e de proteção	Criação de produtos e roteiros turísticos – O papel dos agentes
Espaço/ Região/ Território	Palco de ações deliberadas	Receptáculo de ações planejadas (espaço-objeto)	Conflitos na construção do Território e das territorialidades – o papel dos atores. A turistificação do espaço

QUADRO 12 - VELHOS E NOVOS PARADIGMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: PROPOSTA DE TRABALHO COM FOCO NA RMC

FONTE: Adaptado de Cruz (2006, p.345)

As dimensões propostas foram desenvolvidas nas entrevistas em blocos de perguntas que permitiram avaliar melhor o papel institucional dos agentes, as agências e a sua integração e interação com as políticas públicas do turismo rural na RMC.

¹⁰⁴ Tópicos de mercado, infraestrutura e gestão foram analisados nos capítulos precedentes, tratando de identificar as hipóteses defendidas pelo autor.

Finalmente, o roteiro de entrevista teve algumas áreas de sombra, para poder identificar respostas comuns para os mesmos problemas. Uma dessas áreas colocou em pauta conceitos sobre o desenvolvimento, conforme sugerido por Brandão (2007).

Durante a pesquisa de campo, a rede social funcionou como suporte para identificar pessoas chaves a serem entrevistadas, inclusive, aquelas que participaram do processo no período em estudo e já não se encontrava nas entidades e (ou) prefeituras, onde dirigiram o trabalho de desenvolvimento da regionalização do turismo. A seguir se apresentam os principais resultados das pesquisas.

3.2 VISITAS DE CAMPO: A REPRESENTATIVIDADE DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL NO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Com base nas tabulações dos dados do censo agropecuário de 2006, dos estabelecimentos que declararam aferir algum tipo de renda com a atividade de turismo rural e na pesquisa de campo da Cadeia Produtiva do Turismo, realizada pelo IPARDES no ano de 2006, com tabulações especiais feitas para esta dissertação em torno dos empreendimentos autodeclarados rurais, estabeleceram-se nexos entre as políticas públicas, as escalas de aplicação dessas políticas públicas do turismo na região turística da Rotas do Pinhão. O apoio das políticas públicas sejam elas de planejamento urbano (pautadas pela COMEC) do âmbito rural (pautadas pela ação dos técnicos da EMATER) ou o envolvimento ou não das escalas local (na escala municipal) foram definidoras para o êxito e continuidade dos circuitos e roteiros existentes e para o maior ou menor grau de envolvimento da agricultura familiar.

Assim também ocorre uma notada ascendência de novos empreendedores, rurais ou urbanos que procuram o rural como local de investimentos no espaço rural. Pode ser chamado de turismo no espaço rural, ou de agroturismo, pois são empreendimentos tipicamente urbanos na área rural. Complementarmente, durante

os meses de julho e agosto de 2010 foram realizadas duas visitas técnicas aos 10 circuitos turísticos estabelecidos entre 1998 e 2004 para reavaliar o "estado da arte" onde a agricultura familiar foi preponderante na RMC¹⁰⁵. Muitos desses circuitos funcionam sem estruturas de apoio institucional ou só permanecem vigentes nas placas de sinalização turística (mapa 6).

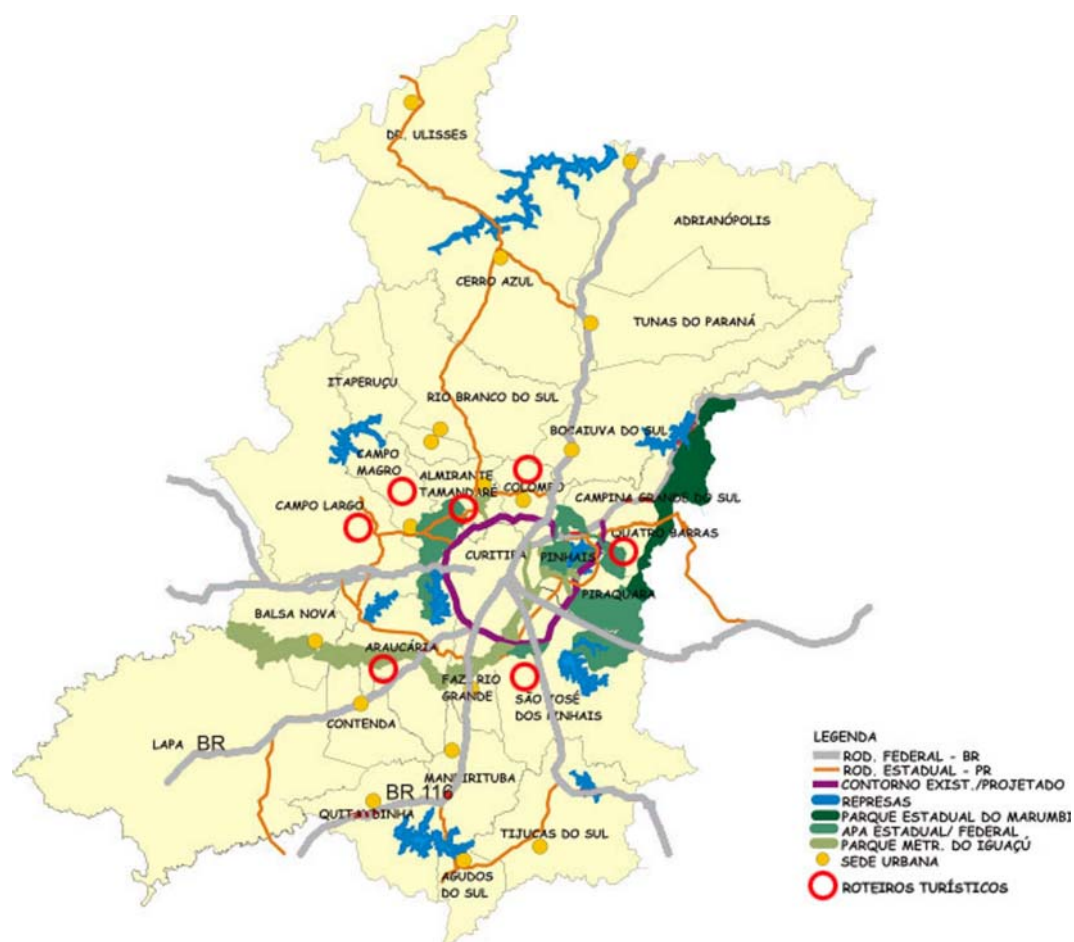
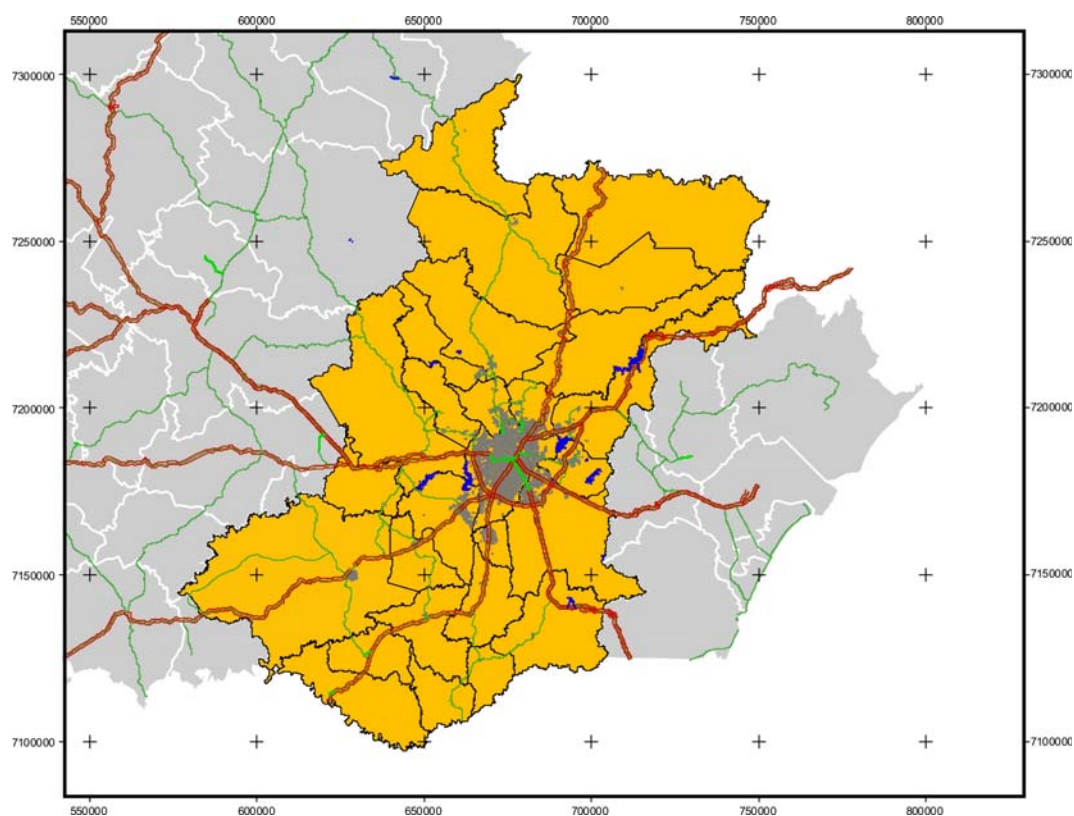
A linha de raciocínio das visitas foi a de entender como se deu a organização espacial do turismo na RMC e se ela é coerente com o que vem acontecendo com outras grandes regiões no processo de turistificação, obedecendo a regras e contrarregras de atuação ditadas a partir desse sistema espacial global, que tem como um dos agentes dinamizadores desse processo o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID¹⁰⁶.

Em visita técnica realizada nas últimas semanas do mês de agosto de 2010, foi constatada a existência de pequenos produtores rurais pertencentes a circuitos turísticos desenhados no século passado e que hoje lamentam o fato das prefeituras não dar seguimento ao processo. Foi constatada, entretanto, a convivência de algumas grandes propriedades com SPAs, bistrôs, restaurantes de grande porte que só abrem nos finais de semana, assim como a existência de pesques-pague de estilo mais popular até restaurantes-haras¹⁰⁷. A mercantilização do espaço rural se generaliza e se banaliza: os processos de troca, produção, distribuição e investimento passam a exaltar o urbano dentro do espaço rural. O mapa 7 apresenta a proposta dos circuitos realizados pela EMATER-PR.

¹⁰⁵ Os municípios visitados foram Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul, Colombo e Almirante Tamandaré na primeira. Almirante Tamandaré (Mergulhão), Campo Magro, Campo Largo e Araucária na segunda. Todos, municípios pertencentes ao primeiro anel metropolitano.

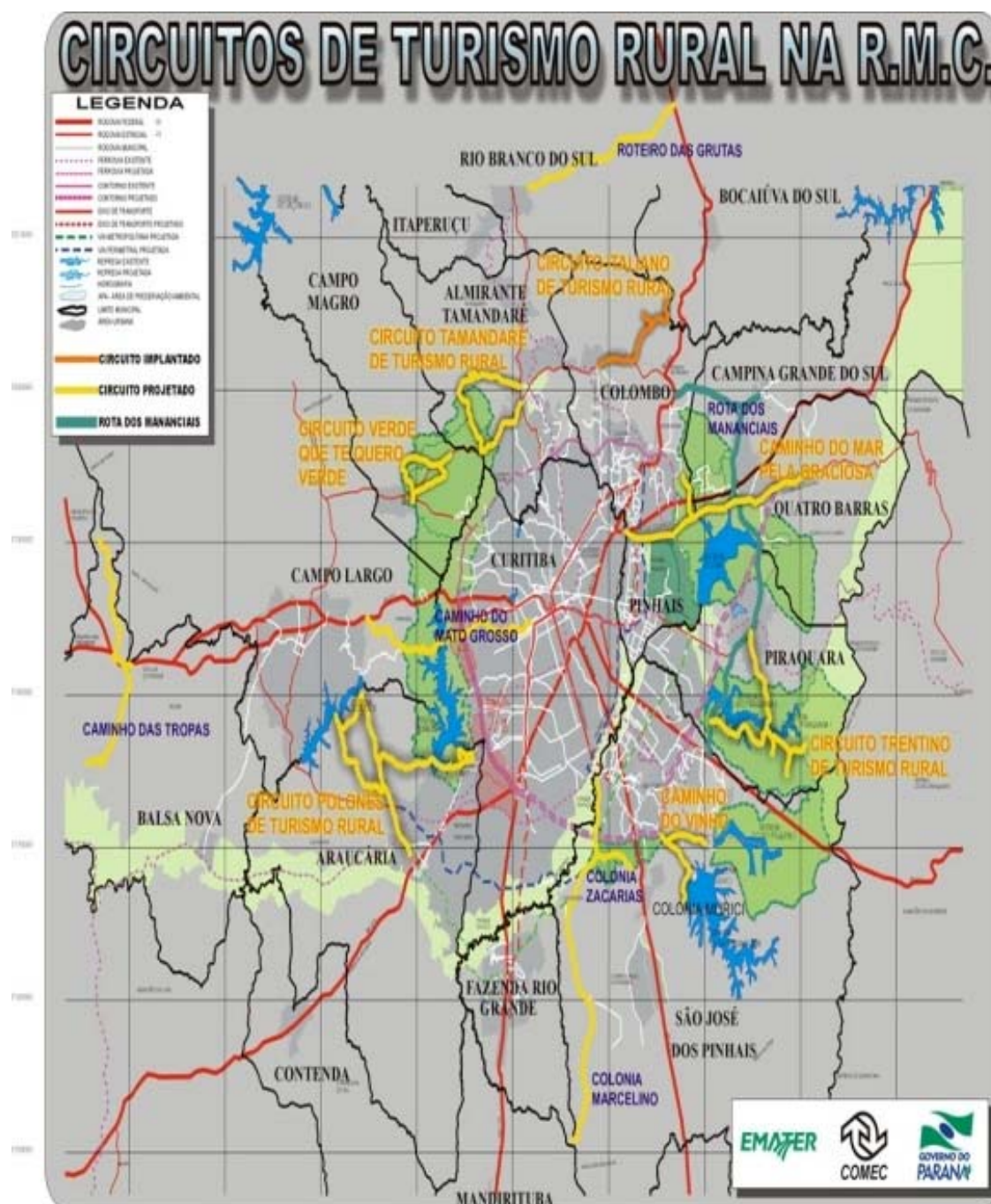
¹⁰⁶ É o BID que pauta mediante a imposição de planos de desenvolvimento e orientando a forma de utilização dos financiamentos a dinâmica na construção do turismo no Brasil e a inserção da região metropolitana de Curitiba (RMC). Ver também termo de referência do PRODETUR - BID (2004), disponível no site do MTUR.

¹⁰⁷ Donos de cavalos que colocam à disposição do público seus animais para cavalgadas, com orientação técnica. Um deles funciona como uma marinha ou hotel de animais, os curitibanos donos de cavalos podem deixar seu animal bem cuidado por uma taxa de aluguel, com atendimento médico e tratamento adequado durante a semana. O restaurante de chef de cozinha especializado em França.



MAPA 6 - ROTEIROS TURÍSTICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FONTES: IPARDES (2011); Sszhuman (2006 *apud* NITSCHKE, 2007)



MAPA 7 - CIRCUITOS DE TURISMO RURAL NA RMC, EMATER/PR

FONTE: EMATER-PR/COMEC (2008)

Nas visitas observou-se que as estratégias de reprodução social das famílias rurais da região contêm práticas que reforçam a condição de pequeno produtor rural constituído pelas referências da vida camponesa oriunda de seus antepassados de colonização europeia. Alguns deles, como constatado no município de Piraquara, Colombo e na Colônia Mergulhão em Almirante Tamandaré já adaptaram seus

empreendimentos rurais para o aproveitamento do fluxo de excursionistas e visitantes da região nos finais de semana, com o agravante de ter abandonado a atividade rural por completo ao longo dos 10 a 12 anos de atividade. Essas mudanças surgiram como forma de sobrevivência no mercado turístico abonados pelos esforços de "formatação de produtos" no território que a entrada de parcerias da Secretaria de Turismo junto ao SEBRAE tem desenvolvido na região¹⁰⁸.

Por outro lado, esses produtores lidam, também, com as pressões que surgem da ampliação do urbano pelas políticas públicas municipais de expansão do perímetro urbano e instalação de indústrias, algumas altamente poluidoras, demandantes em larga escala de recursos naturais (terra, água e infraestrutura de esgotamento sanitário e energia elétrica). Essas indústrias recebem de forma indireta um tratamento diferenciado (captação de água própria, impostos pagos são vinculados ao ITR e não ao IPTU, o pagamento de eletricidade consta como empreendimento rural, e há certas liberalidades no tratamento do lixo e do esgotamento sanitário) que, no entanto, representam oportunidades de emprego para as novas gerações das famílias na região e que os coloca em estreita relação com o urbano e a indústria.

Constatações similares foram já elencadas por vários trabalhos referidos (como os de NASCIMENTO; BELTRÃO, 2004; CORONA, 2006, 2010; HORA, 2007; NITSCHKE, 2007; NITSCHKE; NERI; BAHL, 2007; CANDIOTTO, 2008; SILVEIRA, 2008; e TELES, 2008). Na região metropolitana ainda coexistem tessituras e diversos contextos de ruralidades (WANDERLEY, 1997, 1999, 2001). quer na produção agropecuária para o mercado, quer na forte produção tradicional para o consumo em feiras tradicionais de Curitiba, quer na venda de excedentes e a pluriatividade.

Também, no atendimento às demandas de alimento e mão de obra locais, ou nas respostas às políticas públicas de modernização do campo que, mais recentemente, disputam acirradamente o espaço com as preocupações de conservação dos mananciais

¹⁰⁸ No afã de formatar produtos, a apropriação do espaço pelo turismo acaba fortalecendo a turistificação do espaço, na forma apontada por Silveira (2001) e definida por Knafou (2001).

de água e dos remanescentes florestais decorrente das políticas para o desenvolvimento sustentável e da agroecologia (mapa 7).

Nas visitas se percebeu o *continuum* rural-urbano. Posição defendida por Wanderley (2001) que considera o contínuo rural urbano como uma relação que aproxima e integra dois polos extremos e, nessa perspectiva, as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois polos e, por conseguinte, não representam o fim do rural, mas que, ao contrário, revalorizam as representações do rural e do urbano, representações estas que "...reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade" (WANDERLEY, 2001, p.33).

Outros autores trabalham com o *continuum* de forma diferenciada (KAGEYAMA, 2008, p.115). A autora reconhece que é grande a heterogeneidade dos territórios rurais no Brasil, colocando como exemplo da RM de Campinas, pelo que reclama a necessidade de uso das estatísticas disponíveis para identificar as regiões¹⁰⁹. A posição assumida neste trabalho é que o espaço rural de RMC, na Região Turística das Rotas do Pinhão, não podia ser analisado apenas como um transbordamento do aglomerado urbano – mesmo que esse seja um dos processos mais intensos e a mancha urbana avance sobre todo o núcleo urbano central –, nem como atrasado em relação à modernidade do urbano.

¹⁰⁹ Analisando a RMC de Campinas, a autora destaca a existência de: a) um rural em extinção, com predomínio de áreas improdutivas e loteamentos urbanos; b) uma área de predomínio da agricultura familiar, área marcada pela imigração europeia e atividades não agrícolas de lazer; c) outra área de predomínio de pequena propriedade rural familiar, com agricultura dinâmica combinada com atividades não agrícolas; d) áreas rurais de grande diversidade, com propriedades improdutivas, clubes, atividades de lazer, ao lado de uma outra de agricultura moderna e intensiva; e) áreas de proteção ambiental (APAs), não produtiva, com a presença de loteamentos, especulação imobiliária e lazer (gastronomia e haras); e d) com menor expressão área de pequenos produtores hortifrutícolas, orgânicos com atividades de turismo e preservação ambiental. Como pode ser observado, o descritivo realizado ajusta-se bem à Região Metropolitana de Curitiba.

A proposta perpassa pela identificação com o lugar de convergência entre urbano e o rural, com um modo de vida local, resultado do encontro entre o modo de vida rural e o modo de vida urbano – que se transforma e sobrevive sob diversas práticas, dentre as quais o turismo rural é das mais importantes.

O rural metropolitano não é sinônimo de agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 2002), há uma crescente influência da sua condição de periurbanidade e do movimento pendular da população e, embora o mercado seja um ponto de convergência, é ao mesmo tempo a arena de disputa dos recursos públicos disponibilizados pelas políticas ou do fluxo de visitantes que cresce sem qualquer monitoramento: as lógicas do rural ali manifestadas vão servindo de marco referencial para estudos mais abrangentes de seus efeitos no desenvolvimento do território.

As informações do banco de dados da EMATER, apresentadas no capítulo anterior e nas tabelas 17 e 18 a seguir, reforçam a ideia de *continuum* na área periurbana do aglomerado urbano de Curitiba. Desagregado por município se apresenta um resumo do total dos produtores atendidos, dos sistemas de produção, dos processos de comercialização e suas atividades principais foram resumidas a seguir, num total de 1964 propriedades, 187 das unidades são atendidas dentro da atividade estruturante do turismo rural.

Segundo informações da EMATER (ENTREVISTA, 2011), até o momento, a metodologia utilizada para atendimento varia entre atendimento no escritório, visitas, caminhadas, reuniões de dinamização, excursões de acolhida e receptivas, encontros, reuniões práticas e cursos (EMATER, 2012). E as categorias de público atendido pelo projeto turismo rural variam entre agricultor familiar (lei federal), agricultor patronal, trabalhador rural, jovem rural, mulheres, assentados e outros (para um total de 187 atendidos em 2010/11). Um total de oito técnicos. Ressalte-se o alto número de propriedades com meio ambiente concentradas em áreas florestais e reservas de mananciais dos municípios periurbanos, o que converge com a descrição feita pela autora (KAGEYAMA, 2008).

TABELA 17 - NÚMERO DE PROPRIEDADES ATENDIDAS PELOS EXTENSIONISTAS DA EMATER/PR NA RMC, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE DEMANDADA - 2010

MUNICÍPIO	TOTAL PROPRIEDADES ATENDIDAS ⁽¹⁾	TOTAL TURISMO RURAL ⁽²⁾	AGROINDÚSTRIA	ARTESANATO LOCAL NO TURISMO RURAL	AQUICULTURA E PESCA	MEIO AMBIENTE ⁽³⁾
Adrianópolis	
Agudos do Sul	
Almirante Tamandaré	151	...	8,0	147
Araucária	191	...	4	9	...	185
Balsa Nova	83	58	12	12	...	20
Bocaiúva do Sul	61		4	20	12	36
Campina Grande do Sul	144	4	2	17	111	13
Campo Largo	35	...	5	18	1	11
Campo Magro	135	...	3	...	60	83
Campo do Tenente	11	11
Cerro Azul	18		1	17		
Colombo	88	2	14	72
Contenda	4	4
Curitiba	
Doutor Ulysses	36	36
Fazenda Rio Grande	14	14
Itaperuçu	4	4
Lapa	67	...	17	2	...	49
Mandirituba	37	9	3	22	...	6
Piên	369	350
Pinhais	1
Piraquara	1
Quatro Barras	56	47	2	3	1	1
Quitandinha	51	...	5	49	...	26
Rio Branco do Sul	3	...	1	1
Rio Negro	47	36
São José dos Pinhais	267	37	4	...	84	144
Tijucas do Sul	90	30		61
Tunas do Paraná
TOTAL ⁽⁴⁾	1.964	187	85	198	276	1.249

FONTE: EMATER (2010)

- (1) Refere-se ao total das propriedades atendidas pelos extensionistas em cada um dos municípios da RMC; existem municípios sem atendimento.
- (2) O atendimento a propriedades do turismo rural pela EMATER é dividido em subgrupos como Mulheres, Jovens, Cooperativas, Outros, em razão de focar na implementação das políticas públicas e não nos atores que a recebem nas comunidades, optou-se por apresentar o total apenas.
- (3) Em função da localização geográfica dos estabelecimentos rurais o atendimento à atividade de meio ambiente pode derivar em práticas e manejo agroflorestais (Piên, Lapa) educação ambiental ou produção olerícola orgânica, para evitar a contaminação ambiental dos mananciais (Araucária, Almirante Tamandaré, Colombo, Campo Magro, São José dos Pinhais).
- (4) O total da soma das colunas não é igual, necessariamente, ao total geral. Há propriedades que são atendidas por mais de uma combinação de atividades, como, por exemplo, meio ambiente a aquicultura e pesca; ou agroindústria e artesanato local; ou, ainda, turismo rural e artesanato, o que de fato demonstra a possibilidade de combinações das ocupações agrícolas com as não agrícolas.

TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE PROPRIEDADES ATENDIDAS PELOS EXTENSIONISTAS DA EMATER /PR NA RMC, SEGUNDO TIPO DE ATIVIDADE DEMANDADA - 2010

MUNICÍPIO	TOTAL PROPRIEDADES ATENDIDAS ⁽¹⁾	TOTAL TURISMO RURAL ⁽²⁾	AGROINDÚSTRIA	ARTESANATO LOCAL NO TURISMO RURAL	AQUICULTURA E PESCA	MEIO AMBIENTE ⁽³⁾
Adrianópolis
Agudos do Sul
Almirante Tamandaré	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97,35
Araucária	100,00	0,00	2,09	4,71	0,00	96,86
Balsa Nova	100,00	69,88	14,46	0,00	0,00	24,10
Bocaiúva do Sul	100,00	0,00	6,56	0,00	19,67	59,02
Campina Grande do Sul	100,00	2,78	1,39	11,81	77,08	9,03
Campo Largo	100,00	0,00	14,29	51,43	2,86	31,43
Campo Magro	100,00	0,00	2,22	0,00	44,44	61,48
Campo do Tenente	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Cerro Azul	100,00	0,00	5,56	94,44	0,00	0,00
Colombo	100,00	2,27	15,91	0,00	0,00	81,82
Contenda	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Curitiba
Doutor Ulysses	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Fazenda Rio Grande	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Itaperuçu	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Lapa	100,00	0,00	25,37	2,99	0,00	73,13
Mandirituba	100,00	24,32	8,11	59,46	0,00	16,22
Piên	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	94,85
Pinhais	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Piraquara	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quatro Barras	100,00	83,93	3,57	5,36	1,79	1,79
Quitandinha	100,00	0,00	9,80	0,00	0,00	50,98
Rio Branco do Sul	100,00	0,00	33,33	0,00	0,00	33,33
Rio Negro	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76,60
São José dos Pinhais	100,00	13,86	1,50	0,00	31,46	53,93
Tijucas do Sul	100,00	33,33	0,00	67,78	0,00	0,00
Tunas do Paraná
TOTAL ⁽⁴⁾	100,00	9,52	4,33	10,08	14,05	63,59

FONTE: EMATER (2010)

- (1) Refere-se ao total das propriedades atendidas pelos extensionistas em cada um dos municípios da RMC, existem municípios sem atendimento.
- (2) O atendimento a propriedades do turismo rural pela EMATER é dividido em subgrupos como Mulheres, Jovens, Cooperativas, Outros, em razão de focar na implementação das políticas públicas e não nos atores que a recebem nas comunidades, optou-se por apresentar o total apenas.
- (3) Em função da localização geográfica dos estabelecimentos rurais o atendimento à atividade de meio ambiente pode derivar em práticas e manejo agroflorestais (Piên, Lapa) educação ambiental ou produção olerícola orgânica, para evitar a contaminação ambiental dos mananciais (Araucária, Almirante Tamandaré, Colombo, Campo Magro, São José dos Pinhais).
- (4) O total da soma das colunas não é igual, necessariamente, ao total geral. Há propriedades que são atendidas por mais de uma combinação de atividades, como, por exemplo, meio ambiente a aquicultura e pesca; ou agroindústria e artesanato local; ou, ainda, turismo rural e artesanato, o que de fato demonstra a possibilidade de combinações das ocupações agrícolas com a as não agrícolas.

3.3 PESQUISA DE CAMPO COM EXTENSIONISTAS DA EMATER

A aplicação do questionário (Apêndice 2), elaborado a partir da Oficina de Planejamento Subsídios ao Plano Nacional de Turismo Rural (EMBRATUR, 1998), permitiu o mapeamento e visualização da situação atual das políticas públicas para o turismo rural na Região Rotas do Pinhão a partir levantamento dos obstáculos encontrados na sua implementação. Naquela época foram avaliados nove itens, aos quais se agregaram outros dois. As áreas avaliadas foram: a) a falta de regulamentação das atividades do segmento; b) a informação e comunicação deficientes; c) pouca e nenhuma articulação institucional; d) incentivos insuficientes ao turismo rural; e) pessoal ocupado pouco capacitado; f) o pouco envolvimento das comunidades locais; g) precariedade da infraestrutura; h) política pública de infraestrutura básica pouco representativa; i) promoção e comercialização ineficiente do produto turismo rural; j) programas que serviram de alavanca para o turismo rural no período; k) o futuro do turismo rural na RMC.

A estrutura do questionário foi com perguntas fechadas e de múltipla escolha sem valoração. No caso do questionário, foi aplicado via internet para os técnicos extensionistas da EMATER na RMC, sendo uma amostra intencional. Houve certa demora na resposta dos extensionistas à pesquisa, pois os formulários foram enviados em data que coincidiu com o fechamento dos relatórios anuais da EMATER. O formulário foi elaborado pelo GOOGLE DOCS. Foram enviados 29 questionários, considerando os atuais técnicos e os antigos, muito dos quais ocupam posições fora do trabalho de extensão, nas prefeituras ou em outras escalas da própria instituição. Desses responderam 09 e 04 formulários ficaram invalidados¹¹⁰.

¹¹⁰ Checando os dados do Planejamento da EMATER, os técnicos respondentes foram os que atuaram ativamente desde a década dos anos 90 nos primórdios da implementação dos trabalhos do turismo rural na Região Metropolitana.

A vantagem do sistema na aplicação de questionários dirigidos com perguntas fechadas é seu rápido manuseio e posterior tabulação, embora represente inicialmente a necessidade de domínio das ferramentas da internet e de conhecimentos mínimos de informática para quem preenche o formulário. O resultado já vem tabulado e seu resultado em gráficos, o que permite uma rápida visualização. Os dados coletados nas pesquisas de campo foram analisados por meio da Estatística descritiva, utilizando-se, em alguns casos, o programa Excell e, apresentados em tabelas, figuras e gráficos a seguir.

a) Falta de regulamentação das atividades do segmento. No gráfico 1, a articulação das ações do Turismo com as demais políticas e órgãos governamentais é percebida pelos técnicos extensionistas. Ainda se dá de maneira limitada diante das necessidades e da característica multidimensionalidade e interdisciplinaridade que envolve a atividade. Assim 60% das respostas acusaram a falta de interação das diferentes legislações vigentes, seja para agricultura, seja para desenvolvimento rural e turismo no espaço rural (gráfico 9).

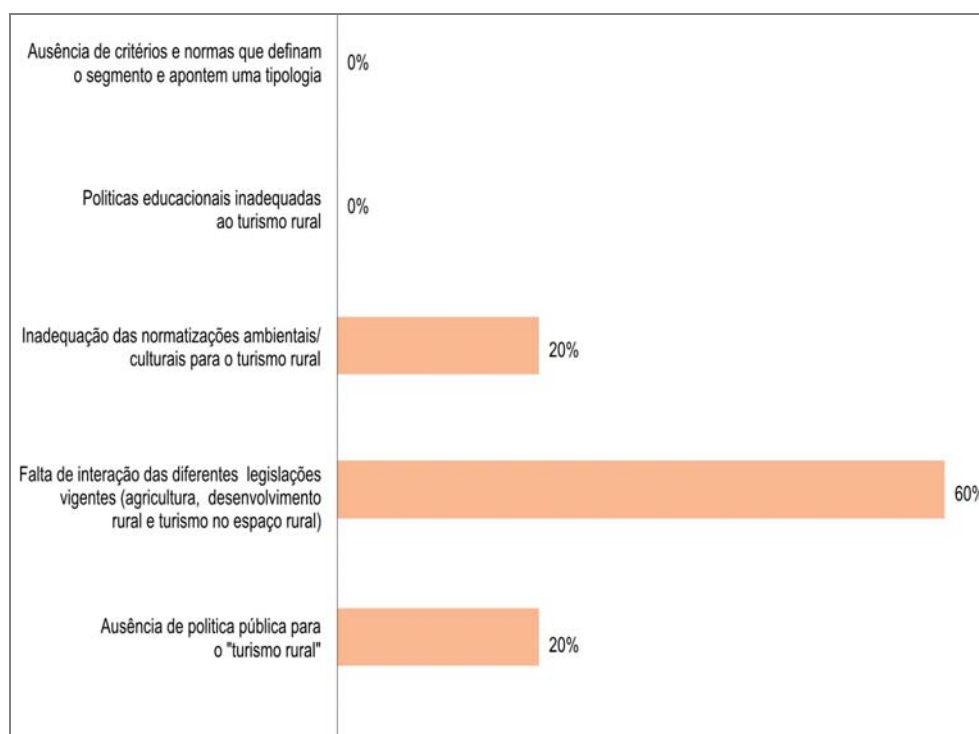


GRÁFICO 9 - ATIVIDADES DO SEGMENTO NÃO REGULAMENTADAS

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

b) A informação e comunicação deficientes. Embora a existência de programas de trabalho, diretrizes e normativas que amparam o turismo rural (ver Anexo 1), o processo de comunicação e de informação sofre com a falta de uniformização da linguagem para o turismo rural e com a falta de mapeamento do que se faz e quem faz (40%, respectivamente). E isso é indicativo de que as agências e os agentes tomam decisões a partir de seus planos de trabalho ou não tomam pela falta de definições, mas também porque não interatuam (gráfico 10).

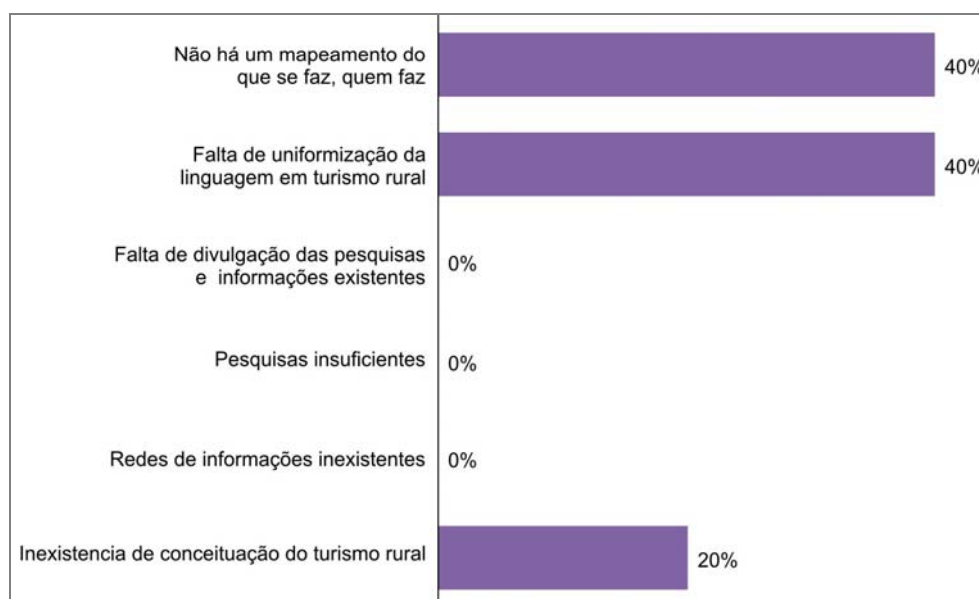


GRÁFICO 10 - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

c) Pouca e nenhuma articulação institucional. Analisando as políticas públicas do turismo nacional, Santos Filho (2008) já alertava para os riscos e as fragilidades implicadas na parcialidade de programas isolados dentro de um segmento tão complexo como o turismo. No turismo rural a falta de articulação dos atores exigiria um alinhamento estratégico de todos os planos, programas e projetos já estabelecidos para a região, que possa impactar diretamente o setor turístico e toda sua cadeia produtiva, com objetivo de sistematizar o processo de gestão destas informações, monitorar os resultados e retroalimentar os próprios programas e planos estabelecidos (gráfico 11).

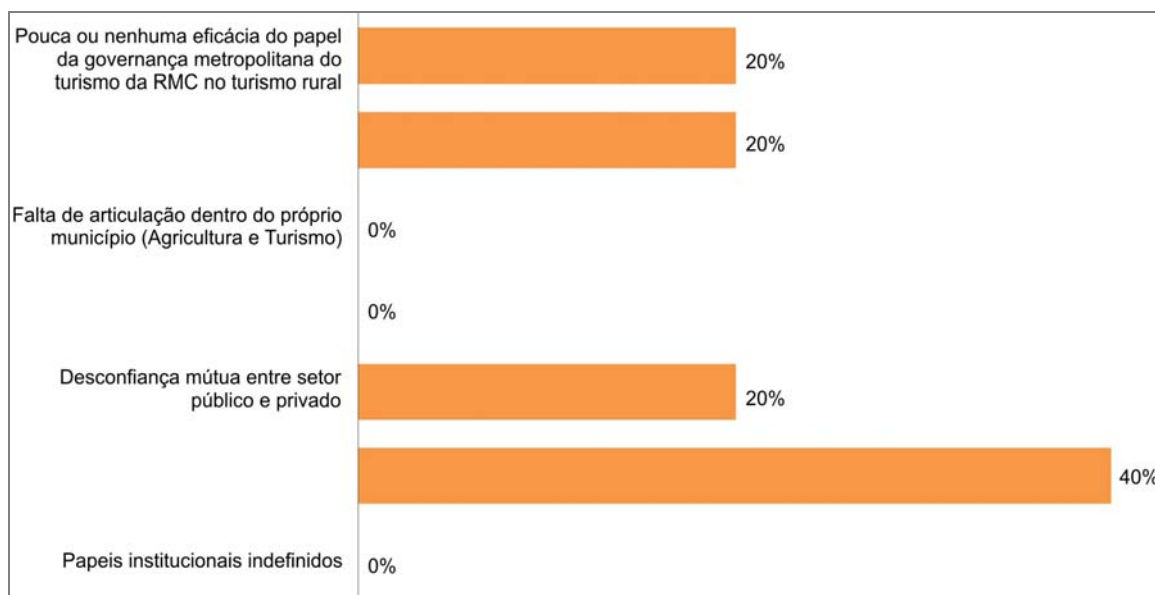


GRÁFICO 11 - ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

Os técnicos alertam para a falta de tradição de trabalho em parceria intra e interinstitucional (40%); para a pouca ou nenhuma eficácia do papel da governança metropolitana do turismo na região, na inexistência de uma estrutura gerencial de fomento à atividade, e para a desconfiança mútua entre o setor público e o setor privado (20% cada uma, respectivamente).

d) Incentivos insuficientes ao turismo rural. Há na atividade turística um processo natural de informalidade no tratamento e organização do estabelecimento no Paraná (IPARDES, 2008). Essa característica é exacerbada no turismo rural das Rotas do Pinhão, e é uma realidade com a qual lidam diretamente os extensionistas rurais, daí porque a maioria indica como um sério obstáculo a ser enfrentado pela rigidez das normativas vigentes. As exigências de garantias que demandam ao produtor rural a formalização da atividade é um empecilho não só para o dono de uma pousada, ou de um restaurante rural, mas também para aquele que produz produtos agroindustriais para consumo (gráfico 12).

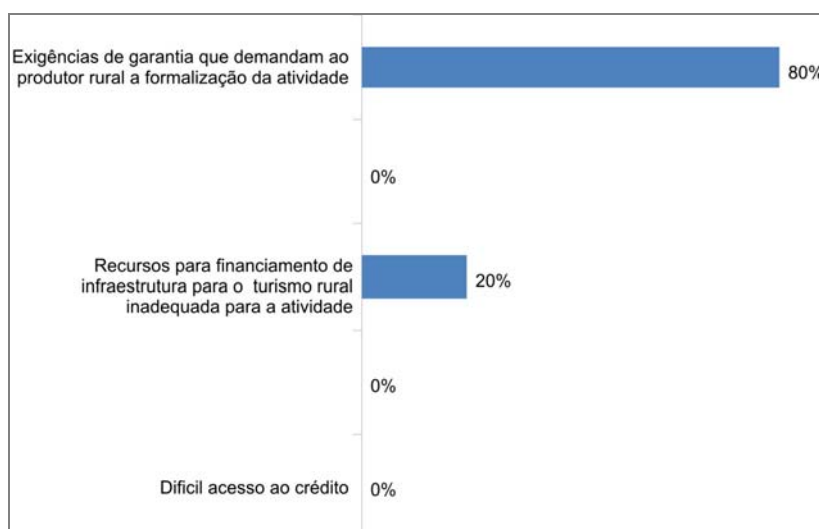


GRÁFICO 12 - FALTA DE INCENTIVOS AO TURISMO RURAL

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

e) Pessoal ocupado pouco capacitado. A atividade de turismo rural exige, além da informação necessária para interagir com os demais elos das políticas para o desenvolvimento de regiões, que os agentes estejam preparados para ajudar a enfrentar desafios comuns dos produtores rurais, numa atividade que por sua natureza impõe certos cuidados. Assim, os técnicos extensionistas numa visão autocrítica reconhecem que os agentes não estão preparados ou motivados o suficiente para o incentivo à atividade (40%) (gráfico 13).

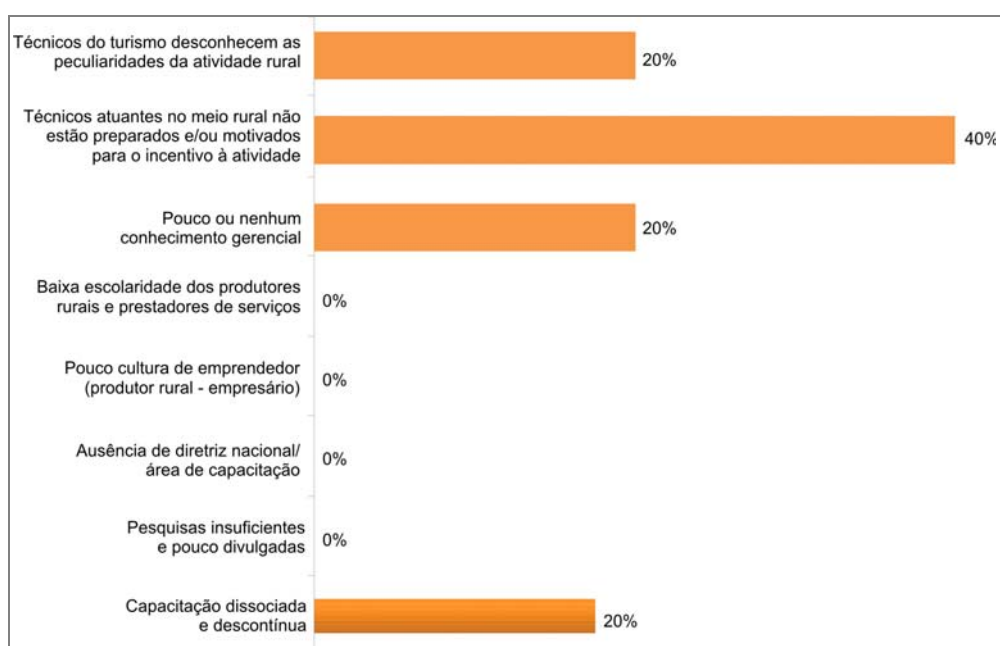


GRÁFICO 13 - PERCEPÇÃO SOBRE A CAPACITAÇÃO PARA O TURISMO RURAL

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

Somam-se a essa visão crítica, o fato que a capacitação ocorre de forma dissociada e descontínua (20%), o desconhecimento dos técnicos locais do turismo das peculiaridades da atividade rural (20%) e do pouco ou nenhum conhecimento gerencial dos próprios técnicos (20%).

f) Pouco envolvimento das comunidades locais. Chama a atenção da avaliação dos técnicos para a falta de visão sistêmica existente na região. Quarenta por cento deles apontam que há desconhecimento do turismo rural e das possíveis manifestações culturais, sociais e ambientais. Se não é crítico, é importante sublinhar que esse desconhecimento pode abrir espaço para a descaracterização, do produtor, da atividade, da cultura e dos cuidados com o meio ambiente que estão contidos no discurso e nos programas e políticas para o setor.

Persistem, ainda, a desarticulação entre os segmentos produtivos locais (serviços e produtos para o turismo) e a falta de conhecimento técnico geral sobre a atividade (20% cada uma das respostas, respectivamente) (gráfico 14).

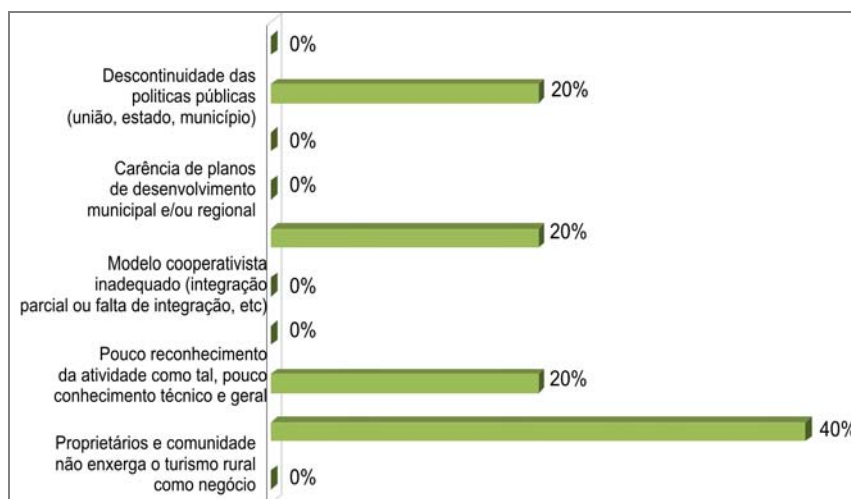


GRÁFICO 14 - NÍVEL DE ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

g) Precariedade da infraestrutura. Enquanto o item capacitação avaliava o técnico extensionista e seu relacionamento com a implementação das políticas de suporte para as propriedades rurais, neste item são avaliadas as propriedades da

RMC. Das respostas, uma ampla concentração aponta a informalidade do produtor rural no tratamento de questões como segurança, higiene, conforto e privacidade (80%) como o principal obstáculo que persiste no meio rural para o desenvolvimento da atividade (gráfico 15).

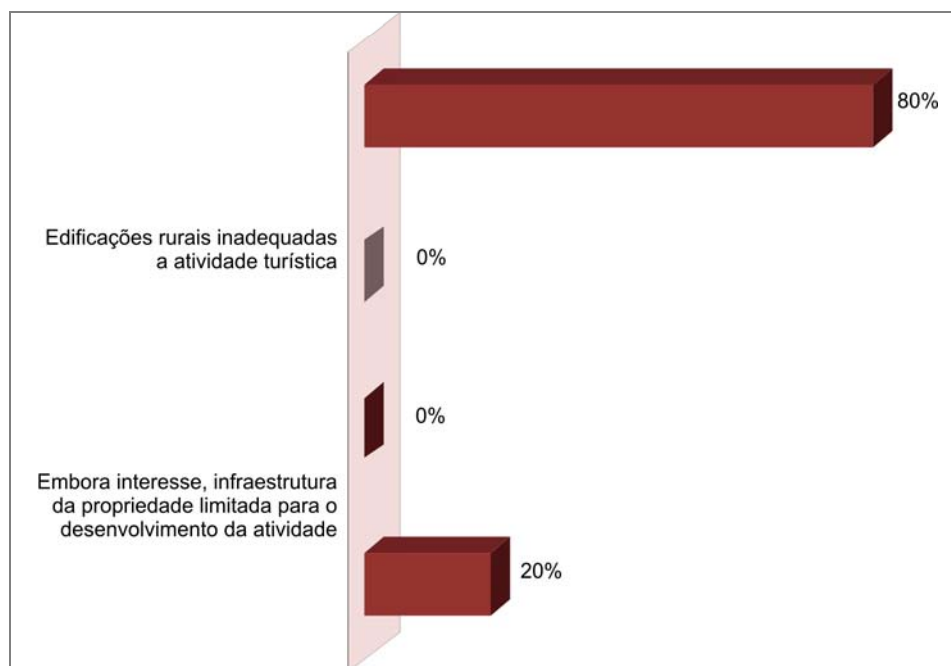


GRÁFICO 15 - PRECARIEDADE DA INFRAESTRUTURA DA REGIÃO ROTAS DOS TROPEIROS

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

Já em menor grau, mostra que há proprietários com interesse, porém a infraestrutura da propriedade é limitada para o desenvolvimento da atividade (20%).

h) Política pública de infraestrutura básica pouco representativa. Embora já ocorram investimentos na sinalização turística do espaço rural metropolitano, esse aspecto é ainda considerado um problema. A sinalização existente é adequada aos produtores rurais, porém não aos turistas (gráfico16).

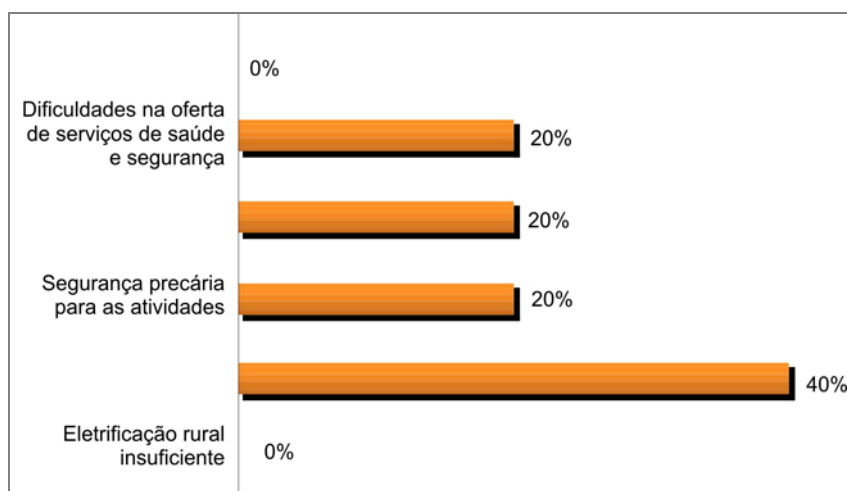


GRÁFICO 16 - POLÍTICA PÚBLICA DE INFRAESTRUTURA

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

As dificuldades naturais de falta de serviços de saúde e segurança aparecem elencadas, diferentemente da eletrificação rural, o que foi superado com o investimento nos programas de eletrificação rural do Estado.

i) Promoção e comercialização ineficiente do produto turismo rural. A comercialização é um tema tabu dentro da porteira dos empreendimentos rurais e fora dela. Somada à preocupação permanente de formatação de produtos turísticos, essa preocupação se torna inibidor de processo. As preocupações dos agentes extensionistas são múltiplas e atendem ao compromisso de serem eles os incentivadores da melhoria da qualidade de vida e da sustentabilidade das pequenas propriedades atendidas. Parte do sistema de comercialização rural já está estabelecida, com centrais de abastecimento regionais no aglomerado urbano de Curitiba, com as feiras organizadas na cidade de Curitiba onde participam muitos produtores (gráfico 17).

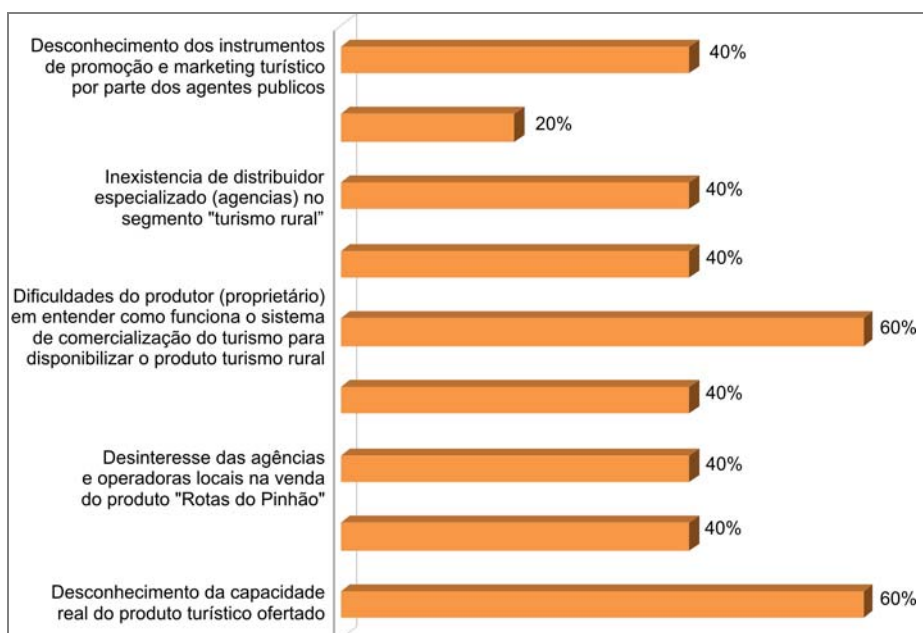


GRÁFICO 17 - PROMOÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

O grande entrave no turismo rural metropolitano na visão dos extensionistas gira em torno das dificuldades dos produtores rurais em entender como funciona o sistema de comercialização do turismo para disponibilizar os produtos turísticos (60%).

Todas as alternativas foram pontuadas, ressalte-se que os extensionistas reconhecem que o mercado consumidor do turismo rural metropolitano é conhecido, ao ser a alternativa que menos pontuação obteve.

j) Programas que serviram de alavanca para o turismo rural no período¹¹¹. A questão quis verificar o uso dos programas, nacionais e estaduais, por parte das propriedades rurais metropolitanas e o incentivo dado pelos técnicos para participar dessa atividade, que requer um mínimo de envolvimento na organização dos produtos a serem oferecidos. Na visão dos extensionistas, as caminhadas da natureza vêm exercendo esse papel de forma mais ativa (40%) (gráfico 18).

¹¹¹ A mesma pergunta foi realizada nas entrevistas, cujo resultado se apresentará mais adiante.

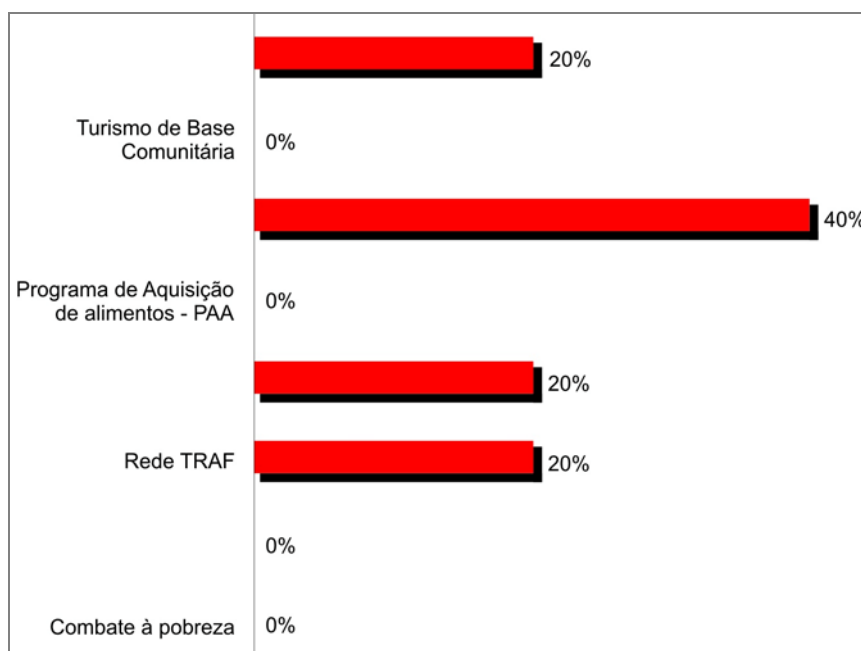


GRÁFICO 18 - PROGRAMAS QUE ALAVANCAM TURISMO RURAL

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

k) O futuro do turismo rural na RMC. Da mesma forma, houve o interesse de conhecer a preocupação com o futuro do turismo rural desses agentes da política pública de extensão rural. A maior parte espera uma ação mais efetiva no envolvimento da comunidade para o desenvolvimento do turismo rural (40%) (gráfico 19).

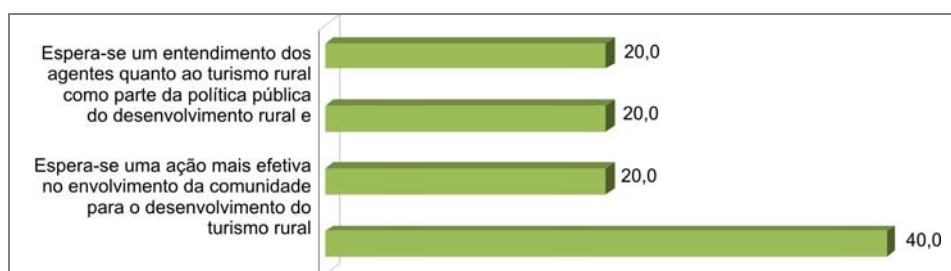


GRÁFICO 19 - O QUE SE ESPERA DO FUTURO DO TURISMO RURAL (%)

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

Não obstante, há certa consciência de que na região outros problemas são aviltantes, tais como a organização da governança regional que atenda às demandas do turismo rural (20%), melhoria do entendimento dos agentes do turismo rural como parte da política pública do desenvolvimento rural e da pluriatividade (20%) e que a formatação de produtos ganhe autonomia (20%).

Pelos resultados alcançados na pesquisa, pode-se chegar a algumas conclusões a respeito do das relações do turismo rural e o possível papel que ele venha a exercer na condição de atividade não agrícola. Uma delas é que na Região Turística Rotas do Pinhão, o transbordamento de atividades não agrícolas para o meio rural, geridas por proprietários majoritariamente vinculados à pequena produção familiar e praticadas por empreendedores que residem na área urbana, pode ser indicativo de uma crescente urbanização do rural, mas não por isso, sinal de uma integração sistêmica dos distintos setores da economia, muito menos, de uma abertura para o desenvolvimento regional como induz a pensar a proposta do Novo Rural de Graziano da Silva e Del Grossi (1999).

Há um ar de romantismo na proposta do Novo Rural que remete a estabelecer uma relação direta entre o tempo livre das famílias rurais e a vontade de gerar outras rendas não agrícolas. Pelas respostas dos extensionista se repara que há resistências de ambos os lados, tanto dos agentes que não tem interesse em conhecer essas formas (novas) de geração e gestão da propriedade rural que o turismo e outras atividades não agrícolas podem trazer. Foram mencionadas também a falta de integração interagências e a necessidade de agir regionalmente de forma integrada, além da falta do entendimento da atividade rural pelos técnicos do turismo, o implica desconhecer os ciclos produtivos, os valores culturais e de patrimônio que eles representam e que muitas vezes são deturpados pela imperiosa necessidade de colocar produtos na prateleira do supermercado do turismo¹¹².

Também há resistência dos por parte dos produtores rurais, que inicialmente induzidos a fazer mais uma atividade (permanente), muitas vezes abandonam o processo, seja porque não recebem o suporte devido para o início de uma atividade nova e desconhecida, seja pela falta de interesse de renunciar ao ócio ou ao desfrute

¹¹² Em alusão ao salão do turismo de 2011, cuja propaganda maior era uma prateleira de supermercado com um carrinho cheio de "produtos" turísticos.

da sua aposentadoria¹¹³. Há, contudo, potencialidades que não podem descartar as heterogeneidades sobre as quais se iniciou o processo na década de 1990 e que tem permitido, no período em análise, alongar até com resignação os problemas já existentes.

Silveira (2008) sublinha que no plano econômico, essas formas alternativas de turismo seriam vistas como uma opção para o desenvolvimento de regiões e localidades, cujas características as identificam como espaços rurais ou espaços naturais protegidos, ou simplesmente lugares que possuem recursos naturais e culturais não degradados e potencialmente exploráveis para fins turísticos. Outro aspecto destacado é que esses tipos de turismo foram apresentados com uma formatação diferenciada do produto turístico convencional ou de massa, na medida em que eram planejados como turismos especializados, geralmente praticados em pequena escala, assim como seu desenvolvimento, pois, além de ser economicamente viável, deve ter como princípios a preservação do meio ambiente e a promoção do bem-estar das populações locais¹¹⁴ (WHELAN, 1991; LINDBERG; HAWKINS, 1995; WAHAB; PIGRAN, 1997; RODRIGUES, 1997; RUSCHMANN, 1997; PERES DE LAS HERAS, 1999; SWARBROOKE, 2000, *apud* SILVEIRA, 2008). Sobre esse ponto e sobre a base das entrevistas realizadas vamos discorrer e analisar na próxima seção.

Apesar do lapso temporal entre o primeiro diagnóstico realizado pela EMBRATUR e as ATER em 1999 e a data de realização da pesquisa (2011), ainda persistem na RMC os mesmos problemas diagnosticados para o desenvolvimento do turismo no espaço rural. Desse fato se deduz que esforços realizados no período para tentar

¹¹³ Em entrevista realizada com o técnico Gil Polidoro (2012), um dos personagens da primeira proposta da proposta dos circuitos turísticos da Região Metropolitana, menciona do constrangimento alguns donos de chácaras que entusiasmados com a proposta inicial abriram inicialmente para visitação e que depois de um tempo abandonaram a ideia de participar pelo incômodo que gerava na família a visitação de "estranhos" (POLIDORO, 2012).

¹¹⁴ Para detalhes, ver LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC, 1995; PIGRAN, J.J.; WAHAB. S. **Tourism, development and growth: the challenge of sustainability**. Londres: Routledge, 1997.

fortalecer produtos turísticos em torno dos empreendedores rurais, ou dos pequenos produtores da agricultura familiar que conformariam o chamado capital social regional, ficaram limitados sem a devida cobertura e implementação integrada das políticas públicas por parte dos agentes. O esfacelamento das políticas entre os distintos setores atuantes em suas diversas escalas, as limitações de integração interagências e a falta de continuidade (por as mais diversas causas na qual a orçamentária é preponderante) fizeram com que o quadro de precariedade desenhado na década de 1990 para todo o país ainda persistisse em 2011 nas Rotas do Pinhão - RMC, mostrando a ineficácia de esforços isolados no fortalecimento da atividade que prometia ser uma alternativa para o desenvolvimento.

3.4 ANÁLISE DO RESULTADO DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS

Para as entrevistas, foram implementadas algumas formas de formulários direcionados a discernir entre as diversas escalas de aplicação das políticas públicas do turismo rural, dos distintos agentes, das instituições vinculadas ao sistema da agricultura no Estado, bem como por parte dos departamentos e (ou) unidades de gestão do turismo das prefeituras do NUC, fundamentais na construção dos circuitos turísticos e no fortalecimento da regionalização do turismo nas Rotas do Pinhão - RMC. Algumas perguntas foram comuns em todas as modalidades (entrevistas e questionários) tentando identificar as áreas de sobreamento na arena da execução de tais políticas para tentar identificar os gargalos da sua implementação, conforme os referenciais teóricos da multifuncionalidade da propriedade rural, e do desenvolvimento (territorial) de regiões turísticas no Brasil, como relacionado no quadro 7, antes apresentado.

Os agentes foram entrevistados em relação a eventos concretos sobre o desenvolvimento, usando como pano de fundo os tópicos levantados no diagnóstico, quais sejam:

- a) A existência de assimetrias e heterogeneidades no desenvolvimento dos municípios da Região Metropolitana. Essa heterogeneidade se expressa também nas formas de apropriação do espaço para o turismo rural (PEARCE, 2003; CRUZ, 1999, 2006, 2007; RODRIGUES, 1996, 2006; SILVEIRA, 2002, 2009).
- b) A percepção de um descolamento das formas de tratamento do turismo rural quer seja na agricultura familiar, quer na agricultura patronal, chamada também de agricultura não familiar. Pode ser um sintoma da falta de conhecimento dos agentes envolvidos na implementação do arcabouço teórico e das normas de planejamento e gestão; mas, também, que a fragmentação seja um efeito da forma como as políticas públicas vêm sendo desenhadas e implementadas (SOUZA, 1998) (normativas, de forma setorial com orçamentos limitados para ações específicas desde e para determinadas parcelas da população local). Também pode ser produto da falta de articulação entre os agentes que em suas diversas escalas atuam no espaço rural metropolitano.
- c) A existência de conflitos interagências não fortaleceu a regionalização turística, nem os arranjos institucionais em torno de instâncias de governança turística; tampouco a implementação das política públicas para o desenvolvimento rural. Outras questões foram direcionadas a entender o envolvimento desses agentes com o mercado e de seu relacionamento com a política pública do desenvolvimento rural (BRANDÃO, 2007; AROCENA, 2001; BOISIER, 1992). As entrevistas aconteceram com uma pauta de análise que envolveu três blocos com grupos de variáveis, dimensionadas a partir de Cruz (2006, p.345) apresentadas no quadro 8 deste trabalho, e que se detalham a seguir.

3.4.1 Região e regionalização no turismo rural e o desenvolvimento (regional, territorial) - uma visão desde as esferas federal e estadual

O interesse neste bloco foi o de identificar as lógicas que pautaram as transformações da região e geração de riqueza, e o interesse pela atividade turística no meio rural metropolitano. Opiniões sobre conceitos desenhados e aplicados na regionalização turística, vínculo das políticas públicas federais de regionalização turística e do turismo rural (MTUR) e do desenvolvimento e do turismo rural na agricultura familiar (MDA) identificando práticas e conflitos gerados a partir da implementação das políticas setoriais. Grau de interesse, metodologias e divergências práticas e o envolvimento institucional e as escalas ou também chamada ação transescalar (CRUZ, 2006; BRANDÃO, 2007).

A posição dos agentes (02 do governo federal, 03 do governo estadual) variou em torno de um leque que iniciava no desconhecimento total da política pública de regionalização turística, até aqueles que, mesmo reconhecendo a política, argumentaram que ela veio a reforçar as práticas já existentes no Estado (ENTREVISTAS, 2011)

"A gente não lidou diretamente com o turismo. Eu sei assim, *en passant* da POLÍTICAS Nacional do Turismo porque de fato o Brasil tem múltiplas situações (de turismo) como no Nordeste, de clima, de atrativos, mas não sabia da regionalização." (AGENTE DO MDA, 2011).

"A discussão de região, e em particular, da RMC é uma discussão de conveniência. Veja só, é uma influencia da política pública, será que o Vale do Ribeira se identifica com a Região Metropolitana? Não. Talvez ela tenha mais identidade como território de cidadania, isso é uma grande forçada da política pública, eu não entendo qual seja a vantagem desses municípios estarem na RMC, do Vale até o Rio Negro [...] a pergunta é se as pessoas se identificam? Se reconhecem?, não tem identidade nem sequer nas formas de vida. Em Tunas chegou o telefone celular o ano passado (2010)". "Meu conhecimento sobre regionalização é muito superficial, já li alguns documentos, conheço basicamente a questão dos destinos indutores... e volto a falar, visões unilaterais, economicistas falando de potencialidade do turismo, três destinos que vão desenvolver regiões." (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011).

"Mesmo sem ter uma política de regionalização do turismo a gente antevia a regionalização... porque esses roteiros iriam se consolidar com os curitibanos que não necessariamente iriam dormir no roteiro. Foi pensada até a possibilidade de diferenciar os risotos, os risotos dos italianos de Santa Felicidade são diferentes dos (risotos dos) italianos de Colombo" [...] "O governo que entrou não entendeu, alguns municípios conseguiram dar continuidade, a Secretaria de Assuntos Metropolitanos (de Curitiba) tentou segurar a onda e congregou um grupo de técnicos que organizou o Fórum Metropolitano." (COMEC, 2012).

"A propósito da regionalização devo reforçar que a ação da EMATER no estado foi sempre regionalizada, defendendo as características das regiões, tanto é que no nosso processo de planejamento, o primeiro trabalho que o técnico deve fazer é um levantamento da realidade municipal e a análise da região com base às características socioeconômicas encontradas. É com base nesse diagnóstico que ele vai propor as ações e estimular atividades." (AGENTE DA EMATER, 2012b). (Seleção de respostas às entrevistas organizadas pelo autor, 2012).

Entre as críticas dos entrevistados em relação à regionalização turística, podem ser destacadas algumas como a de ter ocorrido um distanciamento entre o turismo (MTUR) e o MDA (PRONAF). Na visão do delegado regional do MDA esse distanciamento ocorreu pela sobreposição do turismo na política dos territórios rurais em regiões como Amazonas, Norte e Nordeste, mas isso não ocorreu no Sul e Sudeste. Inicialmente o desenho da política foi focado na agricultura familiar nos municípios com a proposta de integrar uma série de instrumentos obrigatórios para todos os municípios que aderirem à proposta, portanto "nosso foco sempre foi a agricultura familiar. A gente olha onde tem agricultura familiar e estabelece alguns convênios e contratos; no Paraná com a Fundação Terra, com a UNIOESTE, com a ECOPARANÁ, sem olhar diretamente (se os recursos eram direcionados). para a RMC" (ENTREVISTA MDA, 2011).

Por força dos agentes da escala federal um ponto de inflexão na análise da regionalização foi o Vale do Ribeira. Assim, das formas que os agentes implementaram as políticas no território, afloraram conflitos institucionais pela desarticulação das políticas por não poder enfrentar o peso da estrutura socioeconômica local nem a sua influência no desenvolvimento da atividade turística (BRANDÃO, 2007).

"O Vale do Ribeira na RMC não significa praticamente nada politicamente falando, no colegiado do territorial do Vale aflorou como um assunto importante a discussão do turismo, estão numa situação muitíssimo precária... a gente sabe que o turismo exige um certo nível de capital e bastante conhecimento, e sobre tudo capacidade empreendedora, por isso que não surgiu nenhum projeto de turismo que a gente tenha apoiado. Diferente do Oeste, onde a agricultura familiar tal vez tenha menos precisão de outro estado mas esta mais estruturado e poderia agregar valor ao ganha pão de alguns produtores, e onde tem um grupo de atores que acompanham o processo e movimentam a atividade [...] A gente acompanhou várias iniciativas dos circuitos da RMC, em São Jose dos Pinhais, Araucária, e tal. Não foi um apoio estruturante, mas apoio a organização da rede TRAF para que o estado pudesse dialogar nacionalmente, trocar experiências, construir conceitos como o do turismo rural, e do turismo rural na agricultura familiar" (AGENTE DO MDA, 2011). (No Vale do Ribeira)... "Nos estamos falando de outros laços. Para discutir (a região) tem muito mais do que simplesmente espaço geográfico, ela tem pessoas, ela tem cultura, ela tem costumes, relações sociais, fala-se muito em capital social (BOURDIEU, 1996)... ela tem um conjunto de temas, natureza, que esta tudo imbricado [...] Tal vez na diversidade do Vale do Ribeira esta presente essa diversidade, mas estamos trabalhando (na política publica dos territórios) com um elemento único, eles não se reconhecem pelo IDH, nem tampouco por ser bacia do Vale do Ribeira, tem que procurar novos elementos aglutinadores... Temos que partir do principio da equidade, ou eu reconheço as diferenças e tento resolvê-las tratando do fator cultural de cada um dos municípios, ou a discussão de região e território pode ser perdida. Temos que buscar outros elementos aglutinadores do Vale, a riqueza esta na diversidade..." "E estou trabalhando na região desde 2000. A temática do turismo desapareceu do conselho de desenvolvimento territorial do Vale do Ribeira (e só retornou agora em 2011). Porque não se fortaleceu?... porque a fragmentação do conselho esta posta... a COMEC não participava ate 2010. Mal e mal o Conselho de Desenvolvimento dos Territórios Rurais - CDRT dos prefeitos, participa... Não existe unicidade para trabalhar o território. Até o trabalho da unicidade do território, tem descontinuidade, no plano de desenvolvimento. Citrus e reflorestamento vai aparecer no plano de desenvolvimento? Minério ficou de fora? Pode? Empresas multinacionais explorando o reflorestamento e não participam no conselho." (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

Além das contradições quanto ao possível desenvolvimento do turismo rural no Vale do Ribeira por parte dos agentes federais e estaduais, informações obtidas sobre os investimentos do MDA no Vale do Ribeira no Paraná no ano de 2009 (primeiro ano do investimento) demonstram que o Vale do Ribeira em primeiro lugar, mesmo recebendo apenas 49% do valor programado para investimento naquele ano, obteve mais recursos do governo federal do que todos os recursos colocados

no orçamento do turismo no estado para o fortalecimento do turismo na agricultura familiar; e segundo, que o Vale do Ribeira não dedicou recursos especificamente para o grupo de atividades para o desenvolvimento do turismo rural.

TABELA 19 - MATRIZ DAS AÇÕES DO MDA NO VALE DO RIBEIRA, ESTADO DO PARANÁ, 2009

GRUPO	AÇÕES	VALORES (em R\$)
Ações Fundiárias	0	0,00
Apóio à Gestão Territorial	1	800.000,00
Direitos e Desenvolvimento Social	8	15.197.504,15
Educação e Cultura	10	8.935.677,34
Infraestrutura	1	4.611.600,00
Organização Sustentável da Produção	7	10.454.111,81
Saúde, Saneamento e Acesso à Água	8	9.275.038,75
Total pago	35	49.273.932,05
Total Programado	85	100.024.912,97
Participação	41,2%	49,3%

FONTE: BRASIL. MDA (2010)

NOTA: O projeto iniciou no ano de 2008.

Quanto ao desenvolvimento, a discussão sobre o tema não se esgota na escala, se local ou regional, mas perpassa também pela necessidade de identificar e entender, como bem destaca Brandão (2007), que a nova construção do desenvolvimento se apoia na dificuldade do dissenso e não na lógica do fim do conflito. O sistema de agentes que se estabelece na região para a promoção do desenvolvimento, e muito em particular do turismo rural, intervém de forma descontínua e se impõe com soluções centralizadas, ignorando as construções sociais do espaço e da região. É nesse cenário que emerge o poder da sociedade civil, da comunidade, como um ator central nos processos de desenvolvimento regional e territorial. Em dois momentos é mencionada nas entrevistas, lembrando o capital social e a necessidade de mudar o caráter centralizador do Estado para uma forma mais suscetível e permeável à participação das diversas instâncias e organizações da sociedade civil (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Daí que nas regiões onde predomina a agricultura familiar, como no Vale do Ribeira, a participação e o protagonismo da sociedade civil e demais atores locais em ações voltadas para o desenvolvimento,

se colocam como essenciais para que este processo atenda às especificidades, às demandas e às necessidades territoriais.

Na visão do delegado do MDA, houve avanços nos últimos anos, as desigualdades sociais nos municípios diminuíram no período 2003-2010, mas também diminuíram as desigualdades regionais, mas em menor escala do que as desigualdades sociais acumulada nos municípios. Com certeza tem a ver com a aposentadoria rural como fonte de renda e com os programas de combate à pobreza (bolsa família) e o PRONAF do governo federal. Segundo o delegado do MDA, de 20 a 30% dos estabelecimentos rurais do Estado do Paraná têm como principal fonte de renda a aposentadoria rural. Na Região Metropolitana não é a principal fonte de renda, mas o seu aporte não deixa de ser considerável. Sendo assim, para um produtor viver da produção rural exclusivamente precisa acumular uma estrutura e conhecimento razoáveis. "Agora bem, turismo como atividade geradora de renda é coisa para poucos. O dia que tiver 1% dos produtores rurais que agreguem o turismo como parte de seu sistema de produção, trabalho e renda, que no máximo chegaria a 3 mil produtores em todo o Estado, então estaremos chegando a um bom número" (ENTREVISTA MDA, 2011). O agente federal partilha da opinião que se o Estado não entrar com um investimento importante, o turismo rural não vai acontecer, pois o papel do Estado não será apenas indutor, mas terá de arcar com uma parcela da infraestrutura.

Já o ITCP sugere que as políticas públicas do turismo rural estão atreladas ao modelo de desenvolvimento e estão cheias de "armadilhas", pois dependem de como são implementadas e de quem as implementam. Ainda se tornam armadilhas no momento de ser desenhadas. O modelo de desenvolvimento...

"é fragmentado. Começa na nossa estrutura de formação a fragmentação do conhecimento... o modelo fragmentado de educação, onde nos fomos ensinados a separar o conhecimento, é fordista, esta aí para quem quiser ver. As pessoas não percebem que os ambientes não se dissociam. O ambiente econômico não se dissocia em setores, isso aqui turismo, isso aqui e meio ambiente, isso aqui é agricultura, isso aqui é saúde, isso aqui é educação...as pessoas não se dissociam dessa discussão...vamos lá, e a

agroecologia o que é? Elas vão mudando de nome falando a mesma coisa.... Depois que mergulhei mais no turismo eu sou muito crítico de algumas coisas, como da segmentação (no turismo) eu cheguei a ver um negócio, como é que é?... segmentação?... turismo de saúde, turismo hospitalar?... se o cara fica doente vira turismo?... Meu amigo, significa que os caras consideram que ir fazer um tratamento num outro centro de uma outra cidade...isso aí é considerado turismo? Isso é demais!" (AGENTE DA UFPR-ITCP, Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

Todas essas políticas, assim como o PRONAF, deveriam em tese, aparecer no espaço rural e promovendo o desenvolvimento daquele espaço, não para se conectar com o global. Diante dessa realidade, o conceito de turismo rural torna-se um dos focos da questão, no sentido de identificar se ele é um elemento importante para o desenvolvimento ou se ele apenas é um elo de integração com o mercado (global). É quase unanimidade dos agentes de que a atividade está muitíssimo ligada àquilo que pode ofertar: um pouco de paisagem, daquilo que a economia da agricultura familiar pode oferecer produtos, agroindústria, gastronomia etc... e nenhum proprietário consegue fazer isso sozinho (AGENTE DO MDA, 2011). O conceito do turismo rural é um conceito em tensão com outros conceitos.

"Discutir uma tipologia do turismo rural sempre levará a interpretações, uma Secretaria de Cultura terá uma visão, a SEMA (Secretaria do Meio Ambiente) vai ter outra, é um desafio grande, visões distintas e parciais numa proposta de política pública, é muito mais válido trabalhar com conceitos como território e desenvolvimento territorial." (MDA, 2011).

"Deve ser uma atividade agregada, não a atividade principal, não de grandes empreendimentos, mas de forma e ritmo rurais. O turismo rural deve ser um agregador do meio urbano e o meio rural, porque tem apelo do ritmo, de outro ambiente: um restaurante rural não é uma de Santa Felicidade, se vai ter de esperar três horas para comer?... vai, faz parte do ritual." (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011).

"Vou colocar o exemplo do Vale do Ribeira. Um recurso específico para a região. Foram selecionados um grupo de 42 possíveis empreendedores (produtores rurais) da região para viabilizar o turismo nos 07 municípios do Vale. Primeira coisa que foi feito pelos colegas extensionistas, foi conhecer os sete municípios do vale entre eles mesmos. A estratégia das reuniões aconteciam em cada um e depois visitas técnicas das propriedades. Posteriormente foram levados para a cidade de Araucária, conhecer o circuito de Guajuvira e o da Acolhida da Colônia em Santa Rosa de Lima

Santa Catarina. Por que lá? Porque o relevo acidentado e a pobreza da região eram similares, o clima a dificuldade de estrada, embora a etnia é um pouco diferente. Tinha que acontecer a seguir, era que o conselho gestor do Vale do Ribeira definisse um plano para discutir que tipo de turismo poderia ser explorado (aventura, asa delta, rafting, e paisagismo)... Que tipo poderia ser explorado?... contando com a dificuldade de chegada.... mas acabou o dinheiro do projeto e acabou a motivação desse pessoal. Na verdade faltou gente que tocasse o projeto, se tivesse mais um prazo. Acabou o recurso, que veio para a EMATER, o que restou foi um recurso de capacitação ampliando um pouco o processo de sensibilização; fizemos uma parceria boa (com o SENAR) na região. Mas a realidade é que não temos turismólogos na EMATER." (AGENTE DA EMATER, 2011a). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

Na visão do ITCP, falar em tipologias é assumir a lógica do mercado. A tipologia de turismo não deve ser pautada pela lógica do produto (turístico), pois tem uma grande estrutura (capitalista) do turismo com uma lógica organizativa que está posta no mercado. E, de outro lado, há o surgimento de outro turismo em que essa lógica não está clara e que se manifesta de várias formas, pela cultura, pela agricultura, pela dança e folclore, na pesca, na contemplação de determinados espaços etc., e são atividades que se tornam atrativos (turísticos) pela forma diferenciada que se estabelecem (no mercado), mas que o MTUR acaba estimulando alguma coisa que não é natural... "se abre edital para recursos de festa religiosa, o município coloca um santo no meio do espaço para poder meter a mão no dinheiro" (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011). Isto é, as políticas públicas tendem, querendo ou não, a reforçar e consolidar as forças do mercado, sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual que pode dar lugar a impactos negativos sobre as condições de vida e trabalho da população local e cuja relação com a região é tradicional, atrasada e sem a menor capacidade de competição (BACELLAR, *apud* BRANDÃO, 2007).

Além do desenvolvimento e da produção de produtos, tem-se na outra ponta os gestores das políticas, que "não estão preparados para trabalhar em conjunto, eles também trabalham de forma fragmentada, não de forma agregada e estão mais preocupados com o desenvolvimento setorial e de gestão da sua política" (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011). Gestores, na opinião da COMEC, devem entender que as políticas são políticas de Estado, não de governos, portanto propõem continuidades.

Os agentes tendem a promover que o produtor rural entre na atividade turística sem ter resolvida sua condição primeira, como produtor rural, como cidadão, com educação, saúde etc. Nesses casos o turismo torna-se uma consequência, por mais que se queira, não é um produto. Antes da potencialidade de uma propriedade deveriam existir a vontade e a condição, às vezes o pequeno agricultor familiar não tem nenhuma coisa nem outra (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011). A crítica pertinente remete à necessidade de distinguir que a ação pública deve atuar como animador e sensibilizador, construindo e (ou) fortalecendo um sistema de confiança e de consenso em torno da proposta de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007).

A avaliação dessa situação feita pelos agentes da EMATER se relaciona com a forma de atuação: o extensionista estabelece um plano de trabalho integrado entre a Prefeitura e a EMATER, como principal parceiro das ações. O técnico tem toda a liberdade de fazer a articulação com as instituições parceiras e a previsão (em cronograma) das ações a serem desenvolvidas no ano seguinte, assim como a previsão dentro do plano de trabalho. Tem liberdade plena dentro do escopo (seguindo as orientações do implementador ou coordenador da atividade dentro do Estado), negociando com as entidades parceiras dentro das capacidades da empresa sob a orientação dos implementadores¹¹⁵. Quando o implementador não comunica, fica a critério do extensionista. [...] Não há uma diretriz. Orientação, planejamento dependem do técnico, incentivando ou não a atividade (EMATER, 2012). A grande crítica é colocada quando a reflexão do coordenador da área lembra que todo o trabalho foi perdido por causa da eleição, o que reforça os processos de descontinuidade da política (SILVEIRA, 2001, p.247):

"Em 2003-2004...Fomos encarregados de coordenar o trabalho do turismo rural na EMATER. Mas a diretoria da EMATER considerava fraca a ação do turismo rural no Estado e o turismo de forma geral e o que funcionava melhor foi um convenio entre o MDA (secretaria da Agricultura Familiar) e a ECOPARANA para o desenvolvimento do turismo rural. Para esse convenio

¹¹⁵ Implementadores atuam como coordenadores setoriais dos projetos chamados estruturantes da EMATER. Se tiver implementador, então o projeto ganha status. É o caso do turismo rural que desde 2003 tem implementadores.

foi traçado um plano de trabalho principalmente para sensibilizar técnicos e agricultores sobre as possibilidades de desenvolver o turismo rural fosse mais uma fonte de renda para as propriedades e unidades. E daí a ECOPARANA nos procurou a EMATER e começou a traçar algumas estratégias em conjunto. [...] nós fizemos algumas ações primeiro a gente chamou o pessoal aqui em São Luis de Purunã, os técnicos das secretarias municipais de agricultura e técnicos (da EMATER) em São Luis de Purunã (Balsa Nova), 150 pessoas, e foi dado um curso expondo a estratégia que se pretendia fazer, sobre a estratégia que queria fazer: um esquema de rede. Nós pensávamos que esses técnicos após o conhecimento e um disquete, na época, cd de instruções, foi oferecido material com um cd de instruções e que esses técnicos quando voltassem aos seus municípios fizessem uma reunião com os agricultores expondo o que seria esse trabalho do turismo rural. Foi mandado fazer banner, CDs e reproduzido material foi organizada uma logística para que os técnicos iniciassem o trabalho nos seus municípios. Hoje, creio que a data de saída da estratégia foi errada. Foram 150 técnicos de todo o Estado... não sei quantos eram da RMC mas foi uma ação bem pensada, como nós com poucas pernas como podíamos agilizar (2007). Foi uma ação bem pensada, mas percebeu-se lá na frente que houve uma eleição municipal (2008) e muitos desses técnicos de prefeituras saíram das prefeituras" [...] "Os colegas de EMATER que se dedicam ao turismo rural o fazem por interesse próprio, são da área de Bem estar, de Agronomia, Pedagogas, Técnicos extensionistas, mas parte do interesse deles, é uma coisa que não esta bem institucionalizada dentro da empresa." (AGENTE DA EMATER, 2011a). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo autor, 2012).

Outra crítica, interagências, foi levantada pelo MDA ao afirmar que no Estado, além do desafio de mudar a estrutura operacional, há outra barreira a ser rompida para que a agricultura familiar possa desenvolver sistemas de produção mais sustentáveis; na visão do delegado regional, essa barreira está na cabeça dos técnicos das ciências agrárias e demais agentes de desenvolvimento rural, que não mostram interesse em novas ideias e processos, como a agroecologia e o turismo rural. Já na visão dos técnicos da EMATER, é possível que aconteçam distorções, porém não é o desejável.

"A visão da companherada da EMATER é uma visão setorial, diferente da França (o país) onde eles enxergam o território, eles se preocupam com o desenvolvimento territorial, onde se perguntam que tipo de atividade pode gerar renda, e que pode reter a população e promover o desenvolvimento? Ai não importa se é comércio, se é serviço, se é agricultura, o que tiver. Por isso nas regiões mais dinâmicas do Brasil, mesmo nas RM penso que deveria ter um pouco dessa abordagem territorial, tem gente em cidades como São José dos Pinhais, Colombo, Campo Magro que esta vivendo de um conjunto de coisas." (AGENTE DO MDA, 2011).

"EMATER tem um planejamento para dentro que transborda no município, com algumas instituições do Estado e a partir dos projetos. Seu planejamento setorial é implementado pelo extensionista que também recebe demandas de outros setores (outras secretarias, incluída o turismo) e que em determinados momentos não consegue dar conta de atender a todas as demandas que surgem do planejamento setorial do Estado no meio rural. Tudo o que tem de bacia hidrográfica, agenda 21, passa pela EMATER. Tem determinada ação do turismo que pode não ser prioritária (na região e/ou município) para a EMATER e aí o extensionista não assume por estar com outras prioridades (para a região e/ou município), isso pode acontecer, só que nesse caso, a costura deve ser feita pelo implementador (do projeto)". (AGENTE EMATER, 2011b). "Outra variável: o técnico não enxerga o turismo como uma atividade essencial para o desenvolvimento, fonte de renda para o município. E mais, as secretarias de turismo estejam bastante avançadas nesses municípios respeito de trabalho no meio rural e se avalia que a nossa ação seria insignificante frente a essa realidade. Tal vez seja essa uma justificativa. Não que o técnico não queira, mas não enxerga o turismo com esse papel." (AGENTE EMATER, 2011b). (Seleção de respostas às entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

Entendendo que o desenvolvimento é um processo permanente de crescimento e mudança estrutural de uma sociedade que permita a melhoria da qualidade de vida de intergerações, o debate do desenvolvimento (regional mundial) e o estímulo à reflexão sobre a ação em prol do desenvolvimento são de suma importância. Qualquer estratégia de desenvolvimento que desconsidere uma ação traduzida pelo conjunto de interesses de indivíduos ou grupos sociais numa base territorial, pode responder apenas parcialmente aos dilemas do desenvolvimento de uma região. A análise do desenvolvimento territorial deve estar pautada pela espacialidade onde está inserida e pelas transformações estruturais que pode desencadear (BRANDÃO, 2007). As opiniões dos entrevistados reforçam que, mesmo havendo um esforço de planejamento setorial do turismo, por parte dos órgãos vinculados ao setor como a ECOPARANÁ e num momento anterior da COMEC, ou do desenvolvimento rural por parte da EMATER, as relações entre planejamento e as políticas públicas do desenvolvimento no turismo rural ficaram aquém das reais possibilidades da região (CRUZ, 2006).

Os argumentos levantados nas entrevistas mostraram que, além das heterogeneidades oriundas da diferenciação regional, houve um descompasso entre as políticas públicas setoriais para o desenvolvimento rural, como lançado na hipótese de trabalho. As políticas do programa nacional da agricultura familiar – PRONAF – já atuavam com certo desenvolvimento no estado e em particular na Região Metropolitana quando as políticas do desenvolvimento do turismo no espaço rural foram incorporadas no leque de opções para a região pela EMATER e posteriormente pela ação da COMEC e da ECOPARANA. Esse descompasso se refletiu, de um lado, na falta de entendimento do papel do turismo rural como parte da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura familiar, bem como pela falta de integração entre os agentes que promoveram a atividade inter e intra-agências. Na confusão de escopos, o espaço ficou aberto para uma ação de acoplada a soluções advindas de cima para baixo por parte da Secretaria de Turismo, e da falta de controle dos atores privados – empreendedores urbanos – para o mercado.

Outro ponto crítico para os fins de uma ação de desenvolvimento (regional ou territorial) foi o fato de as políticas terem sido pensadas de forma setorial e, mesmo sendo direcionadas ao espaço rural e territórios da cidadania, existir uma forte pressão para a consolidação de circuitos e roteiros turísticos em espaços não preparados para agir de forma reticular. A implementação inadequada de ações desenhadas de cima para baixo para a região com municípios de estruturas e peculiaridades distintas, a falta de recursos orçamentários e a falta de capacitação de agentes responsáveis nos municípios responsáveis em traduzir as ações da política pública em ações para o desenvolvimento foram pontos fundamentais para entender os excessos ou a inércia, em alguns casos, na implementação da regionalização do turismo e do crescimento dos circuitos turísticos nas Rotas do Pinhão.

Como região, ou instância de governança regional, confrontou-se ainda com o problema de que, sendo uma política regional, descansava nas condições que a escala municipal podia dar de suporte à atividade:

"Se não houver a participação majoritária do Estado (união, Estado, municípios) quiçá a intensidade deveria ser o diferencial. O mesmo acontece com a comunidade, ela deve saber o que ela quer... se ela deseja o turismo. Não temos uma cultura do turismo como no caso de Santa Catarina e se o governo não der o primeiro passo para o fomento, não vai funcionar." (AGENTE DA COMEC, 2011). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

A desarticulação na implementação das políticas de regionalização e segmentação na RMC reforçou comportamentos de exclusão ante a não participação de representantes da EMATER no Foro Metropolitano de Turismo e deixando às comunidades rurais apenas uma participação nos conselhos municipais. É possível que o fenômeno de exclusão tenha sido um dos elementos que motivara a saída de proprietários rurais de circuitos, outra razão constatada nas entrevistas, pela falta de motivação perante a nova atividade.

A esse respeito, quiçá a organização de uma governança representativa que fortalecesse a construção de consórcios poderia ter sido uma solução em médio prazo, mas optou-se pela organização de governança regional a partir dos representantes oficiais do turismo regional, reproduzindo os hiatos de poder e a relação de hierarquia que perpassam pela cidade de Curitiba. A cidade de Curitiba, principal consumidora do espaço do aglomerado do núcleo central onde se situam a maioria dos circuitos turísticos, polariza essa relação e excluiu dela os municípios que não representariam uma uniformização no processo de valorização do turismo rural metropolitano.

3.4.2 A visão dos gestores municipais em torno do desenvolvimento e do turismo rural

Ao serem questionados sobre quais princípios do desenvolvimento permearam as ações no município, os dirigentes do turismo foram unânimes ao responder que o princípio da transparência foi limitado. Quanto à participação, embora tenha havido processos participativos, estes foram considerados incipientes, porém, sementes do que hoje vem sendo produzido. A abordagem sistêmica e a preocupação com o

futuro foram as principais motivações dos gestores, mas sempre tentando articular o desenvolvimento do turismo rural como uma forma de promover a equidade e a justiça social (gráfico 20).

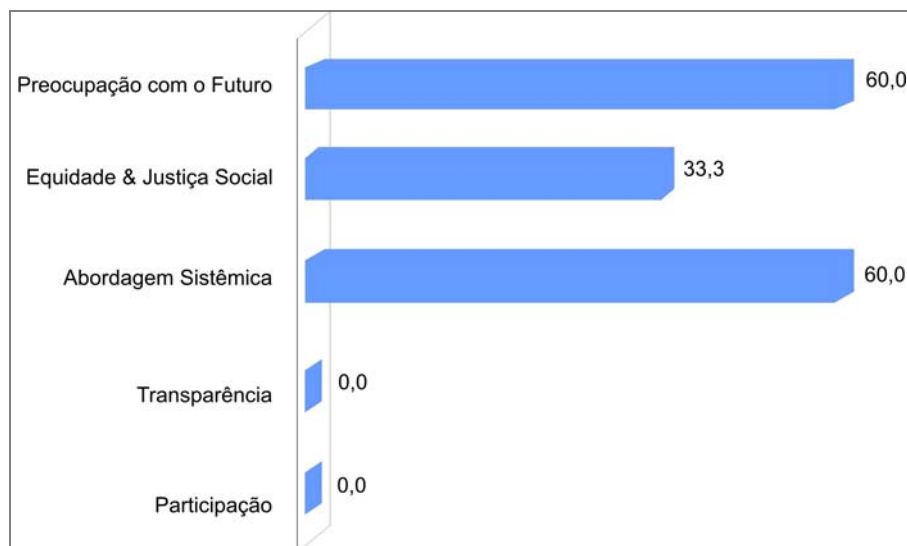


GRÁFICO 20 - PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO RECONHECIDO PELOS GESTORES DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

Chama a atenção o fato de não terem sido pontuados princípios de transparência e de participação. Ao que todo indica, os gestores municipais têm claro que minimamente devem ser cumpridas algumas exigências para o desenvolvimento no meio rural metropolitano, mas não ficou claro pelas respostas se os mecanismos de participação e transparência são inerentes ao processo.

À falta de clareza quanto aos princípios a serem seguidos na atividade, conjuga-se a falta de prioridade tácita ou declarada da atividade dentro das prioridades das políticas implementadas pelo governo municipal. Se na primeira parte do processo iniciada na década de 1990 era forte a sinergia em torno do desenvolvimento do turismo rural e do turismo rural, a partir das mudanças de gestão em 2004, com exceção de São José dos Pinhais, todos os gestores entrevistados apontaram para uma falta de prioridade da atividade, avaliada na entrevista a partir dos orçamentos, da importância dada pela gestão municipal e (ou) pelo envolvimento e interação com o turismo da estrutura municipal. Assim,

"O turismo rural para Araucária não é prioridade, embora é mais forte que cultura, trabalha separado da agricultura. Quem trata de turismo é cultura. "Particularmente eu acho que o viés do turismo rural é meio equivocado... porque ao mesmo tempo que se estimula o TRAF para ajudar, os empreendimentos rurais não foram bem direcionados. Se quando foi aberto o parque aquático pudesse ser um excelente chamariz para o turismo rural. O turismo rural não precisa ser exclusivamente da agricultura familiar, e sim alguém forte atraindo demanda que iria usufruir de demanda. O agricultor familiar, ele está um passo antes daquilo que a gente deseja, você quer que ele se experte para o turismo, tem que entender princípios básicos da comercialização, pois para você saber vender uma broa tem que ter broas, um dia ele faz, não vem ninguém, outro dia não faz e aí aparecem os visitantes e não tem. E não se preocupa. De repente se tivesse o espelho de um empreendimento maior seria mais fácil." (AGENTE MUNICIPAL DE ARAUCARIA, 2011).

"Nós temos visitas técnicas todos os anos. Então (o turismo rural) é prioridade. Influencia a proximidade com Curitiba. Não houve descontinuidade do processo, nunca foi abandonado o caminho. O primeiro racha foi comentado agora (10 anos). A aplicação, o link com a política estadual, a organização da política pública estadual com a nacional, não é igual, mas ajudou a visualizar o que está acontecendo nacionalmente. Havia muitas ações sobrepostas anos atrás. No caminho do Taquaral estamos trabalhando hoje sete secretarias". "Problemas ambientais muito sérios (podiam ser evitados), fizemos 37 reuniões para legalização das cantinas de vinho, alguns foram autuados porque houve coisas (cobranças) que nunca foram levantadas. A visão de que fazer as coisas corretamente pode tirar votos. Lá trás tudo o que fosse fazer que mexesse com moradores, parentes uns de outros, que tivesse algum contato com a prefeitura era considerado problemático. Assim era evitado. Hoje não, hoje vamos trabalhar com os técnicos da vigilância sanitária para orientar a gestão sanitária, assim também com a gestão ambiental, os técnicos participam na organização dos cadernos de normas para trabalhar de forma conjunta." (AGENTE MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS PINHAIS, 2011).

"Tinha envolvimento bacana do rural, mas não era a prioridade. Andava junto, com a educação ambiental, com orgânicos, com os projetos rurais atrelados à prática rural. A produção de hortaliças na região para CEASA e para as férias de Curitiba, (tinha) um vereador produtor de frutas, peixes, etc. Era prioridade a agricultura. Dentro da agricultura tinha políticas públicas interessantes que eram implementadas no município (inseminação, leite, PRONAF, etc)". "Vou te falar, como a gente estava iniciando nessa época, era bem complicado essa visão que até hoje ainda perdura... que as vezes o estado como (na condição de) poder público (tanto o federal, como o municipal), vinha com a cartilha meia pronta e esquece que existem pessoas, comunidades diferentes envolvidas nesse processo, por isso a gente ia, escutava o empreendedor e tratava de ver como acontecia na realidade, porque tinha que dar conta, eu poderia colocar a preocupação com o futuro, porém (a construção) foi meio de gabinete."

"Ao vislumbrar o turismo no município comecei trabalhar junto com uma Diretora que trabalhava com turismo, era arquiteta, tinha uma visão da plástica e eu ia a campo, buscar informações. [...] Íamos a campo buscar as informações, fazendo o trabalho juntos e apreendendo no trabalho, com produtores. Na prática sendo participativos na construção do turismo. Fizemos o primeiro fórum chamado Pensando a cidade. Conseguimos trazer (à mesa) as empresas, os produtores, os empreendedores. O ruim desses processos é que as vezes para na parte política, você tem um evento bacana, com pontos interessantes abordados, envolve a comunidade, com uma visão de curto, médio e longo prazo, mas com propostas que depois não consegue fazer a execução e não é tomado em consideração." (AGENTE MUNICIPAL DE PIRAQUARA, 2011).

"A história de Quatro Barras foi diferente. Os recursos existentes não atenderam a todas as demandas do turismo rural. Era bem diferenciado.. indústria, comércio e turismo o orçamento era flexível. E foi convencido o prefeito para fazer projetos para apresentar... e conseguimos 300mil de recursos próprios, mas em contrapartida de 19 milhões para a Estrada da Graciosa. Até hoje me pergunto como conseguimos. o município tem 12 mil eleitores, e pouca expressão política, porém nos estivemos no lugar certo, no momento certo com o projeto na mão. Enquanto os outros tinham interesse não tinham projetos, nós tínhamos projetos e foi o diferencial". "Não tinha orçamento, mas foi atrás...Montamos o programa descobrindo quatro barras -conhecendo Quatro Barras (gestores não o conheciam). Gastei R\$5 mil (primeiro escalão, convidado com segundo escalão e vereadores... O prefeito participou plenamente) terceira idade com almoço, alunos com lanche [...] Eu estruturei em fases esse projeto, um DVD do município, mapa do município... até um livro (já está na 3ª. edição do livro). Para poder desenvolver o turismo na comunidade quem tem que tomar pé é a própria comunidade, é a localidade quem deve estar ciente. esse é um trabalho de base a ser feito por todos. Se essa comunidade não sabe o que está acontecendo como é que vai se desenvolver? Esse trabalho de base que poucos estão fazendo... estou voltando lá no PNMT, nos primeiros momentos onde são envolvidas as comunidades para que o turismo aconteça. E outra, essa comunidade não é igual a outra comunidade (Piraquara), e por isso o planejamento quando feito pelo marketing fica tudo igual." (AGENTE MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS, 2011).

"Tivemos que cuidar da questão ambiental por causa do Karsten...tivemos briga com os vereadores, tivemos que mudar a forma de produção, de insumos químicos para uma mais natural, orgânica[...]Mas nós começamos com o Ambiente, saúde tinha problemas no município e nós fomentamos a participação da sociedade na construção do processo[...] O conselho de desenvolvimento rural de lá trás ganhou uma credibilidade! Os ativistas (de hoje) são os filhos dos que iniciaram há 18 anos atrás. O turismo era PRIORIDADE, embora misturado com o ambiental e o agrícola. Alias não trabalhamos nunca o agrícola sozinho... a intenção com o CREA ou com o CEASA era uma participação da comunidade. Inserir na sociedade e conhecer seus instrumentos". Hoje não sei mais como foi que ficou, essa gestão está acabando com tudo. (AGENTE MUNICIPAL DE COLOMBO, 2011). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

3.4.3 A gestão institucional e a dimensão espacial. A governança e o turismo rural vista pelos agentes federais e estaduais

O propósito deste bloco foi identificar o grau de conhecimento sobre a governança do turismo, introduzindo o tema da Região Rotas do Pinhão na RMC e identificar vínculos com o desenvolvimento rural e o turismo rural e o grau de identidade do sistema de agentes e atores regional para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios do Núcleo Urbano Central. Poucas foram as respostas, além da confessada falta de conhecimento dos gestores, o tema pareceu irrelevante diante da discussão dos territórios da cidadania na RMC abordado anteriormente.

O interesse foi o de conhecer e perceber dos agentes que intervieram no processo de desenvolvimento da atividade na região o papel no processo de construção e implementação da política pública do turismo rural na RMC. Além disso, dar especial atenção às formas de articulação (ou a falta de articulação) das instituições que atuavam com os outros agentes na região e com a governança do turismo local e regional. Perceber e descrever as relações de poder que pautaram o desenvolvimento turístico rural.

A política realizada pelo Ministério do Turismo, e seguida pela Secretaria de Estado do Turismo, advogou pela criação de instâncias de governanças regionais e conselhos de desenvolvimento da atividade em estados e municípios. Porém, mesmo com a criação de um ministério e de uma secretaria específica, o turismo tem sido pouco relevante do ponto de vista social, e mesmo dentro das agendas de políticas públicas setoriais ele funciona com orçamento muito limitado, sendo, na maioria das vezes, uma moeda de troca de parlamentares para com seu reduto municipal.

"Se o papel da política pública é enxergar o potencial, problematizar e começar a trabalhar esse potencial e fazer com que o indivíduo que está na região se integre e aproveite desse processo, a governança é o animador do processo... e ente único... se não voltamos a fragmentação... vejo isso, as pessoas são as mesmas, hoje se discute educação, amanhã segurança, depois de amanhã turismo... as pessoas são as mesmas. Não precisa ter uma governança

para cada setor. Mas é um processo de longo prazo, não diz o prazo... sem segurança não há turismo, sem meio ambiente não há turismo, etc. Vamos evoluir para isso? Eu espero que sim, as políticas estão se desenhando para isso. Na verdade, a constituição nos remete para as práticas da descentralização e de conselhos na administração e implementação das políticas públicas, mas corre-se o risco de haver diferenciações fortalecidas pelas desigualdades regionais, sociais, econômicas e de poder político." (Art.180 da Constituição Federal). (AGENTE UFPR- ITCP, 2011).

"Governança para mim, eu não vejo resultados, porque o gestão da governança ele pensa muito em fazer ações para ele pegar o dinheiro, vamos observar, não é companheira. A governança não é companheira, mas é a gente que depende de recursos para funcionar, colca um gestor. Qual é a governança que hoje esta trabalhando direitinho e que possa funcionar e resolva os problemas do turismo regional?... a moça do circuito de Colombo quis mudar o nome do circuito porque ela não é italiana... como? Vc quer mudar o nome?" (AGENTE DA EMATER, 2011a). (Seleção de resposta à entrevista organizada pelo Autor, 2012).

O MTur partiu de uma visão uniforme das regiões, sem conflitos e com idealizada autonomia para o desenvolvimento (endógeno) reproduzindo essa visão nos estados. Considerando que a região é um produto das relações sociais e um condicionador dessas relações, significa que a região promove um condicionamento não somente da objetividade material do espaço regional, mas também das imagens e representações a ele atribuídas. Além disso, há que considerar que a atividade turística tendo o espaço como principal objeto de consumo, o Programa Nacional de Regionalização de Turismo e o subproduto da segmentação turística onde se insere o turismo rural, além de privilegiar a abordagem do turismo como negócio, estimulou a formatação de "produtos" e incentivou de forma contraditória práticas divergentes do desenvolvimento de regiões e territórios. Se a cadeia produtiva turística tem de ser normalizada e orientada pelo poder público, a região deve ser olhada de outro prisma e tem de ser abordada como elemento fundamental do processo, muito mais ainda se o elemento central desse território é a pequena agricultura familiar.

Silveira (2002) lembra que o modelo de planejamento na Região Metropolitana foi um modelo físico-territorial que enfatizou uma configuração arquitetônica para a ocupação e uso do solo pelo turismo, onde a intervenção privilegiava a formatação

de equipamentos turísticos copiados do design urbano, de áreas de recreação e lazer construídas e do aproveitamento de espaços subutilizados no entorno de grandes obras de infraestrutura como as represas formadas pelas usinas hidrelétricas com a proposta de transformá-las em "produtos turísticos", mas desconsiderou outros sistemas territoriais responsáveis por uma maior integração funcional do território (SILVEIRA, 2002, p.248).

3.4.4 A gestão institucional e integrada do anel de turismo rural na RMC: a visão dos gestores municipais¹¹⁶

O acomodamento de estruturas especializadas para atender ao turismo nos municípios das Rotas do Pinhão por parte das prefeituras veio a reboque do envolvimento da COMEC pelo desenvolvimento de atividades de lazer e turismo nas áreas de preservação ambiental dos mananciais da região. O setor, no entanto, nasceu ora atrelado a secretarias de Cultura, ora a secretarias vinculadas à agricultura, ora ao meio ambiente. O PNMT, o programa nacional de municipalização do turismo também colaborou para a popularização dos chamados órgãos oficiais do turismo (OOTs), como parte da receita para alcançar a maturidade na gestão do turismo. Com eles, havia a necessidade de estruturar um fundo municipal de turismo e o conselho municipal.

Conflitos gerados dessa divisão esbarraram nos recursos destinados para o desenvolvimento da atividade organizacional interna e externa, pois o conselho e o fundo, um ou outro, ou os dois precisariam de recursos e um plano para seu gerenciamento, coisa que foi limitada. O PNMT distribuiu certificados aos municípios

¹¹⁶ O trabalho de M. A. Telles e R. Ribeiro (2010) apresenta um resumo e uma interessante reflexão a respeito da construção dos circuitos turísticos e dos espaços de governança que se seguiram desde 1998 na RMC.

que atingiam as metas e os declarava municípios turísticos. Mas a mudança da política de municipalização para a política de regionalização deixou um vácuo inicial de acomodação e poucas explicações sobre as possíveis diretrizes da regionalização. Esse vácuo institucional só não foi maior porque boa parte dos técnicos envolvidos no turismo dos municípios do NUC metropolitano acreditava na proposta e defendeu a atividade.

"A gente entende enquanto secretaria que a existência do turismo é importante. muito importante para o município, pois em seus primórdios era agricultura, embora a Petrobras esteja desde 1975. Mercosul, e grandes indústrias vieram para cá. Abriu-se um leque, uma grande transformação. O turismo é importante por outros motivos. O turismo rural quebra uma imagem de cidade poluente, com mais de 500km de estrada de chão. A poluição no centro da cidade de Araucária é extremamente poluído, mais do que Curitiba, com enxofre e monóxido de carbono. Trabalhando turismo rural a imagem muda. A outra vertente é o produtor, que tem particularidades (dos nossos empreendedores) como a de ser agricultores familiares, pessoas extremamente humildes, que estão na lavoura o dia inteiro e que precisam desse recurso, para eles era importante essa agregação de renda". (AGENTE MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA, 2011).

"Trabalhei 06 anos na EMATER em Colombo. Focando mais no rural, em 1986. Assumi em 1993 na prefeitura... ou você assume ou some, me foi dito. Foi para a prefeitura com um viés rural, com a visão de extensionista, você tem comprometimento, você é um agente, você está inserido na comunidade e vive sendo questionado, sobre a prefeitura, etc. Fomos pegando a experiência e trazendo para dentro da prefeitura, junto com o ambiental-urbano e o social, a gente poderia ter feito muito mais? se pensasse somente no econômico, mas a gente queria incluir socialmente. E aí (nós) começamos tratar de plano diretor e levando toda essa experiência para dentro do Plano. Não caiu do céu, fomos atrás de saber, conhecer, no Estado fora dele, saber de águas subterrâneas, do turismo rural, trazendo parceiros para construir o desenvolvimento... 17 km da rodoviária, de conhecer o produtor rural há mais de 40 anos produtores de 60 litros de vinho por semana. Foi minha primeira briga com a Paraná Turismo, que não conhecia, era muito difícil, não sabia como entender, já nos disseram de cara." (AGENTE MUNICÍPIO DE COLOMBO, 2011).

"Acredito que a data (de criação) do departamento era de 1995 ou 1996. Eu conheci o município pelo trabalho organizado pela universidade (UFPR) e o SEBRAE, o grupo era da Prof. Omara e eu, e a Zulmeia (consultora do Sebrae então professora da UFPR) foi contratada posteriormente para dar seguimento. Em 1998 entregamos dois documentos com um inventário e diagnóstico e outro com anexos e fotos. A proposta e o desafio do SEBRAE foi de fazer algumas propostas, de onde surgiu o Caminho do Vinho, outra

foi a capacitação e outra foi a utilização de uma pedreira – a coisa mais linda –, com um bosque, mas essa não vingou. Também o Passeio da memória, com roteiro urbano, etc. Foi criado em 1998 o conselho de turismo e o fundo municipal (parte da receita do bolo do PNMT)." (AGENTE DE SÃO JOSE DOS PINHAIS, 2011).

"Eu trabalho com turismo desde 2001 quando foi trabalhar em projetos específicos na cidade de Piraquara. De lá para cá peguei gosto e continuo estudando e trabalhando no turismo. Em 2005 fui como diretor de turismo a gente desenvolveu alguns projetos dentro desse viés de região e regionalização para o município de Quatro Barras, sempre naquela óptica de trabalhar a região, e buscando o convívio principalmente com os municípios vizinhos, buscando se aprimorar, se bem que a RMC é muito extensa e fica muito difícil trabalhar o conceito da região dentro da metropolitana... e de lá para cá trabalhando turismo vendo as mudanças e as vezes a estagnação dos processos do turismo. Tive bastante contato com meio ambiente na cidade de Piraquara, onde a secretaria era meio ambiente, agricultura e turismo. Sou formado em publicidade e hoje terminando o curso de turismo. Existia uma área de Agricultura, Meio ambiente e turismo. Era um departamento. Essa estrutura vinha funcionando desde 1996." (AGENTE DOS MUNICÍPIOS DE PIRAQUARA E QUATRO BARRAS). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo autor, 2012).

O desenvolvimento do turismo na região enfrentou outros problemas de ordem institucional, as mudanças de autoridades na esfera do governo e posteriormente na esfera municipal representaram motivos para o distanciamento de alguns municípios de incentivar o desenvolvimento da atividade turística. Também no atendimento aos municípios, enquanto era exigido o plano diretor para todos os municípios, outras áreas ficaram sem uma ação correspondente no território, a pressão por diminuição da área rural e a possível especulação imobiliária.

"Plano diretor? Tinha. Contempla diretrizes para o desenvolvimento do turismo. Ele tem menos de 5 anos e já tem desenhado o uso para as APAs, Passaúna e Rio Verde, pois você sabe que a APA do Passaúna esta quase toda ela na cidade de Araucária, só o parque fica do lado de Curitiba e dividimos a do Rio Verde com Campo Largo." (AGENTE DO MUNICÍPIO DE ARAUCARIA, 2011).

"O nosso plano diretor não contempla o uso turístico de bacias hidrográficas e não contempla o turismo rural. Eles (do Planejamento) sempre falam que está indiretamente contemplado... na verdade só consta por ser uma campanha que fizemos nas três audiências públicas que foram realizadas uma trás da outra em três dias seguidos. Juntamos os vereadores e alguns proprietários rurais para que participassem das audiências. Fizemos uma proposta de pranchas de áreas especiais de interesse turístico... conseguimos essa brecha. Tinha um conselho de bacias hidrográficas (no município) e o conselho foi extinto." (AGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DOS PINHAIS, 2011).

"Sim, ambos os municípios que trabalhei tinham planos diretores. No município de Piraquara não contemplava diretrizes para o desenvolvimento do turismo. No município de Quatro Barras contempla o turismo." (AGENTE DOS MUNICIPIOS DE PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, 2011).

"Sim, tinha, mas era um remendo. Lei de uso e ocupação do solo. Em 2002 saiu o novo plano que contemplou diretrizes para o desenvolvimento do turismo, sim. Estava atrelado à cultura. Tinha interfases nas quais a gente trabalhava de forma conjunta. Já tem 10 (20) anos e deveria ser atualizado. O plano contemplou todos os programas existentes no Estado: Agenda 21, bacias hidrográficas, plantas medicinais, etc. Tinha um trabalho muito forte em educação ambiental. A grande discussão do plano diretor foi manter o perímetro de área rural (desde a Associação Banestado) obtendo um ganho ambiental muito grande, com projeto de parque temático e manutenção do verde urbano colindando com Curitiba. (AGENTE DO MUNICIPIO DE COLOMBO, 2011). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

Contudo, houve discrepância entre os gestores municipais do turismo metropolitano entrevistados quando questionados sobre a frase que descreveria melhor as ações destes no turismo rural (gráfico 21).

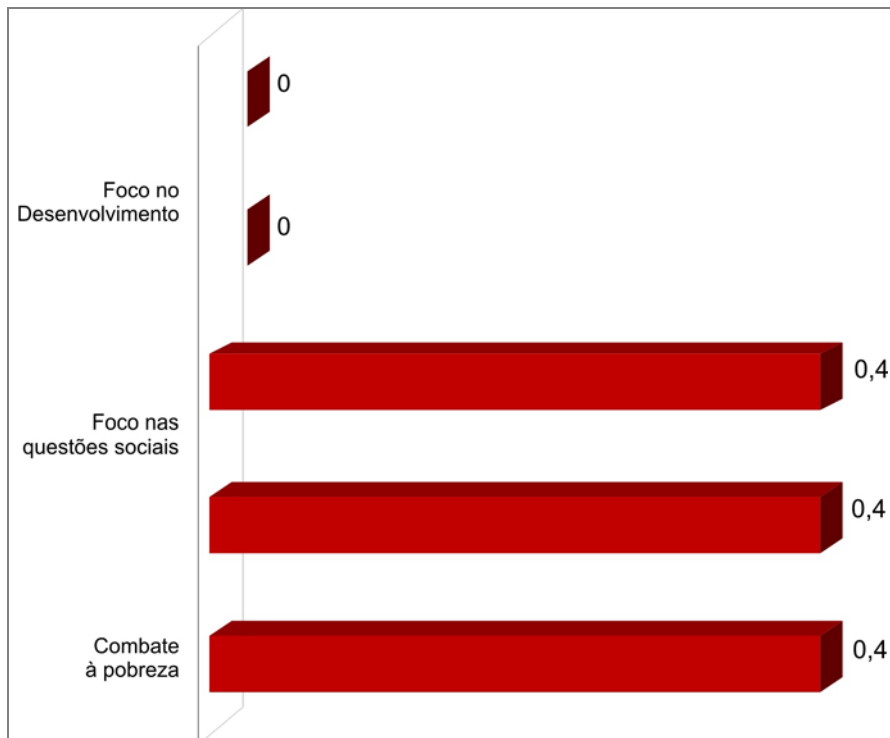


GRÁFICO 21 - ABORDAGEM DO TURISMO RURAL NOS MUNICIPIOS, SEGUNDO RESPOSTA DOS GESTORES PESQUISADOS, RMC

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

Há, portanto, a constatação de que as diversas respostas foram motivadas pela diferenciação e heterogeneidade já estabelecidas nos municípios e para as quais seria imprescindível assegurar qualquer proposta de gestão compartilhada.

3.4.5 Infraestrutura, mercado e identidade local: o descompasso

Identificou-se a história dos lugares – circuitos turísticos, a forma em que se desenvolveu a região e os trabalhos que permitiram a construção dos roteiros turísticos rurais (identidade local). Se houve apropriação dos circuitos turísticos por parte da comunidade. Se os investimentos públicos fizeram parte do crescimento da atividade no período em análise (2003-2010); se o processo cultural, que considera o capital humano e intelectual de uma região, garantiu atividades de associativismo e cooperação que rompessem com as estruturas individuais contribuindo ao desenvolvimento local. Se a origem das microempresas locais e dos empreendedores rurais existentes na região era a mesma do início dos circuitos.

"Essa é a mesma discussão de produção para o mercado, ah, o cara produz, o problema é comercializar, mas comercializar o quê, não vai... o mesmo com o artesanato, qual é o produto? Ah eu faço pano de prato, fuxico (vai ter louça para lavar e enxugar com a produção de pano de prato!) e artesanato de papel?... o que tudo mundo faz... Mas quem é que compra? assim não se resolve o problema da comercialização nunca... isso, vc acaba comprando... mas isso é caridade não é comercializar. Outra questão é (o segundo problema que eu vejo) é o de igualar esse turismo com o turismo de massa, homogeneizar. Fazer que o cara tenha a estrutura do urbano, ah tem de ter acessibilidade. E aí quer discutir acessibilidade no turismo rural... tem de ir devagar... é importante, claro que é, mas colocar essas condições para entrar no mercado, tem que ir devagar. As condições são levadas ao extremo. O que Nos temos que exigir o que? Higiene, segurança, mas não descaracterizar... são exigências mínimas. Se for para as agencias vai terminar sendo customizado... isso acontece com todos os setores, o problema não são as agencias, (o problema é o mercado capitalista)... As exigências, a legislação, as estruturas do mercado são feitas para os grandes, não da para esquecer isso." (AGENTE UFPR-ITCP, 2011).

"O trabalho da EMATER na RMC é um trabalho diferenciado. Ele acumula um outro público diferenciado da RMC é um público periurbano, que não chega ser um rural, nem urbano, e não temos condições de retribuir a altura. É um trabalho mais delicado, uma população de transição, de uma agricultura um pouco mais dedicada voltada para a olericultura (hortifrutigranjeiros), e em donde o turismo rural por essa ligação direta com o urbano, é uma área que deva ser estimulada, com mais ênfase. é importante. Não sei pode ser feito quiçá uma ação mais direta com as prefeituras[...] e uma interação mais direta com o público urbano de Curitiba." (AGENTE DA EMATER, 2012b).

"A demanda é regional ou local? O valor agregado efetivo é muito pouco?... tem de trabalhar para organizar esses pontos que são iguais na França. O que importa o queijo, não o selo de qualidade. Pode vir a ser visitado por estrangeiros... pode. Mas não deve ser o foco. Esse tipo de empreendimento deve ser orientado com uma outra lógica, o capitalista tem isso, arruma dinheiro tem de ter lucro." (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011).

"Tem que chamar a atenção dos jovens e jovens adultos, e das crianças que levam os pais e alargam o processo de uso do turismo no espaço rural... sempre as mesmas coisas, como o carrinho do Papai Noel (SJP). Por que os hotéis não utilizam das produções orgânicas da região?" (AGENTE DA EMATER, 2011a). (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo Autor, 2012).

Além dos conflitos inerentes à falta de comercialização do turismo rural, colocada na pesquisa de campo com os extensionistas, a coordenação vê as contradições que a normatização impõe às práticas de turismo rural realizadas pela agricultura familiar. Contradições como as colocadas acima ou outras mencionadas pela prefeitura de São Jose dos Pinhais, onde a Vigilância Sanitária promoveu numa lógica industrial, as condições de exigência de uma vinícola. "Ameaças de multas, exigências e ainda depois de tudo isso, sai do estabelecimento comprando os produtos do pequeno produtor. Ora, se ele compra, sabe que tem condições de higiene, só que ele não tem cacife para ter o SIF ou SIM. Com as exigências tenta-se descaracterizar ele, pior é que conseguem" (AGENTE DA UFPR-ITCP, 2011).

Somando-se a isso, potencialmente o mercado a que se destina toda a organização do turismo rural é para quem mora em Curitiba. O conflito de mercado, pois vêm crescendo os municípios com empreendimentos turísticos no espaço rural fortemente aparelhados por atividades de lazer e (ou) urbanas no espaço rural

(TULIK, 2003), a convivência de micro e pequenas empreendimentos de origem urbana no espaço que atuam conforme sinais mercado dos grandes grupos concorrentes no Paraná (IPARDES, 2008a).

"Falta de associativismo, falta de cultura associativista, ela foi forçada pela prefeitura, porque os recursos que vem precisava de organização dos produtores. Falta de agências comercializando. O que foi um ponto forte no início (ponto de partida e de chegada com sinalização, ficou limitado por produtores que saíram do circuito e com a entrada de outros restringiu demais a atuação desse município... Teve muitas trocas... roteiros tem um só, a gente estimula outros pontos, a gente tem três regiões com atividade turística mais intensa, mas o roteiro de Guajuvira é de 06 horas, quando os visitantes ou a agência do SESC faz demanda do dia todo se aproveita outra região com almoço e coloca outra região e aproveitando atrativos culturais. O roteiro começou com dezesseis propriedades, hoje tem apenas seis. Alguns saíram porque acharam que o retorno seria mais imediato. Outros saíram porque não estavam vencendo atender a demanda. Outros tiveram motivos de depressão, só isso. Do ponto de vista econômico foi benéfico para os empreendedores. O impacto do turismo rural é pequeno, é quase imperceptível para a prefeitura. Não tem nota, não tem impostos que rebatam na prefeitura." (AGENTE DO MUNICÍPIO DE ARAUCARIA, 2011).

"Houve, um fluxo no caminho do vinho que a circulação era de 80 pessoas mês (livro de presença)... não temos controle de fluxo, mas pelo número de atendimento de restaurantes mais o que circula por semana hoje falamos em torno de 8 a 10 mil pessoas mês [...] Não tinha restaurante, embora tivesse cantinas, e hoje tem 9 restaurantes no caminho do Vinho, tem três cafés coloniais mais um fora da associação, que esta sugando o movimento dos outros, que entrou com investimentos mais oportunismo. Cadê a tutela da área?. Nos tentamos montar fazer a tutela, mas não houve espaço para tal, com isso vem gente de fora querendo investir... aí se perdeu a ideia no caminho. A mesma situação poderia no Caminho do Taquaral. A prefeitura não tem interesse de tutela. Há um problema de SJP de exploração imobiliária que não é só de São Jose. No Caminho do Taquaral metade é rural e a outra metade é urbana, a nossa proposta prevista no plano é de transformar tudo em parque, vamos ver o que passa." (AGENTE DE SÃO JOSE DOS PINHAIS, 2011).

"Problemas constatados na comercialização e divulgação. Falta de integração entre os empreendedores e entre os empreendedores e prefeituras. Muita expectativa e pouca ação do PNMT e da Regionalização. Enquanto o PNMT trabalhou muito com a comunidade, o foco da regionalização era o público, o turista, mas quantos turistas? ... Queremos aumentar em 50%, de quê? Se não tem conhecimento de eixos norteadores, não têm parâmetros que possam direcionar o turismo." (AGENTE DE QUATRO BARRAS, 2011).

"Aconteceram problemas de sinalização. Colombo foi usado como modelo para outros municípios para estimular o trabalho no Estado, fomos conhecer experiências em RGS, em SP e recebemos de varias cidades para Colombo. Tivemos cidades irmãs, Bento, Faropilha e Caxias. Recebiam produtores e enviávamos muitos para fora. Descontinuidade do trabalho (de comercialização). O planejamento foi deixado de lado porque acharam que era do fulano ou da prefeita, os candidatos se comprometeram com o planejamento (o prefeito) com a comunidade e depois abandonaram." (AGENTE DE COLOMBO, 2011) (Seleção de respostas à entrevistas organizadas pelo autor, 2012).

A questão sobre o uso dos programas, nacionais e estaduais por parte das propriedades rurais metropolitanas e o incentivo dado pelos técnicos para participar dessa atividade, foi feita também aos gestores municipais entrevistados. Na visão destes, as Feiras dos Sabores (66,7%) seguidos da Rede TRAF (50%), que se iniciou depois de 2003, e caminhadas da natureza (33,3%) vêm exercendo o papel de incentivo na comercialização de produtos e promovendo o turismo rural metropolitano.

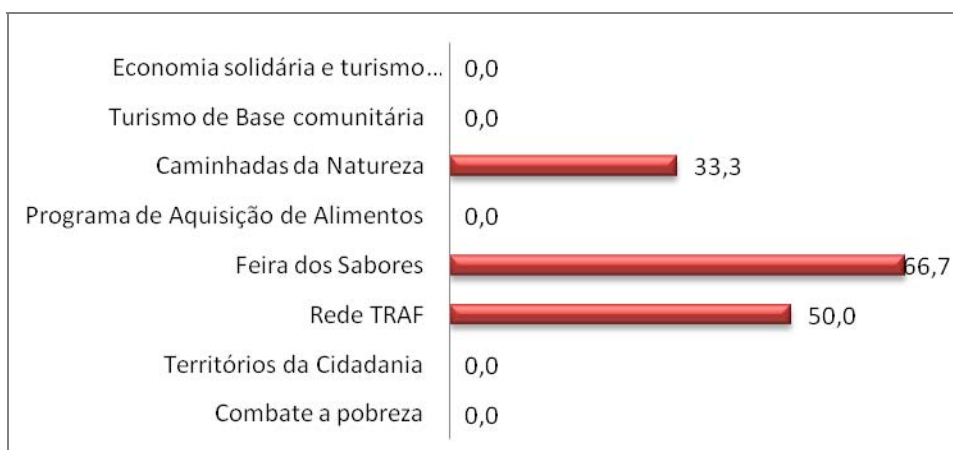


GRÁFICO 22 - PROGRAMAS QUE ALAVANCARAM O TURISMO RURAL NAS ROTAS DO PINHÃO, SEGUNDO GESTORES MUNICIPAIS ENTREVISTADOS

FONTE: Pesquisa de Campo (2011)

3.5 BALANÇO DA GESTÃO DO TURISMO NA REGIÃO TURÍSTICA DAS ROTAS DO PINHÃO NOS MUNICÍPIOS DO NÚCLEO URBANO CENTRAL

A questão das escalas institucionais não transita apenas pela União e pelo Estado. Na visão de Bercovici (2008), os debates fundamentais da participação na construção e subsidiaridade (complementaridade) das políticas públicas pelo Estado

remetem também à análise da descentralização e participação nos municípios e estão contidas na Constituição Federal (Art. 23 e 24). A materialização da coordenação na repartição de poderes são as competências concorrentes, previstas no artigo 24 da Constituição de 1988¹¹⁷. A União e os Estados e os municípios concorrem em uma mesma função (o turismo), mas com âmbito e intensidade distintos. (BERCOVICI, 2008, p.3). Não é plausível um Estado Federal em que não haja um mínimo de colaboração entre os diversos níveis de governo. Faz parte da própria concepção de federalismo esta colaboração mútua.

A concepção de Estado federado pressupõe a diferenciação escalar entre processos de coordenação e processos de cooperação (entre a União, estados e municípios) e essa falta de diferenciação é outra fonte de conflitos que gera tensão na aplicação das políticas públicas. A coordenação é um procedimento que busca um resultado comum e do interesse de todos. A vontade das partes é livre e igual, com a manutenção integral de suas competências: os entes federados sempre podem atuar de maneira isolada ou autônoma (BERCOVICI, 2008). Mas também pressupõe que não há nem se faz necessária a homogeneização da aplicação das políticas públicas, pois, como afirma Bercovici (p.6), a crescente homogeneização pode desembocar na centralização.

Na Região Rotas do Pinhão, a fragmentação da gestão foi alimentada pelas diversas visões que se sobrepõem ao desenvolvimento do turismo rural. Sobreposições que perpassam pela cultura individual e hábitos familiares que incidem na estruturação de um trabalho cooperativo necessário para construção de roteiros regionalizados: a gestão do município de Curitiba, que detém o mercado, prezou por manter a hegemonia do processo, enquanto o Estado, de sua parte, trabalhou em função de demandas, desenvolvendo oficinas de planejamento e de avaliação regional, assim

¹¹⁷ Da Constituição Federal, Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; II - orçamento; III - juntas comerciais; IV - custas dos serviços forenses; V - produção e consumo; VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IX - educação, cultura, ensino e desporto.

"A etnia predominante não permite trabalhar em parceiros. Não sentam entre eles para discutir coisas comuns, essas práticas não existem, não tem iniciativas próprias, parcerias acontecem de boca, há pouco tempo ... isso não é entendido como agregação de valores, deve estar vinculado ao grau de instrução muito baixo, peculiar a agricultura familiar." (GESTOR DE ARAUCÁRIA, 2011).

"As parcerias se estabelecem encima dos golpes da realidade. Embora hoje se uniram para a questão de segurança, o aprendizado foi paulatino, não houve muito espaço outras alternativas novas. Parcerias institucionais aconteceram muitas nos eventos." (GESTORA DE SÃO JOSE DOS PINHAIS, 2011).

"Outro trabalho de cooperação era o da capacitação. a capacitação era definida pela demanda realizada pela programação dos interesses das instituições, porém podia até sugerir, desde que tivesse bem fundamentada. Na região, os temas dos cursos do SENAR eram definidos por eles, mas vc podia se adequar. Com a mudança do PNMT para a Regionalização, o setor privado pulou fora da capacitação. Acontece que o turismo precisa do privado, a capacitação caiu no descrédito e a regionalização no setor privado é novo... Minha visão é que sem parceria não se chega a lugar nenhum. A minha experiência me leva a crer que mesmo sendo a idéia tua tem que ter o auxílio do projeto e de parcerias. Em Piraquara, para o turismo e pra o turismo rural foi assim que avançou" [...] Como diretor de turismo a gente desenvolveu alguns projetos dentro desse viés de região e regionalização para o município de Quatro Barras, sempre naquela óptica de trabalhar a região, e buscando o convívio principalmente com os municípios vizinhos, buscando se aprimorar, se bem que a RMC é muito extensa e fica muito difícil trabalhar o conceito da região dentro da metropolitana... e de lá para cá trabalhando turismo vendo as mudanças e as vezes a estagnação dos processos do turismo. (GESTORES DE PIRAQUARA, QUATRO BARRAS, 2011).

É o trabalho coletivo. Tem que ter uma educação cooperativa antes e depois ter repensado esse processo do desenvolvimento do turismo rural. Processo e as metodologias construídas pela EMATER e pelo agronegócio é para grandes cooperativas. . Tudo é parceria. Você tem que fazer parceria em tudo, na amizade, com os filhos, até com a mulher. (GESTOR DE COLOMBO, 2011).

O resultado desses impasses não se explica dentro do desenvolvimento rural, ou na falta de capital social sinérgico (BOISIER, 2002), mas fora dele. A pressão que a internacionalização da metrópole apresenta, envolve também os serviços turísticos (MOURA; KORNING, 2002). Em concomitância com o desaparecimento do Estado, se não fosse pelas políticas federais do PRONAF seria muito provável que a dinamização da dimensão econômica que acontece na cidade de Curitiba e

almejada por todos os municípios da Região Metropolitana provocaria um rápido abandono das populações assentadas nas práticas da agricultura familiar e de outras práticas de ocupações não agrícolas onde o turismo rural está inserido.

Embora todos os 29 municípios estivessem, em tese, dentro das Rotas do Pinhão, só uns quantos participam ativamente, coincidentemente ou não, são praticamente os mesmos municípios do Núcleo Urbano Central, como mostra o quadro 13, e se movimentam de forma inversa ao atendimento dado pela EMATER.

MUNICÍPIOS	ROTAS DO PINHÃO	PARTICIPAÇÃO	RMC (EMATER/ COMEC)	ASSOME ⁽¹⁾ / AMSULEP/VALE DO RIBEIRA
1 Adrianópolis	Sim	Não participa	Adrianópolis	Vale do Ribeira
2 Agudos do Sul	Sim	Não participa	Agudos do Sul	AMSULEP
3 Almirante Tamandaré	Sim	Não participa	Almirante Tamandaré	ASSOME ⁽¹⁾
4 Araucária	Sim	Araucária	Araucária	ASSOME ⁽¹⁾
5 Balsa Nova	Sim	Não participa	Balsa Nova	ASSOME ⁽¹⁾
6 Bocaiúva do Sul	Sim	Não participa	Bocaiúva do Sul	Vale do Ribeira
7 Campina Grande do Sul	Sim	Não participa	Campina Grande do Sul	ASSOME ⁽¹⁾
8 Campo do Tenente	Sim	Não participa	Campo do Tenente	AMSULEP
9 Campo Largo	Sim	Campo Largo	Campo Largo	ASSOME ⁽¹⁾
10 Campo Magro	Sim	Campo Magro	Campo Magro	ASSOME ⁽¹⁾
11 Cerro Azul	Sim	Cerro Azul	Cerro Azul	Cerro Azul
12 Colombo	Sim	Colombo	Colombo	ASSOME ⁽¹⁾
13 Contenda	Sim	Não participa	Contenda	ASSOME ⁽¹⁾
14 Curitiba	Sim	Curitiba	Curitiba	ASSOME ⁽¹⁾
15 Dr. Ulysses	Sim	Não participa	Dr. Ulysses	Vale do Ribeira
16 Fazenda Rio Grande	Sim	Não participa	Fazenda Rio Grande	AMSULEP
17 Itaperuçu	Sim	Não participa	Itaperuçu	Vale do Ribeira
18 Lapa	Sim	Não participa	Lapa	AMSULEP
19 Mandirituba	Sim	Não participa	Mandirituba	AMSULEP
20 Piên	Sim	Não participa		AMSULEP
21 Pinhais	Sim	Pinhais	Pinhais	ASSOME ⁽¹⁾
22 Piraquara	Sim		Piraquara	ASSOME ⁽¹⁾
23 Quatro Barras	Sim	Quatro Barras	Quatro Barras	ASSOME ⁽¹⁾
24 Quitandinha	Sim	Não participa	Quitandinha	ASSOME ⁽¹⁾
25 Rio Branco do Sul	Sim	Não participa	Rio Branco do Sul	Vale do Ribeira
26 Rio Negro	Sim	Rio Negro		AMSULEP
27 São José dos Pinhais	Sim	São José dos Pinhais	São José dos Pinhais	ASSOME ⁽¹⁾
28 Tijucas do Sul	Sim	Tijucas do Sul	Tijucas do Sul	AMSULEP
29 Tunas do Paraná	Sim	Não participa	Tunas do Paraná	Vale do Ribeira

QUADRO 13 - RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE PARTICIPAM ATIVAMENTE NA ROTAS DO PINHÃO - RMC - 2011

FONTE: Fórum Metropolitano (2011)

(1) Todos os municípios pertencem a ASSOME⁽¹⁾.

O resultado das pesquisas fortalece a predominância da fragmentação das ações comprometida pelo grau de profissionalização em relação à atividade do turismo rural. Mas também é preocupante a ênfase que se outorga ao desenho de produtos *vis- a-vís* o processo de institucionalização que as políticas públicas requerem, em especial do turismo rural com o fortalecimento de instrumentos especiais que deem uma maior atenção à maior participação das comunidades e à conservação dos mananciais. Foi tratado, ainda que de forma tangencial, como a falta de uma governança regional forte esfacela a possibilidade de construção de uma identidade regional.

A questão sobre o uso dos programas, nacionais e estaduais por parte das propriedades rurais metropolitanas e o incentivo dado pelos técnicos para participar dessa atividade, foi realizada também aos gestores municipais entrevistados. Na visão destes, as Feiras dos Sabores (66,7%) seguidos da Rede TRAF (50%), que se iniciou depois de 2003, e caminhadas da natureza (33,3%) vêm exercendo o papel de incentivo na comercialização de produtos e promovendo o turismo rural metropolitano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas sintetizam um esforço de compreensão da Região turística Rotas do Pinhão situada na Região Metropolitana de Curitiba. A dissertação buscou mapear no, ainda incipiente, sistema de políticas públicas do turismo no Brasil, como a evolução da gestão pública e a criação do ministério em 2003 serviram de marco para o setor e refletiram-se no Estado do Paraná e muito em particular na RMC ao longo do período de 2003 e 2010, fazendo uma revisão inicial das bases desse processo anteriores. A reformulação da institucionalidade federal, que mostrou avanços consideráveis no turismo, ainda convive com um sistema do desenvolvimento do turismo rural desarticulado das políticas de desenvolvimento rural e que mantém fragilidades em torno do escopo do desenvolvimento (territorial).

Outros setores da economia convivem com sistemas de políticas públicas setoriais já obsoletas e com objetivos que se distanciam do real objetivo do desenvolvimento pelo que não é uma prerrogativa exclusiva do turismo. Diante dessa realidade o que se obteve das análises que precederam giram em torno dos seguintes temas:

No capítulo 1 a necessidade de discutir região, regionalização, desenvolvimento e desenvolvimento rural, turismo no espaço rural e na agricultura familiar, ruralidade e identidade num recorte que destacou não os atores, nem a cadeia produtiva desse turismo, mas a análise das políticas públicas, seu ciclo, a implementação e os agentes das políticas para o turismo rural na RMC no momento em que acontecia a discussão da descentralização das políticas públicas do turismo que fortalecia a participação, embora limitada, aos atores do setor na construção do turismo regional.

Essas principais questões teóricas desenvolvidas no capítulo 1 foram testadas na pesquisa de campo exposto no resumo das entrevistas do capítulo 4. Entre as questões apuradas identificou-se a falta de entendimento do que a região significa e da sua importância no desenvolvimento de valores, princípios e identidades para o turismo rural. Uma região é um elemento espacial vivo portanto a estruturação de

governanças, conselhos e sistemas de representação deveria obedecer às relações sociais e econômicas preponderantes na região e não a modelos predeterminados pelos agentes. O entendimento das instituições envolvidas na implementação das políticas públicas a respeito do que significavam as regiões e o papel que estas podiam desempenhar no desenvolvimento territorial foi limitado à interpretação de um conceito administrativo.

A compreensão partiu da visão de territórios unidos e identificados pela sua pobreza e miséria (os territórios da cidadania do MDA), regiões administrativas (SETU com equivalências às Mesorregiões), e microrregiões homogêneas (as ADIs da EMATER). Essas diferenças esconderam uma fonte de conflitos que essas divisões trazem para o entendimento dos agentes e para a própria identidade local e regional.

Todavia, os agentes municipais entrevistados reconheciam a região como a proposta de síntese de processo de autorreconhecimento entre as cidades, seus territórios e espaços produto da própria regionalização. Esses agentes municipais, quando mais afinados com os conceitos, mais tinham consciência da existência de assimetrias – sociais e econômicas – e de poderes constituídos em torno dessas assimetrias levando-os a questionar a regionalização turística. Com exceção dos técnicos municipais entrevistados, as outras escalas de gestão (estadual e federal) desconheciam totalmente ou em parte a existências de regiões turísticas no Estado. As pesquisas e entrevistas apontaram, também, desconhecimento em torno da regionalização.

Com raras exceções também se consideraram eles próprios parte do poder local ou regional instituído, pelo fato de serem eles os implementadores das diretrizes da política para o turismo rural nos seus municípios. Em alguns casos foi detectado que a falta de conhecimento em torno dos instrumentos com os quais se trabalha, como o é a região, levou a interpretações equivocadas da realidade, com diagnósticos e soluções utópicas nas formas de implementar as políticas públicas para o turismo rural. Em alguns casos, os esforços realizados na gestão ficaram perdidos pela falta de uma unificação de critérios anterior ao próprio processo de gestão de planejamento

e políticas públicas. Também ocorreu falta de compreensão do que se buscava com o desenvolvimento do turismo rural.

No capítulo 2 apresentou-se a desconstrução dos diversos recortes utilizados do ponto de vista teórico. Dentro de um amplo leque de informações secundárias oriundas de diversas fontes, foram respondidas questões formuladas nos objetivos deste trabalho sintetizados na necessidade de conhecer e analisar a produção e as práticas do desenvolvimento e do turismo rural e da implementação das políticas públicas identificando as fragilidades no desenvolvimento local e regional.

Os dados do Censo Demográfico, do Censo Agropecuário e da pesquisa da Cadeia Produtiva do Turismo realizada pelo IPARDES (2008, 2008a, 2009), bem como dados de pesquisas junto a municípios da RMC realizada por essa instituição para conhecer aspectos da gestão municipal, corroboram com a forte diferenciação regional, acúmulo de assimetrias de riqueza, produção e mercado, e posições de hierarquia que o arranjo institucional do aglomerado urbano reproduz em todas as relações e que fazem parte do modelo de desenvolvimento que prevalece na região administrativa. Os dados atualizados do PIB regional comparativamente aos dados do Estado e o Censo Demográfico 2010, ajudaram a estabelecer que a implementação de qualquer política pública, inclusive as do turismo e do turismo rural, se assenta sobre a base de disparidades regionais. A RMC aglutina boa parte dos municípios com maior renda do Estado, ao mesmo tempo em que agrega alguns com os piores indicadores do Estado.

Os números do Censo Agropecuário, com base 2006, apresentaram a novidade de dados sobre a agricultura familiar e com eles propriedades rurais que declararam ter o turismo como aferidor de renda no Estado e na Região Metropolitana de Curitiba. Os dados, entretanto, serviram de próxi para o tema em questão por não apresentar detalhamento maior e aparecer no bojo de outras atividades não agrícolas realizadas na propriedade. Os dados do censo confirmaram a crença de que o principal beneficiário da atividade é sim o agricultor familiar, classificado pela lei federal.

Outros fenômenos que reforçam a importância de estudar o turismo rural como parte do desenvolvimento rural nas Rotas do Pinhão foram analisados à luz de informações da base de dados do Estado. O aumento do uso da energia elétrica rural e uso do espaço rural para acomodar atividades urbanas vêm despontando. Também o aumento das segundas residências nos municípios com restrições ambientais e mesmo naqueles em que predomina a atividade rural. Além disso, a crescente ampliação, em áreas periurbanas, de atividades de serviços do turismo, como hospedagem e serviços de alimentação detectados pelos dados da pesquisa da cadeia produtiva do turismo, mostrou indícios da mobilidade do capital em investimentos de grande e médio porte para se apropriar do espaço rural metropolitano.

Em paralelo, os relatórios e as estatísticas da EMATER-PR apontaram para um número bem maior de estabelecimentos no turismo rural em comparação com os dados do Censo. Em torno de 10% de estabelecimentos agropecuários, da agricultura familiar ou não, envolvidos com a atividade do turismo rural somente na RMC. Essa classificação, entretanto, não toma em consideração outras que conjugam ou não atividades de artesanato, agroindústria e pesque-pague; tampouco aquelas de atividades agroflorestais, o que pode vir a indicar que o número pode estar subestimado, o que mereceria uma análise mais aprofundada por outros estudos.

Discutiu-se, ainda, a partir dos relatórios e documentos oficiais, o papel exercido pelas instituições na implementação das políticas para o desenvolvimento rural, a agricultura familiar e o turismo rural. A visão dos principais agentes a partir das formulações apontou para ideias que indicavam um processo de homogeneização no tratamento de regiões, territórios e as necessidades destes.

Concluiu-se neste capítulo que houve fortes mudanças institucionais de peso no período em estudo (2003-2010). De um lado, a criação do MTur e a criação de uma secretaria de turismo que assumiu a responsabilidade de normatizar processos já existentes, indicar e pôr em prática novas estruturas para o desenvolvimento do turismo e do turismo rural no Estado. Nasce, porém, esvaziada de técnicos que pudessem trabalhar em (com o campo?) campo e com outras estruturas que já

atuavam na atividade. Do outro lado, são definidos os critérios para o PRONAF, são criados novos instrumentos do PRONAF para o fortalecimento do turismo rural e a chamada Rede TRAF, que se assenta como embrião de uma rede nacional de turismo rural. Querendo ou não, o processo de reacomodação institucional, os entendimentos dos papéis a serem assumidos por cada uma das instituições tornaram-se palco de conflitos de interesse regionais muito vivenciados na RMC.

No Estado, sai de cena a COMEC, e entram a secretaria de Assuntos Metropolitanos, a Secretaria de Turismo do Estado do Paraná - SETU, a EMATER e a ECOPARANA na busca de articulações. Inicialmente entre as secretarias do Estado entre 2003 e 2004, depois da ECOPARANA e a EMATER com o MDA. O MDA por sua vez dedica a maior parte de seu esforço em consubstanciar os Territórios da Cidadania, missão para todo o Brasil, que tinha para essa atividade recursos orçamentários da União. No cenário também surge o SEBRAE como parte do leque de interessados, fortalecendo a necessidade de construir produtos turísticos no espaço rural, a imagem e semelhança do que já vinha sendo feito em outros estados do Brasil.

Analysaram-se os orçamentos e balanços oficiais para identificar os recursos apropriados de e para a atividade chamada turismo rural. Ela não é contemplada como tal. Lamentavelmente comprovou-se que o orçamento do Estado para o turismo é o menor no período, perdendo apenas para uma secretaria especial, sem estrutura. Assim mesmo, observou-se que os investimentos em infraestrutura com exceção da energia elétrica recuaram a cada ano. Diante desse quadro, a região turística Rotas do Pinhão se organiza em 2003 com o nome de Fórum Metropolitano do Turismo, denominação que recebe por meio das diversas oficinas, mecanismo instaurado como prática participativa desde o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, pela então EMBRATUR.

Um dos pontos propostos como hipóteses na dissertação foi se as políticas públicas foram colocadas em prática. Demonstrou-se que sim, ainda que parcialmente. Em primeiro lugar, as definições de recursos e sua colocação eficiente para atingir as

regiões turísticas, numa proposta de descentralização que promovesse a sustentabilidade de um sistema de governança regional do turismo, dependiam de articulações e negociações que se produziam ao redor das prioridades e partilhas de Estados e municípios com seus representantes no Congresso Nacional em concomitância com o Ministério do Turismo, das chamadas emendas parlamentares. O Estado limitou seu orçamento com cada vez menores os recursos alocados para investimentos, programas e projetos, a liberação foi sempre diminuindo até o final de 2010. Vale ressaltar que a partir de 2008 não se fez mais pesquisa em turismo. O turismo rural só não foi pior porque obteve recursos para capacitação advindos do MDA numa parceria com a EMATER e a ECOPARANA.

Apesar dos esforços e movimentações de agentes locais, e ainda que com representantes do Estado no Ministério, o Estado do Paraná conseguiu no período emplacar apenas um projeto a favor do turismo rural. Ao contrário do que poderia se supor, as instituições não tinham projetos e as atividades ficaram limitadas às visitas técnicas, espécie de excursões pagas com recursos a fundo perdido do MDA para visitação de técnicos e produtores da agricultura familiar em propriedades com boas práticas em turismo rural. Dessa forma, percorreu-se um caminho inverso da institucionalidade do turismo rural criada no governo federal, fortalecendo laços de dependência de recursos externos para o desenvolvimento da atividade. Ainda, promoveu uma espécie de movimento por emendas parlamentares que a cada ano perpassava pelo desafio de conhecer quais os sistemas de distribuição de responsabilidades e (ou) competências que podiam ser estabelecidos, e quais dessas responsabilidades os deputados federais estariam dispostos a negociar em seu nome, em emendas parlamentares individuais e (ou) coletivas, que atendessem a municípios do estado, nem sempre da sua base eleitoral. Nesse espectro o modelo de desenvolvimento do turismo que se impulsionou foi o pior possível, sem orientação nenhuma do Estado e ao sabor das demandas e expectativas dos prefeitos.

Por outro lado, houve um jogo de poder sobre quem levaria a maior fatia dos recursos disponíveis de custeio ou investimento do orçamento federal e estadual

entre as diversas regiões e segmentos da governança turística. Esse jogo se desdobra no grau de comprometimento e de força política efetiva por parte do setor privado e do envolvimento que o setor tenha na organização das instâncias de governança. As maiores fatias de emendas parlamentares do período foram destinadas aos municípios indutores (Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá).

Já no capítulo 3 foram sistematizadas as diversas pesquisas de campo: as pesquisas realizadas em nível institucional; as dirigidas aos atores do governo federal atuantes no turismo rural do Paraná (de forma direta na região, ou indireta via financiamentos); dos implementadores das políticas públicas no Estado (em especial da EMATER e da ECOPARANA); e dos agentes municipais (diretores de turismo em exercício no período da pesquisa ou anterior a ele). A compreensão escalar do fenômeno turístico e do turismo rural foi uma das preocupações esboçadas nas hipóteses de trabalho. A identificação do papel exercido pelo Estado (nas suas múltiplas escalas) em torno do processo de consolidação de redes e roteiros turísticos e os resultados esperados desse esforço multiescalar. Identificação de possíveis desarticulações, não entendimento adequado das ações e políticas implementadas, e aplicação total ou parcial das políticas de cima para baixo (Top down) sem a devida leitura das peculiaridades e estruturas da região vieram a reforçar movimentos de exclusão e isolamento de comunidades rurais. As entrevistas com pontos comuns entre elas, sintetizados em blocos, iniciaram-se com o entendimento de Região, seguidos pela noção de desenvolvimento e desenvolvimento rural, entendimento do que seria a governança do turismo para finalizar com o discurso em torno das práticas participativas e de cooperação interagentes e intra-agências.

O contraditório paira nas respostas dadas em entrevistas e para os quais apresentamos uma síntese final a seguir. No processo de pesquisa chamou a atenção que a escala federal representada pela delegacia regional no estado não conhece a política pública do turismo, nem a lei estadual e menos ainda o programa de turismo rural no estado. Apenas apoiava atividades que julgou convenientes para o desenvolvimento rural, podendo se encontrar o turismo dentro desse leque, como

de fato aconteceu em algumas regiões como Oeste e Metropolitana. O estado por sua vez, como ficou demonstrado, trabalhou com a política setorial de fortalecimento das propriedades rurais.

O turismo podia participar do processo de forma transversal, estruturante. Cabia aos técnicos extensionistas promover a participação ou não, e o relacionamento com as estruturas municipais dependia de motivações pessoais, sendo um relacionamento direto com as secretarias de agricultura municipais e não as de turismo. Já os gestores municipais do turismo esperavam uma articulação plena de seus pares e da capital, bem como dos técnicos da EMATER. Em suma trabalhava-se em compartimentos estanques para o mesmo propósito e com prioridades variáveis conforme o município. As mudanças na descentralização das políticas públicas não foram acompanhadas da compreensão e de reformas na gestão e partilha das responsabilidades nas escalas estadual e municipal. A partir das análises precedentes nas entrevistas, e da evolução dos dados intercensitários, e considerando como foram concebidas e implementadas as políticas para o segmento do turismo rural na RMC, as análises levaram a concluir que não houve desenvolvimento (territorial) nos moldes dos autores citados. Houve, sim, um esforço de desenvolvimento do turismo e do turismo rural a partir da organização da gestão. Essa organização seguiu modelos estáticos não condizentes com a evolução das regiões turísticas. Como resultado, poucos foram os agentes que interagem na região que reconheceram a região turística Rotas do Pinhão. Ela não vem sendo percebida como uma região. Entre o primeiro desenho da regionalização turística ocorrido em 2004 e 2010, os municípios que participam das Rotas do Pinhão foram abordados de diversas formas, porém integrados de forma administrativa fortalecer a construção. É muito provável que diante dos prementes problemas que enfrentam alguns municípios tenha sido o motivo da reduzida participação, também outra causa pode ter sido a falta de interesse em criar novas frentes de atuação local sem possibilidades de melhorar condições de vida da população local.

À pressão exercida pela EMATER sobre os extensionistas para se preocuparem com o aumento da produção, da produtividade, da capacidade das ocupações não agrícolas de gerar renda adicional para as famílias, num foco que é eminentemente setorial, em torno da cadeia produtiva desenhada pelos agentes extensionistas calcada encima da propriedade rural, se opunha à produção do turismo atrelada àquilo que a propriedade individual podia oferecer para a conformação em "produto".

Por outro lado, o conflito não foi exclusivo dos agentes extensionistas. Os agentes municipais do turismo, aqueles que formam parte do município nos órgãos de ordenamento turístico local (OOTs), muitas vezes desconheciam a realidade local, por falta de orientação ou por mera falta de entendimento, enfrentaram o entorno do município onde já trabalham, com pouco ou nenhum domínio do que acontecia no rural e sem preocupação em construir diagnósticos mais acabados sobre a realidade. Os agentes municipais entrevistados foram exceção à regra, o que se converteu mais tarde numa das fortalezas para a continuidade do turismo rural nos municípios onde atuaram.

Assim, os poucos técnicos em turismo contratados construíram propostas para o desenvolvimento da atividade, além da realidade, em torno das políticas normativas disseminadas pelo MTur e pela SETU, ou pelos manuais de difundidos para a organização municipal, propostas que ficaram engessadas perante todo tipo de percalços encontrados: orçamentários, técnicos, relacionais, sociais e principalmente políticos pela falta de conhecimento que os dirigentes municipais professam sobre o que o turismo pode vir a contribuir na redução de desigualdades regionais. Sem recursos e sem redes de estímulo locais ou regionais, foram desconsiderados e alienados do processo de construção das cidades, não foram levados a sério quando tentaram, em vão, criar instâncias de governança local para o turismo (às vezes ignorando que já existiam outras nas quais poderiam participar e até criar o próprio espaço, sabendo-se que a convivência é salutar para ambos os lados).

Não menos importante, o desenho institucional das políticas advindas do MTur não foi suficientemente discutido e apropriado ao interno das regiões, não por

uma falta de interesse, mas pela ausência de exigências de obrigatoriedade no cumprimento das mesmas. Os diversos momentos de oficinas de planejamento propunham incorporar as diretrizes vindas das escalas nacional e estadual e não se procurou a criação de espaços comuns com o desenvolvimento dos territórios, nem do espaço rural.

Ausência de entendimento sobre a flexibilidade que a implementação das políticas públicas para o turismo foi detectada pelas respostas dos extensionistas na pesquisa, e pelas entrevistas com dirigentes. Faltou também um diálogo maior entre o setor agrícola municipal e o turismo municipal, uma integração maior entre os agentes do próprio município. Foi aí onde as resistências ou sinergias se fortaleceram ou debilitaram processos que se constatou falta de orientação do desenvolvimento da atividade do turismo rural como instrumento da regionalização, integrando roteiros intermunicipais e fortalecendo circuitos; isso toma corpo com maior intensidade naqueles municípios onde a pressão econômica e política foi mais forte. Quando perguntados sobre os melhores programas para o desenvolvimento do turismo, houve disparidade entre ambos os grupos, dos extensionistas e dos técnicos do turismo. Quando questionados sobre uma definição do desenvolvimento aplicado no município, a compreensão da situação foi diferenciada ainda entre os técnicos do turismo.

Pode-se afirmar que o maior esforço do setor foi realizado em torno do planejamento e da gestão. Os esforços, contudo, não renderam o suficiente ao ficar abafados pela descontinuidade. A descontinuidade de processos foi apontada por todos, tanto pelos agentes federais como pelos estaduais, e os municipais. A descontinuidade ocorreu por várias razões, uma delas é falta de alinhamento nos períodos eleitorais que não permite uma implementação de forma coerente com o médio e longo prazos em suas diversas escalas.

Outra razão o constitui a falta de entendimento de que políticas públicas, uma vez apropriadas pela comunidade tornam-se políticas de Estado (municipais, estaduais, federais) e não são políticas de governo (de turno). O próprio estado incorreu nesse erro, pois a COMEC não se dispôs a discutir seriamente o desenvolvimento da

atividade com os seus pares. Em 2005, a secretaria de Assuntos Metropolitanos (criada em 2003) assumiu um papel relevante na construção de uma proposta geral (Mutirão Metropolitano), mas que foi esvaziada em 2006 por falta de recursos orçamentários.

No tema da gestão, outro agente institucional, a EMATER atendeu a mais de um mil propriedades na região metropolitana, das quais 210 mantêm atividades de turismo rural. Houve no mesmo período um número de propriedades rurais que produziu artesanato, que trabalhou com agroindústria e (ou) manteve pesque-pague, e na visão dos técnicos, nenhuma dessas atividades foi considerada turismo rural. Essa visão cartesiana limitou em mais uma fase do processo a essência de integração regional em circuitos de municípios diferentes numa proposta regional. Insiste-se em resolver problemas de gestão enquanto se continuou compartimentando processos, por falta de visão sistêmica.

Isso conduz para uma dupla preocupação ainda pouco contemplada na estruturação e implementação das políticas: ainda que existam claros avanços, a dimensão social sempre deve ser colocada como desafio, que se soma às dificuldades regionais em uma economia subdesenvolvida.

Se no âmbito federal a reformulação da institucionalidade para a conformação de um sistema de políticas públicas para o turismo (com a criação do MTUR) foi o principal avanço; também o foi para o turismo rural (com a consolidação do PRONAF e da rede TRAF), que consolidou conceitos e processos e proporcionou proposta de competitividade e inclusão social ao sistema turístico na área rural. Já na escala estadual, houve um claro retrocesso pelo permanente redução dos recursos alocados para a atividade, pela falta de entendimento entre os agentes para o desenvolvimento da atividade e pelo desperdício de recursos em atividades de capacitação que nada agregavam as propriedades rurais. O esforço maior girou em torno da construção de sistema de normas e programas para o turismo rural e uma legislação que deixou de fora as práticas vigentes na época pouco difundida para os agentes que interagiam com o setor no espaço rural.

Nessas condições, as sementes do turismo no rural metropolitano esparsas durante o final da década 1990 com o desenho de circuitos e roteiros que atendiam a determinados padrões de desenvolvimento ficaram invernando no período de análise. Em alguns municípios da região essas sementes secaram, como no caso de Almirante Tamandaré. Noutros, ganhou contornos diferenciados e tratamentos que se identificaram com políticas de cunho social, mais do que com políticas do desenvolvimento. No caso de São José dos Pinhais, novos conflitos se estabeleceram com a especulação imobiliária e entrada de investidores urbanos na área de eventos para a região onde circulam os visitantes dos circuitos.

Decorrente do anterior, encarar o turismo como uma política social, levaria a pensar na sua possibilidade de atender não somente os atores locais, mas a totalidade dos que participam da atividade, isto é as comunidades; e ir além na organização de contraprestação, orçamentária, técnica, de infraestrutura por parte das escalas municipal, estadual e federal. Seria uma forma de "popularizar" a atividade promovendo uma ação permanente de incentivo a essas estruturas e prêmios de ação local evitaria o esvaziamento das estruturas. Esse seria o sonho de consumo da política pública que remete ao comparativo das políticas de educação e saúde nos municípios, tão estudadas por autores citados no capítulo 1 desta dissertação.

Um conflito adicional para o desenvolvimento do turismo rural nas Rotas do Pinhão constituiu a lista de municípios rurais na Região Metropolitana e na região turística Rotas do Pinhão. Embora o ensaio no diagnóstico tivesse sido feito a partir de Veiga (2000) uma tipologia dos municípios urbanos, periurbanos e rurais, obedecendo os critérios de população e densidade demográfica como o autor defende. Essa separação foi realizada como uma provocação para entender as hierarquias politico-institucionais que emergem da organização e gestão desses municípios. É muito provável que os conselhos de desenvolvimento (municipal ou regional) tenham muito mais poder dentro desses municípios. Foram visitados alguns dos municípios do Vale do Ribeira e comprovado que mesmo nessas instâncias aparecem contradições sobre formas de promoção do desenvolvimento. Constatou-se ainda em contatos

com os técnicos da EMATER da região, que há grandes empresas regionais que não participam desses conselhos, porém definem formas de governanças paralelas diretamente com as prefeituras. Uma vez constatado, atenta-se para a necessidade de conhecer essas realidades, seu capital social numa visão mais simbólica, para a promoção de formas alternativas do fazer turístico. Processos desse tipo devem ser entendidos como de longo prazo e de resultado limitado em termos de mercado, mas garantiriam uma força e coesão social para a construção de valores sociais mais homogêneos nesses municípios predominantemente rurais. De nada serve impor propostas de política que não atendem à realidade local e que os distancia de seus valores e práticas rurais. Não se trata de construir novas ruralidades, já tão diversificadas no âmbito brasileiro, mas de fortalecer as existentes interagindo com o visitante que consome o turismo rural.

Cabe apontar aqui que a descoberta do crescimento do fenômeno das segundas residências na região apontada pelos dados do censo demográfico, crescente nos municípios do Núcleo Urbano Central - NUC, mas muito mais dinâmico nos municípios predominantemente rurais. Conhecer o fenômeno não basta, é preciso identificar as suas causas e propor regras que permitam um crescimento equilibrado para as regiões onde se estabelece. Veiga (VALOR, dez. 2011) aponta para esse fenômeno como pernicioso, já na sua defesa está o fato de ele vir atrelado ao lazer e à exploração turística da paisagem.

Um dos objetivos deste trabalho foi apontar os conflitos inerentes à aplicação das políticas públicas: apesar dos esforços iniciais realizados pelos ministérios de Desenvolvimento Agrário e do Turismo para estabelecer uma linha de ação estratégica única para os empreendimentos turísticos no meio rural, as políticas públicas do PRONAF, aplicadas com zelo pela SEAB e suas empresas vinculadas (EMATER, IAPAR), não cumprem a mesma função das políticas do turismo rural defendidos pelos Ministérios de Agricultura e Pecuária - MAPA e do Turismo - MTUR, que pautam padrões de "qualidade dos serviços" e de competitividade da cadeia de valores do turismo similar aos empreendimentos turísticos urbanos, padrão esse que

vem sendo monitorado pela SETU (SEBRAE e governanças regionais) no Estado. Essa divergência se reflete no espaço rural metropolitano e nos diversos turismos praticados nele. E esse é apenas um espelho das grandes dicotomias que compõem os processos de turistificação de territórios, onde o importante é capitalização e aferição de lucros e não a sustentabilidade e o desenvolvimento das populações locais.

Não há dúvidas de que o relacionamento entre as estruturas do Estado se fragilizou pela perda de princípios norteadores da atividade turística no espaço rural metropolitano. Não houve correspondências entre as fragilidades existentes e as atitudes para superá-las. Os resultados obtidos também apontaram que houve poucos indícios de parcerias efetivas de cooperação incentivadas pelos agentes entre o produtor da agricultura familiar, entre o empreendedor urbano no meio rural e o mercado, o que tem sido repetido por todos esses mesmos agentes como um dos entraves que se interpõem ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Turismo no espaço rural. Se a proposta busca o desenvolvimento das famílias rurais, urge pactuar esses princípios sob o comando de todas as ações para o espaço rural.

Em síntese, não há formas únicas de resolver o problema das políticas públicas do turismo rural na RMC, nem este esforço de análise pretendeu dar todas as respostas para os problemas levantados.

Certamente, os valores e princípios do desenvolvimento demoram muito mais para mudar do que os comportamentos, o que resulta numa ambiguidade para os agentes promotores dessa mudança. Constatou-se que o comportamento dos agentes é tradicional, obedece a uma estrutura setorial e a políticas públicas de cunho setorial, fortalecidas pelos recursos disponibilizados para sua implementação. Hoje há muito mais escolhas que 15 ou 20 anos atrás. A essa estrutura setorial confrontam-se velhos agentes com comportamentos aparentemente modernizados pelas políticas públicas, mas que em termos de valores (princípios) em nada se diferenciam daqueles que apenas atendiam à política agrícola setorial, o que os torna uma fonte de conflitos, um contraditório na base e na definição de prioridades.

Tem ainda a pressão de entrega de produtos para a empresa, medidos em resultados quantitativos de produtividade e competitividade da propriedade rural.

Trilhar caminhos alternativos implica enfrentar cobranças, principalmente de outros agentes com os quais deveria interagir para fortalecer o desenvolvimento da região. Caberia a esses agentes estimular novas escolhas e assumir essas escolhas.

O empoderamento das comunidades se enfrenta com uma série de regulações invisíveis. Não se trata de uma pressão direta, violenta, mas há uma violência simbólica que reside em ignorar a visão do outro, no enfraquecimento das escolhas do outro. Por outro lado, qual política confere mais status ao técnico? Aquela que tem projeto e uma estrutura hierárquica rizomática, que permite chegar às escalas superiores, e com recursos orçamentários disponíveis, ou emendas parlamentares para projetos preestabelecidos? Ou aquelas nas quais deve enfrentar as práticas e os discursos de melhoria e capacitação para uma demanda que não se sabe ao certo qual é? Ou ainda enfrentar a ansiedade e o medo de pequenos produtores familiares de que no amanhã tudo o que se investe possa não mais existir? O inevitável é testemunhar a decadência da implementação das políticas pela falta de visão de futuro. Na verdade, esqueceram-se de incentivar a escolha de oportunidades entre as várias escolhas.

A construção de alicerces é uma garantia para o desenvolvimento da atividade turística no meio rural de forma sustentável e exige menos preocupação com a decadência da atenção ao núcleo central do aglomerado de Curitiba e mais com a participação de grande parcela dos proprietários da agricultura familiar que se tornaram invisíveis. Abandonar os signos obrigatórios do mercado (capitalista) para passar a buscar a integridade desses produtores e aí sim, a sustentabilidade que o turismo pode promover como ocupação não agrícola.

A discussão sobre o Turismo Rural deve encontrar nos pilares competitividade e inclusão social os objetivos de um sistema de políticas públicas para a atividade na RMC. Em primeiro lugar, o turismo rural não é e não pode ser considerado uma panaceia, mas é recomendável e até certo ponto indispensável atuar no sentido de "adequar proporções": adequar o crescimento do turismo ao crescimento econômico

da região para os anos à frente e principalmente o tamanho de nossas expectativas regionais ao do mercado turístico local. Em segundo lugar, o turismo rural se coloca ante uma série de elementos que envolvem um ajuste estrutural da política pública para o Estado. Estruturas públicas estaduais e municipais devem reencontrar caminhos de convergência para direcionar o processo, abrir as portas para um debate amplo e reconhecer o papel fundamental das comunidades rurais e dos pequenos municípios na construção desse turismo que deve constituir uma alternativa de jovens, mulheres e idosos que têm na ruralidade o seu modo de vida e seu sustento.

Erro seria apontar culpados nesse contexto. Quiçá o maior erro esteja em que o turismo não encara o entorno local e regional, ficando isolado das outras atividades econômicas no território. Em termos de gestão na escala local, o turismo não pode ficar atrelado ao turismo, deve se inserir no contexto de construção do desenvolvimento econômico e social do município ou da região. Além do mais, a incipiente estruturação das políticas públicas no Paraná vem sofrendo pela falta de investimentos, como visto anteriormente. O discurso da gestão dada pelo governo no período foi de prioridade, na ação ficou no adereço.

Como defendido pelos autores citados no capítulo sobre políticas públicas, o que fortalece a implementação das políticas é sua estrita observância e a possibilidade de contrapartida das escalas superiores, não o seu caráter normativo. Nenhum município aplicará recursos sem a respectiva retribuição federal. Nenhum município definirá prioridades sem o necessário investimento estadual. Por último, deve-se evitar o imediatismo da patológica relação entre produtos e mercados. A construção de turismos só pode emergir na medida em que essa construção de produtos se apoie na convincente participação da comunidade. Muito mais ainda se essa comunidade é uma comunidade rural.

Assim, as soluções deverão partir das comunidades e chegar ao turismo associado às políticas de desenvolvimento rural e percorrendo o caminho inverso voltar para a agricultura familiar, passando pela comunidade e seus anseios até chegar ao município e os espaços regionais, só assim haverá formas de tratar os problemas

ambientais, sociais e econômicos sem desmerecer nenhuma das pontas, a partir das realidades existentes e não das potencialidades diagnosticadas. A política pública nada mais é do que o exercício de governar com metas dadas por um planejamento e um programa de governo, fugir das molduras que orçamentos e enquadramento financeiros que o Governo Federal e os estados e municípios têm, é limitar a capacidade de atuar de forma oportuna e concreta na atividade, tornando a ausência a marca da política de governo no desenvolvimento do segmento.

A propósito de governar o prof. Belmiro Castor coloca que todas as vezes em que se tenta governar por aproximações sucessivas, com soluções parciais para problemas ou para categorias isoladas, o problema reaparece imediatamente em outras categorias e outras situações. Na visão do professor, "governar, atualmente, se parece com uma partida de sinuca [...] uma sucessão de sinucas de bico, das quais o governante sai com enorme dificuldade apenas para se ver às voltas com outra" (GAZETA DO POVO, 04/03/ 2012).

A crítica é pertinente quando se trata de avaliar no longo prazo qual é o projeto de desenvolvimento que se pretende para as comunidades, os municípios e as regiões que depositam a esperança numa política pública para o turismo rural que chega até eles como uma colcha de retalhos e interpretada ao sabor dos agentes que se aprimoram em esquecer qual é o objetivo da mesma: fortalecer o emprego e a renda de municípios e regiões.

O turismo, como prática econômica, é um processo reticular que participa dos fluxos do mercado internacional e nacional. Faz parte da chamada modernidade flexível, é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso, ao ser partilhada por diversos atores que conformam o "produto turístico" que estão sujeitos às lógicas de ação ditadas pelo mercado, muitas vezes impostas desde fora.

O processo de construção do turismo é muito mais complexo do que saber "bem receber". O turismo traz à tona a necessidade de questionar se a política pública deve se esforçar em manter e preservar a identidade e as singularidades do

rural, a sua ruralidade, mesmo a revelia do crescimento do fenômeno pelo estímulo do consumo como "produto", ou, se seria necessário conter, antes que seja tarde demais, as influências do mercado capitalista.

No caso específico da região Rotas do Pinhão na RMC, o turismo ainda pode ser um eficiente instrumento para amortizar uma compensação ambiental, porque muitas das propriedades estão encurraladas às restrições de uso a tecnologias que permitiriam um ganho adicional de produtividade para a limitada atividade agrícola e hoje conflitam com as bacias hidrográficas nas áreas de mananciais que abastecem o urbano. Embora uma questão emblemática, esse tema não foi objeto de análise neste momento, resgatando apenas a sua condição de importância como variável que pressiona o mundo rural na RMC.

Uma condição indispensável para uma melhor implementação das políticas públicas do turismo rural com vistas ao desenvolvimento seria a existência de uma estrutura de planejamento e de políticas públicas razoavelmente articuladas para o turismo, e em decorrência para o turismo rural, e recursos suficientes para que o ciclo das políticas públicas seja completado. De nada adiantaria promover uma descentralização das políticas fortalecendo instâncias de governança se não houver uma clara prática de monitoramento e avaliação das políticas implementadas. As políticas públicas são um elemento importante, mas não suficiente para criar competitividade nos destinos turísticos. Se há competitividade, é evidente que não é suficiente.

Observadas as condições externas, de competitividade, e internas, da implementação das políticas públicas, capazes de influenciar o crescimento e o desenvolvimento da atividade turística na região, pode-se pensar então num desenvolvimento local e regional sustentado pela atividade turística que se some às propostas de desenvolvimento sustentável em curso.

Assim, para que o desenvolvimento (territorial) rural supere a condição de um conceito da moda, vazio de conteúdo e elemento bem aproveitado dos discursos

políticos para se tornar realidade concreta na RMC seria necessário aceitar uma série de critérios básicos:

- a) Uma visão concertada a respeito do futuro desejável para a RMC, não necessariamente isenta de dissensos. Reconhecer que o tecido social e econômico da região metropolitana não é homogêneo, nem o é a distribuição das riquezas e dos serviços que o Estado oferece. Portanto, reconhecer que tensões são inevitáveis, mas constituem os elementos fundamentais da cultura democrática e o desafio do Estado é levar ao consenso pontos de intervenção que atendam às necessidades locais e fortaleçam a identidade regional. O encadeamento simbólico da consistência ao desejo de transformação e construção coletiva, fundamentais para o desenvolvimento da atividade do turismo rural;
- b) Uma participação ampliada da população local e dos grupos sociais. É um esforço para o exercício de escutar, prestando atenção não somente naqueles que têm algo a dizer em relação ao desenvolvimento da atividade do turismo rural, mas também naqueles que estão envolvidos indiretamente e o recebem. Não significa, de um lado, fazer valer todas as opiniões, nem tampouco teria o propósito de legitimar a visão técnica. Trata-se de promover caminhos de convergência que deem legitimidade social aos agentes de um lado, mas também promova a corresponsabilidade social e política da comunidade e da população local na construção de projetos (produtos);
- c) A corresponsabilidade pelos projetos empodera e legitima a comunidade, descompatibiliza estruturas estanques e populariza a atividade do turismo rural no seio da sociedade, como fonte de renda e trabalho para todos, não para uns poucos. Sem empoderamento, diminui a perspectiva de participação e com ela a capacidade de incentivar transformações na construção do turismo regional;

- d) Permanente exercício de controle social. Entender a construção do turismo rural como processo promovendo espaços de discussão e prestação de contas daquilo que o Município, a região e o Estado fazem;
- e) Transparência e Solidariedade. Gerar processos de comunicação e informação que permeiem de clareza e difundam os procedimentos de quem decide, como decide e para que ou quem decide. Essa contabilidade (social e territorial) permitiria um balanço essencial para envolvimento de todos os grupos sociais e para o fortalecimento de uma instância de governança regional; e
- f) Para que o turismo rural integre um enfoque de desenvolvimento (territorial) rural é fundamental identificar e enfrentar os conflitos de interesses entre os atores sociais, entre as dimensões locais e regionais que permeiam a região (econômico, social, ambiental e política) e entre os custos e benefícios das decisões socioespaciais presentes. É sobre essa base que deve ser assentada a promoção de qualquer parceria, consórcio, para possibilitar que o desenvolvimento seja percebido legitimamente como parte integrante da vida de todos e todas.

Cidades turísticas, onde o patrimônio natural, o patrimônio histórico cultural e as próprias restrições ambientais tornam-se elementos para o fazer turístico, podem compor um elemento na agenda positiva do desenvolvimento dos municípios que acomode interesses em conflito com a metrópole que avança e pode ser o palco de processos de informação, sensibilização e convergência técnica, social e política para a construção de um futuro desejável.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ABROMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v.14, n.2, p.379-397, abr./jun. 2000.
- AGENTE DA COMEC. Entrevista Gil Polidoro, 2011.
- AGENTE DA EMATER. Entrevista João Lazinho Neto, 2011a.
- AGENTE DA EMATER. Entrevista Antonio Ricardo, 2011b.
- AGENTE DA UFPR, ITCP. Entrevista Denys Docza, 2011.
- AGENTE DO MDA. Entrevista Reni Denardi, 2011.
- AGENTES MUNICIPAIS . **Turismo de Araucária, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Colombo**. Entrevistas, 2011.
- ALBURQUERQUE, Francisco. **Metodología para el desarrollo económico local**. Santiago: CEPAL: ILPES, 1997.
- ALBURQUERQUE, Francisco. Ajuste estrutural e iniciativa de desarrollo local. **Comercio Exterior**, México, v.51, n.8, p.675-682, ago. 2001.
- ALBURQUERQUE, Francisco. Desarrollo económico local y descentralización en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n.82, p.157-171, abr. 2004.
- ALBURQUERQUE, Francisco; LLORENS, Juan Luis; CASTILLO, Jaime del. **Estudios de casos de desarrollo económico local en América Latina**. Washington: BID, 2002.
- ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Orgs.). **Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.
- ALVES, Adilson F.; GUIVANT, Júlia S. O que há de endógeno e exógeno nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular. 2010.
- ALVES, Adilson Francelino; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CARRIJO, Beatriz Rodrigues. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.23, p.261-286, jun. 2001.
- AMIN, Samir. **Cómo funciona El capitalismo?** El intercambio desigual y la ley Del valor. México: Siglo XXI, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência da sociedade**. Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

AROCENA, José. **El desarrollo local: un desafío contemporáneo**. 2.ed. Montevideo: Taurus-Universidad Católica, 2002.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de política sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira das Ciências Sociais – RBCS**, v.14, n.40, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>>. Acesso em: set. 2010.

AUGÉ, Marc. **El tiempo en ruínas**. Barcelona: Gedisa, 2003.

AUGÉ, Marc. **Por una antropología de la movilidad**. Barcelona: Gedisa, 2007.

AVILA, Marco Aurélio. **Política e planejamento em cultura e turismo**. Ilhéus, BA: Editus, 2009.

BACELAR, Tânia (Org.). **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.10). Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/33/S%C3%A9rie%20DRS%20vol%2010%20-%20Gestao%20Social%20dos%20Territorios.pdf>>. Acesso em: dez. 2010.

BAHL, Miguel (Org.). **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. São Paulo: Roca, 2003.

BAHL, Miguel. **Agrupamentos turísticos municipais**. Curitiba: Protexto, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO - BID. **Hacia la Reorganización de la Inversión Pública Social Local**. Publicaciones BID, 2004.

BARBOSA, Túlio. **Teoria do conhecimento geográfico**. Trabalho apresentado no Encontro de Geógrafos de América Latina, EGAL- 2009, Montevideo, 2009.

BARRETTO, Margarita **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13.ed. rev. atual. Campinas: Papirus, 2003.

BARRETTO, Margarita. Produção científica na área de turismo. In: MOESCH, Marutschka; GASTAL, Susana (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p.83-88.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Letra e Imagem, 2009.

BATISTA, Rodrigo. Quando o caminho também se transforma em destino turístico. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 fev. 2012, Caderno Vida e Cidadania, p.12.

BAUMAN, Zygmunt. **La Globalización: Consecuencias Humanas**. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

BAZOTTI, Angelita; PEREIRA, Valeria Villa Verde Reveles. **Ruralidade, agricultura familiar e desenvolvimento**. Nota Técnica n.16, IPARDES, Curitiba, nov. 2010.

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v.1, n.1, 2001. Disponível em: <http://www.propi.uff.br/turismo/sites/default/files/texto_6.pdf>. Acesso em: nov. 2010.

BELIK, Walter; MALUF, Renato S. (Orgs.). **Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização**. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2000.

BENEVIDES, IRELENO PORTO. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BENI, Mario. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2003.

BENI, Mario. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, estado e constituição**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

BERCOVICI, Gilberto. Planejamento e políticas públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006. p.143-162.

BERCOVICI, Gilberto. O federalismo no Brasil e os limites da competência legislativa e administrativa: memórias da pesquisa. **Revista Jurídica - Rev. Jur.**, Brasília, v.10, n.90, Ed. Esp., p.01-18, abr./maio 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/revistajuridica>. Acesso em: jul. 2010.

BEZERRA, Deise. Programa Nacional de Municipalização do Turismo: análise de uma política pública em desenvolvimento. In: BAHL, Miguel (Org.). **Turismo: enfoques teóricos e práticos**. São Paulo: Roca, 2003.

BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira. **Turismo e financiamento: o caso brasileiro à luz das experiências internacionais**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000244192&fd=y>>. Acesso em: out. 2010.

BID/PDITS. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil - Prodetur Sul. **Relatório de avaliação e gestão ambiental e social programática**. BID. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=587300>>. Acesso em: set. 2010.

BIELCHOSWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 1988. (Série PNPE).

BLANCO, Enrique Sergio. O turismo rural em áreas de agricultura familiar. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Letra e Imagem, 2009.

BOISIER, Sergio *et al.* **Sociedad Civil, Actores sociales y desarrollo regional**. Santiago de Chile: ILPES/ CEPAL, 1995.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n.13, jun. 1996.

BOISIER, Sergio. Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.19, p.307-343, jun. 1999.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo (local): ¿De qué estamos hablando?** Xerox, 2001.

BOISIER, Sergio. Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.8, n.1, p.1-9, jan./abr. 2003.

BOISIER, Sergio. Hay espacio para el desarrollo local en la globalización. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n.86, p.47-62, ago. 2005.

BOREKI, Vinicius. Na contramão da maioria dos estados, Paraná freia obras. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 fev. 2012, Caderno Vida Pública.

BORJA, Jordi; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.45, p.152-166, jul. 1996.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Tradução de Josely Vianna Baptista. Bauru: EDUSC, 2002.

BOULLÓN, Roberto C. **Os municípios turísticos**. Bauru: Edusc, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais**. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2004.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Os velhos e novos mitos do desenvolvimento econômico**. UNICAMP, 2005. Mimeo.

BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. São Paulo: UNICAMP, 2009.

BRANDÃO, Carlos Antonio; COSTA, Eduardo José Monteiro; ALVES, Maria Abadia da Silva. **Construir o espaço supra-local** de articulação sócio-produtiva e das estratégias de desenvolvimento. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2004.

BRASIL. **Cadernos e Manuais de Segmentação**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/14manuais.html>; Livreto Turismo Rural .indd - Ministério do Turismo www.turismo.gov.br/.../turismo/.../Turismo_Rural_Versxo_Final_.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 fev. 2008a. Seção 1, p.1-7. 163.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p.1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Atlas dos territórios rurais 2004**. Brasília, 2004d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Estatísticas do meio rural 2008**. Brasília: DIEESE, 2008b. p.280.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Governo Federal. **Territórios da cidadania**: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=books&cd=1&ved=0CDUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mda.gov.br%2Fportal%2Fpublicacoes%2Fdownload_orig_file%3Fpageflip_id%3D3638134&ei=DdkSUKDSBY2m8gTUzoGwBA&usg=AFQjCNFj17OZVbVqleoh7qD871zzqSxWkw&sig2=U7kMg6o7UsRjU6h8SVgkqw>. Acesso em: maio 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, 2005e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Orientações para a indicação, elaboração e trâmite de projetos territoriais em 2007 e 2008**. Brasília, 2007a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Plano safra da agricultura familiar 2008/2009**: mais alimentos – um plano da agricultura familiar para o Brasil. Brasília, 2008c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Programa de desenvolvimento sustentável de territórios rurais**. Brasília, 2004c. 1 Apresentação de slides.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2005b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**. Brasília, 2003a. MDA Apresentação de slides.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2005c.

BRASIL. Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>. 2008d.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudos de competitividade do turismo brasileiro**: instituições e políticas públicas do turismo. SARTI, F e COUTINHO, L. coordenadores. UNICAMP, 2005a.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa da regionalização turística do Brasil**: 200 regiões turísticas mapeadas, envolvendo 3.819 municípios. Disponível em: <http://200.143.12.83/portalmtur/opencms/regionalizacao/modulos/regioes/arquivos/regioes_turisticas.html>. Acesso em: 20 maio 2009c.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**: uma viagem de inclusão. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://www.institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/arquivos/PNT_2007_2010.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas 2003-2007. 2.ed. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2007-2010**. Edição eletrônica. Brasília, 2007c. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/>. Acesso em: dez. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: roteiros do Brasil: diretrizes políticas. Brasília, 2004a. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Diretrizes_Pol%EDticas_Programa_Regionalizacao.pdf>. Acesso em: dez. 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: roteiros do Brasil: diretrizes operacionais. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2004b.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: roteiros do Brasil: diretrizes políticas. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/regionalizacao/arqreg/doc_download/Diretrizes_Pol%EDticas_Programa_Regionalizacao.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil**. Brasília, 2005d.

BRASIL. **Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil**: Introdução à regionalização do turismo. Brasília, 2007d.

BRASIL. **Programa de regionalização do turismo – roteiros do Brasil**: Turismo e sustentabilidade. Brasília, 2007e.

BRASIL. **Programa de regionalização do turismo**: roteiros do Brasil: projeto inventário da oferta turística. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. **Turismo rural**: orientações básicas. 2.ed. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>.

BRASIL. **Turismo rural**: orientações básicas. Panorama do turismo rural na agricultura familiar... MDA/TRAF? Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br/mintur/br/ministerio/documentos/normas.cfm> <http://www.pronaf.gov.br/turismo/inicio.htm>>. Acesso em: 2010.

BRAVOS, Michele. Pé na estrada. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 nov. 2011, Caderno Viver Bem, p.14.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006,

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: _____. **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva. 2006.

CAMPOLINA, Clélio; CROCCO, Marco (Orgs.). **Economia regional e urbana**: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Circuito italiano de turismo rural, Colombo-PR**: gênese, desenvolvimento e implicações socioespaciais. Cascavel, Pr: EDUNIOESTE, 2010.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Turismo rural na agricultura familiar**: uma abordagem geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR), município de Colombo-PR. 397p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Avança, Brasil**: proposta de governo. Brasília: [s.n.], 1998.

CARLEIAL, Liana. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana; NABUCO, Maria R. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993. 205p.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz (Orgs.). **Gestão social: o que há de novo? Desafios e tendências**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. v.2. p.31-46.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento rural e o novo rural. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Org.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna (SP): EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. v.4.

CARNEIRO, Ricardo. Planejamento na esfera pública: fundamentos teóricos, possibilidades e limites operacionais. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz (Orgs.). **Gestão social: o que há de novo? Desafios e tendências**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. v.2. p.47-68.

CARVALHO, A. C. **Apresentação em ppt. para o Conselho do Turismo**. 2008. Acervo SETU. Acesso em: set. 2010.

CASTILLO NECHAR, Marcelino; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Epistemologia del turismo: estudios críticos**. México: Trillas, 2010.

CASTRO, Iná Elias *et al.* (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CASTROGIOVANI, Antonio Carlos. **O lugar da geografia no entre lugar do espaço turístico: uma viagem complexa**. Trabalho apresentado no IX Coloquio Internacional de Geocrítica, Los problemas del mundo actual. Soluciones y Alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. Porto Alegre: UFRS, 28 de mayo - 1 de junio de 2007.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adir B. (Org.). **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.95-121.

CEPAL. **El desarrollo económico de America Latina en épocas de globalización: una agenda de investigación**: Albert Carreras, Andre Hofman, Xavier Tafunell, César Yañez. diciembre 2003. 28p. (Serie Estudios Prospectivos n.º 24). Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/14044/lc2033e.pdf>>.

CLAVAL, Paul. O território na transição da Pós-Modernidade. **Revista GEOgraphia**, ano 1, n.2, 1999.

COMCIENCIA. Revista Eletrônica de Jornalismo Científico publicada pela UNICAMP desde 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/ppublicas/arretche.htm>>. Acesso em: out. 2010.

COMEC. **Plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Curitiba**. 2006: propostas de ordenamento territorial e novo arranjo institucional. Curitiba: COMEC, 2006.

COMEC. **Plano integrado de desenvolvimento da região metropolitana de Curitiba**. Curitiba: COMEC, 1978.

COMEC. **Proposta para o programa de investimento da região metropolitana de Curitiba, PI – RMC**. Curitiba: COMEC, 1982.

COMPANS, Rose. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Campinas, n.1, p.91-114, maio/nov. 1999.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan, GILBERT, David; WANHILL, Stephen. **Turismo: princípios e práticas**. Tradução de Alexandre Salvaterra. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CORAGGIO, José Luis. La gobernabilidad de las grandes ciudades: sus condiciones económicas. In: VENESIA, Juan Carlos (Comp.). **Políticas Públicas y Desarrollo Local**. Rosario: FLACSO-CEI-Instituto de Desarrollo Regional, 1998.

CORIOLO, Luzia Neide Menêzes Teixeira. **Do local ao global**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CORIOLO, Luzia Neide Menêzes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A racionalidade moderna e a estratégia da pluriatividade no sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interações**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. Comunidades rurais da região metropolitana de Curitiba: territorialidades em (re) construção. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Revista GEOgraphia**, n.17, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz. Política, instituições e estratégia de implementação. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz (Orgs.). **Gestão social: o que há de novo?** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **A política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografia do turismo, de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: ROCA, 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. O turismo no espaço, o espaço do turismo: reflexões acerca da participação do turismo na produção do espaço urbano brasileiro. **RA'E GA**, n.2, ano II, 1998.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Monica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/19cruz.pdf>>. Acesso em: jun. 2010.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo: território usado, território negligenciado. **GEOSUL**, Florianópolis, v.20, n.40, 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; SANSOLO, Davis Gruber . Plano nacional de turismo: uma análise crítica. **Caderno Virtual de Turismo** (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id>. Acesso em: ago. 2009.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v.5, n.2, inverno 2000. Disponível em: <www.rhr.uepg.br/v5n2/cunha.html>. Acesso em: fev. 2010.

CUNHA, Sieglind Kindl da; CUNHA, João Carlos da. Clusters de turismo: abordagem teórica e avaliação. In: PEREIRA, Alexsandro Eugenio *et al.* (Orgs.). **Turismo, associativismo e desenvolvimento regional**. Curitiba: Universidade Positivo, 2009.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local**. São Paulo: Annablume, 2003.

DELGADO, Guilherme Costa. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica**. Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, 477).

DENARDI, Reni. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DESCHAMPS, Marley. **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DESCHAMPS, Marley; DELGADO, Paulo; MOURA, Rosa. **Desafios metropolitanos**. Rio Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2006.

DI MEO, Guy; BULEON, Pascal. **L'Espace social. Une lecture géographique des sociétés**. Ed. Armand Colin. Xérox.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil, atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007). São Paulo: Atlas, 2003.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: Ibpex, 2009. (Coleção Metodologia do Ensino de História e Geografia, v.6).

DINIZ, Clelio Campolina; LEMOS, Mauro Borges (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. 571p.

DRAIBE, Sonia. A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, SP, n.35, p.1-25, 1998.

DRAIBE, Sônia; HENRIQUE, Wilnês. O Welfare State no Brasil, características e perspectivas. **Revista da ANPOCS**, n.12, 1988.

ECOPARANÁ. **Apresentação ppt ao Conselho Estadual do Turismo**. 2008.

ECOPARANA. **Mapeamento do turismo rural no Paraná**. 2006.

EGLER, Claudio A.G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná *et al.* **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Manual Operacional do Turismo Rural**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

EMBRATUR- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Consolidação do Marco Conceitual e do Arranjo Institucional da Política Nacional de Turismo Rural**. Brasília: Relatório de Oficina. Brasília. 2002

EMBRATUR- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO. **Subsídios para uma política Nacional de Turismo Rural**. Brasília: Relatório das Oficinas Regionais de Planejamento, 1998.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para as comunidades rurais. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

FAISOL, Speridião. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Secretaria de Planejamento. Rio Janeiro: IBGE, 1994.

FAJARDO, Sergio. **Estratégias e territorialidade na ação das cooperativas agropecuárias e empresas globais do setor agroindustrial no Paraná**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2008.

FAO. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, fev. 2000.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Resumo do Final do Projeto UTF/BRA/036. Brasília, mar.1994.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política de avaliação das políticas pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.20, n.59, 2005.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**, v.18, n.51, fev. 2003.

FAVARETO, Arilson. **Evolução das relações rural-urbano no Brasil:** dinâmicas demográficas e análise comparada. International Conference "Dynamics of rural transformation in emerging economies" New Delhi, India – Abril/2010. Disponível em: <http://www.rimisp.org/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/sitioindia/documentos/Paper_Arilson_Favareto.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

FEGER, José Elmar. **Regionalização do turismo na área de influência dos municípios de Marcelino Ramos, RS e Piratuba, SC.** Tese (Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Santa Cruz do Sul, 2010.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Cambios em la construcción social de lo rural, de Francisco Entrena Duran. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.12, jun. 1999.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Processos e sentidos do rural na contemporaneidade:** indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre:** um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti-RS. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

FIALHO, Marco Antônio Verardi; WAQUIL, Paulo Dabdab. Desenvolvimento rural: concepções e referências para a proposição de políticas públicas de desenvolvimento nos territórios rurais. **Revista Extensão Rural**, ano XV, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/extensaorural/art6ed15.pdf>>. Acesso em: dez. 2010.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. (org.). **Transformações territoriais:** experiências e desafios. Rio Janeiro: Letra Capital, 2010.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.103, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/ipardes/>>. Acesso em: fev. 2010.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. **A nova territorialidade da indústria e o aglomerado Metropolitano de Curitiba.** 278f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.107, p.93-107, jul./dez. 2004.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F.; MOURA, Rosa. Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. **RA'EGA - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, n.5, p.27-46, mar./jun. 2001.

FOX, Jonathan. Democratic Rural Development: leadership accountability in regional peasant organizations. **Development and Change**, v.23, n.2, 1990.

FRANCA, Terezinha Joyce Fernandes; CARVALHO, Yara Maria Chagas de; ANDRADE, João Paulo; VIEGAS, Jéssica Fagá. Turismo e lazer em áreas periurbanas de proteção de mananciais: território, paisagem e multifuncionalidade. **Negowat workpackage 3 report**, jan. 2005.

FRATUCCI, Aguinaldo C. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de Turismo**: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/26/TDE-2009-05-28T131249Z-2005/Publico/Agnaldo%20Frattucci-Tese.pdf>. Acesso em: jan. 2011.

FREY, Klaus. Crise do estado e estilos de gestão municipal. **Revista Lua Nova**, n.37, p.107-138, 1996.

FREY, Klaus. Governança interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa? **Política & Sociedade**, n.5, p.117-136, out. 2004.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.21, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>>. Acesso em: nov. 2010.

FUKS, Mário; PERISSINOTTO, Renato Monseff; SOUZA, Nelson Rosário (orgs.). **Democracia e participação**: os conselhos gestores do Paraná. Curitiba: UFPR, 2004.

FUKS, Patrícia Marasca; SOUZA, Marcelino de. Turismo no espaço rural e preservação do patrimônio da paisagem e da cultura. In: In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010.

FURTADO, Celso. Coletânea de Economia. Coleção Grande Cientistas Sociais. Fernandes, Florestan e Oliveira, Francisco. São Paulo: Ática, 1983.

FURTADO, Celso. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GALVÃO, Antonio Carlos. **Desenvolvimento regional e inovação**. Documento base para o seminário preparatório sobre governança democrática, 2005.

GASTAL, Susana. Da prática à teoria: pensando o turismo. MOESCH, Marutschka; GASTAL, Susana (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p.131-137.

GASTAL, Susana; KRIPPENDORF, Jost (Orgs.). **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

GEORGE, Pierre. **Os métodos da geografia**. Rio Janeiro: DIFEL, 1978.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOMEZ, José Luis Palacios. **Técnicas de investigación social para servicios socioculturales**. Granada: CEMCI, 1999. (Colección: Análisis y Comentarios).

GONTIJO, José G. L. Um estudo empírico sobre coordenação e cooperação no âmbito das políticas para juventude em Belo Horizonte. In: SEMINARIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA E POLITICA, 2., 2010, Curitiba. **Anais...** Curitiba, set. 2010. Disponível em: <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT13/Jose%20Geraldo%20Leandro%20Gontijo.pdf>>. Acesso em: dez. 2010.

GONZÁLEZ, Luis Mauricio Cuervo. **Pensar el territorio**: los conceptos de ciudad-global y región en sus orígenes y evolución. Santiago de Chile: ILPES-CEPAL, 2003. (Serie Gestión Pública).

GONZÁLEZ, Sara. La geografía escalar del capitalismo actual. **Pegada Eletrônica. Centro de Estudos de Geografia do Trabalho - CEGeT**, v.4, n.1, jun. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José, GROSSI, Mauro Eduardo Del. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v.7, n.1, p.43-81, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos avançados**, São Paulo, v.15, n.43, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 23 maio 2007.

GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**, vol. 1. Campinas: UNICAMP – EMBRAPA, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual, sul, sudeste e centro oeste. Campinas: UNICAMP - EMBRAPA, 2000. v.3.

GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. **Panorama do turismo no espaço rural brasileiro**: nova oportunidade para o pequeno agricultor. Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 1999. p.9-42.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: IAPAR, 2002. v.2.

GRAZIANO DA SILVA, José; HOFMANN, Rodolfo. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1996.

GTZ. **ZOPP, Planejamento de projetos orientado por objetivos**. Tradução de Monika Möbius. Frankfurt, 1998.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil**. UFF/ECONOMIA, maio 2006. (Texto para Discussão, 188).

HADDAD, Paulo. Texto de referência da palestra sobre cultura local e associativismo. Xerox. BNDES. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/s_apl.html>. Acesso em: jul. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialização e regionalização. In: LIMONAD, Ester *et al.* (Org.). **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região. Antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPOSITO, Eliseu Saverio (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005. p.9-33.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e regionalização. **Revista Geographia**, Niterói, Ano1, n.1, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade – um debate. **Revista Geographia**, Ano IX, n.17, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e região numa "constelação" de conceitos, In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Adamadan, 2009. p.621-633.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2005.

HALL, Michael C. **Planejamento turístico**. São Paulo: Contexto, 2001

HARDT, C. **Gestão metropolitana: consequências dos paradigmas das políticas públicas na qualidade ambiental do compartimento leste da RMC**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Condição pósmoderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Notas de aula disciplina**. Maio 2010.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino; UEDA, Vanda. **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; Canoas: Ed. ULBRA, 2008.

HERSCHEL, Federico J. **Política econômica**. México: Siglo XXI, 1989.

IBGE. **Censo Agropecuário, 2006**. Tabulações especiais.

IBGE. **Censo Demográfico, 2010**.

IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.iica.org.br>>. Acesso em: out. 2010.

IICA - SEPÚLVEDA S. **Gestión del desarrollo sostenible en territorios rurales: métodos para la planificación**. IICA, 2008.

IICA, SEPULVEDA, S. *et al.* **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (el biograma)**. Costa Rica, 2005.

ILPES. **Manual de desarrollo local**. Santiago, Chile, 1998.

IPARDES. **Cadeia produtiva do turismo no Paraná estudo sobre as regiões turísticas do estado**. Curitiba: IPARDES, 2008a.

IPARDES. **Cadeia produtiva do turismo no Paraná síntese do estudo sobre as regiões turísticas do estado**. Curitiba: IPARDES, 2008b.

IPARDES. **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**: estudo da região turística do litoral. Curitiba: IPARDES, 2008.

IPARDES. **Cadernos estatísticos do turismo**: regiões turísticas metropolitana de Curitiba, litoral e destinos indutores. Curitiba: IPARDES, 2009.

IPARDES. Fortalecimento institucional e qualificação da gestão municipal: estado do Paraná, In: VELOSO, João Francisco Alves *et alii* (Org.). **Gestão municipal no Brasil**: um retrato das prefeituras. Brasília: IPEA, 2011.

IPARDES. **Indicadores intrametropolitanos 2000**: diferenças sócio espaciais na região metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2005.

IPARDES. **Leituras regionais**: mesorregião geográfica metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2004a.

IPARDES. **Os vários Paraná**s: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios ao plano de desenvolvimento regional. Curitiba: IPARDES, 2005b.

IPARDES. **Plano amostral para pesquisa da oferta potencial e efetiva do setor turístico no estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2004b.

IPEA/ IBGE/ UNICAMP/IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA/IPARDES, 2000. v.6.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JORDÁN, Arturo; ZAPATA, Tânia. **Um programa de capacitação e transferência de metodologia para o desenvolvimento econômico local**. Recife: Banco do Nordeste, 1997.

KAGEYAMA, Angela Antonia. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KAGEYAMA, Angela Antonia. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais**.. Poços de Caldas, 1998. v.2. p.555-566.

KINDGOM, John. **Agendas, alternatives and public policies**. Boston: Little Brown. 1984.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri *et alii*. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

LAZINHO NETO, J. Coordenador de planejamento. EMATER, dez. 2011. Entrevista.

LEMONS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (Orgs.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

LENCIONI, Sandra **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 2009.

LIMA, Cristina de Araújo. **A ocupação de área de mananciais na região metropolitana de Curitiba**; do planejamento à gestão ambiental urbano-metropolitana. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LIMONAD, Ester. Questões ambientais e o desenvolvimento local e regional: de volta à região. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 20., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, mar. 2005.

LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Por uma nova regionalização?: agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão** – São Paulo. São Paulo: SENAC, 1995.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: ALEPH, 2008.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação**. Curitiba: Ed. do Autor, 2000.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense: em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003.

LUNDGREN, J. O. J. On access to recreational lands in dynamic metropolitan hinterlands. **Tourist Review**, v.29, n.4, p.124-131, 1974.

MACEDO, Mariano de Matos; MEINERS, Wilhelm. Matriz de vantagens competitivas sistêmicas da região metropolitana de Curitiba. **Revista de Economia**, Curitiba, v.28/29, (26-27), p.301-332, 2002/2003.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. **História econômica**. São Paulo: Saraiva, 1987.

MAGALHÃES, Marisa Valle. **O Paraná e as migrações: 1940 a 1991**. Dissertação (Mestrado em Economia) - UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 1996.

MAGALHÃES, Marisa Valle. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado) - UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, 2003.

MAGALHÃES, Marisa Valle; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. Projeção da população do Paraná: tendências e desafios. **Revista Paraná Desenvolvimento**, Curitiba, n.98, p.27-43, jan./jun. 2000.

MARINHO, Alcyane; BRUHNS, Heloisa T. (Orgs.). **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003.

MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Revista Espaço e Debate**, São Paulo, ano 1, n.2, p.61-99, 1981.

MARTINS, José de Souza. A reforma agrária no segundo mandato de FHC. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, nov. 2003.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSUKADO, M.; TEIXEIRA, R. Redes inter-organizacionais no turismo: uma perspectiva para a cooperação entre os setores públicos e privados. In: PEREIRA, Alexsandro Eugenio *et al.* **Turismo, associativismo e desenvolvimento regional**. Curitiba: Universidade Positivo, 2009.

MATTEI, Lauro. **Agricultura familiar e turismo rural**: evidências empíricas e perspectivas. 2004. Disponível em: <www.mda.gov.br/o/880226>. Acesso em: dez. 2010.

MATTEI, Lauro. **Pluriatividade e turismo rural** em Santa Catarina. In: SEMINÁRIO DO RURBANO, 3., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas (SP), 2003a. (CD Rom).

MATTHEWS, John A.; HERBERT, David T. **Unifying Geography**: Common Heritage, Shared Future, s/d. Xerox.

MATTOS, Carlos A de. Transformación de las ciudades latinoamericanas: ¿impactos de la globalización? **EURE**, Santiago de Chile, v.28, n.85, dic. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008500001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 maio 2007.

MATTOS, Carlos. Modernización capitalista y transformación metropolitana en América Latina: cinco tendencias constitutivas. In: LEMOS, A. I.G. *et al.* (Orgs.). **América Latina**: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

MATTOS, Carlos. **Redes, nodos y ciudades: transformación de la metropoli latinoamericana**. Comunicación presentada en el VII Seminario Internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalización y territorio, realizado en Camagüey, Cuba, del 27 al 29 de noviembre del 2002.

MATTOS, Solange Maria da Silva Nunes; DRUMMOND, José Augusto. O terceiro setor como executor de políticas públicas: Ong's ambientalistas na baía de Guanabara (1990-2001). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n.24, p.177-271, jun. 2005.

MELO, Marcus A. B.; SILVA, Pedro L. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno**, Campinas, n.48, p.1-16, 2000.

MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Adamadan, 2009.

MENDRAS, Henri. **Les sociétés paysannes**. Paris: Gallimard, 1995.

MOESCH, Marutschka. O funcionalismo e a fenomenologia. In: MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, Marutschka. Por uma epistemologia do turismo. In: MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2002. p.9-18.

MOLINA, Sergio E. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: EDUSC, 2005.

MOLINA, Sergio. **O pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p.13-34.

MOURA, Rosa *et al.* Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.105, p.33-56, jul./dez. 2003.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOURA, Rosa. Concentração e exclusão na RMC. **Revista Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.3, p.49-57, 1998a.

MOURA, Rosa. Planejamento e segregação sócio-espacial na Região Metropolitana de Curitiba. **Experimental**, São Paulo, n.4/5, p.57-69, 1998b.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p.3-25, jan./abr. 1999.

MOURA, Rosa; MAGALHÃES, Marisa Valle. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.88, p.3-21, maio/ago. 1996.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. **Metrópole: grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994.

NASCIMENTO, Ednei Bueno do; BELTRÃO, Isabelle de Cerjat. **Implantação do turismo rural em áreas de mananciais**. 2002. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/planurb11.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

NASCIMENTO, Ednei Bueno do; BELTRÃO, Isabelle de Cerjat. **Turismo sustentável na RMC**. 2004. Disponível em: <<http://www.obsturpr.ufpr.br/artigos/planurb11.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

NAVARRO, Zander. Democracia e controle social de fundos públicos: o caso do "orçamento participativo" de Porto Alegre (Brasil)". BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). **O público não-estatal na reforma do estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural brasileiro: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v.15, n.43, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>> . Acesso em: out. 2010.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n44, 2002.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck, NERI, Luciane de Fátima; BAHL, Miguel. Organización local de itinerários turísticos en la región metropolitana de Curitiba, PARANÁ, BRASIL. **Gest. tur. (Valdivia)**, n.13, p.93-112, jun. 2010.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck. **O significado do roteiro no caminho de Guajuvira, Araucária/PR**. Dissertação de mestrado, 2007. Disponível em: <<http://www.geografia.ufpr.br/posgraduacao/dissertacoes/Leticia%20Nitsche.pdf>>. Acesso em: jul. 2010.

NITSCHKE, Leticia Bartoszeck; SZUCHMAN, Tami. **Agricultura familiar: potencial para um turismo sustentável**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004. 1 CD-ROM.

O ESTADO DO PARANÁ. **Grande Curitiba lança o guia rotas do Pinhão**, 1.ed., 13 jul. 2004. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/87227/>>. Acesso em: dez 2010.

OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos de; SGAI, Marco. **Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: FEALQ, 2000. 276p. Disponível em: <<http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/2004/Karina%20Lopes%20Chequer.pdf>>.

OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos. Turismo no espaço rural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 3., 2003, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2003.

OLIVEIRA, Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos. Turismo como vetor do desenvolvimento rural sustentável. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL, 4., 2003, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: FEALQ, 2003.

OLIVEIRA, Gilson Batista de; LIMA, Jose Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, maio/dez. 2003.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Introdução ao turismo**.

Tradução de Dolores M. R. Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2006

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Fenomenologia do turismo**: uma proposta de construção epistemológica. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo - Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2005.

PARADA, Eugenio Lahera. Política y políticas públicas. In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. v.1. p.67-96. (Coletâneas, v.1).

PARANÁ. COMEC. Lei Estadual 11027/94 que cria a Coordenação Estadual da Região Metropolitana de Curitiba. EmHistórico Institucional – COMEC: Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28>>. Acesso em: dez. 2010.

PARANA. COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado**. Documento para discussão, 2001.

PARANÁ. COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado**. Documento para discussão, 2001.

PARANÁ. COMEC; EMATER/PR; ECOPARANA. Região metropolitana de Curitiba. **Documento-proposta sobre o Anel de Turismo da RMC**. 2000.

PARANÁ. Comissão Governamental da Agenda 21. **Agenda 21 Paraná**: seminários macrorregionais da Agenda 21 Paraná: os desafios por uma cidadania planetária. Curitiba: SEMA, 2002.

PARANÁ. EMATER; COMEC. **Turismo em áreas rurais**. Ago. 1999a.

PARANÁ. EMATER; SEMA/Colombo. **Programa da UFPR de desenvolvimento do Vale do Ribeira**: saúde, educação e desenvolvimento rural. 1999. Disponível em: <<http://www.valedoribeira.ufpr.br/turismosustentavel.htm>>. Acesso em: 2006.

PARANÁ. Lei Estadual n.º 15.143 de 31 de maio de 2006. Define as atividades turísticas que especifica, como atividades de "Turismo Rural na Agricultura Familiar". Disponível em: <<http://www.redetraf.com.br/r-legislacao-lei-15143.asp>>. Acesso em: jul. 2008.

PARANÁ. **Plano Plurianual 2004-2007**: Lei n.º 14.276 de 29/12/2003 com a incorporação de alterações por emendas (apêndice 3). Disponível em: <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/File/ppa_0407.pdf>. Acesso em: dez. 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Plano Plurianual 2008 a 2011**. Disponível em: <http://www.sepl.pr.gov.br/arquivos/file/PPA_2008_2001_FINAL.pdf>. Acesso em: dez. 2007.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. Apresentações em ppt. ante o Conselho Estadual do Turismo do Estado do Paraná. Acervo SETU. Vários anos. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=91>>. Acesso em: dez. 2010.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Atas das reuniões ordinárias do Conselho Estadual do Turismo do Estado do Paraná**. Acervo SETU. Vários anos. 2003-2011. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=28>>. Acesso em: dez 2010.

PARANA. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Memória de reuniões das câmaras técnicas de Qualificação do Produto turístico e de Regionalização turística**. Acervo SETU. Vários anos.

PARANA. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Oficina de Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Regional – Região Rotas do Pinhão**. Curitiba: SETU, 2008b.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Oficina de Elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional: Região Turística Curitiba e Região Metropolitana**. Campo Magro: SETU, 2005.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **PDITS - Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011**. Curitiba: SETU, 2011a.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011**. Curitiba: SETU, 2008a.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Plano de Ações do Sistema SETU. 2012-2015**. Curitiba: SETU, 2011b. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=159>>. Acesso em: mar. 2012.

PARANA. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011, Região Turística Rotas do Pinhão Curitiba e Região Metropolitana - Paraná**. Curitiba: SETU, 2009.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Política Estadual de Turismo 2003-2007**. Curitiba: SETU, 2003.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. Programa de Regionalização do Turismo no Estado do Paraná. **Oficina do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Regional – Curitiba**, 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.arquivos.setu.pr.gov.br>>. Acesso em: maio 2008.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. Programa de Regionalização do Turismo no Estado do Paraná. **Oficina do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico Regional – Curitiba**, 25 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.arquivos.setu.pr.gov.br>>. Acesso em: jun. 2010.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Regimento Interno do Conselho Estadual do Turismo do Estado do Paraná**. Acervo SETU. Curitiba, SETU. 2007. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>>. Acesso em: dez. 2010.

PARANA. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Relatório da Oficina de Planejamento Estratégico das Instâncias de Governança Regionais do Paraná**. Curitiba: SETU, 2008c.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. **Relatório da Oficina de Planejamento para Estruturação do Programa de Turismo Rural do Paraná**. Curitiba: SETU, 2007.

PARANÁ. SETU - Secretaria de Estado do Turismo/Ecoparaná. **Cartilha de Orientação ao Agricultor Familiar – Turismo**. Curitiba, 2006.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Avaliação das contas do governador. **Relatório e parecer prévios sobre os Conselhos Estaduais 2009 e 2010**. Curitiba: TCE, 2011. Disponível em: <http://www.tce.pr.gov.br/contasdogoverno2009/conselhos_estaduais/index.html>; <http://www.tce.pr.gov.br/contasdogoverno2010/cadernos/conselhos_estaduais/files/assets/downloads/publication.pdf>. Acesso em: jul. 2011.

PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. **Desenvolvimento em turismo**: temas contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2002.

PEARCE, Douglas. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

PEARCE, Douglas. **Tourist Development**. 2nd ed. Longman: Harlow, 1991.

PEREIRA, Alexsandro; BERBERI, André; PAIXÃO, Dario; MIELKE, Eduardo J. **Turismo, associativismo e desenvolvimento regional**. Curitiba: Universidade Positivo, 2010.

PEREZ DE LAS HERAS, Mónica. **Manual del turismo sostenible**. Madrid: Paraninfo, 2004.

PEREZ, Amparo Sancho (Org.). **OMT**: introdução à metodologia da pesquisa em turismo. São Paulo: Roca, 2006.

PIRES, G. **Situação atual e perspectivas do turismo no Paraná**. PARANATUR. Paraná, 1973.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e turismo cultural**. São Paulo: Manole, 2001.

POITEVIN, Michelle; SZUCHMAN, Tami; TAKAHASHI, Marta Yoshie. Planejamento e Implantação de Roteiros turísticos na Região Metropolitana de Curitiba, **PPLA – Seminário Política e Planejamento**: economia, sociedade e território. Curitiba, ago. 2008.

POLIDORO, Gil. Diretor Presidente. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC. Curitiba, fev./2012. Entrevista.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PORTUGUEZ, Anderson P. **Consumo e espaço**: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo rural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi *et al.* (Org.). **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

PROJETO RURURBANO. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbanw.html>>. Acesso em: ago. 2010.

RABAHY, Wilson A. **Planejamento do turismo**. São Paulo: Loyola, 1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. **Cahier/Groupe Reseaux**, n.7, p-2-22, 1987. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: maio 2010.

RAUSCHMAN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papius, 1997.

REJOWSKI, Mirian. Turismo como disciplina no pensamento internacional. In: _____. **Turismo e pesquisa científica**. São Paulo: Papius, 1999.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2000.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. Turismo e territorialidades plurais-lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). **América Latina**: cidade campo e turismo. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

RODRIGUES, Glauro Bruce; SOUZA, Marcelo Lopes de. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

ROFMAN, Adriana. Participación de la sociedad civil en políticas públicas: una tipología de mecanismos institucionales participativos. (UNGS). **Cadernos Gestão Social, América do Norte**, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/9/6>>. Acesso em: maio 2011.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Texto elaborado para o programa de apoio a Gerencia Social no Brasil. BID: INDES, 1998.

SAAB, William George; GIMENEZ, Luiz Carlos. Flats, apart-hotéis ou hotéis-residência: caracterização e desempenho no Brasil e no município de São Paulo. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.14, p.137-157, set. 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set_1407.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SACK, Robert. **Human Territoriality**. Cap.1 The meaning of Territoriality. Xerox.

SALLES, Mary Mércia G. **Turismo rural**: inventário turístico no meio rural. Campinas: Alinea, 2003.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANCHO PEREZ, Amparo (Coord.). **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo**: Organização Mundial do Turismo. São Paulo: Roca, 2005.

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do turismo**: estudo de suas causas primeiras. São Paulo: Edusc, 2008.

SANTOS, A.; PIRES, Paulo dos Santos. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010.

SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010.

SANTOS, Milton *et al.* **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2007. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Edusc, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio; SANTOS, Roseli Alves dos (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio; SINHORINI, José. Modernização da agricultura: territorialização, mudanças, dominação. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.2, n.2, p.183-197; jul./dez. 2008.

SCHLÜTER, Regina G. A Investigação turística nas universidades argentinas. In: MOESCH, Marutschka; GASTAL, Susana (Orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004. p.89-93.

SCHNEIDER, Sergio. **A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. SOBER. XLVI Congresso Brasileiro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Xerox.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sergio. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 1994.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande-PB, v.23, n.1 e 2, p.99-117, jan./dez. 2004.

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil: resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.14, p.72-102, abr. 2000.

SEABRA, Giovanni. **Turismo de base local**. identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: UFPB, 2007.

SEBRAE. **Apresentações ppt e relatórios de consultoria do acervo da SETU**. Vários anos. Curitiba, 2005-2011.

SEBRAE. **Programa SEBRAE de Turismo**. Brasília, 2003.

SENAC. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WLRA (World Leisure & Recreation Association), 2000. 628p.

SESSA, Alberto. La scienza dei sistemi per i piani regionali di sviluppo turistico. In: _____. **La scienza dei sistemi per lo sviluppo del turismo**. Roma: Agnesotti, 1985. p.53-107.

SEYFERT, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, n.52, 30 maio 1985.

SILVA, Christian Luiz da; LOPES, Carminda; MICHON JR., William. Intervenção do estado e desenvolvimento local: uma análise cross section dos municípios paranaenses. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v.10, n.1, p. 41-53, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n1/05.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

SILVA, Jorge A. Santos. **Turismo e desenvolvimento econômico**: uma análise urbano-regional baseada em clusters. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 2004.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. O processo de implementação das políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Cadernos de Pesquisa**, n.48, p.1-17, 2000.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. As políticas públicas e a nova configuração territorial do turismo no Brasil. In: SOUZA, Maria José (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Geografia. Ministério do Meio Ambiente, 2002a.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Estratégias de desenvolvimento regional e modelos de implantação territorial do turismo: uma contribuição ao tema. In: PEREIRA, Alexsandro; BERBERI, André; PAIXÃO, Dario; MIELKE, Eduardo J. **Turismo, associativismo e desenvolvimento regional**. Curitiba: Universidade Positivo, 2009.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p.133-150.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Turismo e transportes na região metropolitana de Curitiba e litoral do Paraná**: elaboração de subsídios para o aumento da capacidade competitiva do Sistema de Transportes regional. Projeto de Pesquisa: Departamento de Geografia/UFPR/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Curitiba, 2008.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Turismo y Sustentabilidad Entre el discurso y la acción. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**, v.14, p.222-242, 2005.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento**: um foco no estado do Paraná no contexto regional. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Turismo, políticas territoriais e estratégias recentes de desenvolvimento regional no Brasil: uma aproximação ao tema. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, São Paulo, v.1, n.2, 2001a.

SLUSZZ, Thaisy; FROEHLICH, José Marcos. Lazer e turismo no espaço rural da região central do Rio Grande do Sul. **Revista de Pesquisa e Pós-Graduação**, Santo Ângelo, 2003.

SOTO, William Héctor Gómez. A sociologia do "mundo rural" de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.20, abr. 2003.

SOUZA FILHO, Hildo M.; BATALLA, Mário O. (Orgs.). **Gestão integrada a agricultura familiar**. São Carlos (SP): Edufscar, 2005.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de *et al.* Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá-MT. **Anais...** Cuiabá-MT, 2004.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.18, n.51, p.15-20, fev 2003.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo Perspec.**, v.18, n.2, p.27-41, jun. 2004.

SOUZA, Celina. Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v.41, n.3, p.569-591, 1998.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas e governo**: revisão de conceitos. Notas da palestra proferida no II Seminário Nacional de Sociologia e Política, Curitiba, set. 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Celina. Processo de governo no município e no estado: uma análise a partir de São Paulo. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v.15, n.42, p.164-166, fev. 2000.

SOUZA, Celina. Regiões metropolitanas: condicionantes do regime político. **Lua Nova**, n.59, p.137-158, 2003a.

SOUZA, Celina. Reinventando o poder local: limites e possibilidades do federalismo e da descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.3, p.38-52, 1996.

SOUZA, Marcelino **Turismo rural**: para além da geração de emprego e renda. CITURDES: IV Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. Joinville, SC, 2004.

SOUZA, Marcelo J. L. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 394 p.

SOUZA, Marcelo J. L. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1983.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Eliseu Silvério. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2006.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental São Paulo: Aleph, 2000. v.1.

TARTARUGA, Ivan G. P. Território e participação: apontamentos para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz *et al.* **A emergência da multiterritorialidade**: a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: ULBRA/UFRGS, 2008.

TELES, Margarete Araújo. **Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da UFPR, Curitiba, 2011.

TELES, Margarete Araújo; RIBEIRO, R. **Planejamento e gestão do turismo na RMC e litoral do Paraná**. Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Niterói, RJ: UFF, 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005.

TULIK, Olga. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural SP**. São Paulo: Manole, 2010.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, ano XVI, n.1, p.13-32, jan./jul. 2002.

VALOR ECONOMICO. **Escândalos prejudicam oposição**. 26 dez. 2011, Cenários 2012, p.A5.

VANHOVE, Noebert. "Le processus irréversible de la mondialisation: n'y-a-t'il que des gagnants dans le domaine du tourisme?" **Trabalho apresentado ao Deuxième Sommet du Tourisme, 4-6 déc.2000**. Disponível em: <<http://www.sommets-tourisme.org/f/sommetsG/deuxieme-sommet/actes/vanhove.htm>>. Acesso em: ago. 2005.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno y globalización. **EURE**, Santiago de Chile, v.26, n.79, p.47-65, 2000.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 2002.

VEIGA, José Eli da. **A dimensão rural do Brasil**. FEA-USP. Programa de Seminários Acadêmicos. 2004a. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

VEIGA, José Eli da. Artigos de jornais e entrevistas. Disponível no Blog do autor (<http://www.zeeli.pro.br/>). Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/category/estado-de-sao-paulo>>. Vários anos.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Autores Associados. 2002

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v.18, n.51, 2004b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a03v1851.pdf>>. Acesso em: dez. 2011.

VEIGA, José Eli da; FLEXOR, Georges; e GRAZIANO DA SILVA, José. **Desenvolvimento em debate**: desenvolvimento rural sustentável . BNDES. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

VEIGA, José Eli. Delimitando a agricultura familiar In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 23., 1995, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPEC, 1995. v..2. p.41-59.

VEIGA, José Eli. **Metamorfoses da política agrícola dos Estados Unidos**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1994

WAHAB, Susan; PIGRAN, John J. **Tourism, development and growth**. New york: Routledge, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O capitalismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WALTER, Bruna Maestri; CARRIEL, Paola. A cidade de uma só avenida. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 ago. 2009, Caderno Vida e Cidadania.

WANDERLEY, M.N.B. O "lugar" dos rurais; o meio rural no Brasil moderno. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 30., 1997, Natal. **Anais...** Natal: SOBER, 1997.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A valorização da Agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.2, p.29-37, jul./dez., 2000.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Leitura obrigatória da disciplina QDR, Recife, 1999.

WILKINSON, John. A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, 2003.

WILKINSON, John. **A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil**. Wilkinson, J. e Castelli (coord.). ActionAid, 2000. Disponível em: <http://www.ieham.org/html/docs/A_transnacionaliza%E7%E3o_da_industria_de_sementes_no_Brasil.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

WILKINSON, John. Perfis emergentes no setor agroalimentar. In: MALUF, Renato Sérgio; WILKINSON, John (Org.). **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999. p.27-45.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.3, n.2, 2002.

YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2003.

YAZIGI, Eduardo. **Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo**. São Paulo: Plêiade, 2009.

ZAPATA, Tânia *et al.* **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife: Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2004. Disponível em: <<http://www.iadh.org.br>>. Acesso em: nov. 2006.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: do Autor, 1996.

ZUÑIGA, Christian Henríquez *et al.* Turismo e suas interações nas transformações do espaço rural. In: SANTOS, E.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010.

Sites visitados:

Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura - ABETA
http://www.abeta.com.br/aventura-segura/pgn.asp?id_pg=68&nivel=2&n1id=1&n2id=68

Itaipu Binacional
http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/435&id_noticia=3018
<http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/turismo>

Programa de qualificação e certificação em turismo de aventura
http://www.abeta.com.br/aventura-segura/pgn.asp?id_pg=68&nivel=2&n1id=1&n2id=68

Portal da RPC
Jornal *Gazeta do Povo*. Caderno Vida e Cidadania
<http://www.gazetadopovo.com.br/>

Observatório do turismo de aventura

<http://www.observatoriodaaventura.com.br/home/?pag=documentos>

GTZ GTZ/DDM/PROMOCAP, 2001

<http://planificacionestrategicamunicipal.blogspot.com.br/2011/10/que-es-el-desarrollo-economico-local.html>

REDE TRAF. A Rede TRAF.

<http://www.redetraf.com.br/r-redetraf.asp>

APÊNDICE 1 - TABELAS REGIÃO METROPOLITANA

TABELA A.1.1 - RESUMO GERAL DE INDICADORES SOCIAIS DA RMC

MUNICÍPIO	IDH-M ⁽¹⁾ (2000)	TAXA DE POBREZA (2000)	AGÊNCIA BANCÁRIA (2010)	IDEB REDE MUNICIPAL ⁽²⁾ (2009)	IPDM ⁽³⁾ (2008)	COEFICIENTE MORTALIDADE INFANTIL (2010)	COEFICIENTE MORTALIDADE GERAL (2010)	ÍNDICE DE IDOSOS (2010)	ÍNDICE DE GINI (2000)	PIB PER CAPITA (R\$1,00) (2009)
Adrianópolis	0,683	43,44	1	4,9	0,5018	-	7,84	37,99	0,590	9.860
Agudos do Sul	0,712	38,91	1	4,1	0,5439	-	5,56	31,36	0,560	6.039
Almirante Tamandaré	0,728	22,17	4	4,2	0,5841	7,58	6,32	15,82	0,480	5.926
Araucária	0,801	17,71	8	4,8	0,7879	10,06	5,84	18,26	0,480	101.411
Balsa Nova	0,781	21,57	2	5,2	0,6294	17,14	7,96	27,79	0,490	23.717
Bocaiúva do Sul	0,719	29,02	2	3,9	0,4881	27,59	5,55	25,05	0,550	8.433
Campina Grande do Sul	0,761	21,35	2	5,0	0,6596	24,10	6,32	18,43	0,500	12.876
Campo do Tenente	0,687	38,07	1	4,8	0,6086	20,41	4,49	20,86	0,530	9.616
Campo Largo	0,774	15,91	6	5,2	0,7078	17,09	6,10	26,12	0,500	11.922
Campo Magro	0,74	21,46	1	4,9	0,6947	12,56	6,08	19,39	0,500	7.483
Cerro Azul	0,684	48,66	2	4,0	0,472	25,51	6,91	25,43	0,620	9.772
Colombo	0,764	17,34	10	5,0	0,6358	12,50	6,12	17,42	0,470	7.547
Contenda	0,761	28,29	3	4,8	0,6334	20,00	6,92	26,88	0,560	9.384
Curitiba	0,856	8,61	348	5,7	0,8509	9,11	5,62	37,80	0,590	24.720
Doutor Ulysses	0,627	57,29	-	3,9	0,3584	15,87	4,71	22,67	0,570	13.662
Fazenda Rio Grande	0,763	20,11	5	4,7	0,6164	14,06	5,67	13,31	0,450	5.968
Itaperuçu	0,675	35,64	-	4,3	0,4821	26,55	6,15	14,30	0,510	7.418
Lapa	0,754	31,54	5	5,4	0,6519	15,53	7,30	30,75	0,640	13.840
Mandirituba	0,76	26,56	2	5,1	0,6465	11,36	6,80	26,28	0,600	10.044
Piên	0,753	27,95	2	5,4	0,7041	20,00	5,25	21,26	0,580	23.789
Pinhais	0,815	14,18	8	5,3	0,7371	12,45	6,56	21,54	0,490	20.129
Piraquara	0,744	23,17	3	4,6	0,6116	14,63	6,29	15,01	0,500	5.489
Quatro Barras	0,774	17,46	3	5,1	0,759	9,40	6,20	21,64	0,540	27.510
Quitandinha	0,715	41,50	2	4,9	0,562	6,37	6,73	33,21	0,620	6.923
Rio Branco do Sul	0,702	31,87	3	4,4	0,5673	11,72	7,18	19,05	0,550	16.613
Rio Negro	0,801	19,22	4	6,0	0,75	33,08	6,52	29,80	0,540	18.327
São José dos Pinhais	0,796	14,03	21	5,1	0,7536	11,87	5,79	18,34	0,520	41.217
Tijucas do Sul	0,716	32,21	1	4,7	0,6667	35,93	7,77	30,36	0,540	10.944
Tunas do Paraná	0,686	35,35	-	3,9	0,5353	20,98	6,39	12,63	0,570	6.465
PARANÁ	0,787	20,87	1.337			12,07	6,38	32,98	0,607	17.779

FONTE: BDE -WEB, IPARDES

(1) Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD).

(2) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - INEP.

(3) Índice Iparades de Desempenho Municipal - IPDM.

TABELA A.1.2 - EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL EM VALORES CORRENTES, ESTADO DO PARANÁ E MUNICÍPIOS DA RMC - 2002-2009

LOCALIDADE	EVOLUÇÃO DO PIB MUNICIPAL (Em R\$)							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estado do Paraná	88.407.068	109.458.874	122.433.727	126.676.843	136.614.633	161.581.846	179.263.190	189.991.954
Adrianópolis	18.480	24.101	25.132	27.050	29.901	64.620	57.820	67.601
Agudos do Sul	23.796	32.230	33.209	39.691	40.947	44.074	50.882	52.751
Almirante Tamandaré	379.290	428.117	458.749	480.893	443.793	516.528	479.840	577.882
Araucária	4.646.285	6.246.533	6.884.911	7.082.490	8.436.380	9.547.958	11.019.940	11.962.877
Balsa Nova	131.552	170.797	189.962	177.248	194.980	210.349	243.552	266.859
Bocaiúva do Sul	30.716	43.485	41.474	55.420	63.711	70.890	71.176	84.239
Campina Grande do Sul	180.667	209.534	240.508	294.233	342.407	342.319	400.033	474.162
Campo Largo	722.179	967.275	1.043.994	1.114.213	1.193.618	1.286.810	1.192.945	1.341.770
Campo Magro	67.038	85.407	88.477	102.815	117.086	138.501	160.222	176.645
Cerro Azul	68.305	90.061	76.524	132.987	119.681	141.657	138.929	182.354
Colombo	819.497	954.491	1.055.792	1.173.268	1.302.037	1.515.176	1.632.287	1.866.143
Contenda	62.088	89.914	103.639	102.811	125.793	132.939	141.929	147.588
Curitiba	20.239.876	23.828.224	26.755.257	29.672.565	32.182.599	38.124.861	43.354.307	45.762.418
Doutor Ulysses	22.687	31.441	31.982	76.258	64.016	67.350	63.936	83.953
Fazenda Rio Grande	229.595	291.078	349.281	370.281	405.659	420.718	426.808	482.596
Itaperuçu	60.540	73.409	83.261	91.840	91.284	121.682	159.960	174.329
Lapa	278.603	432.433	447.612	442.885	473.483	569.685	652.016	594.211
Mandirituba	112.299	137.448	152.392	158.972	167.375	179.805	213.122	219.810
Piên	146.265	177.021	217.941	222.784	254.947	263.417	287.797	280.972
Pinhais	999.752	1.162.856	1.394.415	1.454.940	1.681.171	2.088.958	2.453.262	2.381.653
Piraquara	211.826	266.707	291.566	349.307	318.417	362.948	389.927	479.122
Quatro Barras	218.516	272.218	342.486	324.586	335.486	383.558	438.219	530.301
Quitandinha	41.028	55.662	58.800	66.641	85.832	92.460	127.867	114.977
Rio Branco do Sul	297.490	360.694	388.458	377.398	389.760	454.972	467.218	550.603
Rio Negro	255.985	299.860	370.030	384.703	424.431	443.733	559.664	571.634
São José dos Pinhais	4.547.380	5.271.805	6.207.951	6.469.185	7.029.321	8.524.230	10.397.115	11.511.811
Tijucas do Sul	65.349	84.510	81.722	89.533	92.822	110.253	125.337	150.605
Tunas do Paraná	11.509	34.786	22.122	70.939	50.196	47.597	41.767	43.656
Região Metropolitana de Curitiba	34.486.343	41.645.216	46.849.676	50.798.449	55.777.755	65.560.898	74.900.416	80.280.916

FONTE: BDE-WEB, IPARDES (2011)

TABELA A.1.3 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA E VARIAÇÃO NOS MUNICÍPIOS, DO PARANÁ E DA RMC - 2000/2010

LOCALIDADE	1991			2000			2010			DENSIDADE GEOGRÁFICA (Hab./Km²)		
	População Censitária - Total	População Censitária Urbana - Total	População - Contagem Rural - Total	População Censitária - Total	População Censitária Urbana - Total	População - Contagem Rural - Total	População Censitária - Total	População Censitária Urbana - Total	Pop. - Contagem Rural - Total	2000	2010	Variação % 2000/2010
Estado do Paraná	8.448.713	6.197.953	2.250.760	9.563.458	7.786.084	1.777.374	10.444.526	8.912.692	1.531.834	47,85	52,25	9,20
Região Metropolitana de Curitiba	2.140.982	1.930.093	210.889	2.813.237	2.552.969	260.268	3.221.608	2.953.889	267.719	131,91	150,94	14,43
Adrianópolis	8.935	1.589	7.346	7.007	1.613	5.394	6.376	2.060	4.316	5,22	4,75	-9,00
Agudos do Sul	6.076	779	5.297	7.221	1.466	5.755	8.270	2.822	5.448	37,28	43,23	15,96
Almirante Tamandaré	66.159	59.080	7.079	88.277	84.755	3.522	103.204	98.892	4.312	467,93	540,01	15,40
Araucária	61.889	54.262	7.627	94.258	86.111	8.147	119.123	110.205	8.918	198,92	252,73	27,05
Balsa Nova	7.515	2.430	5.085	10.153	3.186	6.967	11.300	6.870	4.430	26,02	32,83	26,17
Bocaiúva do Sul	10.657	3.242	7.415	9.050	3.562	5.488	10.987	5.128	5.859	10,97	13,31	21,33
Campina Grande do Sul	19.343	12.722	6.621	34.566	25.973	8.593	38.769	31.961	6.808	63,51	71,71	12,91
Campo do Tenente	5.241	2.043	3.198	6.335	3.451	2.884	112.377	94.171	18.206	20,79	23,42	12,65
Campo Largo	72.523	53.892	18.631	92.782	77.223	15.559	24.843	19.547	5.296	68,24	87,62	28,40
Campo Magro			0	20.409	2.501	17.908	6.335	3.451	2.884	78,87	89,29	13,21
Cerro Azul	21.073	3.599	17.474	16.352	3.916	12.436	16.938	4.808	12.130	12,18	12,63	3,69
Colombo	117.767	110.273	7.494	183.329	174.962	8.367	212.967	203.203	9.764	918	1.076,65	17,28
Contenda	8.941	4.823	4.118	13.241	6.320	6.921	15.891	9.231	6.660	43,71	52,87	20,96
Curitiba	1.315.035	1.315.035	0	1.587.315	1.587.315	0	1.751.907	1.751.907	0	3.636,50	4.022,79	10,62
Doutor Ulysses			0	6.003	701	5.302	5.727	929	4.798	7,64	7,27	-4,84
Fazenda Rio Grande			0	62.877	59.196	3.681	81.675	75.928	5.747	534,22	707,9	32,51
Itaperuçu			0	19.344	16.234	3.110	23.887	19.956	3.931	60,46	74,61	23,40
Lapa	40.150	19.472	20.678	41.838	24.070	17.768	44.932	27.222	17.710	20,44	21,42	4,79
Mandirituba	38.336	26.237	12.099	17.540	6.268	11.272	22.220	7.414	14.806	46,22	58,26	26,05
Piên	7.745	1.432	6.313	9.798	2.883	6.915	9.798	2.883	6.915	38,54	43,73	13,47
Pinhais			0	102.985	100.726	2.259	117.008	117.008	0	1.690,37	1.913,87	13,22
Piraquara	106.882	91.438	15.444	72.886	33.829	39.057	93.207	45.738	47.469	322,03	413,84	28,51
Quatro Barras	10.007	8.132	1.875	16.161	14.520	1.641	19.851	17.941	1.910	89,95	109,51	21,75
Quitandinha	14.418	2.476	11.942	15.272	3.046	12.226	17.089	4.887	12.202	34,21	38,28	11,90
Rio Branco do Sul	38.296	23.714	14.582	29.341	20.049	9.292	30.650	22.045	8.605	35,9	37,53	4,54
Rio Negro	26.315	20.200	6.115	28.710	22.460	6.250	31.274	25.710	5.564	47,56	51,8	8,92
São José dos Pinhais	127.455	111.952	15.503	204.316	183.366	20.950	264.210	236.895	27.315	216,07	279,8	29,50
Tijucas do Sul	10.224	1.271	8.953	12.260	1.846	10.414	14.537	2.285	12.252	18,21	21,63	18,78
Tunas do Paraná	0		0	3.611	1.421	2.190	6.256	2.792	3.464	5,38	9,31	73,05

FONTE: BDE-WEB IPARDES (2011)

NOTA: RMC como Região Turística com seus 29 municípios.

TABELA A.1.4 - DOMICÍLIOS PARTICULARES NÃO COUPADOS, DE USO OCASIONAL - ÁREA RURAL DA RMC - 1991/2000/2010

MUNICÍPIOS	TOTAL (B)			RURAL (A)			% A/B			VARIAÇÃO % RURAL	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Adrianópolis	106	166	269	93	151	221	87,74	90,96	82,16	62,37	46,36
Agudos do Sul	121	190	385	118	156	347	97,52	82,11	90,13	32,20	122,44
Almirante Tamandaré	252	372	361	115	107	149	45,63	28,76	41,27	-6,96	39,25
Araucária	195	428	675	102	218	405	52,31	50,93	60,00	113,73	85,78
Balsa Nova	176	301	510	154	265	413	87,50	88,04	80,98	72,08	55,85
Bocaiúva do Sul	216	481	372	204	460	347	94,44	95,63	93,28	125,49	-24,57
Campina Grande do Sul	384	547	677	325	460	417	84,64	84,10	61,60	41,54	-9,35
Campo do Tenente	113	101	145	82	82	115	72,57	81,19	79,31	0,00	40,24
Campo Largo	499	793	1.432	333	525	842	66,73	66,20	58,80	57,66	60,38
Campo Magro		309	471		253	326		81,88	69,21		28,85
Cerro Azul	162	313	628	111	275	553	68,52	87,86	88,06	147,75	101,09
Colombo	351	666	780	123	259		35,04	38,89	34,74	110,57	4,63
Contenda	45	147	297	31	122	248	68,89	82,99	83,50	293,55	103,28
Curitiba	5.321	10.454	11.429	-	-	-	-	-	-	-	-
Doutor Ulysses		173	288		157	237		90,75	82,29		50,96
Fazenda Rio Grande		224	651		70	196		31,25	30,11		180,00
Itaperuçu		97	128		83	102		85,57	79,69		22,89
Lapa	422	776	1.201	325	633	978	77,01	81,57	81,43	94,77	54,50
Mandirituba	172	610	1.170	133	561	1.072	77,33	91,97	91,62	321,80	91,09
Piên	24	116	168	20	92	138	83,33	79,31	82,14	360,00	50,00
Pinhais		218	245		58	-		26,61			
Piraquara	320	616	897	210	502	637	65,63	81,49	71,01	139,05	26,89
Quatro Barras	214	269	379	116	139	223	54,21	51,67	58,84	19,83	60,43
Quitandinha	187	413	887	173	378	810	92,51	91,53	91,32	118,50	114,29
Rio Branco do Sul	209	436	702	171	390	576	81,82	89,45	82,05	128,07	47,69
Rio Negro	169	256	407	122	165	248	72,19	64,45	60,93	35,25	50,30
São José dos Pinhais	699	1.484	2.142	514	963	1.409	73,53	64,89	65,78	87,35	46,31
Tijucas do Sul	273	652	910	272	628	888	99,63	96,32	97,58	130,88	41,40
Tunas do Paraná		60	228		46	136		76,67	59,65		195,65
Paraná	64.956	115.400	155.323	20.086	33.801	51.388	30,92	29,29	33,08	68,28	52,03

FONTE: BDE-WEB IPARDES, IBGE (2011)

TABELA A.1.5 - VARIAÇÃO PERCENTUAL CONSUMIDORES RURAIS DE ENERGIA ELÉTRICA - 2002 E 2010

MUNICÍPIO	CONSUMIDORES RURAIS		VARIAÇÃO % 2002/2010
	2002	2010	
Adrianópolis	471	488	3,61
Agudos do Sul	1.268	1.408	11,04
Almirante Tamandaré	1.274	981	-23,00
Araucária	1.993	2.276	14,20
Balsa Nova	1.153	1.274	10,49
Bocaiúva do Sul	1.113	1.275	14,56
Campina Grande do Sul	1.025	1.150	12,20
Campo do Tenente	598	657	9,87
Campo Largo	686	1.388	102,33
Campo Magro	343	1.008	193,88
Cerro Azul	1.208	1.920	58,94
Colombo	1.534	1.963	27,97
Contenda	1.719	1.846	7,39
Curitiba	89	74	-16,85
Doutor Ulysses	533	853	60,04
Fazenda Rio Grande	426	521	22,30
Itaperuçu	456	640	40,35
Lapa	3.805	4.599	20,87
Mandirituba	2.798	3.370	20,44
Piên	1.141	1.532	34,27
Pinhais	23	23	0,00
Piraquara	573	533	-6,98
Quatro Barras	339	356	5,01
Quitandinha	2.507	3.287	31,11
Rio Branco do Sul	1.402	1.367	-2,50
Rio Negro	1.788	1.894	5,93
São José dos Pinhais	4.414	4.615	4,55
Tijucas do Sul	2.572	2.870	11,59
Tunas do Paraná	117	132	12,82
PARANÁ	317.370	373.113	17,56

FONTE: BDE-web, IPARDES (2011)

TABELA A.1.6 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, SEGUNDO TIPO DE LOCALIZAÇÃO - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006

LOCALIZAÇÃO	Abs.	%
Urbano central	125	75,3
Urbano periférico	19	11,4
Praia/ilha	0	0,0
Rural	19	11,4
Não respondeu	3	1,8
TOTAL	166	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.7 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, SEGUNDO TIPO DE LOCALIZAÇÃO - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - 2006

LOCALIZAÇÃO	Abs.	%
Urbano central	125	75,3
Urbano periférico	19	11,4
Praia/ilha	0	0,0
Rural	19	11,4
Não respondeu	3	1,8
TOTAL	166	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.8 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS E LEITOS DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO TIPO DE ESTABELECIMENTOS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

TIPO DE ESTABELECIMENTO	ESTABELECIMENTOS		LEITOS	
	Abs.	%	Abs.	%
Hotel				
PeriUrbano	4	21,1	130	12,7
Fazenda	5	26,3	284	27,7
Lazer/resort	1	5,3	61	6,0
Apart-hotel/flat	0	0,0	0	0,0
Motel	0	0,0	0	0,0
Pousada	8	42,1	369	36,0
Pensão/ Hospedaria	0	0,0	0	0,0
Albergue	0	0,0	0	0,0
Camping	1	5,3	180	17,6
TOTAL	19	100,0	1.024	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.9 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO ANO DE INÍCIO DA ATIVIDADE - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CARACTERÍSTICAS	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Ano de início de atividade		
Até 1989	4	21,1
1990 a 1999	5	26,3
2000 a 2006	9	47,4
Não respondeu	1	5,3
TOTAL	19	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.10 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO FORMA DE ADMINISTRAÇÃO - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO ⁽¹⁾	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Proprietário	16	84,2
Gerente	1	5,3
Administrador	4	21,1
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	19	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questão de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.11 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DOS HÓSPEDES POR TEMPORADA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

TEMPORADA	TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA (dias)													
	De 0 a 1		De 2 a 3		De 4 a 5		De 6 a 10		11 ou Mais		Não respondeu		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Alta	2	10,5	7	36,8	4	21,1	3	15,8	1	5,3	2	10,5	19	100,0
Média	3	15,8	8	42,1	1	5,3	2	10,5	0	0,0	5	26,3	19	100,0
Baixa	7	36,8	4	21,1	1	5,3	1	5,3	0	0,0	6	31,6	19	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.12 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO SEXO E TIPO DE ESTABELECIMENTO - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

TIPO DE ESTABELECIMENTO	PESSOAS OCUPADAS							
	Feminino		Masculino		Não respondeu		FEM/TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Hotel Peri-Urbano	16	10,3	7	5,8	0	0,0	23	69,6
Hotel Fazenda	39	25,2	44	36,7	0	0,0	83	47,0
Lazer/Resort	65	41,9	35	29,2	0	0,0	100	65,0
Pousada	33	21,3	31	25,8	1	100,0	65	50,8
Camping	2	1,3	3	2,5	0	0,0	5	40,0
TOTAL	155	100,0	120	100,0	1	100,0	276	56,2

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.13 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DA MÃO DE OBRA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CARACTERÍSTICAS	PESSOAL OCUPADO	
	Abs.	%
Tipo de vínculo		
Sócio proprietário	26	9,4
Contratos formais	146	52,9
Estagiários/aprendizes	6	2,2
Serviços temporários	42	15,2
Terceirizados	40	14,5
Comissionados	1	0,4
Familiares	15	5,4
Outros/não respondeu	0	0,0
TOTAL	276	100,0
Escolaridade		
Analfabeto	2	0,7
Fundamental incompleto	54	19,6
Fundamental completo	24	8,7
Médio incompleto	46	16,7
Médio completo	62	22,5
Superior incompleto	3	1,1
Superior completo	50	18,1
Pós-graduação	13	4,7
Não respondeu	22	8,0
TOTAL	276	100,0
Sexo		
Feminino	155	56,2
Masculino	120	43,5
Não respondeu	1	0,4
TOTAL	276	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.14 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO RELAÇÃO COM A MÃO DE OBRA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

RELAÇÃO COM A MÃO DE OBRA	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Contratação de mão de obra temporária		
Sim	11	57,9
Eventualmente	6	31,6
Não	2	10,5
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	19	100,0
Exigência de experiência de trabalho		
Sim	9	47,4
Não	10	52,6
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	19	100,0
Realização de treinamento da mão de obra		
Sim	12	63,2
Não	6	31,6
Não respondeu	1	5,3
TOTAL	19	100

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.15 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO UTILIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO E EXISTÊNCIA DE PROJETOS DE MELHORIA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

FINANCIAMENTO/INVESTIMENTO ⁽¹⁾	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Utilização de linhas de crédito		
Para capital de giro	4	21,1
Para investimento	3	15,8
Não utiliza	14	73,7
Utilização de linhas de crédito	5	26,3
Projetos de melhoria do estabelecimento		
Ampliação	14	73,7
Capacitação	5	26,3
Reforma e Modificação	11	57,9
Tecnologia e Equipamentos	4	21,1
Não existe	0	0,0
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	19	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questões de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.16 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO TRANSAÇÕES REALIZADAS NA REGIÃO, PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES DE CLASSE E PARCERIA OU ATIVIDADES COOPERADAS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

RELAÇÃO COM A REGIÃO/ ASSOCIATIVISMO	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Transações realizadas na região ⁽¹⁾		
Compra de produtos	14	73,7
Compra de equipamentos	7	36,8
Uso de mão de obra local	17	89,5
Compra de componentes e peças	9	47,4
Compra de serviços	12	63,2
Programas de apoio e promoção	3	15,8
Venda de produtos ou serviços	8	42,1
Participação em entidades de classe ⁽¹⁾		
Não faz parte	8	42,1
Associação	8	42,1
Sindicato	4	21,1
Outras	1	5,3
Não respondeu	1	5,3
Parcerias/atividades cooperadas		
Sim	2	10,5
Não	17	89,5
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	19	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questões de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.17 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO COLETA SELETIVA DE LIXO, PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS E CONTROLE DE DESPERDÍCIO DE ÁGUA E ELETRICIDADE - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CUIDADOS AMBIENTAIS	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Faz coleta seletiva lixo		
Sim	16	84,2
Não	3	15,8
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	19	100,0
Plano de gerenciamento de resíduos		
Sim	13	68,4
Não	5	26,3
Desconhece	1	5,3
Não respondeu	19	100,0
TOTAL		
Controle de desperdício de água e eletricidade		
Sim	16	84,2
Não	3	15,8
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	19	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.18 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE MEIOS DE HOSPEDAGEM PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO PRINCIPAIS DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS E SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS/ SUGESTÕES DE POLÍTICAS ⁽¹⁾	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Principais dificuldades administrativas		
Contratar empregados qualificados	14	73,7
Manter o preço dos serviços	5	26,3
Impostos e taxas	11	57,9
Fluxo limitado de clientes	7	36,8
Manter ou melhorar a qualidade de serviços	5	26,3
Falta de capital de giro ou investimento	11	57,9
Juros elevados de financiamento	3	15,8
Outras	0	0,0
Não existem dificuldades	0	0,0
Sugestões de políticas públicas		
Capacitação profissional	16	84,2
Educação básica	14	73,7
Créditos especiais	11	57,9
Incentivos fiscais	9	47,4
Estímulo a investimentos	11	57,9
Melhoria de infraestrutura	13	68,4
Redução de taxas e impostos	10	52,6
Outras	1	5,3
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	19	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(¹) Questões de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.19 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO CATEGORIAS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CATEGORIAS	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Simplex	12	37,5
Médio	19	59,4
Luxo	1	3,1
Super luxo	0	0,0
TOTAL	32	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.20 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO POR MUNICÍPIOS PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO CATEGORIAS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

MUNICÍPIOS	CATEGORIAS				
	Simple	Médio	Luxo	Super Luxo	Total
Almirante Tamandaré	0	2	0	0	2
Araucária	1	1	0	0	2
Balsa Nova	0	4	0	0	4
Campina Grande do Sul	3	0	0	0	3
Campo Magro	3	1	1	0	5
Colombo	1	4	0	0	5
Quatro Barras	1	1	0	0	2
Rio Negro	1	0	0	0	1
São José dos Pinhais	2	2	0	0	4
Tijucas do Sul	0	4	0	0	4
TOTAL	12	19	1	0	32

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.21 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO CONDIÇÃO DE POSSE, LOCAL DE INSTALAÇÃO E ESTRATO DE ÁREA CONSTRUÍDA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CARACTERÍSTICAS	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Condição de Posse do Imóvel		
Próprio	26	81,3
Arrendado	2	6,3
Alugado	3	9,4
Outro	0	0,0
Não respondeu	1	3,1
TOTAL	32	100,0
Local de Instalação		
Meio de hospedagem	0	0,0
Estrutura comercial	2	6,3
Aeroporto	0	0,0
Rodoviária	0	0,0
Local exclusivo	10	31,3
Atrativo turístico	7	21,9
À margem da estrada	13	40,6
Outro	0	0,0
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	32	100,0
Estrato de área construída		
0 - 235	11	34,4
236 - 470	6	18,8
471 - 940	7	21,9
941 - 1880	2	6,3
Mais de 1880	1	3,1
Não respondeu	5	15,6
TOTAL	32	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.22 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO ANO DE INÍCIO DE ATIVIDADE - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CARACTERÍSTICAS	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Ano de início de atividade		
Até 1989	7	21,9
1990 a 1999	7	21,9
2000 a 2006	15	46,9
Não respondeu	3	9,4
TOTAL	32	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.23 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO FORMAS DE PAGAMENTO E DE DIVULGAÇÃO E TIPOS DE SERVIÇOS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CARACTERÍSTICAS	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Formas de pagamento ⁽¹⁾		
Dinheiro	32	100,0
Cartão de débito	10	31,3
Cheque	20	62,5
Cartão de crédito	8	25,0
Outras	3	9,4
Não respondeu	0	0,0
Formas de divulgação ⁽¹⁾		
Não há divulgação	8	25,0
Agências de turismo	2	6,3
Mídia	10	31,3
Impressos	22	68,8
Hotéis, restaurantes	5	15,6
Outros	3	9,4
Não respondeu	0	0,0
Tipos de Serviço ⁽¹⁾		
A la carte	9	28,1
Rodízio	7	21,9
Por peso	3	9,4
Self service	21	65,6
Refeição do dia	7	21,9
Outros	0	0,0
Não respondeu	4	12,5

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questões de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.24 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO ORIGEM DOS CLIENTES E FORMAS DE RESERVAS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

ORIGEM E FORMAS DE RESERVAS ⁽¹⁾	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Origem dos clientes		
Oriundos da própria cidade	22	68,8
Da capital	28	87,5
Outras cidades do Paraná	27	84,4
Outros Estados	24	75,0
Estrangeiros	13	40,6
Não respondeu	1	3,1
Formas de reservas		
Não faz	10	31,3
Direta no balcão	13	40,6
Telefone/fax	21	65,6
Operadora de turismo	5	15,6
Internet	4	12,5
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	32	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questões de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.25 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DA MÃO DE OBRA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CARACTERÍSTICAS DA MÃO-DE-OBRA	PESSOAL OCUPADO	
	Abs.	%
Tipo de vínculo		
Sócio-proprietário	58	16,1
Contratos formais	195	54,2
Estagiários/aprendizes	11	3,1
Serviços temporários	53	14,7
Terceirizados	0	0,0
Familiares	40	11,1
Outro/não respondeu	3	0,8
TOTAL	360	100,0
Escolaridade		
Analfabeto	2	0,6
Fundamental incompleto	47	13,1
Fundamental completo	92	25,6
Médio incompleto	40	11,1
Médio completo	119	33,1
Superior incompleto	11	3,1
Superior completo	25	6,9
Pós-graduação	2	0,6
Não respondeu	22	6,1
TOTAL	360	100,0
Sexo		
Feminino	200	55,6
Masculino	157	43,6
Não respondeu	3	0,8
TOTAL	360	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.26 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO RELAÇÃO COM A MÃO DE OBRA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

RELAÇÃO COM A MÃO DE OBRA	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Contratação de mão de obra temporária		
Sim	12	37,5
Eventualmente	7	21,9
Não	12	37,5
Não respondeu	1	3,1
TOTAL	32	100,0
Exigência de experiência de trabalho		
Sim	13	40,6
Não	18	56,3
Não respondeu	1	3,1
TOTAL	32	100,0
Realização de treinamento da mão de obra		
Sim	19	59,4
Não	11	34,4
Não respondeu	2	6,3
TOTAL	32	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.27 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO UTILIZAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO, DIFICULDADES PARA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO E EXISTÊNCIA DE PROJETOS DE MELHORIA - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

FINANCIAMENTO/INVESTIMENTO	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Utilização de linhas de crédito		
Sim	6	18,8
Não	25	78,1
Não respondeu	1	3,1
TOTAL	32	100,0
Dificuldades para obtenção de financiamento		
Sim	6	18,8
Não	26	81,3
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	32	100,0
Projetos de melhoria do estabelecimento ⁽¹⁾		
Não existe	5	15,6
Ampliação	21	65,6
Capacitação	8	25,0
Reforma e decoração	18	56,3
Tecnologia e equipamento	9	28,1
Não respondeu	0	0,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questão de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.28 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO PRINCIPAIS DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS E SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS/ SUGESTÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS ⁽¹⁾	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Principais dificuldades administrativas		
Contratar empregados qualificados	18	56,3
Manter o preço dos serviços	9	28,1
Impostos e taxas	16	50,0
Fluxo limitado de clientes	14	43,8
Manter ou melhorar a qualidade de serviços	8	25,0
Falta de capital de giro ou investimento	14	43,8
Juros elevados de financiamento	6	18,8
Outras	0	0,0
Não Respondeu	1	3,1
Sugestões de políticas públicas		
Capacitação profissional	23	71,9
Educação básica	17	53,1
Créditos especiais	17	53,1
Incentivos fiscais	13	40,6
Estímulo a investimentos	16	50,0
Melhoria de infra-estrutura	19	59,4
Redução de taxas e impostos	19	59,4
Outras	0	0,0
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	32	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questões de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.29 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO ASSOCIATIVISMO E TRANSAÇÕES REALIZADAS NA REGIÃO - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

ASSOCIATIVISMO/TRANSAÇÕES NA REGIÃO ⁽¹⁾	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Participação em entidades de classe		
Não faz parte	14	43,8
Associação	13	40,6
Sindicato	4	12,5
Outras	3	9,4
Não respondeu	1	3,1
Transações realizadas na região		
Compra de produtos	29	90,6
Compra de equipamentos	11	34,4
Uso de mão-de-obra local	26	81,3
Compra de componentes e peças	7	21,9
Compra de serviços	13	40,6
Programas de apoio e promoção	5	15,6
Venda de produtos ou serviços	20	62,5
Não respondeu	0	0,0
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	32	

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

(1) Questões de múltipla resposta, podendo totalizar mais de 100%.

TABELA A.1.30 - NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO, LOCALIZADOS NA **ZONA RURAL**, SEGUNDO EXISTÊNCIA DE COLETA SELETIVA DE LIXO, PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS, LICENÇA AMBIENTAL E CONTROLE DE DESPERDÍCIO DE ÁGUA E ELETRICIDADE - REGIÃO TURÍSTICA METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2006

CUIDADOS AMBIENTAIS	ESTABELECIMENTOS	
	Abs.	%
Coleta seletiva de lixo		
Sim	29	90,6
Não	2	6,3
Não respondeu	1	3,1
TOTAL	32	100,0
Plano de gerenciamento de resíduos		
Sim	16	50,0
Não	9	28,1
Desconhece	7	21,9
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	32	100,0
Licença ambiental		
Sim	15	46,9
Não	11	34,4
Em processo	1	3,1
Não respondeu	5	15,6
TOTAL	32	100,0
Controle de desperdício de água e eletricidade		
Sim	25	78,1
Não	7	21,9
Não respondeu	0	0,0
TOTAL	32	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo - IPARDES. Tabulação Especial

TABELA A.1.31 - POPULAÇÃO CENSITÁRIA TOTAL, URBANA E RURAL, PARTICIPAÇÃO % DA POPULAÇÃO METROPOLITANA E TAXAS DE CRESCIMENTO - PARANÁ E RMC - 1991/2010

VARIÁVEL	1991			2000			2010		
	Paraná	RMC	Part.. %	Paraná	RMC	Part.. %	Paraná	RMC	Part.. %
População Total	8.448.713	2.101.681	24,88	9.563.458	2.768.394	28,95	10.444.526	3.174.201	30,39
População Urbana - Total	6.197.953	1.906.418	30,76	7.786.084	2.524.175	32,42	8.912.692	2.921.845	32,78
População Rural - Total	2.250.760	195.263	8,68	2.250.760	244.219	10,85	1.531.834	252.356	16,47
TX de Crescimento População - Total (%)	0,93	0,43	...	1,4	2,54	...	0,89	0,33	...
Taxa de Crescimento - Urbana (%)	2,59	2,91	...	2,59	3,14	...	1,36	1,38	...
Taxa de Crescimento - Rural (%)	-3,03	3,22	...	-2,61	3,2	...	-1,48	1,47	...

FONTE: IBGE/IPARDES - BDE WEB

TABELA A.1.32 - POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA COM E SEM CURITIBA - PARANÁ E BRASIL - 1970/2010

LOCAL	POPULAÇÃO										
	1970	Taxa ⁽¹⁾	1980	Taxa ⁽¹⁾	1991	Taxa ⁽¹⁾	1996	Taxa ⁽¹⁾	2000	Taxa ⁽¹⁾	2010
CURITIBA	609.026	5,34	1.024.980	2,29	1.315.035	2,34	1.476.253	1,83	1.587.315	0,99	1.751.907
RMC	907.391	5,38	1.532.383	2,90	2.099.558	3,32	2.471.771	2,87	2.768.394	1,38	3.174.201
RMC sem Curitiba	298.365	5,45	507.403	4,04	784.523	4,88	995.518	4,37	1.181.079	1,87	1.421.811
PARANÁ	6.929.821	0,97	7.629.849	0,93	8.448.713	1,28	9.003.804	1,52	9.563.458	0,89	10.444.526
BRASIL	93.134.846	2,48	119.011.052	1,93	146.825.475	1,36	157.070.163	1,97	169.799.170	1,17	190.755.799

FONTE: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 1996 a 2000, Contagem Populacional 1996 e 2007, Estimativas Populacionais 2008 e 2009

(1) Taxa Média Geométrica de Incremento Anual, representa a evolução anual no período.

TABELA A.1.33 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO CENSITÁRIA TOTAL, URBANA E RURAL, MUNICÍPIOS DA RMC - 1991/2000/2010

LOCALIDADE	1991			2000			2010		
	População Censitária - Total	População Censitária Urbana - Total	População - Contagem Rural - Total	População Censitária - Total	População Censitária Urbana - Total	População - Contagem Rural - Total	População Censitária - Total	População Censitária Urbana - Total	População - Contagem Rural - Total
Estado do Paraná	100,00	73,36	26,64	100,00	81,41	18,59	100,00	85,33	14,67
Região Metropolitana de Curitiba	100,00	90,15	9,85	100,00	90,75	9,25	100,00	91,69	8,31
Adrianópolis	100,00	17,78	82,22	100,00	23,02	76,98	100,00	32,31	67,69
Agudos do Sul	100,00	12,82	87,18	100,00	20,30	79,70	100,00	34,12	65,88
Almirante Tamandaré	100,00	89,30	10,70	100,00	96,01	3,99	100,00	95,82	4,18
Araucária	100,00	87,68	12,32	100,00	91,36	8,64	100,00	92,51	7,49
Balsa Nova	100,00	32,34	67,66	100,00	31,38	68,62	100,00	60,80	39,20
Bocaiúva do Sul	100,00	30,42	69,58	100,00	39,36	60,64	100,00	46,67	53,33
Campina Grande do Sul	100,00	65,77	34,23	100,00	75,14	24,86	100,00	82,44	17,56
Campo do Tenente	100,00	38,98	61,02	100,00	54,48	45,52	100,00	83,80	16,20
Campo Largo	100,00	74,31	25,69	100,00	83,23	16,77	100,00	78,68	21,32
Campo Magro				100,00	12,25	87,75	100,00	54,48	45,52
Cerro Azul	100,00	17,08	82,92	100,00	23,95	76,05	100,00	28,39	71,61
Colombo	100,00	93,64	6,36	100,00	95,44	4,56	100,00	95,42	4,58
Contenda	100,00	53,94	46,06	100,00	47,73	52,27	100,00	58,09	41,91
Curitiba	100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00	100,00	100,00	0,00
Doutor Ulysses				100,00	11,68	88,32	100,00	16,22	83,78
Fazenda Rio Grande				100,00	94,15	5,85	100,00	92,96	7,04
Itaperuçu				100,00	83,92	16,08	100,00	83,54	16,46
Lapa	100,00	48,50	51,50	100,00	57,53	42,47	100,00	60,58	39,42
Mandirituba	100,00	68,44	31,56	100,00	35,74	64,26	100,00	33,37	66,63
Piên	100,00	18,49	81,51	100,00	29,42	70,58	100,00	29,42	70,58
Pinhais				100,00	97,81	2,19	100,00	44,63	55,37
Piraquara	100,00	85,55	14,45	100,00	46,41	53,59	100,00	49,07	50,93
Quatro Barras	100,00	81,26	18,74	100,00	89,85	10,15	100,00	90,38	9,62
Quitandinha	100,00	17,17	82,83	100,00	19,94	80,06	100,00	28,60	71,40
Rio Branco do Sul	100,00	61,92	38,08	100,00	68,33	31,67	100,00	71,92	28,08
Rio Negro	100,00	76,76	23,24	100,00	78,23	21,77	100,00	82,21	17,79
São José dos Pinhais	100,00	87,84	12,16	100,00	89,75	10,25	100,00	89,66	10,34
Tijucas do Sul	100,00	12,43	87,57	100,00	15,06	84,94	100,00	15,72	84,28
Tunas do Paraná				100,00	39,35	60,65	100,00	44,63	55,37

FONTE: IBGE/IPARDES - BDE WEB

TABELA A.1.34 - MUNICÍPIOS PERIURBANOS

MUNICÍPIO	2000		2010	
	Densidade Demográfica (hab./km²)	População Censitária - Total	Densidade Demográfica (hab./km²)	População Censitária - Total
Campina Grande do Sul	63,51	34.566	71,71	38.769
Campo Magro	78,87	20.409	89,29	24.843
Fazenda Rio Grande	534,22	62.877	707,9	81.675
Itaperuçu	60,46	19.344	74,61	23.887
Lapa	20,44	41.838	21,42	44.932
Mandirituba	46,22	17.540	58,26	22.220
Piraquara	322,03	72.886	413,84	93.207
Rio Branco do Sul	35,9	29.341	37,53	30.650
Rio Negro	47,56	28.710	51,8	31.274

FONTE: IBGE/IPARDES - BDE WEB

TABELA A.1.35 - MUNICÍPIOS URBANOS DA RMC

MUNICÍPIO	2000		2010	
	Densidade Demográfica (hab./km²)	População Censitária - Total	Densidade Demográfica (hab./km²)	População Censitária - Total
Almirante	467,93	88.277	540,01	103.204
Araucária	198,92	94.258	252,73	119.123
Campo Largo	68,24	92.782	87,62	112.377
Colombo	918	183.329	1.076,65	212.967
Curitiba	3.636,50	1.587.315	4.022,79	1.751.907
Pinhais	1.690,37	102.985	1.913,87	117.008
São José dos Pinhais	216,07	204.316	279,8	264.210
Região Metropolitana de Curitiba	179,04	2.768.394	205,29	3.174.201
Paraná	31,65	5.599.542	33,31	5.893.432

FONTE: IBGE/IPARDES - BDE WEB

TABELA A.1.36 - MUNICÍPIOS RURAIS

MUNICÍPIO	2000		2010	
	Densidade Demográfica (hab./km²)	População Censitária - Total	Densidade Demográfica (hab./km²)	População Censitária - Total
Adrianópolis	5,22	7007	4,75	6376
Agudos do Sul	37,28	7221	43,23	8270
Balsa Nova	26,02	10153	32,83	11300
Bocaiúva do Sul	10,97	9050	13,31	10987
Campo do Tenente	20,79	6335	23,42	7125
Cerro Azul	12,18	16352	12,63	16938
Contenda	43,71	13241	52,87	15891
Doutor Ulysses	7,64	6003	7,27	5727
Piên	38,54	9798	43,73	11236
Quatro Barras	89,95	16161	109,51	19851
Quitandinha	34,21	15272	38,28	17089
Tijucas do Sul	18,21	12260	21,63	14537
Tunas do Paraná	5,38	3611	9,31	6256

FONTE: IBGE/IPARDES - BDE WEB

TABELA A.1.37 - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, ESTADO DO PARANÁ, RMC E MUNICÍPIOS DA RMC, 1980/1991, 1991/2000 E 2000/2010

LOCALIDADE	1980/1991		1991/2000		2000/2010	
	Taxa de Crescimento Total (%)	Taxa de Crescimento Urbana (%)	Taxa de Crescimento Total (%)	Taxa de Crescimento Urbana (%)	Taxa de Crescimento Total (%)	Taxa de Crescimento Urbana (%)
Estado do Paraná	0,93	3,01	1,4	2,59	0,89	1,36
Região Metropolitana de Curitiba	2,91	3,22	3,14	3,2	1,38	1,47
Adrianópolis	-1,95	3,83	-2,69	0,17	-0,94	2,48
Agudos do Sul	1,43	1,62	1,96	7,35	1,37	6,77
Almirante Tamandaré	6,19	7,36	5,66	5,8	1,57	1,55
Araucária	5,37	6,51	4,83	5,32	2,37	2,5
Balsa Nova	3,25	6,14	3,43	3,08	1,08	7,99
Bocaiúva do Sul	-1,16	3,02	1,68	4,19	1,96	3,71
Campina Grande do Sul	0,93	3,01	1,4	2,59	1,15	2,1
Campo do Tenente	2,81	6,16	2,15	6,06	1,18	1,97
Campo Largo	2,57	3,38	2,8	4,12	1,93	2
Campo Magro			5,99	-11,97	1,99	22,83
Cerro Azul	0,47	4,55	0,18	2,26	0,35	2,07
Colombo	5,87	6,53	5,09	5,31	1,51	1,51
Contenda	1,54	2,96	4,5	3,08	1,84	3,86
Curitiba	2,29	2,29	2,13	2,13	0,99	0,99
Doutor Ulysses			2,12	6,77	-0,47	2,86
Fazenda Rio Grande			10,91	11,83	2,65	2,52
Itaperuçu			6,83	14,8	2,13	2,09
Lapa	1,25	2,8	0,46	2,41	0,72	1,24
Mandirituba	8,61	12,45	3,1	4,08	2,39	1,69
Piên	2,36	16,7	2,67	8,16	1,38	4,61
Pinhais			3,55	3,84	1,28	1,51
Piraquara	3,84	3,76	9,89	6,39	2,49	3,06
Quatro Barras	5,23	7,99	5,52	6,72	2,08	2,14
Quitandinha	1,39	4,13	0,65	2,35	1,13	4,84
Rio Branco do Sul	1,71	4,63	0,7	0,62	0,44	0,95
Rio Negro	1,78	2,24	0,98	1,2	0,86	1,36
São José dos Pinhais	5,51	6,36	5,43	5,69	2,6	2,59
Tijucas do Sul	2,26	4,01	2,06	4,27	1,72	2,16
Tunas do Paraná			2,67	7,1	5,65	6,99

FONTE: IPARDES - BDE WEB

TABELA A.1.38 - PRODUTO INTERNO BRUTO - 2002-2009

ANO	Preços correntes (R\$ milhão)		PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)
	Paraná	Brasil	
2002	88.407	1.477.822	6
2003	109.459	1.699.948	6,4
2004	122.434	1.941.498	6,3
2005	126.677	2.147.239	5,9
2006	136.615	2.369.484	5,8
2007	161.582	2.661.345	6,1
2008	179.270	3.031.864	5,9
2009 ⁽¹⁾	189.269	3.185.125	5,9

FONTES: IBGE, IPARDES

(1) Estimativa do IPARDES para o PIB do Paraná.

TABELA A.1.39 - PIB MUNICIPAL EVOLUÇÃO

Localidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Estado do Paraná	88.407.068	109.458.874	122.433.727	126.676.843	136.614.633	161.581.846	179.263.190	189.991.954
Adrianópolis	18.480	24.101	25.132	27.050	29.901	64.620	57.820	67.601
Agudos do Sul	23.796	32.230	33.209	39.691	40.947	44.074	50.882	52.751
Almirante Tamandaré	379.290	428.117	458.749	480.893	443.793	516.528	479.840	577.882
Araucária	4.646.285	6.246.533	6.884.911	7.082.490	8.436.380	9.547.958	11.019.940	11.962.877
Balsa Nova	131.552	170.797	189.962	177.248	194.980	210.349	243.552	266.859
Bocaiúva do Sul	30.716	43.485	41.474	55.420	63.711	70.890	71.176	84.239
Campina Grande do Sul	180.667	209.534	240.508	294.233	342.407	342.319	400.033	474.162
Campo Largo	722.179	967.275	1.043.994	1.114.213	1.193.618	1.286.810	1.192.945	1.341.770
Campo Magro	67.038	85.407	88.477	102.815	117.086	138.501	160.222	176.645
Cerro Azul	68.305	90.061	76.524	132.987	119.681	141.657	138.929	182.354
Colombo	819.497	954.491	1.055.792	1.173.268	1.302.037	1.515.176	1.632.287	1.866.143
Contenda	62.088	89.914	103.639	102.811	125.793	132.939	141.929	147.588
Curitiba	20.239.876	23.828.224	26.755.257	29.672.565	32.182.599	38.124.861	43.354.307	45.762.418
Doutor Ulysses	22.687	31.441	31.982	76.258	64.016	67.350	63.936	83.953
Fazenda Rio Grande	229.595	291.078	349.281	370.281	405.659	420.718	426.808	482.596
Itaperuçu	60.540	73.409	83.261	91.840	91.284	121.682	159.960	174.329
Lapa	278.603	432.433	447.612	442.885	473.483	569.685	652.016	594.211
Mandirituba	112.299	137.448	152.392	158.972	167.375	179.805	213.122	219.810
Pinhais	999.752	1.162.856	1.394.415	1.454.940	1.681.171	2.088.958	2.453.262	2.381.653
Piraquara	211.826	266.707	291.566	349.307	318.417	362.948	389.927	479.122
Quatro Barras	218.516	272.218	342.486	324.586	335.486	383.558	438.219	530.301
Quitandinha	41.028	55.662	58.800	66.641	85.832	92.460	127.867	114.977
Rio Branco do Sul	297.490	360.694	388.458	377.398	389.760	454.972	467.218	550.603
São José dos Pinhais	4.547.380	5.271.805	6.207.951	6.469.185	7.029.321	8.524.230	10.397.115	11.511.811
Tijucas do Sul	65.349	84.510	81.722	89.533	92.822	110.253	125.337	150.605
Tunas do Paraná	11.509	34.786	22.122	70.939	50.196	47.597	41.767	43.656
Região Metropolitana de Curitiba	34.486.343	41.645.216	46.849.676	50.798.449	55.777.755	65.560.898	74.900.416	80.280.916

FONTE: IBGE, IPARDES

TABELA A.1.40 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR E MESORREGIÃO GEOGRÁFICA - PARANÁ - 2006

MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Abs.)			NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (%)		
	Total	Agricultura	Agricultura Familiar	Total	Agricultura	Agricultura Familiar
		Não Familiar			Não Familiar	
Outras Regiões	340 593	63 575	277 018	91,8	93,3	91,5
Metropolitana de Curitiba	30 458	4 569	25 889	8,2	6,7	8,5
Paraná	371 051	68 144	302 907	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

TABELA A.1.41 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, TOTAL E DA AGRICULTURA FAMILIAR QUE OBTIVERAM RECEITAS NO ANO (UNIDADES)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO E MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	TOTAL			ATIVIDADES DE TURISMO RURAL NO ESTABELECIMENTO		
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	Total	Não familiar	Agricultura familiar
Paraná	286.450	52.910	233.540	279	115	164
Paraná	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Noroeste Paranaense	8,3	10,8	7,8	5,4	0,9	8,5
Centro Ocidental Paranaense	6,1	7,1	5,9	4,3	6,1	3,0
Norte Central Paranaense	14,7	19,3	13,6	15,8	21,7	11,6
Norte Pioneiro Paranaense	7,7	9,1	7,4	4,7	3,5	5,5
Centro Oriental Paranaense	4,5	6,2	4,1	7,2	13,0	3,0
Oeste Paranaense	15,9	15,5	16,0	15,8	8,7	20,7
Sudoeste Paranaense	13,1	7,8	14,3	7,9	4,3	10,4
Centro-Sul Paranaense	11,1	11,1	11,2	5,0	4,3	5,5
Sudeste Paranaense	11,3	7,1	12,2	9,3	6,1	11,6
Metropolitana de Curitiba	7,3	6,0	7,6	24,7	31,3	20,1

FONTE: Censo Agropecuario (2006)

TABELA A.1.42 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADE:S) POR CONDIÇÃO DE PRODUTOR, TOTAL, NÃO FAMILIAR E DA AGRICULTURA FAMILIAR - 2006

BRASIL, UNIDADE DA FEDERAÇÃO, MESORREGIÃO GEOGRÁFICA	NÚMEROS ABSOLUTOS			%		
	Total	Não familiar	Agricultura familiar	Total	Não familiar	Agricultura familiar
Brasil	5.175.489	807.587	4.367.902	100	100	100
Sul	1.006.181	156.184	849.997	19,44	19,34	19,46
Paraná	371.051	68.144	302.907	7,17	8,44	6,93
				100,00	100,00	100,00
Noroeste Paranaense	37.723	8.400	29.323	10,17	12,33	9,68
Centro Ocidental Paranaense	21.310	4.540	16.770	5,74	6,66	5,54
Norte Central Paranaense	54.272	12.865	41.407	14,63	18,88	13,67
Norte Pioneiro Paranaense	29.661	6.305	23.356	7,99	9,25	7,71
Centro Oriental Paranaense	19.174	4.549	14.625	5,17	6,68	4,83
Oeste Paranaense	53.216	9.464	43.752	14,34	13,89	14,44
Sudoeste Paranaense	44.479	4.947	39.532	11,99	7,26	13,05
Centro-Sul Paranaense	41.368	7.780	33.588	11,15	11,42	11,09
Sudeste Paranaense	39.390	4.725	34.665	10,62	6,93	11,44
Metropolitana de Curitiba	30.458	4.569	25.889	8,21	6,70	8,55

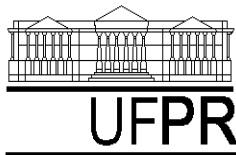
FONTE: IBGE/Censo Agropecuário

QUADRO A.1.1 - ATRATIVOS RURAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA PESQUISADOS NA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO DO PARANÁ, 2006

SEGMENTO	MUNICÍPIO	NOME
Atrativos Naturais e Planejados	São José dos Pinhais	Pesk Pag Cachimbo
	São José dos Pinhais	Recanto Inspiração
	São José dos Pinhais	Pesk Pag Beijoca
	São José dos Pinhais	Pesk Pague Beira Rio
	Quatro Barras	Caminho Do Itupava
	Quatro Barras	Equus Haras – Centro Hípico Equus
	Colombo	Pesque e Pague Gasparim
	Colombo	Pesque Pague Frutos da Terra
	Campina Grande do Sul	Pesque e Pague Crozetto
	Colombo	Parque Nacional Bocaitava
	Bocaiúva do Sul	Bocaiúva Adventure
	Campina Grande do Sul	Pesque Pague Estância Vale do Sol
	Balsa Nova	Chácara de Vinhos Marula
	Araucária	Chácara São Pedro
	Araucária	Fazenda Outro Branco
	Araucária	Chácara Panik
	Araucária	Silvestre Wainga
	Araucária	Chácara Santa Rita
	Almirante Tamandaré	Clube 21 de Abril
	Almirante Tamandaré	Águas de Valverde
Patrimônio Cultural, Histórico e Religioso	Colombo	Vinho
	Bocaiúva	Igreja Bom Jesus Cedrinho
	Balsa Nova	Igreja do Tamanduá
	Balsa Nova	Espaço Cultural/Acampamento
	Colombo	Igreja do Capivari
	Piraquara	Colônia Santa Maria Novo Tirol
	Quatro Barras	Oratório
	Quatro Barras	Capela São Pedro
	São José dos Pinhais	Casa da Cultura
	Araucária	Luiz Paulo Wojcik
	Campo Magro	Mercearia
	Campo Magro	Mercearia
Meios de Hospedagem	Lapa	SPA Lapinha
	Quatro Barras	Eco Pousada Brumas da Serra
	Campo Magro	Recanto Nativo
	Bocaiúva do Sul	Pousada Ribeirão das Pedras
	Balsa Nova	Pousada Crystal do Horizonte
	Araucária	Acampamento Bethel
Serviços de Alimentação	Tijucas do Sul	Estação dos Sabores
	Tijucas do Sul	Restaurante Vô João
	Colombo	Restaurante Rural Bosque Italiano
	Colombo	Vinícula Pasargada
	Colombo	Casa Nostra
	Colombo	Cantina Busato – Restaurante Colonial Ltda
	5666/Campo Magro	Lanchonete Mirante do Palha
	5669	Bar e mercearia Dambrat
	Colombo	Ristorante Grande Famiglia
	Campo Magro	Dona Ana Bistrô Café do Campo
	Colombo	Café Colonial é da Pani
	Colombo	Armazém Bom Garoto
	Araucária	Comercial Iguaçu
	Almirante Tamandaré	Gaspa Restaurante
TOTAL DE EMPREENDIMENTOS RURAIS		52

FONTE: IPARDES - Tabulação especial da pesquisa

APÊNDICE 2 - FORMULÁRIOS DE PESQUISA



FORMULÁRIO PESQUISA 1 – GOOGLE DOCS

VALIDAÇÃO DA AVALIAÇÃO INICIAL DO TURISMO RURAL REALIZADA PELO PRONAF E A EMBRATUR NO ANO DE 1999

Prezado respondente:

Desde o encontro realizado em Brasília em 1999 sobre o turismo rural entre técnicos da EMBRATUR, do Ministério de Agricultura e das ATER em todo o país, assim como de Secretarias de turismo dos estados que já trabalhavam com esse tipo de segmentação, foram levantados alguns pontos fortes e fracos do desenvolvimento rural e do turismo que trazemos a seguir.

Objetivo. Por que estamos pedindo a sua colaboração no preenchimento do seguinte questionário? Em primeiro lugar, porque este é parte do trabalho de dissertação de mestrado que pretende avaliar a implementação das políticas públicas do turismo rural na RMC. Em segundo lugar, o propósito, ora explícito, é de constatar se ainda persistem na RMC temas considerados entraves para o desenvolvimento do turismo rural na Região Metropolitana de Curitiba e qual tem sido o papel dos gestores

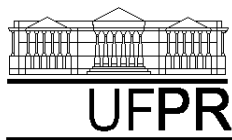
Metodologia. Cada um dos itens colocados no questionário traz os aspectos avaliados na época. Cada um dos comentários realizados (cinco na maioria dos casos) são afirmações realizadas a partir da avaliação realizada naquela oficina em 1999. Aqui colocadas como opções de escolha, sugerimos que marquem com um “X” todas as opções que na sua avaliação estão vigentes na RMC até o dia de hoje segundo a prática realizada entre o período de 2003 e 2010, sempre considerando a sua área de atendimento como técnico da EMATER nos municípios da RMC.

Finalmente, peço-lhe informar também quais dos municípios atendidos por vc mantinham propriedades rurais com práticas de turismo rural.

Obrigado pela colaboração! E deixo em aberto este espaço e meu email para vc expressar qualquer outra opinião que considere importante para o desenvolvimento rural no âmbito local, territorial e/ou regional através do turismo rural.

Atenciosamente,

Marino Castillo Lacay Economista
Mestrando em Geografia UFPR.
marino.setu@uol.com.br
Novembro 2011



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA



***Obrigatório**

1. Atividades do segmento não regulamentadas *

- ☐ Ausência de política pública para o "turismo rural"
- ☐ Falta de interação das diferentes legislações vigentes (agricultura, desenvolvimento rural e turismo no espaço rural)
- ☐ Inadequação das normatizações ambientais/ culturais para o turismo rural
- ☐ Políticas educacionais inadequadas ao turismo rural
- ☐ Ausência de critérios e normas que definam o segmento e apontem uma tipologia

2. Informação/ Comunicação deficiente *

- ☐ Inexistência de conceituação do turismo rural
- ☐ Redes de informações inexistentes
- ☐ Pesquisas insuficientes
- ☐ Falta de divulgação das pesquisas e informações existentes
- ☐ Falta de uniformização da linguagem em turismo rural
- ☐ Não há um mapeamento do que se faz, quem faz

3. Pouca articulação Institucional *

- ☐ Papeis institucionais indefinidos
- ☐ Falta de tradição de trabalho em parceria intra e interinstitucional
- ☐ Desconfiança mútua entre setor público e privado
- ☐ Desarticulação entre instituições públicas da União, Estado e município
- ☐ Falta de articulação dentro do próprio município (Agricultura e Turismo)
- ☐ Inexistência de uma estrutura gerencial de fomento à atividade
- ☐ Pouca ou nenhuma eficácia do papel da governança metropolitana do turismo da RMC no turismo rural

4. Incentivos ao turismo rural insuficientes *

- ☐ Dificil acesso ao crédito
- ☐ Juros altos
- ☐ Recursos para financiamento de infraestrutura para o turismo rural inadequada para a atividade
- ☐ Desconhecimento de opções de microcrédito
- ☐ Exigências de garantia que demandam ao produtor rural a formalização da atividade

5. Pessoal pouco capacitado *

- ☐ Capacitação dissociada e descontínua
- ☐ Pesquisas insuficientes e pouco divulgadas
- ☐ Ausência de diretriz nacional / área de capacitação
- ☐ Pouco cultura de empreendedor (produtor rural - empresário)
- ☐ Baixa escolaridade dos produtores rurais e prestadores de serviços
- ☐ Pouco ou nenhum conhecimento gerencial
- ☐ Técnicos atuantes no meio rural não estão preparados e/ou motivados para o incentivo à atividade
- ☐ Técnicos do turismo desconhecem as peculiaridades da atividade rural

6. Comunidades locais pouco envolvidas *

- ☐ Proprietários e comunidade não enxerga o turismo rural como negócio
- ☐ Falta de visão sistêmica: desconhecimento do turismo rural e suas possíveis manifestações culturais, sociais e ambientais
- ☐ Pouco reconhecimento da atividade como tal, pouco conhecimento técnico e geral
- ☐ Modelos individualistas preservados
- ☐ Modelo cooperativista inadequado (integração parcial ou falta de integração, etc)
- ☐ Desarticulação entre os segmentos produtivos locais (serviços e produtos para o turismo)
- ☐ Carência de planos de desenvolvimento municipal e/ou regional
- ☐ Segmento do turismo rural não contemplado no plano
- ☐ Descontinuidade das políticas públicas (união, estado, município)
- ☐ A não participação dos atores da área rural nas decisões

7. Precariedade na infraestrutura *

- ☐ Embora interesse, infraestrutura da propriedade limitada para o desenvolvimento da atividade
- ☐ Acessos existentes adequados à produção rural e não ao turismo
- ☐ Edificações rurais inadequadas a atividade turística
- ☐ Informalidade por parte do produtor (empreendedor) rural nas questões de segurança, higiene, conforto e privacidade

8. Política pública de melhoria da infraestrutura básica pouco representativa *

- ☐ Eletrificação rural insuficiente
- ☐ sinalização existente adequada aos produtores rurais, porém não aos turistas
- ☐ Segurança precária para as atividades
- ☐ Descomprometimento das autoridades com programas de saneamento ambiental rural
- ☐ Dificuldades na oferta de serviços de saúde e segurança
- ☐ atendimento médico precário

9. Promoção e comercialização ineficientes *

- ☐ Desconhecimento da capacidade real do produto turístico ofertado
- ☐ Expectativas dos clientes pouco consideradas
- ☐ Desinteresse das agências e operadoras locais na venda do produto "Rotas do Pinhão"
- ☐ Desconhecimento do custo e/ou custo elevado
- ☐ Dificuldades do produtor (proprietário) em entender como funciona o sistema de comercialização do turismo para disponibilizar o produto turismo rural
- ☐ Baixa qualidade dos produtos ofertados
- ☐ Inexistência de distribuidor especializado(agencias) no segmento "turismo rural"
- ☐ Demanda desconhecida
- ☐ Desconhecimento dos instrumentos de promoção e marketing turístico por parte dos agentes publicos

10. Qual dos programas a seguir servem de alavanca para o turismo rural nos municípios sob sua area de cobertura *

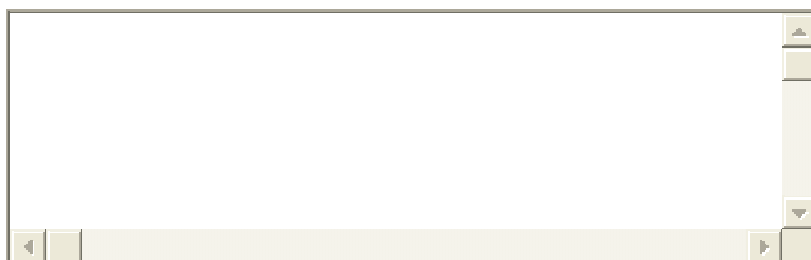
- ☒ Combate à pobreza
- ☒ Territórios da Cidadania
- ☒ Rede TRAF
- ☒ Feira dos Sabores
- ☒ Programa de Aquisição de alimentos - PAA
- ☒ Caminhadas da Natureza
- ☒ Turismo de Base Comunitária
- ☒ Economia solidária e produção associada (ao turismo)
- ☒ Outro:

11. Das propriedades atendidas na sua área de cobertura, responda qual é o número de propriedades com atividades de turismo rural? * Quantas dessas propriedades estão classificadas dentro dos módulos do PRONAF **12. O futuro do turismo rural na RMC ***

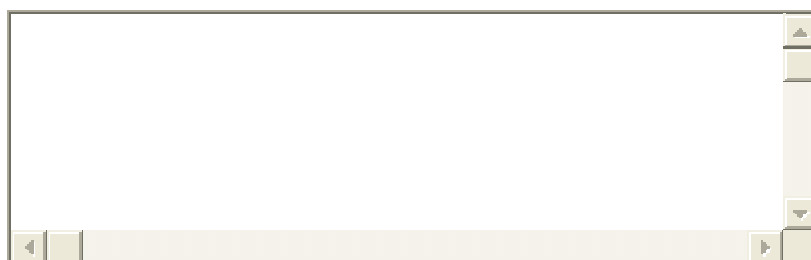
- ☒ No futuro, espera-se recursos financeiros para os programas de desenvolvimento do turismo rural que promovam o desenvolvimento rural do município e do território
- ☒ No futuro , espera-se uma ação mais integrada entre o Estado e os municípios
- ☒ Espera-se um entendimento dos agentes quanto ao turismo rural como parte da política pública do desenvolvimento rural e da pluriatividade
- ☒ No futuro, espera-se que a organização da governança regional do turismo possa contribuir com todas as manifestações do turismo, em especial do turismo rural
- ☒ Espera-se que os planos de desenvolvimento rural e do turismo rural trabalhem de forma conjunta dentro da prefeitura
- ☒ Espera-se uma ação mais efetiva no envolvimento da comunidade para o desenvolvimento do turismo rural

- ☐ Espera-se que a formatação de produtos turísticos no espaço rural ganhe autonomia , independentemente das políticas das prefeiturasdos e prefeitos
- ☐ No futuro espera-se uma ação mais integrado Estado
- ☐ Outro:

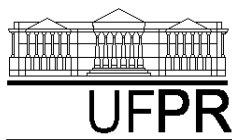
13. POR FAVOR, identifique sua cobertura de trabalho, indicando seu nome, municípios atendidos, número de propriedades atendidas e número de propriedades com turismo rural * Quantas dessas propriedades não são agricultura familiar?



14. OBSERVAÇÕES FINAIS E COMENTÁRIOS *



Enviar



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



PROPOSTA DE ENTREVISTA AGENTES FEDERAIS E ESTADUAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLITICAS DE TURISMO RURAL NA RMC

INFORMANTE _____
LOCAL _____
DATA _____ HORÁRIO _____
HORÁRIO TÉRMINO _____ ENTREVISTA Nº _____

BLOCO 1 - REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

1. O que é Região?
2. O que é Regionalização? Regionalização turística é diferente?
3. Quando começou a Regionalização turística no Paraná?
4. Como se organizou a regionalização turística no estado do Paraná?
5. Qual é o objetivo da regionalização?
6. Houve uma definição metodológica única por parte da política nacional de regionalização do MTUR?
7. Qual é o grau de importância do programa de regionalização no Estado?
8. Houve uma contrapartida orçamentária do governo federal para a formação das regiões?
9. E do governo estadual?
10. Se houve, o que representou em termos percentuais do total executado nos anos da posta em prática da política pública de regionalização?
11. Há regiões prioritárias a serem atendidas?
12. Quais foram os critérios para a seleção dessas regiões?
13. Quais são essas regiões?
14. A segmentação turística é um critério para a definição das regiões prioritárias?
15. Qual é o critério de formação das governanças das regiões turísticas?
16. É tomada em consideração a segmentação turística da região?

BLOCO 2 - TURISMO RURAL E GOVERNANÇA

17. O que é o turismo rural?
18. Há diferenças entre turismo em áreas naturais, turismo no espaço rural, turismo rural na agricultura familiar, turismo em áreas rurais?
19. Qual dos turismos acima (ou outros não mencionados) se identifica com o turismo rural praticado no Estado? E na RMC?
20. Como avalia o grau de importância de uma atividade turística numa região? Qual tem sido o peso do turismo rural?

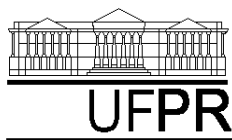
21. O turismo rural é representativo na RMC?
22. Como surgiu a proposta do desenvolvimento do Turismo Rural do Estado do Paraná?
23. A sua instituição participa desenvolvimento do Turismo Rural do Estado do Paraná na RMC?
24. A sua instituição participa desenvolvimento de outros fóruns da RMC? Quais?
25. Quem foram os parceiros do primeiro momento no Turismo Rural da RMC?
26. Quem são os parceiros hoje?
27. Quais atividades compõe o mix do turismo rural hoje na RMC?
28. Quais dessas atividades são atendidas pela sua instituição?
29. Existe um orçamento dedicado para o segmento do turismo rural? ou
30. Atende a demandas que surgem dos municípios e regiões da RMC?
31. Sabe informar quais dessas demandas ou atividades foram atendidas por outros órgãos na RMC?
32. Quais demandas ou atividades não foram atendidas entre 2003-2010?
33. Na sua opinião, a governança regional do turismo reconhece a atividade do turismo rural?
34. Qual é a dificuldade que vc avalia ter a organização dos municípios na instancia de governança regional?
35. Qual tem sido o papel das câmaras temáticas (REGIONALIZAÇÃO, SEGMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO) na estruturação do turismo rural?
36. Qual seria o papel da IGR na RMC?

**BLOCO 3 - DESENVOLVIMENTO e DESENVOLVIMENTO RURAL:
RESULTADOS DO TURISMO RURAL NA RMC**

37. Conhece algum resultado prático do turismo rural a partir da intervenção dos órgãos citados anteriormente (produtos, serviços, pesquisas, organização de espaços, etc), Cite locais, data e novos elementos que se somaram?
38. Os resultados são conhecidos pela instancia de governança?
39. Os resultados são conhecidos pelos municípios das RMC?
40. Os resultados pautaram a intervenção do estado na política pública do turismo rural na RMC?
41. Qual destes programas servem de alavanca para o turismo rural na RMC?

Combate a pobreza	
Territórios da Cidadania	
Rede TRAF	
Feira dos Sabores	
PAA	
Caminhadas da Natureza	
Turismo de Base comunitária	
Economia solidária e turismo (programas de produção associada)	

42. Como avalia o envolvimento da sua instituição no desenvolvimento do segmento do turismo rural no Estado do Paraná? E na RMC?
43. Tem contribuído aos objetivos traçados de desenvolvimento rural na RMC?



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



PROPOSTA DE ENTREVISTA TURISMO RURAL PARA OS AGENTES MUNICIPAIS DO NUC DA RMC

INFORMANTE _____

LOCAL _____

DATA _____ HORÁRIO _____

HORÁRIO TÉRMINO _____ ENTREVISTA Nº _____

BLOCO 1 - REGIÃO E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

1. que é Região?
2. que é Regionalização? Regionalização turística é diferente?
3. Quando começou a Regionalização turística no Paraná?
4. Como se organizou a regionalização turística no estado do Paraná?
5. Qual é o objetivo da regionalização?
6. Houve uma definição metodológica única por parte da política nacional de regionalização do MTUR?
7. Qual é o grau de importância do programa de regionalização no Estado?
8. Houve uma contrapartida orçamentária do governo federal para a formação das regiões?
9. E do governo estadual?
10. Se houve, o que representou em termos percentuais do total executado nos anos da posta em prática da política pública de regionalização?
11. Há regiões prioritárias a serem atendidas?
12. Quais foram os critérios para a seleção dessas regiões?
13. Quais são essas regiões?
14. A segmentação turística é um critério para a definição das regiões prioritárias?
15. Qual é o critério de formação das governanças das regiões turísticas?
16. É tomada em consideração a segmentação turística da região?

BLOCO 2 - TURISMO RURAL E GOVERNANÇA

17. O que é o turismo rural?
18. Há diferenças entre turismo em áreas naturais, turismo no espaço rural, turismo rural na agricultura familiar, turismo em áreas rurais?
19. Qual dos turismos acima (ou outros não mencionados) se identifica com o turismo rural praticado no Estado? E na RMC?
20. Como avalia o grau de importância de uma atividade turística numa região? Qual tem sido o peso do turismo rural?

21. O turismo rural é representativo na RMC?
22. Como surgiu a proposta do desenvolvimento do Turismo Rural do Estado do Paraná?
23. A sua instituição participa desenvolvimento do Turismo Rural do Estado do Paraná na RMC?
24. A sua instituição participa desenvolvimento de outros fóruns da RMC? Quais?
25. Quem foram os parceiros do primeiro momento no Turismo Rural da RMC?
26. Quem são os parceiros hoje?
27. Quais atividades compõe o mix do turismo rural hoje na RMC?
28. Quais dessas atividades são atendidas pela sua instituição?
29. Existe um orçamento dedicado para o segmento do turismo rural? ou
30. Atende a demandas que surgem dos municípios e regiões da RMC?
31. Sabe informar quais dessas demandas ou atividades foram atendidas por outros órgãos na RMC?
32. Quais demandas ou atividades não foram atendidas entre 2003-2010?
33. Na sua opinião, a governança regional do turismo reconhece a atividade do turismo rural?
34. Qual é a dificuldade que vc avalia ter a organização dos municípios na instancia de governança regional?
35. Qual tem sido o papel das câmaras temáticas (REGIONALIZAÇÃO, SEGMENTAÇÃO E INFRAESTRUTURA E CAPACITAÇÃO) na estruturação do turismo rural?
36. Qual seria o papel da IGR na RMC?

**BLOCO 3 - DESENVOLVIMENTO e DESENVOLVIMENTO RURAL:
RESULTADOS DO TURISMO RURAL NA RMC**

37. Conhece algum resultado prático do turismo rural a partir da intervenção dos órgãos citados anteriormente (produtos, serviços, pesquisas, organização de espaços, etc), Cite locais, data e novos elementos que se somaram?
38. Os resultados são conhecidos pela instancia de governança?
39. Os resultados são conhecidos pelos municípios das RMC?
40. Os resultados pautaram a intervenção do estado na política pública do turismo rural na RMC?
41. Qual destes programas servem de alavanca para o turismo rural na RMC?

Combate a pobreza	
Territórios da Cidadania	
Rede TRAF	
Feira dos Sabores	
PAA	
Caminhadas da Natureza	
Turismo de Base comunitária	
Economia solidária e turismo (programas de produção associada)	

42. Como avalia o envolvimento da sua instituição no desenvolvimento do segmento do turismo rural no Estado do Paraná? E na RMC?
43. Tem contribuído aos objetivos traçados de desenvolvimento rural na RMC?

ANEXO 1 - LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO TURISMO RURAL NO BRASIL

I. MATRIZ LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO TURISMO RURAL

Legislação Correlata	Assunto	Entraves	Instrumentos e Soluções	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
1.1 LEGISLAÇÃO						
LEGISLAÇÃO TURÍSTICA						
Legislação específica do setor do turismo.	Lei do Turismo - no 11.771, de 17 de Setembro de 2008 Decreto no 7.381, de 2 de dezembro de 2010	Diferenciação regional no Brasil é muito grande, limita a destinação de recursos específicos para projetos de desenvolvimento mediante a descentralização do atividade nos estados e municípios. Políticas públicas desenhadas Top Down, com participação limitada das comunidades.	Define as normas sobre a Política Nacional de Turismo, dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo (PNT), institui o Sistema Nacional de Turismo, o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, trata sobre o fomento de atividades turísticas com suporte financeiro do Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), das atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico	MTUR, MDA, MAPA, ATER		Política pública do turismo é desconhecida dos parceiros principais dos ministérios nos Estados. Atividade transversal, entra como suporte de outros programas desenhados para o desenvolvimento no Mundo Rural.
LEGISLAÇÃO E NORMATIZAÇÃO						
LEGISLAÇÃO FISCAL E TRIBUTARIA						
LEGISLAÇÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES	A constituição regular de empresa e adesão ao SIMPLES, embora haja carga tributária menor, inviabilizam atividades de turismo rural para os pequenos agricultores, pois a renda mensal bruta e a receita com o turismo não justificam os gastos decorrentes de constituição de empresa.	Duas Alternativas: - Elaborar legislação federal ou estaduais que normatizem o uso da nota fiscal do produtor rural para atividades turísticas. - Estabelecer carga tributária diferente para prestação de serviço turístico por produtor rural.	MTur e MAPA	Conf. Nacional de Agricultura, MDA	Consultar Parceiros e a Comissão de Agricultura e de Turismo da Câmara dos Deputados para identificar a alternativa mais viável.
		Proprietários rurais que atuam como pessoa física, desenvolvendo informalmente a atividade turística. Não há tratamento do SIMPLES para elas.	Realizar registro de Produtor Rural.	Produtor Rural	MDA, MAPA	Não representa um entrave, mas cumprimento da legislação vigente.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA						
		<ul style="list-style-type: none"> - Dupla Jornada de Trabalho - Contratação temporária usual de parentes/ vizinhos. 	Elaborar legislação que regulamente o Turismo Rural, enquadrada dentro da Política Agrária.	MTur	MDA, MAPA	Proposta
Lei nº. 5.889/73	Relações Trabalhistas Rurais	Diferença de interpretação, que não considera como trabalhador rural aquele que presta serviços em propriedades turísticas rurais.	Verificar situação do Projeto de Lei PLV 8-2008, Dep. Assis de Couto – PT/PR, apresentado a Câmara dos Deputados em abril/2008.	MTur	MDA, MAPA	PLV 8-2008: Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8/6/1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo, estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural, prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24/09/2007, e altera as Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24/07/1991.
Lei nº. 8.941/99	Estatuto de Micro e Pequena Empresa	<ul style="list-style-type: none"> - Setor rural tratado da mesma forma que o setor industrial e comercial de natureza urbana. - Piso salarial do trabalhador rural diferente do piso do trabalhador de Turismo Rural. 		MTur	MDA, MAPA	95% das empresas que atuam no setor turístico do estado são micro e pequenas empresas.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA						
Lei nº. 8.212, de 24 de Julho de 1994.	Lei Orgânica da Seguridade Social	O pequeno produtor rural que passa a desenvolver atividades de Turismo Rural perde a condição de Segurado Especial junto à Previdência Social.	A Lei nº. 11.718, de 20 Junho de 2008 - DOU de 23/6/2008 resolveu este entrave, alterando o art. 9º da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991 e o art. 10º da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.	MTur	MDA, MAPA	Na nova lei, o produtor rural não perde a condição de Segurado Especial quando explora a atividade turística em sua propriedade, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 dias ao ano, ou se possuir outra fonte de renda, sendo proveniente de: exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 dias, e/ou atividade artesanal desenvolvida com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar, podendo ser utilizada matéria-prima de outra origem, desde que a renda mensal obtida na atividade não exceda ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social. Todos estes itens integram a Receita Bruta do produtor rural.
Leis nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, alterada pela Lei nº. 11.430, de 26/12/2006.	Lei de Benefícios Previdenciários					
Decreto nº. 3.048, 06 de maio de 1999, Republicado em 12/05/1999.	Regulamento da Previdência Social					

DIREITO CIVIL						
	Responsabilidade Civil sobre ocorrência de acidentes com turistas.	Ausência de mecanismos que os eximam dos Custos dos Riscos os inibe em relação à atividade.	- Apoiar iniciativas de conscientização dos produtores rurais sobre suas responsabilidades. Uma opção a curto prazo representa a venda de serviços por meio de receptivos, que se co-responsabilizariam por possíveis acidentes. O produtor não precisaria constituir empresa turística, mas também não teria autonomia para trabalhar o turismo. O receptivo não exima o produtor dos riscos, mas se responsabiliza em conjunto.	MTur		Na realidade não representa um entrave, mas é responsabilidade de qualquer pessoa que presta um serviço. Ou seja, o problema não se refere à legislação, mas a falta de informação.
POLÍTICA AGRÍCOLA						
Lei nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, alterada pela Lei nº. 8.870, de 15 de abril de 1994.	Dispõe sobre a Política Agrícola.		Projeto de Lei nº. 5797/2001, da ex-Deputada Marisa Serrano, inclui o turismo rural entre as atividades da legislação que fixa fundamentos da política agrícola, alterando as Leis nº. 8.171/1991 e 8.870/1994.	MTur		Arquivada em 2003
LEGISLAÇÃO SANITÁRIA						
Decreto nº. 5.741, de 30 de Março de 2006 Regulamenta os arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº. 8.171, de 17/01/1991.	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.	- Desconhecimento das normas sanitárias. - Exigências das normas sanitárias não condizem com o tipo de serviço prestado e a escala de produção.	- Promover ações de articulação e informação dos governos estaduais e municipais para a adesão ao SUASA. - Verificar na legislação do SUASA o nível de detalhamento dos critérios para pequeno produtor rural. – qual seu impacto pro pequeno produtor.	MDA, MAPA (carimbo)	MTur, DCPAT/ CGPA	Adesão do Estado ao SUASA possibilita a venda de seus produtos em todo o Brasil. O SUASA representa um sistema que suaviza o cumprimento da legislação sanitária, no entanto, esta não pode ser vista como um entrave, mas legislação a ser cumprida.

Legislações relacionadas ao Segmento Turismo Rural

1. Lei nº. 9.712, de 20 de Novembro de 1998 - Altera a Lei nº. 8.171/1991, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária.
2. Lei nº. 11.326, de 24 de Julho de 2006 - Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei Nº Lei da Agricultura Familiar
3. Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
4. Decreto Nº 6.672 de 02 de dezembro de 2008 - Programa Nacional de Crédito Fundiário; Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010 – DOU – Institui a Política Nacional de ATER e o Programa Nacional de ATER;
5. Decreto 7.215 de 15 de junho de 2010 – Regulamenta a Lei 12.188/2010;

II. MATRIZ SITUACIONAL DO TURISMO RURAL

2.1 ASPECTOS GERAIS, POR DIRETRIZ , DO TURISMO RURAL

Priorização de Ações para o Desenvolvimento da Segmentação				
Diretriz - Ordenamento				
Ações	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Atualizar os estudos das legislações existentes e articular para resolver seus entraves.	Levantar as últimas legislações instituídas referente ao produtor rural e a atividade turística (federais, estaduais e municipais).	MTur	MAPA, MDA	
Levantar e classificar os empreendimentos de Turismo Rural (oferta turística).	Levantar as experiências e produtos de Turismo Rural existentes e comercializados atualmente no Brasil.	MTur	ONG, Secretarias Estaduais, entre outros.	
Diretriz - Informação e Comunicação				
Ações	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Organizar Banco de Dados Estratégico.	Levantar estudos e publicações sobre Turismo Rural.	MTur	MAPA, MDA, IICA, IDESTUR, ABRATUR, REDETRAF.	
Diretriz - Articulação				
Ações	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Promover articulações interinstitucionais e intersetoriais.	Atualizar a lista de representantes do Turismo Rural no Brasil (federal, regional, estadual, municipal).	MTur	MAPA, MDA, IICA, IDESTUR, ABRATUR, REDETRAF.	
	Criar discussão dentro do GTT com os diversos nichos de mercado do Turismo Rural.	MTur	Membros do GTTTR.	
Diretriz - Incentivo				
Ações	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Apoiar a divulgação dos incentivos de crédito existentes.	Apoiar a divulgação do Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PRONAF, 2003).	MTur	MDA	
Diretriz - Capacitação				
Ações	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Estabelecer um projeto piloto de capacitação em uma região turística.	Elaborar metodologia de capacitação de produtores rurais que lidam com turismo em uma região turística específica.	MTur	Instituição executora	
Diretriz - Envolvimento Comunitário e /ou Parcerias				
Ações	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Promover o envolvimento comunitário de regiões turísticas	Realizar encontros em destinos turísticos focos dos programas de Segmentação e Regionalização.	MTur	Órgãos oficiais de turismo, comunidade dos destinos prioritários.	

Diretriz - Infra-Estrutura				
	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Apoiar projetos de sinalização e acessibilidade para o segmento.	Verificar os diversos modelos de sinalização já propostos.	MTur	MDA, IDESTUR, Órgãos oficiais de Turismo.	
	Criar modelo de sinalização padrão para o Turismo Rural.	MTur	Órgãos oficiais de Turismo.	
Diretriz - Promoção / Comercialização				
	Instrumentos e Soluções (estratégias, como operacionalizar?)	Responsável	Parceiros Envolvidos	Situação
Incentivar a venda de produtos e serviços de Turismo Rural pelos receptivos existentes no mercado.	Capacitar receptivos locais em destinos de Turismo Rural para a operacionalização/comercialização de produtos específicos.	MTur	SEBRAE, MDA, Órgãos oficiais de Turismo.	
Estimular a criação de receptivos especializados em Turismo Rural.	Fomentar a criação de receptivos locais em regiões turísticas sem receptivos especializados.	MTur	Instituições atuantes na região.	